

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JULHO DE 1940

ARTIGOS

CAXAMBU , pelo eng. VIRGÍLIO CORREIA FILHO, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia	319
CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR NO BRASIL , pelo eng. GILENO DÉ CARLI, chefe da secção de Estudos Económicos do Instituto do Açúcar e Alcool	349
DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL , pelo Major João SEGADAS VIANA	372
GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL , pelo eng. MOACIR F. SILVA, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia	407

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

ALBERTO BETIM PAES LEME	440
LOUIS AGASSIZ	443

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

HISTÓRIA DA GEOGRAFIA , pelo Dr. MAX FLEUSS	446
---	-----

COMENTÁRIOS

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MAPAS MUNICIPAIS , pela Redacção	448
ATUALIDADE DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA , conferência pronunciada no Instituto de Estudos Brasileiros, em 28-6-1940, pelo eng. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO	462
RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA EM 1940 , pela Redacção, com comunicados da Divisão de Publicidade do S. N. R.	471

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

CAMPO CERRADO	477
BOIS DE SELA	479

NOTICIÁRIO

HOMENAGEM DO S. G. E. F. AO EMBAIXADOR MACEDO SOARES	481
REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA	482
VII CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO	482
IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA	484
CAMPANHA DAS COORDENADAS DAS SEDES MUNICIPAIS	489
EXPRESSIVA MOÇÃO DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA	489
SIOLOGEU BRASILEIRO , — Palácio da Cultura	490
O TENENTE-CORONEL LIMA FIGUEIREDO NO COMANDO DO 2.º BATALHÃO DE ENGENHARIA	490
DOUTOR LUIZ FLORES DE MORAIS RÊGO	491

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

RESENHA DO 1.º SEMESTRE DE 1940	492
--	-----

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

DECRETO-LEI N.º 2.104, de 2 de Abril de 1940, que "dispõe sobre o quadro territorial da República"	503
DECRETO-LEI N.º 2.108, de 4 de Abril de 1940, que "dispõe sobre o adiamento da 4.ª Sessão Ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística"	503
DECRETO-LEI N.º 2.326, de 20 de Junho de 1940, que "concede ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a construção do Palácio do Siogeu Brasileiro e dá outras providências"	504

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES SOBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL EM 1939/40 (continuação)	506
PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADAS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939/40 (continuação)	507

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano II

JULHO, 1940

N.º 3

CAXAMBÚ

Eng. *Virgilio Correia Filho*
Assistente Técnico do Conselho Nacional
de Geografia

Quem marinhar pela estrada acílvosa, que, em espiral, flanqueia o Morro de Caxambú, do sopé, ensombrado por viçoso bosque, propício a passeios aprazíveis, ao tope, escassamente revestido de rasteira vegetação, em que predomina o capim gordura, de lá descortinará imponente panorama.

Sobranceiro às circunjacências, somente ao longe se lhe avantajam os cimos azulados das serranias, que barram a vista do observador, como, entre outras, a de Roseta, de Aiuruoca, de Cantagalo, da Gamarra, da Palha, de Contendas.

Por todos os lados, o terreno, revelando convulsões ciclópicas, de velhas eras geológicas, eriça-se em colinas variamente alongadas, ou deprime-se por vales, em geral caracterizados por arvoredos de alta copa verdejante, em contraste com o aveludado tapete das gramíneas, que amantam as encostas contíguas.

Impressionado com o seu aspecto singular, diria Massena, ao relembrar-lhe, em 1867, as atividades esquecidas: “O Caxambú de Baeependí, montanha cônica, isolada em um vale, com minerais de enxôfre, forma o extremo da linha vulcânica e dos terremotos do Sul do Brasil”. (*R. Inst. Hist. G. Br.* Tomo 47 — pg. 281).

Empolamento do arqueano, que forma a estrutura da *Serra da Mantiqueira*, a cujo sistema pertencem as elevações circunjacentes, a ação erosiva dos agentes naturais não logrou desbastá-lo em proporções comparáveis às que patenteiam as demais.¹

(1) “A formação geológica da região é arqueozoica, aflorando os gneiss e os chistos da série de Minas”, conceitua o Engenheiro Alfeu Diniz Gonçalves em “Águas Minerais do Brasil”.

Ao revés, a altitude do seu pico, avaliado em 1.090 metros, não encontra igual pelos arredores, não obstante o acidente notável do terreno.

A primazia, que desfrutava, em meio de vasto círculo, torná-lo-ia amplamente visível de qualquer quadrante, ainda quando não o encimasse, como atualmente ocorre, o cruzeiro de ferro, que à noite se ilumina magnificamente. ²

As camadas mais frouxas, de rochas ferruginosas degradadas, seriam facilmente carregadas pelas águas de chuva, cuja precipitação anual regula ser de 1.500 m/m.

Em benefício da base, que se avoluma com os detritos do alto, continuamente transportados pelas enxurradas, a encosta cederia o solo decomposto, que lhe poderia garantir a fertilidade, caso não fôsse adubar a depressão vizinha.

Contorna-a pelo Nascente a várzea, outrora apaulada, pela qual rasgava o ribeirão *Bengo* o seu leito inconsistente. Transposto o lameiro profundo, alteava-se a colina fronteira, predestinada a transfigurar-se em cidade encantadora, a que o morro cederia o próprio nome.

Além, coisa de seis quilômetros para nordeste, Baependí entremostrase, em parte, no pontal, que forma o rio homônimo com o seu tributário *Palmeiras*.

Denuncia-se a lendária cidade pelo casario que branqueja, não de todo eclipsado pelas corcovas intermediárias do solo.

Atalaia majestoso, tomá-lo-iam os viajantes para baliza inconfundível, assinalado em seus vagos roteiros.

A princípio, seriam os indígenas — os famosos cataguazes —, que de longe o avistassem, como segura indicação das paragens ainda por ventura encobertas.

E quando, impelidos para oeste, renunciassem ao território, onde viviam fora da civilização, legariam aos bandeirantes, que os substituísssem na ocupação efetiva das terras despovoadas, o gigantesco marco, erguido pela mesma energia cósmica, de que se causou o levantamento da *Serra da Mantiqueira* pela imensa região sulmineira.

Ainda que os primeiros devassadores da região assenhoreada por índios bravios, em vez de sulcarem a cabeceira principal do *Rio Verde*, como afirmou Diogo de Vasconcelos, em sua *História Antiga de Minas Gerais*, preferissem, nas pegadas de Lourenço Castanho, transpor a serra “pelo Lopo e daí atingir o Sapucaí, junto ao qual começou a bater os cataguazes”, consoante retifica A. de Taunay, ao historiar a expedição de Lourenço Castanho, realizada entre Maio de 1668 e Junho de 70, é certo que, na arraiada do século seguinte, já era frequentado o caminho, que Antonil registraria miudamente em *Cultura e Opulência do Brasil*, impresso em 1711, e sem demora confiscado por ordem régia.

(2) A enorme cruz de ferro, cuja deformação evidencia intenso esforço dos ventos, acha-se cravada em bloco de concreto e pedra, de forma aproximadamente troncônica e traz a seguinte inscrição: “A SOMBRA DESTA ÁRVORE VIVA E CRESÇA CAXAMBÚ” - 3-5-1929 - M. Milu-ard.

Nessa época, seguiam os sertanistas de São Paulo, pelo *Paraíba*, até o pôrto de Guaipacaré, "onde ficam as roças de Bento Rodrigues", provavelmente nas proximidades da atual estação da E. F. C. B. — Cruzeiro.

Com três dias de marcha, alcançavam as "Serras de Amantiquira", que gargavam pela garganta do Embaú.

A estrada, que daí por diante descia pelo vale de um dos seus tributários até alcançar o *Rio Verde*, já se margeava de fazendolas, em que os viajantes refaziam as suas provisões de gêneros alimentícios.

Como se presumia que fôsem as minas rendosas, poderiam suportar os preços abusivos, que espantaram o minucioso inaciano, a ponto de anotar a interpretação depreciativa, corrente na época.

"E daí vem o dizerem que tudo o que passou a Serra da Amantiquira aí deixou dependurada, ou sepultada, a conciência".

Ao fim de oito dias, pernoitavam na estalagem do Rio Verde, e decorridos mais quatro, pousavam em Boa Vista.

Originou-se o título "pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: todo campo bem estendido, e todo regado de ribeirões e por êle se caminha com alegria, porque tem os olhos que ver e contemplar na perspectiva do *Monte Caxambú*, que se levanta às nuvens com admirável altura".

O Rio Verde e o povoamento do seu vale

Devassado ao tempo das entradas preadoras de índios, o *Rio Verde* nenhum atrativo local proporcionaria aos bandeirantes, que primeiramente lhe palmilharam o vale. Alçando os seus manadeiros ao flanco da *Mantiqueira*, de que emana também outro dos seus formadores, o *Passa Quatro*, ao qual se ajeitou o traçado da via férrea, desde a garganta à estação de Itanhandú, onde ambos se fundem em uma só corrente, recebe a contribuição, entre outros, mais ou menos volumosos, do *Capivari*, do *Aterrado*, de barra quasi fronteira à do *Taboão*, o *São Lourenço*, o *Baependí*, cujos nomes se relacionam com episódios da ocupação efetiva.

Corre para o interior, como o *Tieté*, convidando os aventureiros para a prática do sertanismo. Mas o *Tieté* deriva de cabeceiras que por assim dizer se debruçam sôbre o mar, no divisor, em que se enclavinham suas águas, captadas pelo *Biritiba* e *Rio Claro*, com as vertentes marítimas.

E' tão diminuta a distância intermediária, que propiciou a execução de singular projeto, ideado pelo engenheiro Billings, de desvio de parte da descarga fluvial, destinada ao coletor tietano, para a usina hidroelétrica de Cubatão, a que cede o potencial resultante da queda artificial, através do primitivo divisor, vencido por meio de túnel.

Diversamente, o *Rio Verde* apenas brota, ainda exíguo, pelo menos a uma centena de quilômetros do litoral, e ao triplo dessa distância, se avaliada em relação a São Paulo, centro do bandeirismo.

De mais a mais, fora a paisagem, propícia a maravilhar, nenhuma vantagem especial prometia aos desbravadores, que poderiam escolher glebas de igual fertilidade menos afastadas da zona povoada.

A miragem das minas auríferas, entretanto, iria atuar como elemento condensador de anejos sertanistas nas paragens, que percorriam de contínuo, em busca do metal cobiçado.

Talvez por lá transitasse, com a sua comitiva, o célebre Caçador de Esmeraldas, como opinam historiadores, cujo parecer não raro sofre contestações.

Vem a talho a dúvida apontada por quem possui autoridade inegualável na matéria.

“Quem, de modo insofismável, irretorquível, pergunta A. de Tauxay, em sua monumental *“História Geral das Bandeiras Paulistas”*, conseguiu demonstrar que Fernão Dias Paes, na sua famosa jornada esmeraldina aos serros de *Itacambira*, haja penetrado em território hoje mineiro, varando a *Mantiqueira*, pelos arredores de Bragança, como querem uns, ou a galgar a garganta do *Embaú*, como outros pretendem? Abundam os argumentos pró e contra as duas versões, mas a solução definitiva da controvérsia não a deram ainda os arquivos”.

Quando começam as lavras a desentranhar-se em colheitas douradas, avulta o perfil de Carlos Pedroso da Silveira, a respeito do qual Diogo de Vasconcelos abriu capítulo especial em sua *“História Antiga de Minas Gerais”*, em que se encontram os esclarecimentos a seguir. Neto de Simão de Toledo Pisa e D. Maria Pedroso, já atuara feito sargento-mor de Taubaté e Ouvidor da Capitania de Itanhaém, quando se decide a mineirar, associado aos seus conterrâneos. Pelo casamento, ligou-se a famílias de igual relêvo social, pois que sua espôsa, D. Isabel de Sousa Evans Pereira, descendia de Heliodoro Evans, seu avô, casado com D. Maria de Sousa Brito, filha de João Pereira de Sousa Botafogo (proprietário da sesmaria a que deu seu nome na praia de Botafogo)”.

De Pedroso diria Pedro Taques em sua Nobiliarquia: “Teve a glória de ser o primeiro, que com o cabo da tropa, Bartolomeu Bueno de Siqueira, conseguisse o descobrimento das minas de ouro. Delas entregou as primeiras amostras a Sebastião de Castro Caldas, que por falecimento de Antônio Pais de Sande se achava no govêrno do Rio de Janeiro”.

Nomeado, por essa época, 1696, “Provedor da Oficina Real de Taubaté”, colheria os primeiros “quintos” que montavam a “3 arrobas e 14 arratéis de ouro que pertencia a Sua Majestade”, como consta da Patente assinada por Artur de Sá e Meneses a 23 de Maio de 1699.

No exercício de seu cargo, transitaria certamente pelo caminho do Rio Verde, onde escolheu terras, que lhe foram concedidas por sesmaria, de sociedade com Francisco Alves Correia, seu genro, na paragem do Caxambú, mediante provisão de 30 de Setembro de 1706.

Outros sítios possuiria em São Caetano do Ribeirão, onde se radicou outra filha, D. Tomazina, casada com Domingos Pereira Alves Filho.

Em 1713, ao passar por Taubaté, o General D. Brás Baltasar da Silveira, Governador da Capitania de São Paulo e Minas, concedeu a Carlos Pedroso a patente de Mestre do Campo, e para corrigir os desregramentos da época, o nomeou Capitão-mor Regente das Vilas de Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba”.

Apesar de revestir-se de autoridade tamanha, ou talvez, em despego da sua inflexível ação repressiva de abusos, tombou assassinado, a 17 de Agosto de 1720.³

E a vingança dos conspiradores tanto avultou, que a viúva, D. Isabel, se viu constrangida a refugiar-se na sua fazenda, longe do povoado, não obstante as cartas amistosas do Capitão General.⁴

As informações, proporcionadas pelo historiador mineiro, acêrca do mais conspícuo bandeirante, completam-se com os dados colhidos directamente na “*Revista do Arquivo Publ. Mineiro*”. Nessa útil publicação, An. IX, acha-se copiada a carta de sesmaria concedida a Leonel da Silveira e Sousa, “morador na margem do *Rio Maependi*, rio abaixo da paragem do dito rio em o caminho velho e que a pretendeu, “não só para fabricar mantimentos senão também fundar currais de gado por haver campos convenientes na dita paragem”.

As terras, doadas a 3 de Março de 1727, por D. Lourenço de Almeida, confinavam com a sesmaria de D. Isabel de Sousa, conforme declara o respectivo título.

Ao raiar o seguinte ano, Sebastião Fernandes Correia obteve “sesmaria de meia légua de terras de testada, com uma légua de sertão, e como no Ribeirão que corre por traz do morro chamado *Caxambú* parte remota e fora da estrada geral das minas se achem bastante terras lavradas devolutas e acomodadas para nelas lavar e criar suas criações de gado vacuum”, aí escolheu a sua gleba. (An. IX).

Mais tarde, a 20 de Novembro de 1738, é dada a concessão a João Alves Correia de “meia légua em quadro”, em Baependi, “para a banda do Ribeirão das Rosetas”, em continuação à “sesmaria que foi de D. Isabel e Sousa, e hoje a possuía Maria Pires de Meneses”.

Já no govêrno de Gomes Freire de Andrade, coube igual doação a José Ribeiro da Silva, “morador no Caxambú”, que, em data de 17 de Outubro de 1747, conseguiu “meia légua de terra por sesmaria para

(3) Em carta de 9 de Fevereiro de 1720 a Bartolomeu de Sousa Mexia, a quem escreveria para fazer chegar ao conhecimento do rei as ocorrências de Pitangui, o Conde de Assumar atribuiu o assassinio de Pedroso a um irmão de Domingos Rodrigues de Prado, (“*Rev. Arg. Publ.*” Minas — Ano XXIV — pg. 636.)

O prestígio de Domingos explicaria a impunidade irremediável do crime, apesar da ação repressiva do governador, implacável em outros episódios, como da execução de Filipe dos Santos, que já se julgava livre de qualquer penalidade, em virtude da anistia solenemente declarada.

(4) No mesmo dia, 20 de Outubro de 1719, D. Pedro de Almeida e Portugal (Conde de Assumar), escreveu três cartas.

Na primeira, a D. Isabel de Sousa, “lamenta com ela o assassinio de seu marido, o mestre do campo Carlos Pedroso, cujas qualidades exalta”.

A outra, ao juiz ordinário de Taubaté, para lhe censurar a falta de procedimento correctivo, que deveria começar pela devassa.

A terceira, ao ouvidor geral de S. Paulo, com a carta de D. Isabel, que lhe daria base para abrir devassa e prender os criminosos, e puni-los de acôrdo com suas culpas. — “*Rev. Arg. Publ.*” Minas — Ano XXIV — pág. 591.

cultivar na paragem chamada o Palmital do dito Caxambú”, onde “havia capões de matos, capoeiras e terras em que o suplicante tinha paiol”. (*Rev. Arq. Publ. Mineiro* — An. XIV — pg. 155).

Os documentos atrás citados, embora em número reduzido, evidenciam a expansão agropastoril, que resultou da passagem frequente de mineiros pelo vale do *Rio Verde*, em cujos sítios encontravam possibilidade de adquirir os mantimentos necessários às suas tropas.

A sesmaria, a que se refere Diogo de Vasconcelos, como obtida por Pedroso, não lhe conhecemos os termos da concessão.

Mas outras, contíguas, mencionam claramente o *Morro Caxambú*, como característico local.

Donde procederia a toponímia ?

Etimologias indígenas Porque os primeiros viajantes aplicariam ao morro insulado, diferente das elevações próximas, o nome de Caxambú ?

Duas correntes se constituíram de etimologistas, uma das quais lhe adotou a procedência africana, enquanto a outra a prendia às raízes tupís.

Pela primeira, a semelhança do cone rochoso com o instrumento musical, definido em linguagem angolense pela reunião dos elementos *cacha* (tambor) e *mumbú* (música, ou *cacha* — *m (um) bú*, explicaria a denominação que prevaleceu.

Conforme tal interpretação, o *Morro de Caxambú* equiparava-se, pelo formato, a gigantesco tambor cônico, ampliação desmedida da que usavam os africanos em suas festas barulhentas. Aliás, não se acha de guarda à entrada da baía de Guanabara o *Pão de Açúcar*, cujo nome lembra diminuto objeto, com o qual nenhuma outra analogia possui, além da semelhança da forma ?⁵

Quem preferir derivar o vocábulo do tupí, poderá decompô-lo em *caa* — *xa* — *umbú*, para indicar o *mato que vê o riacho*, ou alguma outra interpretação, por igual inexpressiva.

Os índios eram observadores sagazes, e precisos na terminologia de que se valiam, e não iriam definir de tal maneira sítio algum, inteiramente análogo, por êsse aspecto, aos demais da região, onde os regatos serpenteiam à sombra das florestas marginais.

Todos teriam, nesse caso, a mesma denominação, que, em hipótese alguma, assentaria ao morro, destituído, em cêrca de dois terços de sua altura, de vegetação arbórea.

(5) Não cabe, pois, diversa explicação, que atribua a denominação aos festejos africanos, causadores da convergência de moradores vizinhos para o local onde figurava, entre os demais números, a dança do Caxambú.

Realizar-se-ia no terreiro, que, por fim, lhe tomou o nome, ampliado, em seguida, ao vale, donde emerge o morro.

Seria por ventura aceitável a interpretação, caso não tivesse a toponímia precedido o povoamento, que se dispersou em tórno da elevação, quando já lhe era de sobejo conhecido o nome.

Aliás, o esforço dos intérpretes de intuítos indígenas gravados na formação vocabular, que lhes conserva a influência, nem sempre se coordena para um só resultado, como se verifica a respeito de Baependí.

Ensina Teodoro Sampaio, mestre acatado: “Baependí antigamente Maependí cor, *mbaé* — *pendí*, que se traduz: o limpo, a clareira, a aberta, em alusão a uma clareira na mata marginal do Rio Grande, facilitando a passagem do caminho dos descobridores de Minas Gerais”.

Diversamente opinou o Dr. João Mendes de Almeida Júnior, ao explicar :

Baependí é corruptela de Mbaipendí — muitos caminhos dependurados — De *mbai* “pender, dependurar” *pé*, “caminhos”, *ndí*, “muitos”.

Alusivos a ser um lugar quasi que exclusivamente composto de ladeiras com bastante declive.

Ao divulgar tal opinião pelo “*Anuário de Minas Gerais*”, Nelson de Sena acrescenta :

“Esta interpretação está de acôrdo com os característicos locais (com a gramática”.

Realmente, a topografia da cidade distingue-se pelas rampas, em que se lhe empinam as ruas, mas possivelmente o vocábulo primeiro se applicou ao rio, antes de se constituir o arraial, que lhe herdaria o título.

Ao impugnar a etimologia acima referida, que averbou de improcedente, Diogo de Vasconcelos aventou outra, de sua preferência.

Mbaé — cousa agradável, aprazível, boa, *pendí* — agasalhado, “desceram os bandeirantes à região dos Pinheirais, pouco adiante passaram o rio de *Passa Trinta* (hoje *Passa Quatro*) e vieram a Capivari, de onde, chegando a um sítio ameno, descansaram algum tempo, dando-lhe o belo nome de *Mabaependí* (pouso bom ou alegre)”.

Em outra edição do mesmo “*Anuário de Minas Gerais*”, de 1909, ainda surge curiosa variante, atribuída a anônimo camarada de alguma “bandeira”.

... “encontraram (os bandeirantes) um rio, que era tributário do *Rio Verde*, avistando-se em suas barrancas um índio desconhecido, ao qual um dos intérpretes dirigiu a seguinte pergunta: *Bae* — *pendí*? — que na linguagem dos pobres selvagens queria dizer — *Que nação de gente é a tua?*”

Os aventureiros paulistas acharam graça e poesia na pergunta, e deram ao rio o nome de Baependí.

Ainda outras interpretações foram propostas, como habitualmente acontece às palavras, cujos elementos morfológicos experimentaram variável alteração. Se não é precisa a tradução de Baependí em Pouso Alegre, deveriam os desbravadores aplicar-lhe esta última designação, que bem exprimisse, em vernáculo, o encanto das paisagens, que os moveram a fundar alí o povoado predestinado a socorrer os viajantes das minas.

B a e p e n d í A princípio, minguarda a Caxambú individualidade econômica, ou social, para ingressar na história, em que só figurava Baependí, onde se constituiu o arraial mais próximo.

Parada inevitável no caminho para as minas auríferas, prosperaria enquanto lhes fôsse vantajoso o rendimento.

J. A. Pelúcio, que se consagrou carinhosamente ao estudo da história regional, afirma, pela "*Revista do Arquivo Público Mineiro*" (Ano IV) ao esboçar a corografia respectiva que "os primeiros estabelecimentos não se fundaram no mesmo lugar onde se eleva hoje a cidade de Baependí".

Fixaram-se os mais antigos ocupantes cêrca de dois quilômetros além, "no sítio denominado Engenho", onde apenas se encontram os "escombros de uma pequena igreja feita de taipas".

Não tardaria a transferência do local, acompanhada naturalmente do desenvolvimento da aglomeração, a que o alvará de 2 de Agosto de 1752 concedeu as regalias de freguesia.

Antes de volvidos dois anos, doou-lhe o posseiro Luiz Pereira, a 20 de Janeiro de 54, o terreno destinado ao "estabelecimento da freguesia e ereção da Igreja Matriz sob o patrocínio de N. S. do Monserrate do Baependí".

Nada obstante, emperrou a localidade, possivelmente à conta do esmorecimento das lavras, que lhe enfraquecera o estímulo do crescimento.

Outras estradas iriam desviar o tráfego, de que auferira apreciável proveito, quando monopolizava a preferência dos tropeiros.

De mais a mais, a exploração do solo, a tamanha distância dos mercados consumidores, não proporcionava lucros compensadores, que fomentassem as atividades regionais.

Ainda quando o arqueano, em suas lentas decomposições, garantisse a fertilidade incomparável das terras apropriadas à lavoura, a dificuldade imensa dos transportes desencorajava iniciativas fecundas.

Todavia, alcança as prerrogativas cobiçadas de Vila, a 19 de Junho de 1814, que a liberta, desde então, da subordinação à "Campanha da Princesa".

Jubilosa, festeja, a 14 de Outubro seguinte, a instalação da "Vila de Santa Maria de Baependí", cujo "têrmo" se dilatava por Aiuruoca e Pouso Alto.

Adquire, destarte, relêvo político, expresso, mais tarde, na correspondência mantida com os políticos da "Côrte", a quem secunda no pedido de convocação de "uma assemblêia geral das províncias brasileiras".

O prestígio, que adquire, não lhe impede o depauperamento da economia, indisfarçável nas próprias comunicações oficiais.

Como "têrmo", Baependí arrolava, sob a sua jurisdição, conforme a lista publicada na "*Rev. do Arq. Publ. Min.*" de 1897, os arraiais de

Conceição do Rio Verde — de Pouso Alto — do Carmo — da Boa Vista — do Glória — de Santana do Capivarí — de Aiuruoca — de Rosário da Alagoa do Furo — de São Vicente — dos Serranos.

Nenhuma referência cabia a Caxambú, cujo terreno jazia encravado na sesmaria vizinha.

E apesar de abranger tão ampla região, a vila, que estimava a população dos seus onze distritos em 29.837 moradores, já se queixava de derreantes dificuldades, que lhe impediam o desenvolvimento.

“Todo terreno dêste Têrmo é fértil, “afirmava a Câmara de Baependí, a 25 de Dezembro de 1825, em resposta a um dos quesitos formulados pelo “Conselho do Govêrno”.

E quanto ao seguinte, pormenorizava: “o gênero de cultura em uso é milho, feijão, arroz, tabaco, trigo, centeio, cana de açúcar e pouco café”.

A produção, porém, não bastava para o consumo, atendido, em parte, pela importação.

E a razão procedia de “que os moradores do Têrmo ocupados mais na cultura do tabaco, apenas colhem com que subsistam mui parcamente, não lhes restando para suprirem as povoações”.

O café e cana de açúcar não prosperavam, maltratadas pela geada. O trigo, a vinha, marmelos, pêssegos medravam, de preferência, em Aiuruoca. Na vila, e em Conceição do Rio Verde, a formiga avultava como inimigo danoso das plantações.

A criação constava de “gado grosso e miúdo, éguas, bêstas, muares, porcos e galinhas”, mas necessitava de cuidados, que a melhorassem.

Quanto às indústrias, além dos engenhos açucareiros, de vida precária, “nenhuma fábrica existe que mereça atenção, a reserva de algumas particulares”, em fim se fabricam “chapéus de lã e alguma baeta, de que fazem uso para vestuário dos escravos, bem como de algodão grosso para o mesmo fim”.

A respeito de vias de comunicação, assegurava a palavra oficial: “o mau estado das estradas é bem manifesto ao Exm.^o Conselho”, e além do mais, “não há rio navegável neste Têrmo, a reserva do Rio Verde”.

Ao sintetizarem as suas apreciações pessimistas, a que o quesito 6.^o abriu ensêjo, apontariam os vereadores as causas do atraso verificado.

A ferramenta agrícola excessivamente cara. A colheita desfalcada pelos dízimos escorchantes. O alto preço dos animais cargueiros, sujeitos a perecer nas estradas mal cuidadas. O sistema abusivo dos comissários, que na Côrte recebiam os gêneros, e apresentavam as contas ao seu arbítrio. E contra semelhante regime propunham a “criação das feiras nos subúrbios da Côrte”.

Assim definida a sua economia, em traços rápidos, Baependí continuaria a desenvolver-se morosamente, apesar de figurar na heráldica brasileira, e na política, representada por mais de um dos seus ilustres filhos.

Propagandista do liberalismo, adere à insurreição de 1842, que lhe alvoroça o povo, contra o qual marchou a coluna legalista do Coronel João Florentino Méier.⁶

Traz a data de 15 de Agosto, firmada em Pouso Alegre, a sua comunicação a Paulino de Sousa, do que realizou em prol da pacificação de Baependí, onde se concentraram os rebeldes, que tomaram a precaução de cortar a ponte pela qual deveria passar qualquer contingente adverso. Depois das escaramuças e tiroteios nas imediações da vila e em Conceição do Rio Verde, os revolucionários mais influentes desistiram de continuar a luta, que não deixaria de perturbar sobremaneira a vida regional.

Não admira, pois, que só a 2 de Maio de 1856, esquecidos os ressentimentos deixados pela rebelião liberal, alcançasse as insígnias de cidade, quando já se falava insistentemente na localidade subalterna, que não tardaria a granjear nomeada.

Águas virtuosas Se havia algum conhecimento das águas, *santas* ou *virtuosas*, que dariam fama a Caxambú,⁷ e lhe impulsionariam o desenvolvimento, nenhuma informação positiva antecede o quinto decênio do século passado, quando, pela referência do Dr. H. Monat, cuja narrativa nos proporcionou valiosos subsídios a respeito do histórico do povoado, o juiz municipal de Baependí, Dr. Aleixo Teixeira de Carvalho, ordenou, em 1841, ao juiz de paz mais próximo, Joaquim de Oliveira Castro, que expulsasse das fontes milagrosas os morféticos acampados na fralda do Morro.

Eram êles os melhores propagandistas das águas, de que esperavam o milagre da cura de suas mazelas. E também os afugentadores de qualquer possível clientela isenta do mal de Hansen.

Serviam-se de simples poço, em meio do brejal, em tórno do qual ergueram os seus ranchos, que ultrapassavam de quarenta, quando sobreveiu a ordem judicial de despejo coletivo.

(6) "Revista do Arquivo Público Mineiro" — Ano XV — 1910 — pg. 354.

(7) Lê-se, a propósito, a informação, que lhe enviaram de Caxambú e incluída por Moreira Pinto em seu monumental "Dicionário".

"Atribue-se a descoberta das fontes minerais desta povoação a uns campeiros de D. Luiza Francisca de Sampaio, antiga fazendeira da freguesia de Baependí. A povoação teria a sua primeira casa em 1852, época em que João Constantino Pereira Guimarães, português e negociante em Baependí, associou-se ao Coronel José Inácio Nogueira de Sá, grande proprietário de terras naquela paróquia, entre os quais se achava então compreendido o terreno das fontes minerais.

Depois do falecimento do Coronel Sá, sua viúva vendeu em 1853 ao português Antônio Teixeira Leal a parte que em Caxambú tinha seu marido. Mudou-se Leal, então sócio de Constantino, para Caxambú, onde estabeleceram uma casa de negócio na qual hospedavam as pessoas pobres que vinham em procura das águas santas.

O capitalista N. C. de Bustamante, homem valetudinário, encontrando no uso contínuo das águas alívio para os seus padecimentos, passou-se de Pouso Alto para êsse lugar e ficando com a parte de Pereira Guimarães edificou nas proximidades das fontes seis casas, uma das quais foi ocupada pelos príncipes na visita que, em 1868, fizeram a Caxambú.

Em 1872 levantou-se no centro da povoação uma pequena capela a N. S. dos Remédios, que é o orago dêste florescente lugar".

Esta contribuição, embora destoe em pontos secundários da versão apanhada por Monat, não a contradiz em seus fundamentos.

Rapidamente se cumpriu a intimação, pela retirada dos aquáticos inditosos, cujo acampamento sofreu a purificação pelo fogo, que o abrasou.

Tudo sumiu, inclusive a pinguela, que permitia a utilização da fonte.

Correu entre os supersticiosos que, antes de abandonar o abrigo em que esperavam obter melhoras aos seus males, os lázaros amaldiçoaram o sítio, de que os enxotavam, como elementos perniciosos.⁸

E, por isso, ninguém mais se aproximaria da paragem condenada pela praga dos infelizes. Não obstante, a fama corria da eficácia das denominadas “águas virtuosas de Baependí”, que mais de um doente desejaria experimentar.

Entre os esperançosos, estremeou-se Antônio de Oliveira Arruda, que, afazendado em Barra Mansa, possuía também haveres e parentes na vila, cujas fontes medicinais procurou em 1844.

Entaperara o local a seu tempo frequentado. Nem indício algum de poço se lhe deparou à curiosidade. Houve mister de abrir picada, que o levasse a nova fonte, diferente da antiga.

Para ampliar o aproveitamento das águas, fazia-se necessário realizar melhoramentos locais, em benefício dos quais entrou a solicitar auxílios pecuniários da parentela baependiana.

Como tivesse que regressar para a sua fazenda, entregou o saldo da subscrição ao negociante João Constantino Pereira Guimarães, a convite de quem Felício Germano de Oliveira Mafra aceitou a incumbência de concretizar em obras os propósitos generosos de Arruda.

A ação de Mafra Sem maiores dificuldades, pode-se imaginar a paisagem, que se antolhou a Oliveira Mafra, quando, convidado pelo amigo João Constantino, arrojou-se a verificar se era, ou não, exequível algum plano de trabalhos, tendentes a facilitar a utilização das águas lendárias.

Nenhuma clareira lembrava mais o esforço dos predecessores, que, outrora, ao tempo dos morféticos, ou mais proximamente, como Arruda, conseguiram aproximar-se de algum ôlho d'água borbulhante.

Só se via a floresta, mais acessível à beira do morro de Caxambú e impenetrável na baixada pantanosa, ensombrada por vegetais capazes de medrar com as raízes mergulhadas no lameiro.

Ao alagadiço, constituído pela depressão do *Bengo*, faltava caimento longitudinal, que lhe drenasse o excesso das águas recebidas das encostas circundantes, com o seu carregamento de detritos de toda espécie.

(8) Vem a talho citar as palavras do Dr. Flávio Maurano em sua “*História da Lepra em São Paulo*”: “Entre outras lendas corre a da eficácia do anátema dos leprosos. Se eles “rogam pragas”, elas fatalmente se realizam e, dentre estas há o desejo de que o anatematizado contraia a moléstia”, pág. 200.

Rolavam, de cambulhada, para o mole remanso pegajoso, os materiais provenientes da decomposição das rochas superficiais, arbustos, por vêzes, desenvolvidos, e a arraia miúda da baixa vegetação, que iria aumentar as turfeiras noticiadas pelo explorador.

A aba do morro limitava o tremedal, que, a pequena distância, já se deixava, sem resistência, penetrar por longa vara de 23 palmos, insuficiente para lhe medir a profundidade pastosa.

Massa enorme de material, carregado por anos afora, depositara-se no vale, em cuja vasa até desapareciam árvores de porte apreciável, como se verificaria, mais tarde, por ocasião da captação de uma das fontes, de nome Viotti.

A excavação, apenas iniciada, esbarrou no tronco de grandioso cedro, da mesma espécie que distinguia a flora viva e não houve meios de arrancá-lo.

Decidiram, por isso, os obreiros deixá-lo enterrado como jazia, e ajeitar a caixa profunda e respectiva adutora entre dois dos seus grossos galhos.

Apesar dos obstáculos, que se lhe depararam à tarefa, não se atemorizou Mafra de enfrentá-los. Começou, então, a luta contra a floresta, posto que reduzida em área, mas protegida pelo terreno encharcado, onde pessoa alguma poderia firmar-se para desenvolver integralmente o seu esforço.

Ao rememorar, em relatório de 15 de Outubro de 66, episódios da sua deligência de vinte anos antes, Mafra citaria o caso de uma planta, que o seu pessoal sem maior custo arrancou do atoleiro.

Dotada de três raízes, do furo de cada uma borbularia bom "respiro d'água," em tórno do qual foi improvisado o primeiro poço, defendido por meio de faxinas vegetais.

Não seria volumosa a descarga, nem cômoda a utilização, que pessoas apressadas tentaram melhorar, na ausência do descobridor.

Descarregaram nas imediações várias carradas de pedregulho, com intenção de consolidar o terreno, sem suspeitar que, dessa maneira, iriam perturbar o escoamento, desviado por outra linha de menor resistência.

Chamado às pressas, para acudir ao poço, que secara, não mais pode Mafra restaurar-lhe a perdida condição de fornecedor da linfa milagrosa.

Ideou, para remediar o fracasso e com o prometido auxílio da Câmara de Baependí, empreendimento de maior envergadura.

Acertadamente, concluiu que obras locais estariam sujeitas a contratempos desagradáveis e para evitá-los encetou os trabalhos na barra do *Bengo*, onde se mistura com o ribeirão *João Pedro*, o primeiro que a estrada de rodagem entre Caxambú e Baependí transpõe, a montante da confluência.

Aí começou a rasgar a “grande vala geral”, com declive propício à melhor vazão das águas estagnadas.

E prosseguiu, em busca das fontes curativas.

Mais de uma vez, maravilhou-se de ver abrasar-se a lama enegrecida, quando, depositada à margem do canal, perdia o excesso de umidade, depois de exposta ao sol.

Opinou que fôsse turfoso o terreno, onde o incêndio progredia facilmente, ao penetrar nos batumes, que não se achassem desmedidamente encharcados.

Em meio do paul, já parcialmente drenado, afloraram minadouros, para logo relacionados como de “águas gasosas ferruginosas”.

O êxito rematava-lhe os esforços de sagaz desbravador.

Mister se fazia, porém, evitar acidentes maléficos, por meio de estacada que os protegesse.

Preparava-se para inaugurá-la, quando o surpreende a presença de visitantes conspícuos.

Honório Hermeto Carneiro Leão, que se achava na fazenda vizinha, em companhia do Comendador Venâncio J. Gomes da Costa, quis experimentar as águas medicinais de que se utilizaria, com proveito, por duas semanas.

Propagandistas de alto coturno Se verdadeira a tradição que arrola Honório Hermeto entre as primeiras individualidades de relêvo, que se valeram da ação benéfica das fontes reveladas por Mafra, e batizadas, mais tarde, com os nomes régios de D. Pedro, Dona Leopoldina e Dona Isabel, a sua eficácia não precisaria de melhores recomendações.

Bastaria a palavra do estadista, cujo prestígio crescente iria exercer o primado político ao tempo da “Conciliação”, para angariar novos adeptos da hidroterapia.

Contemporaneamente, porém, adoece o padre Joaquim Camilo de Brito, vigário de Barbacena, a quem aborrecedora dispepsia molestava sem interrupção.

Em obediência à prescrição de seu médico assistente, conde de Prados, resolveu provar, em 49, as águas que lhe foram prescritas.

E aceitou, para a longa viagem, a companhia do seu amigo, padre Correia de Almeida, que jamais cessaria de proclamar os benefícios das fontes, a que periodicamente voltava, com entusiasmo irradiante.

A cura do padre Brito não tardaria a divulgar-se entre as pessoas, que lhe conheciam os velhos achaques.

A narrativa do Dr. H. Monat, a que foram tomadas estas referências, não menciona as datas dos sucessos, mas afirma que, a exemplo do vigário, procuraram as fontes sagradas o Duque de Caxias, os barões

de Juiz de Fora, o Conde de Baependí, o Barão de Nogueira da Gama, o Conde de Laje, além de outros, desprovidos de títulos honoríficos, mas de acentuada valia social, como Teófilo Otoni, que chegou a "Caxambú em estado deplorável; seus amigos, entre êles o barão de Maciel, ajudam-no a descer da liteira, carregam-no, tal é o seu estado"

Decorridos seis meses, apresentava-se liberto do sofrimento, com a saúde recuperada.

Depois do democrata exaltado, que soube comunicar o seu entusiasmo à população carioca, em quadras de agitação partidária, a própria família imperial tomaria o caminho das fontes, cuja fama crescia de contínuo.

Da Princesa Isabel, recorda a lenda que, além de preferir as águas assinaladas pelas suas qualidades garantidoras de descendência varonil, que perpetuasse a dinastia bragantina, ainda recorreu à proteção de Santa Isabel da Hungria, a quem fez a promessa de mandar levantar um templo digno, caso fôsse atendida em suas aspirações.

E do nascimento do primogênito, a 15 de Outubro de 1875, resultou o comêço da construção da Igreja, que os seus esforços não conseguiriam rematar.⁹

Ativação dos melhoramentos Quando a Princesa Isabel estacionou em Caxambú, no triênio anterior à sua Regência, já alguma alteração importante se espelhava no local, antes simples recanto pastoril, que só os vaqueiros percorriam em seus campeios frequentes.

Mas, em 1852, José Nogueira, ao receber de herança, no condomínio da fazenda "Caxambú", o quinhão de 30 alqueires, que abrangia o vale do *Bengo*, associou-se a João Constantino e Teixeira Leal, para a exploração das águas preciosas.

Na falta do primeiro, por falecimento, apenas iniciada a sociedade, e do segundo, que os interesses mercantis retinham em Baependí, coube à Leal a tarefa principal, que proporcionou aos forasteiros espaçoso abrigo, em prédio construído de alvenaria de pedra e cal, e casa apropriada de banhos, abastecida pelas fontes.

A iniciativa particular contribuía, destarte, para estimular o povoamento da gleba, cuja desapropriação o Dr. Manuel Joaquim pleiteou na Assembléia Provincial de Minas.

(9) A respeito da Igreja de Santa Isabel, a que se refere a tradição da promessa da Princesa, consta que o projeto, inspirado no modelo da Hungria, interrompeu-se com o exílio da Família Imperial. Mais tarde, concessionário das fontes, o conselheiro Mayrink, em momento de provação, com a perna fraturada, em consequência da queda de cavalo, que lhe aprazia montar, recorreu à proteção da mesma Santa, a quem prometeu concluir o templo.

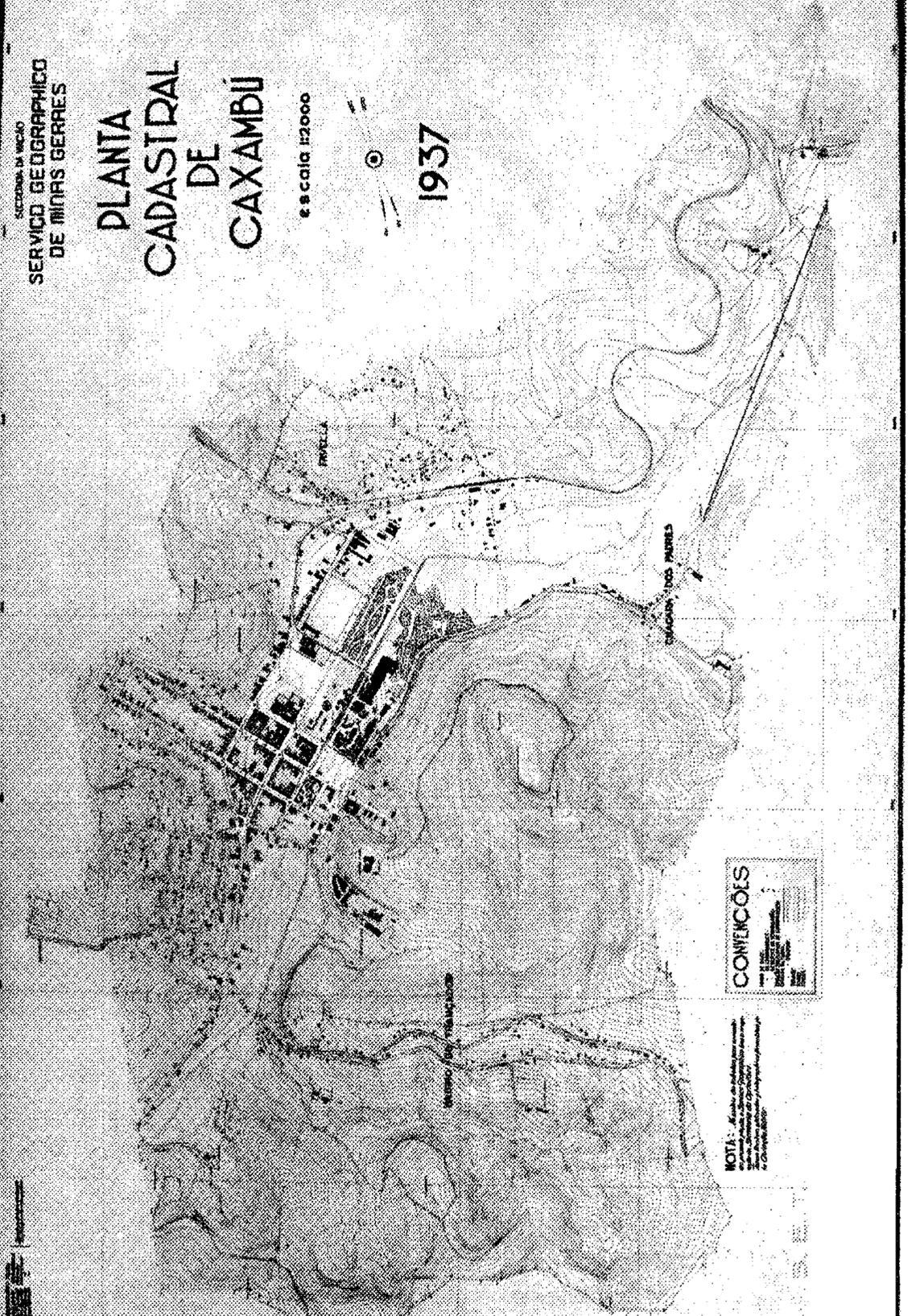
Verdadeira, ou não, a versão conservada, o certo é que a Lei 398, de 2 de Setembro de 1904, isentou o Bispado de Pouso Alegre do imposto de transmissão da propriedade que deveria pagar, ao legalizar a "doação feita por Francisco de Paula Mayrink de uma Igreja em Caxambú".

SECRETARIA DA AGRICULTURA
SERVICO GEOGRAPHICO
DE MIMOS GERRIES

PLANTA CADASTRAL DE CAXAMBÚ

escala 1:2000

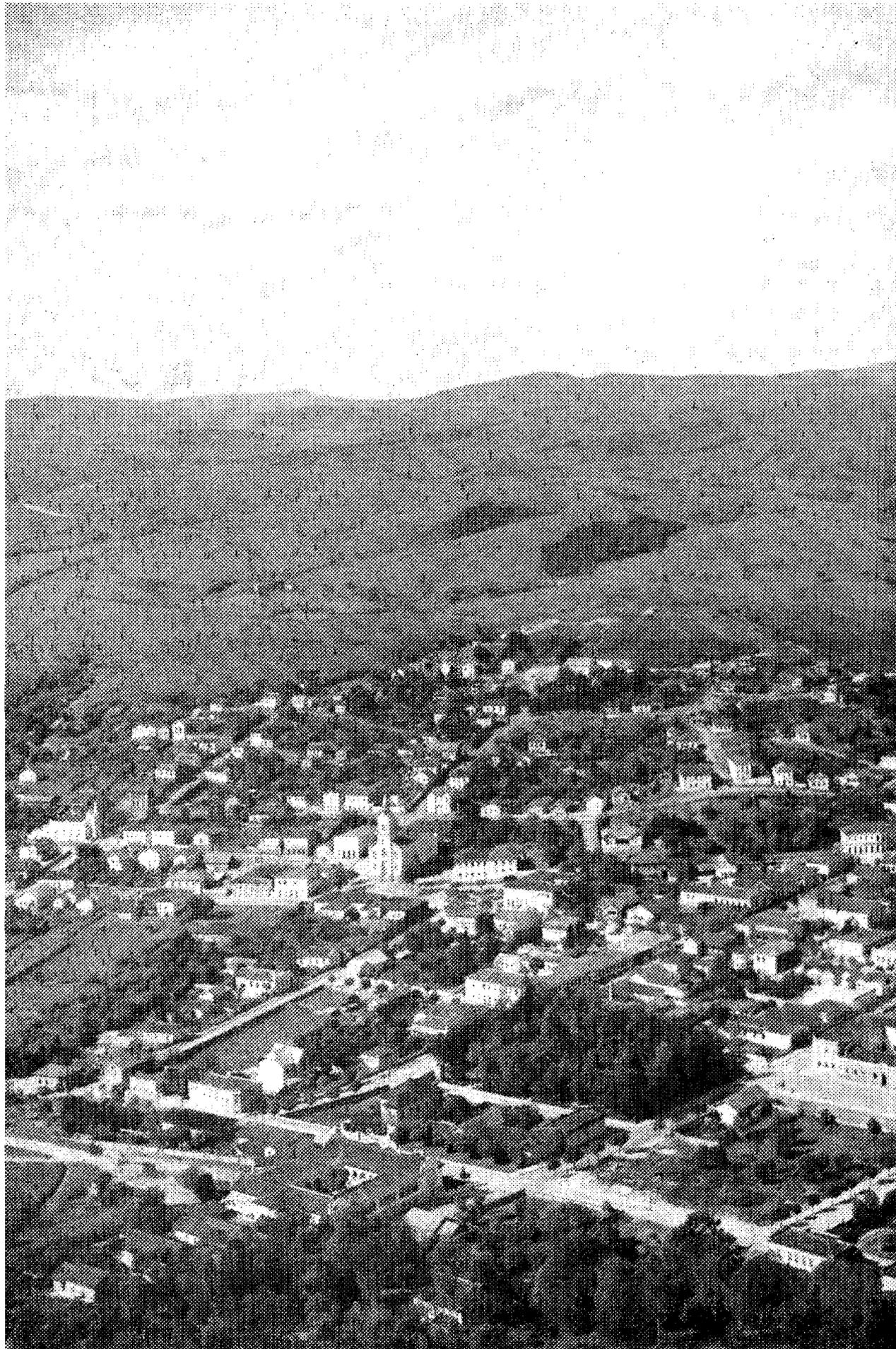
1937



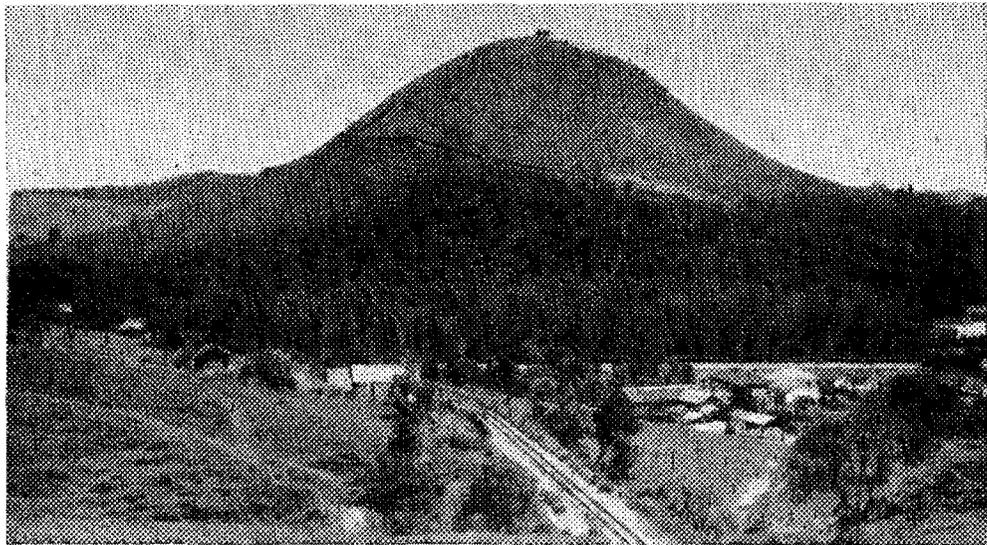
CONVENÇÕES

[Symbol]	Limite da Propriedade
[Symbol]	Limite da Parcela
[Symbol]	Limite da Rua
[Symbol]	Limite da Estrada
[Symbol]	Limite da Freguesia
[Symbol]	Limite da Paróquia
[Symbol]	Limite da Vila
[Symbol]	Limite da Freguesia
[Symbol]	Limite da Paróquia
[Symbol]	Limite da Vila

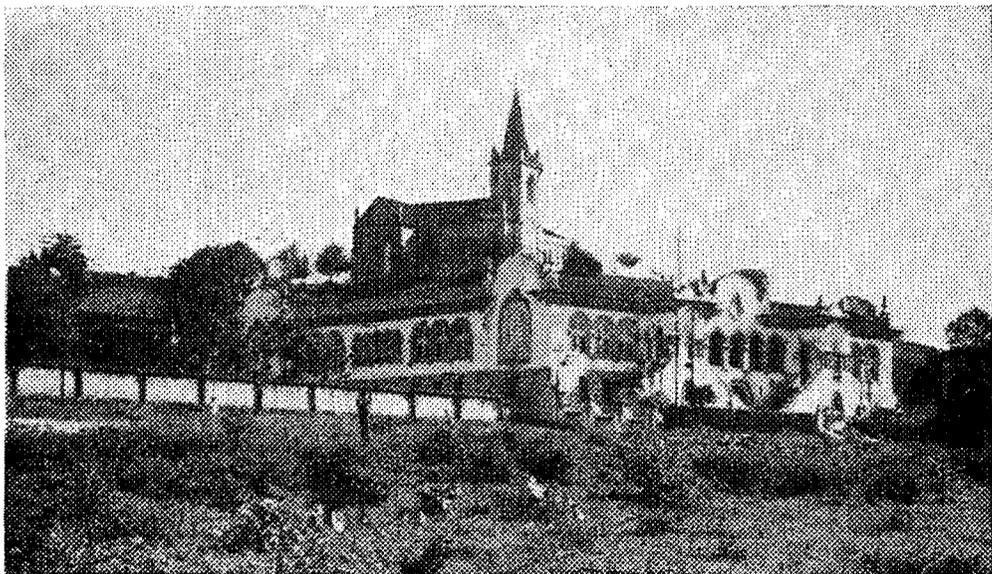
NOTA: As áreas em branco representam terrenos não cadastrados. A planta foi elaborada em 1937 e atualizada em 1950.





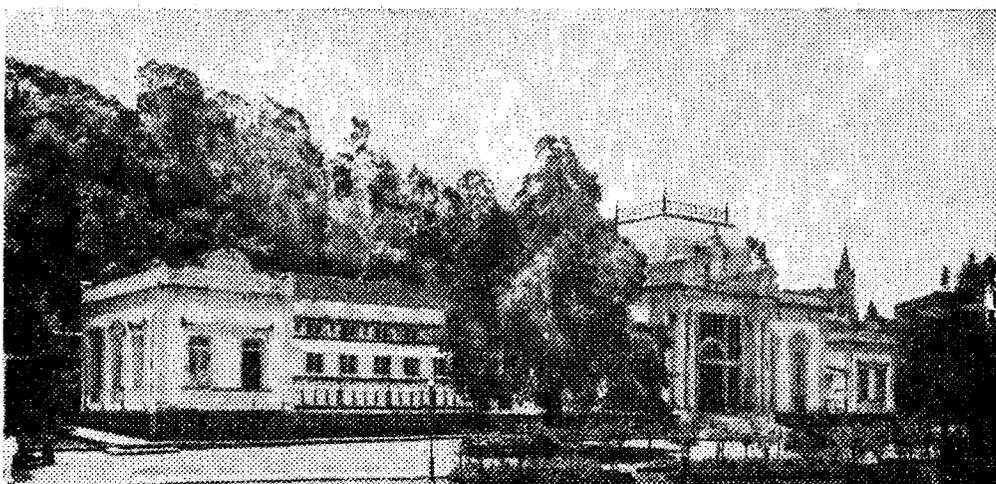


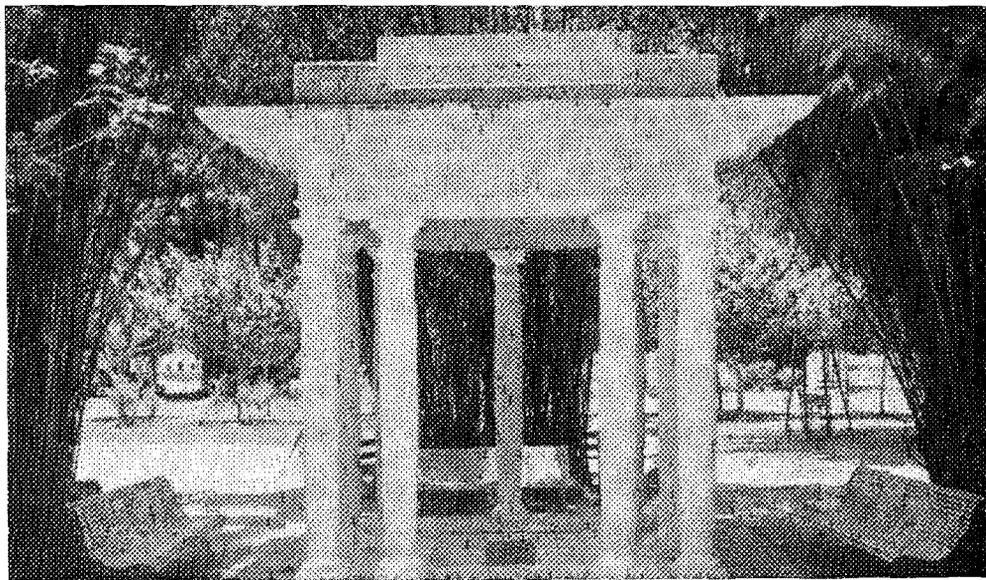
Morro de "Caxambu"



Grupo Escolar "Padre Correia de Almeida". Em cima, a Igreja Santa Isabel

Balneário, no Parque das Águas



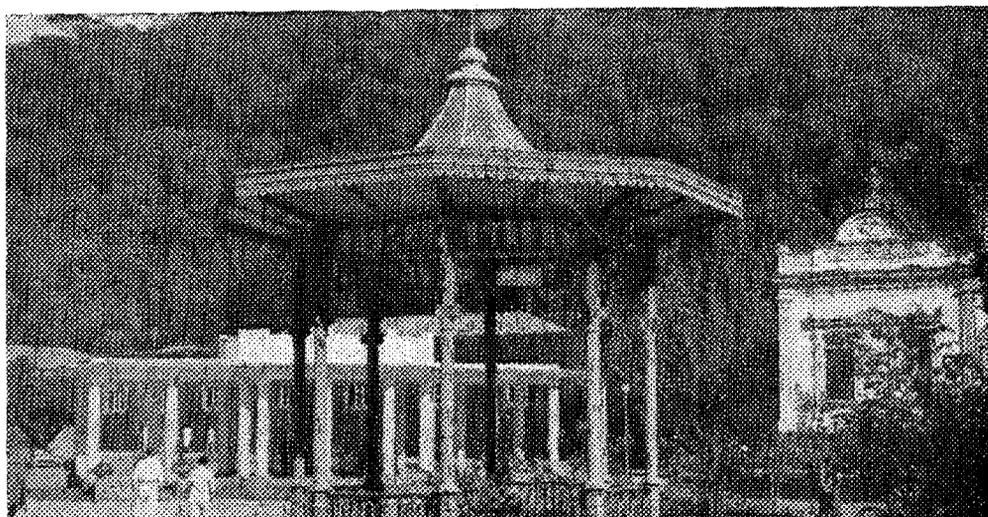


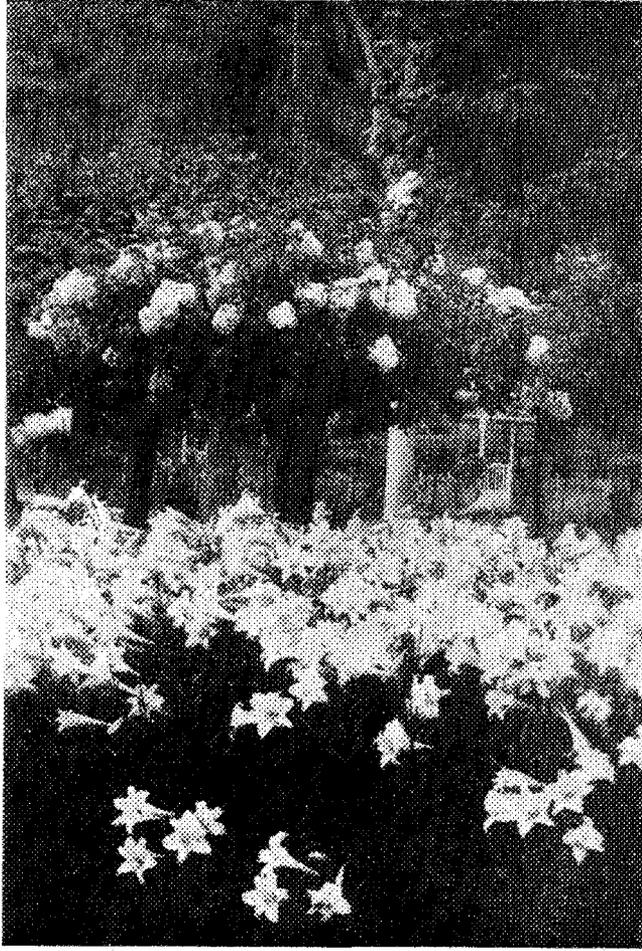
Fonte "Conde d'Eu"



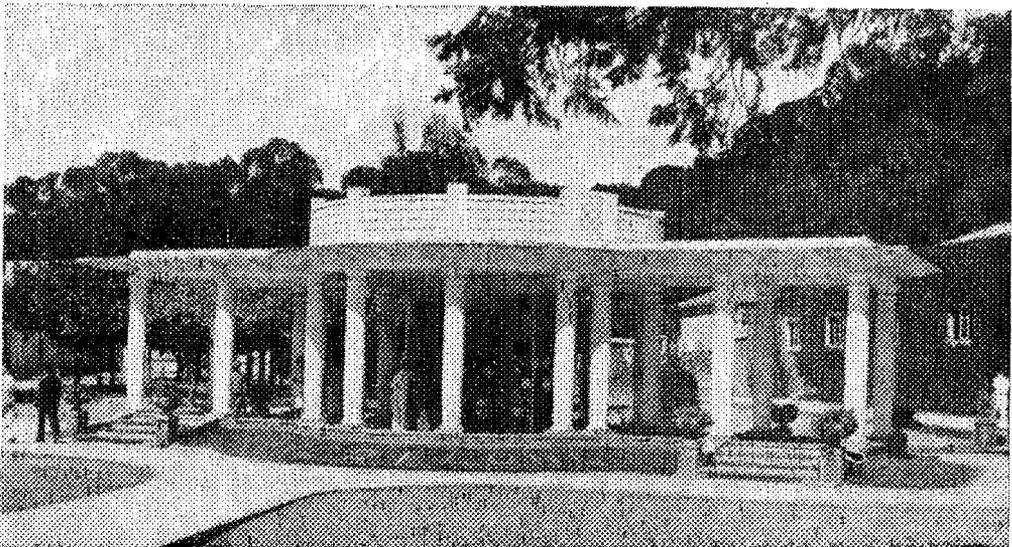
Roseiras no Parque das Aguas

Fonte da "Beleza"





Jardim florido no Parque das Aguas



Fonte "D. Pedro II"

Feita a avaliação pela perícia de lavradores, que só levaram em conta a qualidade agrícola das terras, a cada alqueire corresponderia a quantia de 200\$000, de sorte que os sócios Constantino e Leal apenas receberam 750\$000 pela parte de cada um.

Afastados os iniciadores, apossou-se o govêrno provincial do vale promissor e suas fontes, a utilização das quais esmoreceu, principalmente depois do parecer do Dr. Martinho Brandão, que desaconselhava maiores despesas com o imóvel adquirido por tuteméia.

Contemporaneamente à visita principesca, porém, Saldanha Maranhão, no govêrno de Minas, ideou beneficiar a estância hidromineral, para onde enviou o Engenheiro Júlio Horta Barbosa, encarregado de examinar a localidade, e executar os melhoramentos mais urgentes.

Começou pela canalização do ribeirão, cujo curso retificou. Empeidou os poços para evitar infiltrações de águas pluviais. E cobriu-os com telheiros, para completar a proteção.

Aproveitou o ensêjo para dar a cada fonte o nome de algum membro da família imperial, a saber: Fonte D. Leopoldina, D. Pedro, D. Isabel, Conde d'Eu, Duque de Saxe, conservados na atualidade, com exceção da Fonte D. Teresa, que sumiu.

Com planos de maior amplitude, encomendara material afeiçoado ao balneário, quando a ascensão de Andrade Figueira ao govêrno lhe paralisou a ação.

O novo Presidente não endossava as idéias de seu antecessor, e, por se tratar, a seu ver, de interêsse exclusivamente regional, ordenou que fôsse entregue o material existente à Câmara de Baependí, cujos recursos não sobejariam para custear as obras projetadas.

Novo colapso experimentaria a localidade em sua evolução, uma vez que o proprietário se desinteressou de sua sorte, negando-lhe a continuação dos melhoramentos previstos.

Era bem a praga dos lázaros que de novo travava o desenvolvimento do povoado, de que foram expulsos.

Análise das águas Não se esquecera, porém, a Princesa Isabel dos benefícios que lhe causara o uso das águas, mais gabadas, de que propriamente conhecidas.

E assentou que deveria contribuir para examiná-las.

Vagamente constava que Paulo Cândido as levava para o seu laboratório, sem resultado que se divulgasse.

Horta Barbosa também as examinara, apenas para lhes identificar os elementos componentes.

Análise quantitativa, nenhuma havia. E para realizá-la, foi organizada Comissão de alta classe, constituída pelo Conselheiro Ezequiel

Correia dos Santos, Dr. Agostinho José de Sousa Lima e José Borges da Costa.

João Alfredo, Ministro do Império, não poderia escolher, em 1873, nomes de maior nomeada científica.

Apesar do laudo desacreditar as fontes consideradas até então sulfurosas, à vista do seu escasso teor de enxôfre, Manuel Joaquim, clínico de Baependi, não cessou de enaltecer-lhes os préstimos, especialmente da denominada Duque de Saxe, ameaçada de obstrução pela sentença condenatória.

Se, por um lado, a opinião dos sabedores contrariava, em parte, a tradição clínica, por outro, iria animar a exploração metódica das fontes, em reconhecimento às quais foi criada, a 16 de Novembro de 1875, a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Caxambú.

E m p r ê s a s concessionárias Conhecido o resultado da análise, realizada por profissionais de incontestável saber, apressou-se o Conde de Laje em obter a concessão para explorar as fontes. Não obstante associado ao Dr. Antônio Pereira e José Meireles, nada realizou, todavia, de proveitoso, deixando cair em caducidade o privilégio.

Já em 1883, processou-se novo pedido, formulado pelo Dr. Saturnino de Sales Veiga, que cedeu os seus direitos ao Dr. Layandera, cuja concessão provocaria a formação, em 1886, da primeira Empresa arrendatária, a quem a vendeu por 20:000\$000.

Constituída com o capital de 300:000\$000 de elementos locais, a sociedade teve por Presidente o Barão de Maciel, auxiliado pelo Dr. Policarpo Viotti, incumbido da parte técnica e administração geral, além dos cooperadores, como Antônio de P. Andrade, Costa Guedes e muitos outros.

Convicto da excelência das fontes, que recomendava aos seus clientes, começou Viotti a metodizar a captação, que ia buscar na rocha firme, ainda que se encontrasse a variável profundidade, como indicam os números a seguir :¹⁰

Fonte Conde d'Eu	6 metros
" D. Isabel	7,5
" D. Leopoldina	9
" Duque de Saxe	11
" Mayrink	11

(10) Nos serviços de captação das fontes, distinguiu-se Venâncio da Rocha Figueiredo, pelo seu tino prático e paciência na escolha dos veios d'água.

Uma vez aprofundada a excavação, em poço dotado de necessário escoramento, até a rocha viva, cuja descascagem permitia distinguir donde surgiam os filletes laterais, convergentes para o centro, analisava um a um, com o papel de turnessol, e conforme se manifestava a reação ácida, ou não, reunia-os em dois coletores, para um dos quais seguiria a água aproveitável, enquanto o outro se desviava para o sistema de drenagem adotado.

Em seu tempo, foi descoberta copiosa fonte, à qual o Dr. Rodrigues dos Santos propôs o nome de Viotti, em homenagem ao dedicado administrador, que lhe promoveu a captação.¹¹

Em tôdas as excavações necessárias para a utilização racional das fontes, como em Mayrink, realizada mais tarde, foram encontradas camadas de argilas, turfa — caolim — areia — cascalho — rocha.

Em outras, sucediam análogos depósitos de aluvião, sôbre os quais estendia o ribeirão o lençol de suas águas represadas por larga extensão.

Prosseguia a primeira Empresa em suas realizações, quando o Conselheiro Mayrink, no fastígio de sua carreira empreendedora, decidiu comprá-la pela importância de 800:000\$000.¹²

E sem tardança promoveu a viagem de conceituados profissionais que fôssem renovar a análise das águas.

A comissão reuniria químicos e clínicos, indicados pela Academia Nacional de Medicina, a começar do seu Presidente.

Aí se emparceiraram João Batista de Lacerda, César Diogo e Borges da Costa, J. Pinto Portela e Francisco de Castro, nomes de maior fama na ocasião.

Quando estiveram em Caxambú, por Maio de 93, a fonte de Duque de Saxe não se achava em condições de fornecer líquido puro, e assim não passou por nenhuma prova.

Já nessa quadra, principiaria a apagar-se a estrêla do capitalista, que passou a sua concessão a José Richmond Gomes Guimarães e Dr. João Martins da Silva, mais tarde substituídos por outros arrendatários, que atuariam sob diverso regime, antes que o Estado se decidisse a promover a encampação da Empresa de Águas Minerais de Caxambú e Contendas, conforme despositivo legal de 18 de Abril de

(11) Ao publicar, em 1920, o seu ensaio: "AS ÁGUAS MINERAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS", afirmou o Dr. Pádua Resende:

"Esta empresa executou as seguintes obras :

- a) drenagem da bacia hidrológica;
- b) captação das águas, montagem dos chalés nas fontes Viotti, D. Pedro e Isabel;
- c) construção do estabelecimento balneário;
- d) retificação do córrego Bengo, na extensão de 2 Kms;
- e) ajardinamento, arborização e gradil do Parque;
- f) retificação e preparo da estrada de Soledade a Caxambú;
- g) criação de uma linha telefônica entre Caxambú e Soledade, Contendas, Conceição do Rio Verde e Baependi;
- h) montagem do Hotel da Empresa".

(12) Informação colhida em Caxambú, que discorda da quantia (515:000\$000) mencionada pelo Dr. Pádua Resende, conforme cujo depoimento Mayrink teria realizado :

- a) captação das fontes Duque de Saxe e Leopoldina.
- b) instalação do gradil de ferro em torno do Parque.
- c) melhoramentos no Parque e instalação do engarrafamento pelo processo da gaseificação com o gás da própria fonte.

1904, seguido de outro, de 31 de Maio, que autorizou a emissão de 630 apólices, de 1:000\$000 cada uma, para o devido pagamento.¹³

A s c e n s ã o Com o século, abrem-se luminosas esperanças para administrativa Caxambú, que já empolgava a atenção oficial. E assim, apenas a lei estadual, n.º 373, de 17 de Setembro de 1903, autorizou a criação de Prefeituras, o Executivo, personificado em João Pinheiro, firmou o decreto 1.777, de 30 de Dezembro do ano seguintê, que aplicou a Poços de Caldas e Caxambú a medida progressista.

E cessou a administração local, iniciada por fôrça da lei 1901, (16 de Setembro), que criara o novo município, desmembrado de Baependi, e substituída, a partir de 2 de Janeiro de 1905, pelo executivo de escolha direta do Governo do Estado.

Nomeado prefeito, o engenheiro Américo de Macedo obteve do Presidente o crédito de 500:000\$000, acrescido de outros, na administração do Dr. Camilo Soares, seu substituto, em 1909, além de 300:000\$000, proveniente de selos aplicados em garrafas de água para exportação.¹⁴

Mediante auxílios tais, tornou-se possível a execução de melhoramentos urbanos, que transformassem a cidade tão justamente arguida de anti-higiênica por H. Monat, douto visitante e apreciador de suas fontes, ao findar o século passado.

Em vez de poços para abastecimento d'água de cada casa, a pequena distância da fossa, em terreno permeável às intercomunicações, como denunciou em 1894, a engenharia sanitária seria chamada a sanear a localidade.

Afonso Vaz de Melo projeta a canalização do ribeirão, que J. Pessoa de Melo executa.

(13) Informa, a propósito, o Dr. Pádua Resende :

"Em 1905, o govêrno do Estado encampou a Empresa pela soma de 600 contos em apólices e a arrendou à actual Empresa, que promoveu os seguintes melhoramentos :

- a) a notável construção do edificio do engarrafamento, cujo plano cabe ao arquiteto Dr. Alfredo Burnier.
- b) galpão de lavagem de garrafas.
- c) grande depósito de vasilhame.
- d) observatório meteorológico.
- e) revestimento dos passeios laterais e gradeamento do rio *Bengo*.
- f) transformação do Parque, drenagem, nivelamento, arborização, modernas instalações sanitárias.
- g) captação das fontes Viotti e Mayrink e revisão das fontes Leopoldina, Isabel, e Conde d'Eu.
- h) ...
- i) o estabelecimento balneario, plano do Dr. Burnier.

O mesmo autor afirma que, de 1905 até 30 de Junho de 1939, a Empresa applicou nas referidas obras a quantia de 2.082:370\$000.

(14) Até 31 de Dezembro de 1914, informa o Dr. Resende, "a Prefeitura recebeu contribuições na importância de 1.289:260\$195, a titulo de empréstimo, de acôrdo com o artigo 14 da Lei 510, de 20 de Setembro de 1909".

Mais tarde, foram abertos, para o mesmo fim, os créditos de

125:000\$000.....	por decreto de 25 de Julho de 1922:
675:000\$000.....	" " " 11 de Outubro de 1930.
140:000\$000.....	" " " 23 de Fevereiro de 1932.

Baeta Neves, a princípio auxiliado por Honório Hermeto Correia da Costa, em 1907, cuida do abastecimento d'água e da rede de esgotos, que termina em 1910.

No ano seguinte, a 23 de Junho, inaugura-se a usina hidroelétrica, de que parte a linha de transmissão para Baependí e Caxambú.

Provida assim dos serviços essenciais mais indispensáveis às coletividades, Caxambú floresce, a ponto de figurar na lei 663, de 18 de Setembro de 1915, revisora da divisão administrativa, como cidade e sede de termo judiciário, ainda subordinado à comarca de Baependí.

As suas edificações alongam-se pelo vale, onde começaram, como ainda atestam os casarões em ruínas, adiante da Matriz, que ostentam na fachada a data de sua construção, em 1871, e já sobem pela encosta.

Da cota 890, correspondente ao portão do Parque, a Avenida Camilo Soares, que o flanqueia, alcança 900 metros na estação da via férrea, ao passo que as ruas transversais, pela encosta acima, atingem a curva de nível de 930 metros, em frente ao Morro, que vai até 1.090 metros.

Florescimento urbano Uma vez realizados os melhoramentos, às expensas do Estado e da Municipalidade, fora do Parque, e pela Empresa de Águas de Caxambú, do portão para dentro, modificou-se em grande parte a paisagem local, descrita veridicamente pelo Dr. Monat.

Cessaram os aterros com lixo, que sobremaneira contribuíam para causar fermentações incomodativas para os transeuntes, além de facilitar a proliferação de germes hostís à vida humana.

A distribuição de água, captada em mananciais isentos da contaminação, e de luz, proveniente de usina hidroelétrica, melhorou as condições de conforto da população permanente, do mesmo passo que os hotéis, em número crescente, cuidavam de oferecer à clientela temporária a melhor hospedagem possível.

A mata primitiva, que ensombrava a baixada, desaparecera ao tempo de Dr. Monat, que censurou a carência de arvoredo no Parque, a ponto de torná-lo escassamente frequentado pelos veranistas.

Em seu lugar, porém, surgiria, mais tarde, a floresta de eucaliptus, que se estende, da base do morro à Avenida Camilo Soares, a partir do desvio ferroviário, que a atravessa, para facilitar o transporte de cargas entre o edifício de engarrafamento de águas e a estação.

Dessa linha para montante medrou a planta exótica, substituída, daí ao portão, pelos canteiros de rosas, alamedas de plátanos, e várias árvores ornamentais, entre as quais sobressaem as moitas densas de bambús, ao flanco da área de diversões.

Patinação, jogos de tenis e de outras modalidades desenvolvem-se no mesmo local, de que outrora seria impossível a aproximação de algum observador.

O tremedal existente conteria os mais ousados, que lhe esbarravam na orla movediça.

A drenagem, racionalmente planejada, em complemento à canalização do ribeirão, do portão à linha férrea, transformou o brejão em terreno firme, onde viçam às maravilhas as plantas de jardim, com as suas flores decorativas.

A espaços, ergue-se elegante abrigo, em tórno de alguma fonte captada, com as suas características medicinais.

Aquí, é a fonte D. Leopoldina, além a Duque de Saxe, D. Pedro, Viotti; alí, à esquerda, a D. Isabel e Conde d'Eu; acolá, no seio do bosque, as fontes Mayrink, n.º 1, 2 e 3.

Para lhes consumir o líquido, além da porção sorvida pelos visitantes, levanta-se, na base do morro, o estabelecimento balneário, subdividido em secções apropriadas à diversidade inúmera de aplicações, além da piscina de 12 x 25 metros, também provida de água mineral.

Entre ambas as instalações, a casa de máquinas incumbem-se de gerar vapor d'água para aquecimento dos depósitos no balneário, além de abrigar o gasômetro, em que se acumula o gás carbônico em excesso, colhido nas fontes de maior teor gasoso.

Em frente, a secção de engarrafamento não somente mistura esse gás à água conduzida aos seus depósitos, para compensar possíveis perdas, como ainda pratica as diferentes operações necessárias ao engarrafamento destinado à exportação.

Para tanto, os conjuntos mecânicos obedeceram a plano racional de trabalho, que toma a garrafa, com tôdas as possíveis impurezas de uso anterior, submete-a primeiramente à ação da água quente, seguida de escovadela veloz, que a limpa completamente.

Transportada em recipientes sôbre rolos para a sala contígua, aí se enche de água, já súper-gaseificada, recebe a cápsula, que a fecha, os rótulos também colocados por meio de peças engenhosas.

E no salão de encaixotamento acondiciona-se em volumes, que facilitem o transporte, além de manter unidade mais alta, caixa de 48 garrafas, usual no comércio.

Destarte, o agente maior do florescimento de Caxambú, em vez de esperar, na fonte, a clientela, que lhe promova o consumo por doses criteriosamente indicadas pelos crenologistas, vai procurá-la onde quer que a encontre, ao fim de percurso variável, ainda que alongado por milhares de quilômetros.

Como seja a descarga normal das fontes estimada em 60.000 litros por dia, a exportação anual, avaliada em 100.000 caixas, longe está de corresponder-lhes à capacidade do fornecimento.¹⁵

(15) A exportação das águas de Caxambú, em 1939, montou a 93.700 caixas de 48 garrafas de meio litro.

Caxambú atual A cidade de Caxambú, que deve a sua fundação às águas minerais, outrora mascaradas por impenetrável paul, continuou a desenvolver-se, amparada em suas fontes afamadas.¹⁶

Por isso, a vida urbana concentra-se-lhe no Parque, onde elas fluem, e nas proximidades, decoradas de hotéis modernos, cuja atividade obedece ao mesmo ritmo de afluência dos veranistas.

De Setembro a Novembro, cresce o movimento dos visitantes, e, em correspondência, a atividade citadina, que experimenta ligeiro decréscimo de Dezembro a Janeiro, para alcançar de novo o auge, nos dois meses seguintes, antes de declinar completamente em Maio, quando se ausentam os derradeiros clientes.

Nos meses restantes, a vida urbana contém-se discretamente na penumbra, a recordar episódios da quadra faustosa, quando pelas ruas regularmente pavimentadas circulam charretes, que não transpõem as raias municipais, rodam automóveis licenciados no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, e outras cidades, e tumultua o tropel dos animais alugados para as cavalgadas matinais.

Cresce, então, a população, atraída dos arredores pela oportunidade de realizar transações lucrativas, ou seduzida pelos encantos das festividades religiosas, ou profanas, que adquirem maior ressonância.

(16) As águas minerais de Caxambú, afirmou o Dr. Mário Mourão, pelo "Jornal do Comércio" de 17 de Dezembro de 1939: "são de um grande valor eupéptico, muito mais diuréticas que as melhores águas européias, e a sensação do apetite é uma consequência da ótima digestão gerada por aquelas águas.

Agindo como as mais eficientes, entre as águas minerais com essas características, a fonte D. Pedro realiza a diurese de uma forma surpreendente.

E' a Evisão nacional. Em moléstias de fígado, são as vias urinárias que abrem as esperanças de uma cura. A D. Pedro, além de seu notabilíssimo papel eupéptico, excita a função depuradora do rim, com uma tal energia, que essa atuação consagra a reputada água como um verdadeiro dom da natureza".

Análise minuciosa apontou-lhe os elementos seguintes :

EM 1 LITRO DAS ÁGUAS FORAM ENCONTRADAS EM GRAMAS :

ESPÉCIES	D. PEDRO	Viotti	Mayrink n.º I	Mayrink n.º II	Leopoldina Magnesiana	Conde d'Eu	D. Isabel	Duque de Saxe	Beleza
Oxigênio livre.....	0,00286	0,00293	0,00514	0,00532	0,00093	0	0	0,00044	0
Anidrido carbônico (XD ^o) total.....	1,69300	1,05600	0,8716.	0,80170	2,00000	1,70600	2,31100	2,1550	2,35100
Anidrido carbônico combi- nado.....	0,17950	0,11140	0,09680	0,07590	0,39720	0,36830	0,80980	0,80130	1,16670
Anidrido carbônico livre.....	1,51350	0,94460	0,77480	0,72580	1,60280	1,33770	1,50120	1,29370	1,18430
» silício (Bf D ^o)....	0,02100	0,01960	0,01100	0,01850	0,04800	0,04420	0,06736	0,04630	0,06716
» sulfúrico (Bx ^o)....	0,00144	0,00103	0,00137	0,00089	0,00274	0,00508	0,00679	0,00631	0,00905
Ácido clorídrico (em Xj)....	0,00119	0,00114	0,00104	0,00059	0,00104	0,00143	0,00143	0,00108	0,00233
Anidrido fosfórico (Po D ^o) Oxido de sódio.....	0,00051	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	0,00054	0,00149	0,00134	0,00057
» potássio.....	0,02815	0,01674	0,01672	0,01259	0,06342	0,05555	0,12790	0,13010	0,17300
» cálcio.....	0,03094	0,02201	0,01899	0,01538	0,06014	0,06270	0,12150	0,13140	0,18460
» lítio.....	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios	vestígios
» manganês.....	0,05750	0,03500	0,0290	0,02290	0,12720	0,11290	0,25410	0,23740	0,38680
» ferro.....	0,01079	0,00666	0,00572	0,00449	0,02640	0,02055	0,04537	0,05062	0,06749
» alumínio.....	0,00021	0,00017	0,00012	0,00010	0,00026	0,01640	0,02420	0,00217	0,00800
» zinco.....	vestígios	0	vestígios	vestígios	vestígios	0,00012	0,00023	0,00010	0,00010
» cobre.....	0,00099	0,00063	0,00298	0,00000	0,00294	0,00440	0,00303	0,00323	0,00359
Resíduo seco a 110 ^o	0,25040	0,1704	0,14160	0,12000	0,55040	0,5334	0,0830	1,14000	1,55700
» a 180 ^o	0,23840	0,1600	0,13360	0,11200	0,52240	0,4944	0,0350	1,0800	1,46900
Rádio-atividade em uni- dades Macho.....	43,3	42,9	38,7	31,3	5,5	12,5	4,2	3,1	5,6
Temperatura em graus cen- tígrados.....	23 ^o ,0	23 ^o ,9	24 ^o ,3	25 ^o ,7	22 ^o ,9	21 ^o ,7	21 ^o ,6	23 ^o ,3	23 ^o ,3

Os festejos da Semana Santa, por exemplo, que ainda seguem o ceremonial inspirado nas tradições, acaso atenuado em outras localidades, propiciam motivo às populações circundantes, em raio que alcance Conceição do Rio Verde, e talvez lhe ultrapasse as divisas, para a aglomeração temporária em torno da Matriz, donde saem as procissões numerosas e respeitadas pela assistência, adventícia, ou local.

O movimento social exalta-se ao fastígio, estimulado pelos veranistas, que animam os saraus, as quermesses, as reuniões de tôda espécie.

Quando os retardatários se retiram, entra a cidade em modorra inoperante.

A indústria local, de valor diminuto, não basta para lhe manter a perdida animação, nem o comércio, que sobremaneira avulta na quadra do veraneio.¹⁷

Todavia, a cidade beneficiou-se com a ocorrência periodicamente prestada, que lhe causou a transformação em "Prefeitura", a cujos destinos o govêrno estadual a miúde acorre com o seu auxílio oportuno.

E conseguiu inaugurar, na administração do Engenheiro Fábio Vieira Marques, o reforço do abastecimento d'água, mediante a captação, à distância de 8 Km, em Cachoeirinha, na altitude de 1.000 m, e efetuada pelo Engenheiro J. B. Teixeira, de manancial capaz de proporcionar 3.000.000 litros diários.

(17) De conformidade com o resumo estatístico gentilmente oferecido pelo Snr. Rangel de Magalhães Viotti, a produção agrícola de Caxambú, no derradeiro triênio, montou a

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL

1937	CAFE' Sacas 2.370	ARROZ Sacas 1.125	FEIJÃO Sacas 1.586	MILHO Sacas 4.800	MANDIOCA Quilos 12.000	CEBOLA Quilos 2.500	ALHO Quilos 23.000
	TOMATE Quilos 3.000	BATATA Quilos 38.000	UVA Quilos 3.000	ABACATE Centos 60	BANANA Centos 400	LEITE Litros 146.000	OVOS Dúzias 30.000
1938	CAFE' Sacas 13.000	ARROZ Sacas 1.250	FEIJÃO Sacas 1.700	MILHO Sacas 5.333	MANDIOCA Quilos 12.000	CEBOLA Quilos 2.500	ALHO Quilos 24.000
	TOMATE Quilos 3.000	BATATA Quilos 40.000	UVA Quilos 2.500	ABACATE Centos 60	BANANA Centos 400	LEITE Litros 146.000	OVOS Dúzias 30.000
1939	CAFE' Sacas 260	ARROZ Sacas 1.062	FEIJÃO Sacas 1.133	MILHO Sacas 21.333	MANDIOCA Quilos 10.000	CEBOLA Quilos 1.500	ALHO Quilos 20.000
	TOMATE Quilos 2.000	BATATA Quilos 30.000	UVA Quilos 2.500	ABACATE Centos 40	BANANA Centos 40	LEITE Litros 73.000	OVOS Dúzias 20.000

No mesmo período, a indústria pastoril apontava os números a seguir :

ANIMAIS

	1937	1938	1939
Bovinos.....	12.000	14.200	10.600
Equinos.....	350	400	300
Suínos.....	11.000	12.000	10.000
Muarees.....	300	300	310
Caprinos.....	1.500	2.000	1.600
Ovinos.....	300	300	250
Galináceos.....	45.000	50.000	30.000

De igual modo, o primitivo serviço de força e luz passou a cargo exclusivo de Baependí, enquanto nova usina, montada em Congonhal, distante 32 Km, com a capacidade de 1.400 H. P., dos quais estão sendo aproveitados 950 H. P., destinava a sua energia a Caxambú, Soledade e São Lourenço.

Como Prefeitura, abriga a sede da 14.^a Circunscrição de Saúde, com jurisdição em 14 municípios, e que lhe cuida eficazmente da defesa sanitária. ¹⁸

Aliás, a temperatura média de 17.^o, sem exageradas oscilações e a escassez de ventos, abarrecidos pelas morrarias circundantes, além da leveza dos ares de montanha, auxiliam a tarefa dos higienistas.

O número de prédios urbanos regula por 1.100, nos quais se abriga a população de 6.000 habitantes, ¹⁹ que, mercê das contribuições periódicas

O "Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais", referente a 1937, que veio a lume recentemente, divulga resultados sobremaneira expressivos.

Assim, o capital das indústrias, por grupos, distribue-se da maneira seguinte, em Caxambú :

Indústria extrativa	7.136:844\$000
" de transformação	42:000\$000
" fabril	645:500\$000
	7.824:344\$000

A primeira parcela corresponde precisamente ao capital e reservas da Empresa de Águas de Caxambú S/A, que trabalha com 156 operários e motores de 100 H. P.

Em seguida, classifica-se a de laticínios, com o capital de 438:000\$000, que permite o trabalho de 12 operários e 45 H. P.

As 27 restantes, apenas requisitam o concurso de 63 operários, e 74 H. P., e não abrangem capital superior a 249:500\$000.

Proporcionalmente, o valor da produção alcançou as parcelas a seguir

Águas minerais (96.025 cxs.)	3.010:875\$000
laticínios	932:850\$000
extração de madeira e areia	334:700\$000
esquadrias	255:000\$000
doces	111:050\$000
produtos vários	185:751\$000
	4.830:226\$000

Assim é que a exploração das águas, para exportação, em que não se inclui o consumo local, avulta, com a porcentagem de

avulta, com a porcentagem de	62% 5
a de laticínios, apenas alcança	19% 2
enquanto corresponde às demais indústrias a de	18% 3

100% 0

Essas cifras evidenciam eloquentemente a preponderância que exerce na economia de Caxambú a exploração das fontes hidrominerais, que, de mais a mais, lhes dão animação aos hotéis.

(18) Além das repartições municipais, operam também em Caxambú a Coletoria Federal, Agência dos Correios e Telégrafos, a 19.^a circunscrição de Fiscalização das Rendas Federais, a 24.^a Circunscrição de Fiscalização das Rendas Estaduais e Inspetoria Técnica Regional de Ensino, a 14.^a Região da Delegacia Regional da Polícia, a 14.^a circunscrição de Estradas de Rodagem e Obras Públicas.

(19) A população, urbana e suburbana, assim se distribue, pela estimativa oficial :

Menores de 15 anos	4.237
mais de 15 anos	6.300
Total	10.537

Entretanto, o número de pessoas que frequentaram o Parque em 1939 equivalente, com pequena diferença, ao dos veranistas, elevou-se a 27.997.

A situação demográfica indicou os números abaixo :

	1937	1938	1939
Nascimentos	463	226	539
Casamentos	71	63	63
Óbitos	165	181	167

dicas dos veranistas, já conseguiu elevar lisongeiramente a arrecadação municipal, a saber: ²⁰

1935	462:791\$300
1936	451:801\$000
1937	706:625\$800
1938	702:729\$800
1939	750:558\$600

Em matéria de ensino, Caxambú mantém o Ginásio Municipal, a Escola Normal Santa Teresinha, o Colégio Evangélico, o Grupo Escolar Padre Correia de Almeida e o Patronato Agrícola Venceslau Braz.

Para lhe incrementar as transações mercantís, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais destinou-lhe uma de suas agências, além da Caixa Econômica estadual, de atuação mais limitada.

Se a circulação de valores dispõe de tal aparelhamento, ainda modesto, de acôrdo com o volume das operações, a de mercadorias e passageiros já encontra meios mais amplos de expansão.

Assim é que, de princípio, modesta se alongava a peregrinação dos sofredores pelas estradas mal conservadas, ao longo das quais seria sobremaneira penosa a viagem.

Mas, a 14 de Julho de 1884, rompe a ferrovia, de Cruzeiro por Passa Quatro, Conceição do Rio Verde, a caminho de Três Corações.

Caxambú permaneceu de lado, embora indiretamente beneficiada pela via férrea, que levava os passageiros até a estação mais próxima, de Soledade, donde seguiam em veículos de tração animal.

Ainda depois de inaugurada a ligação férrea de Caxambú, a 15 de Março de 1891, continuavam as condições enfadonhas de peregrinação, em cujo têrmo se confessou Monat, ao recordar o suplicio por que passara, análogo ao dos companheiros de excursão:

“Sou um homem abatido, aborrecido, extenuado, mortificado física e moralmente, ainda sob a impressão dos últimos solavancos do troli em que fiz as últimas provas da minha resignação, atraído pela fama das águas maravilhosas de Caxambú”.

Tais expressões, escritas em 1894, por quem sabia observar, dificilmente se renovariam na atualidade, embora não estejam ainda os sistemas de transportes existentes de todo sobranceiros a censuras.

As falhas, todavia, que apresentam, derivam, em geral, da crescente afluência de passageiros, em proporção maior que a permitida pela capacidade dos veículos ferroviários.

(20) As tributações totais arrecadadas em Caxambú classificam-se da forma seguinte:

	1937	1938	1939
Coletoria federal	236:566\$000	324:954\$500	346:571\$800
Coletoria estadual	342:704\$200	466:994\$300	521:247\$400
Prefeitura municipal	706:625\$800	702:729\$900	750:558\$600

Deficiência perfeitamente remediável, portanto.

Além da via férrea, atualmente articulada com a "Rede Mineira de Viação", que lá inaugurou, em Março último, a nova estação, mais ampla que a antiga, dispõe Caxambú das estradas, que lhe põem o território em comunicação com os municípios vizinhos e núcleos sociais de relevo.²¹

Desde Abril de 1927, tornou-se-lhe possível a articulação, mercê da rodovia então aberta ao trânsito, com Lambarí e Cambuquira, antes que se inaugurasse, por Agosto de 1928, a do Rio-Petrópolis, inspirada na qual solicitaram as autoridades de Caxambú análogo benefício ao Governo Federal.

Incumbida dos estudos preliminares, a Comissão de Estradas de Rodagem Federais não tardou em delinear o traçado, que teria execução oito anos mais tarde.

Iniciada a terraplenagem em Agosto de 1936, somente a 12 de Abril de 1939 foi inaugurada a estrada, que se entronca, em Areias, com a a Rio-São Paulo.

Larga de 6 metros, não ultrapassa a rampa de 7 %, que lhe permitiu alcançar a cota de 1.670 metros, acusada pela garganta do Registro, onde galga a Mantiqueira.

Alongada por 151 quilômetros, varou os vales interjacentes, pelos quais outrora se desenvolvera a estrada mineira, ou do Imperador, agente de ligação a seu tempo entre a região serrana e o litoral.²²

Em ponte de concreto armado, transpõe o Salto (com vão de 33 metros), o Capivarí (41 metros) Calçada Grande (12), além de outras de menor vão. E assim, pode ser iniciada a comunicação automobilística entre Caxambú e Rio (370 Kms), e com São Paulo (432 Kms), através de Areias, paulista, Capelinha, fluminense, Pouso Alto, e outras localidades mineiras.

A exemplo dos automóveis particulares, que entraram a frequentar a nova estrada, também operam linhas de ônibus, entre Caxambú e Rio.

E em mais reduzido circuito, rodam os que vão a São Lourenço, a Lambarí, a Cambuquira. Outras vias seguem para Poços de Caldas, Barbacena, abrindo assim comunicações para todos os rumos, em complemento da ferrovia, que, ultrapassando Baependí, vai ligar-se a E. F. Oeste de Minas e E. F. C. B.

(21) As rodovias, que atingem Caxambú, classificam-se da maneira abaixo:

Federal	Caxambú — Areias
Estadual	" — Barbacena
	" — Lambarí
	" — Cambuquira
Municipal	" — Soledade
	" — Usina elétrica
	" — Campo de Aviação

(22) Conforme se divulgou na ocasião da inauguração, a rodovia Areias — Caxambú, construída pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Federais, importou em 15.571 contos de réis.

Em rumo oposto, Soledade lhe franqueia o feixe de ramais, para Itajubá, Campanha, Três Corações, donde prosseguem os trilhos para outros centros mais distantes do povoamento.

Assim é que dispõe atualmente Caxambú de ampla rede de vias de comunicação, tanto rodoviárias, como férreas, que lhe facilitarão o surto de cidade-estância hidromineral, dependente, em primeiro lugar, de favorável acesso, que atraia os visitantes.

Tal é a sua feição característica, pois que deve às fontes apreciadas a causa da transformação local, operada pela intervenção humana, que secou o brejal primitivo, transfigurado em risonho Parque, saneou o vale do *Bengo*, embelezando com vegetação decorativa, e propiciou a industrialização do produto natural, cuja exploração constitue a causa precípua do desenvolvimento urbano.

Sem as fontes preciosas, Caxambú não se distinguiria dos rincões vizinhos, dedicados à lavoura e pecuária, que não lhes proporcionam maior vulto à economia.

A descoberta das nascentes milagrosas, porém, apontou-lhe o destino peculiar às estâncias de veraneio, que prosperam, mercê da excelência das suas águas, tanto mais procuradas, quanto melhormente conhecidas as suas qualidades curativas, a que Rui Barbosa, agradecido ao bem, que lhe fizeram ao organismo depauperado, entou harmonioso hino de glória.

"Visitei, percorri, desfrutei por um mês, com admiração e encanto, o Parque das Águas, a organização de seu serviço, o sistema de exploração dos seus produtos.

E' a medicina entre jardins de uma florescência deslumbrante.

Minas ainda não percebeu todo o valor de sua jóia.

Quando a lapidar e engastar, como ela pede, estas fontes de vida verterão luz, como de estrélas, que vão falar bem longe, aos que sofrem, dos suaves privilégios dêste torrão abençoado".

Rio. Maio 1940.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Le séjour que l'assistant technique du Conseil National de Géographie, Virgílio Correia Filho, fit à Caxambú, lui permit d'étudier les conditions dans lesquelles se processa l'évolution de cette charmante ville, qui doit une flatteuse renommée à ses sources d'eaux minérales.

Son nom lui provient du tertre, de la même formation archéozoïque que la chaîne de montagnes de Mantiqueira, qui se détache dans le voisinage et auquel s'appliqua ce toponyme, depuis les premières entrées des pionniers ("bandeirantes paulistas") par la vallée du fleuve vert (Rio Verde), en chemin pour les mines d'or au commencement du XVIIIème siècle.

Sur les rives de ce cours d'eau et de ses affluents, s'établirent des cultivateurs qui se proposèrent de pourvoir les voyageurs en vivres.

En peu de temps les populations se condensèrent à Baependy, élevée à Paroisse en 1752, embrassant le tertre de Caxambú et ses environs, la vallée marécageuse du Bengo inclusivement, où se trouvaient les sources précieuses.

A quelle date furent-elles découvertes, personne ne saurait l'assurer. Bien que certains enquêteurs là reculent jusqu'à la première ou le commencement de la seconde décade du XIXème siècle, l'on sait seulement qu'en 1841 des lépreux qui s'y fixèrent et furent expulsés plus tard par ordre judiciaire, s'utilisèrent des eaux curatives.

Après quelques années, il échu à Oliveira Mafra, aidé par des contribuables de Baependy, de désigner les sources les plus accessibles et de les doter de constructions protectrices qui les rendissent utilisables.

Cependant, une mise à profit plus ample résulta de la visite de la princesse D. Izabelle, accompagnée de son époux, Gaston d'Orléans, Comte d'Eu, vers 1868.

Plusieurs améliorations furent réalisées, outre l'analyse quantitative des eaux, d'où résulta l'affermage à la Société qui commença leur exploitation et leur rachat, en 1904, permit la création de la Préfecture locale, à la fin de décembre de cette année.

Et depuis cette époque, Caxambú ne cesse d'étendre ses services urbains des eaux, de la lumière et des égouts, de manière à pouvoir correspondre au titre de ville, obtenu en 1915. Simultanément, la Société fermière qui exploite le parc des eaux, où jaillissent les sources D. Leopoldina, D. Pedro, D. Isabel, Conde d'Eu, Duque de Saxe, Viotti, Mayrink et autres en voie de captation, pris soin de l'améliorer par le drainage et une arborisation adaptée qui assainit la vallée du Bengo autrefois marécageuse, et embellit ses rives avec des plantes ornementales et des jardins magnifiques.

De l'effort conjugué du gouvernement de l'État, de la municipalité et de la Société fermière Caxambú s'est améliorée, se présente comme une ville progressiste, avec ses principales rues bien pavées, constructions modernes, spécialement d'hôtels, et servie par des lignes de chemin de fer et des routes qui permettent une liaison rapide avec les municipalités voisines, aussi bien qu'avec les trois capitales les plus proches: Rio, São Paulo et Belo Horizonte.

Cependant, sa plus grande influence résulte de l'excellence de ses eaux, à l'égard desquelles ainsi s'exprime un spécialiste:

"Sont de grande valeur eupeptique, beaucoup plus diurétiques que les meilleures eaux européennes, et la sensation d'appétit est une conséquence de la parfaite digestion opérée par ces eaux. Aggissant comme les plus efficaces entre les eaux minérales, la source D. Pedro, avec ses caractéristiques, réalise la diurèse d'une façon surprenante.

C'este l'Evian nationale."

Et, ainsi, le développement de Caxambú se procède comme station renommée d'eaux minérales, où une croissante clientèle afflue périodiquement pour ses sources.

La temporada que el asistente tecnico del Consejo Nacional de Geografia, Virgilio Correia Filho, pasó en Caxambú, le proporcionó ocasión de estudiar las condiciones en que se procesó la evolución de esa agradable ciudad, que debe su lisonjero renombre a sus fuentes de aguas minerales.

El nombre le proviene del Monte, de misma formación arqueozoica de la Sierra de la Mantiqueira que se destaca en medio de la vecindad, y al cual han aplicado ese topónimo desde las primeras entradas de los banderantes (exploradores) paulistas por el valle del Rio Verde, a camino de las minas de oro, en principios del siglo XVIII.

A la margen de ese rio y sus afluentes se establecieron labradores, que se proponian a abastecer de viveres los viajeros.

En poco tiempo se adensaron los pobladores en Baependi, creada feligresía en 1752, que abarcaba el monte de Caxambú y parajes circunyacentes, incluso el pantanoso valle del Bengo, adonde serian encontradas las fuentes preciosas. La fecha en que fueron descubiertas nadie sabrá decir con seguridad.

Aunque la reculen alguns pesquisadores hasta la primera o comienzo de la segunda década del siglo XIX, apenas se ha averiguado que en 1841 de las aguas curativas se utilizaron los leprosos allá acampados y, más tarde, expulsados por orden judicial.

Decorridos algunos años, cupo a Oliveira Mafra, auxiliado por contribuyentes de Baependi, señalar las fuentes más accesibles y dotarlas de obras protectoras que las hiziesen utilizables.

Aprovechamiento más amplio resultó, no obstante, de la visita de la Princesa D. Isabel, acompañada de su esposo, Gaston d'Orléans, Conde d'Eu, cerca de 1868.

Varios mejoramientos fueron realizados, sin hablar de la análisis cuantitativa de las aguas, de que resultó su arrendamiento a la Empresa, que inició su explotación.

La rescisión del contrato, en 1904, ha permitido la creación de la Prefectura local, al findar Diciembre de ese año.

Y desde esa época viene Caxambú ampliando sus servicios urbanos de aguas, luz e albañales, de manera que pueda corresponder al título de ciudad, adquirido en 1915.

Simultaneamente, la Empresa arrendataria, que explota el Parque de las Aguas, adonde brotan las fuentes D. Leopoldina, D. Pedro, D. Isabel, Conde d'Eu, Duque de Saxe, Viotti, Mayrink, y otras en vias de captación, cuidó de mejorarlo por el drenaje y arborización adaptada que saneó el valle del Bengo, antiguamente fangoso, y le aformoseó las márgenes con plantas ornamentales y jardines magníficos.

Del esfuerzo conyugado del gobierno del Estado, del Municipio y de la Empresa arrendataria se tiene beneficiado Caxambú, que se presenta como ciudad progresista, con las principales calles bien calzadas, construcciones modernas, especialmente de hoteles, y servida por estradas de hierro y carreteras, que permiten ligación rápida con los municipios vecinos y también con las tres capitales más cercanas, Rio, São Paulo y Belo Horizonte.

Pero su mayor valor resulta de la excelencia de sus aguas, acerca de la cual así se expresa un especialista:

"Son de un gran valor eupeptico, mucho más diuréticas que las mejores aguas europeas, y la sensación del apetito es una consecuencia de la ótima digestión producida por aquellas aguas.

Funcionando como las más eficientes entre las aguas minerales con esas características, la fuente D. Pedro realiza la diuresis de una forma sorprendente.

Es la Evian Nacional."

Y así el desarrollo de Caxambú se va procesando, como nombrada estancia de aguas minerales, para cuyas fuentes afluye periodicamente creciente clientela.

Il periodo, che Virgilio Correia Filho, assistente tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, trascorse a Caxambú, gli diede occasione di studiare le condizioni in cui si svolse lo sviluppo di questa città di piacevole soggiorno, che deve la sua fama allé sue fonti di acqua minerale.

La sua denominazione deriva dalla collina, della stessa formazione archeozoica della Serra della Mantiqueira, che sorge nelle vicinanze, e che ebbe questo nome fin dalle prime penetrazioni di "Banderantes" di S. Paolo, diretti, per la valle del Rio Verde, verso le miniere d'oro, nei primi anni del secolo XVIII.

Lungo le rive di questo fiume e dei suoi affluenti si stabilirono agricoltori, con lo scopo di provvedere i viaggiatori di viveri.

In breve, gli abitanti si addensarono a Baependi, costituita in parrocchia nel 1752, che comprendeva la collina di Caxambú e dintorni, inclusa la pantanosa valle del Bango, dove si scoprirono piú tardi (nessuno può dire con certezza in che data) le fonti preziose.

Sebbene alcuni studiosi facciano risalire questa scoperta al primo decennio, o al principio del secondo decennio, del secolo XIX, si sa soltanto che nel 1841 usavano quelle acque curative i lebbrosi ni accampati, che piú tardi furono espulsi dall'autorità giudiziaria.

Trascorsi alcuni anni, Oliveira Mafra, aiutato da persone di Baependi, fece conoscere le fonti piú accessibili e le dotò di opere protettrici atte a renderle utilizzabili.

Uno sfruttamento piú vasto fu il risultato di una visita che la Principessa Isabella, accompagnata dal marito, Gastone d'Orléans, Conte d'Eu, fece alle fonti, verso il 1868.

Furono attuati vari miglioramenti e fu eseguita l'analisi quantitativa delle acque, cui seguì la concessione all'impresa che ne iniziò lo sfruttamento.

La revoca di questa concessione permise la creazione della Prefettura locale, alla fine del 1904.

Da quest'epoca in poi, Caxambú estese i suoi servizi urbani di acqua, luce e fognatura, in modo da corrispondere degnamente al titolo di città, ottenuto nel 1915.

Nello stesso tempo l'impresa concessionaria, che sfrutta il Parco delle Acque, ove agorgano le fonti D. Leopoldina, D. Pedro, D. Isabel, Conte d'Eu, Duca di Saxe, Viotti, Mayrinck, e altre in via di captazione, cercò di migliorarlo col drenaggio e con l'arborizzazione, che ha bonificato la pantanosa valle del Bango e ne ha abbellito le rive con piante ornamentali e magnifici giardini.

Lo sforzo riunito del Governo dello Stato, del Município e dell'impresa concessionaria ha avvantaggiato Caxambú, che si presenta ora come una città in pieno sviluppo, con le strade principali ben pavimentate, con edifici moderni (specialmente alberghi), e servita da ferrovie e strade carrozzabili che permettono rapide comunicazioni coi municipi vicini e con le tre capitali piú prossime: Rio, S. Paulo e Belo Horizonte.

Il suo maggior pregio, però, risiede nella grande efficacia delle acque, delle quali scrive uno specialista:

"Sono di grande valore eupeptico, molto piú diuretiche delle migliori acque europee; la sensazione di appetito è una conseguenza dell'ottima digestione che esse consentono.

Agendo come le piú efficaci acque minerali dotate di simili caratteristiche, la fonte D. Pedro attiva la diuresi in un modo sorprendente.

E la Evian nazionale."

Così prosegue lo sviluppo di Caxambú, ormai famosa stazione di acque minerali, alle cui fonti affluisce periodicamente una crescente schiera di fedeli.

The sojourn of the technical assistant to the National Geographic Council at Caxambú gave him the chance to study the conditions of the evolution of that pleasant place, which owes its flattering fame to its mineral water springs.

The name Caxambú is taken from the hill of that name (of the same archæozoic formation as the Mantiqueira Range), a conspicuous feature in the neighbourhood, which has been so called since the first incursions of the Paulista Pioneers into the valley of the Rio Verde, on their way to the gold mines, early in the 18th Century.

The peasants established themselves on the banks of this river and its tributary streams with the purpose of supplying foodstuffs to the travellers.

In a short time these settlers crowded round Baependi, which was made a district parish in 1752, encompassing Caxambú hill and some outlying areas, and including the boggy valley of the Bango, where later the precious springs were to be discovered. The date of this event cannot be accurately stated.

Some there be who place it back in the first or second decade of the 19th Century, but it has been found that it was only in 1841 that the healing waters were used by the lepers encamped there, who were later driven out by legal measures.

A few years later Oliveira Mafra, helped by some of the inhabitants of Baependi, staked the most accessible springs and carried out some protection work enabling them to be utilized.

Improvements on a larger scale, however, resulted from the visit of the Princess Isabel and her consort, Gaston d'Orléans, Count d'Eu, somewhere about 1868. Among these was the ordering of a quantitative analysis of the waters, after which they were rented to a concern, which started their exploitation. Their annexation in 1904, permitted the establishment of the local Municipality, late in December of that year.

Since then Caxambú has been increasing its public utility services such as water supply, light and drainage, so as to justify its rank as a town, incorporated in 1915.

At the same time the concern which exploits the Park of the Springs, namely the D. Leopoldina, D. Pedro, D. Isabel, Conde d'Eu, Duque de Saxe, Viotti, Mayrinck, and other mineral waters about to be operated, improved it by drainage and tree planting, which has rendered the previously swampy valley of the Bango a healthy and embellished spot with ornamental plants and beautiful gardens along the banks of the valley.

Caxambú has greatly benefited from the joint action of the governments of the State and Municipality and of the renting concern, and is now a progressive town boasting of well-paved main streets, modern buildings, specially hotels, served by railroad and highways, which connect it to the adjoining municipalities and to the three principal capital cities nearest to it, Rio, São Paulo and Belo Horizonte.

Its main merit, however, is derived from its waters, about which a specialist wrote the following: — "They possess great eupeptic value, are more diuretic than the best European waters and the sensation of appetite produced is a consequence of the excellent digestion caused by these waters".

The D. Pedro Spring, which acts as the most efficient among similar mineral waters causes Diuresis in an astonishing manner.

It is the "National Evian".

In this way the development of Caxambú continues as a famed spa, sought after by an ever increasing number of clients.

Die Zeit, die der technische Assistent des Nationalen Geographischen Rates, Herr Dr. Virgilio Correia Filho, in Caxambú verbracht hat, gab ihm Gelegenheit die Bedingungen zu studieren, unter welchen sich die Entwicklung dieser schönen Stadt, die ihren Ruf den dortigen Mineralquellen verdankt, vollzogen hat.

Ihren Namen verdankt sie dem Berg, welcher dieselbe Zusammensetzung zeigt, wie die "Serra da Mantiqueira", die sich in ihrer Nachbarschaft befindet und die diesen Namen seit der Zeit der ersten paulistaner Bandeiranten im Anfang des XVIII Jahrhunderts hat, als diese Männer auf ihren Suche nach Gold durch das Tal des Flusses "Rio Verde" zogen.

Am Ufer dieses Flusses wie an denen seiner Nebenflüsse liessen sich Bauern nieder, die die Durchreisenden mit Lebensmitteln versorgen wollten.

In kurzer Zeit vergrösserten sich die Flecken in Baependi, welches in 1752 zur Pfarrel erhoben wurde. Diese Pfarrel umfasste den Berg von Caxambú wie auch die benachbarten Ländereien, einschliesslich des sumpfigen Tales des Bengo, wo später die wertvollen Quellen gefunden wurden. Wann dieselben entdeckt worden sind, kann niemand mit Gewissheit feststellen.

Obwohl einige Forscher diesen Zeitpunkt auf das erste oder zweite Jahrzehnt des XIX. Jahrhunderts legen, wissen wir nur, dass seit 1841 die Leprakranken, die sich in diesen Gegenden festgesetzt hatten, diese Quellen benutzten, bis sie dann später durch gerichtlichen Befehl von dort vertrieben wurden.

Einige Jahre später gelang es Oliveira Mafra mit Unterstützung einiger Steuerzahler von Baependi, die Quellen festzustellen, das heisst, die am besten zugänglichen, und sie zu schützen, damit sie gebraucht werden konnten.

Der Besuch, den die Prinzessin Isabel und ihr Gatte, Gaston d'Orleans, Graf von Eu, um 1868 diesen Quellen machten, war von viel grösserer Bedeutung für dieselben. Verschiedene Verbesserungen wurden damals gemacht, unter anderen, die quantitative Analyse der Quellen, die es ermöglichte, die gesammten Quellen an eine Gesellschaft zu vermieten. Diese begann dann die Ausnutzung derselben. Die Übernahme der Quellen durch die Behörden im Jahre 1904 erlaubte es, den Ort in eine Stadt umzuwandeln.

Seitdem benutzt Caxambú all seine Mittel, um die städtischen Dienste der Kanalisation des Wassers, des Lichtes und der Kraft, dauernd zu verbessern, um die Stadt, die im Jahre 1915 zur Kreisstadt erhoben wurde, ihrer Bedeutung nach auszumücken.

Die Gesellschaft, welche die Quellen gemietet hat — unter denen die Quellen D. Pedro II, Da. Isabel, Da. Leopoldina, Conde d'Eu, Duque de Saxe, Viotti, Mayrink und andere, die erst neuerdings benutzt werden, zu erwähnen sind — hat nicht nur die Quellen und ihre Umgegend verschönt und verbessert, sondern auch durch die Trockenlegung der sumpfigen Gebiete des Bengo-Tals sich grosse Dienste erworben. Auch zu der allgemeinen Verschönerung durch Anlegung von Gärten und Parks hat dieselbe beigetragen.

Durch die vereinten Anstrengungen der Staatsregierung, der städtischen Verwaltung und der Gesellschaft, welche die Quellen gemietet hat, konnte Caxambú sich zu einer fortschrittlichen und modernen Stadt entwickeln, welche gut gepflasterte Strasse besitzt, wie auch elegante Bauten, besonders von Hotels, und Autostrassen, die eine schnelle Verbindung nach den Nachbarstädten wie auch den nächsten drei Hauptstädten — Rio de Janeiro, São Paulo und Belo Horizonte ermöglichen.

Ihr köstlichstes Gut sind aber ihre Quellen von einer besonders guten Qualität. Ein Spezialist hat sich über dieselbe folgendermassen ausgedrückt:

"Die Quellen sind von grossem eupotischen Wert, sind viel diuretischer als die besten europäischen Heilquellen und verursachen einen besseren Appetit wie auch eine glänzende Verdauung, die auch durch den Gebrauch dieser Wasser bedingt ist. Die Quelle D. Pedro, die wie die besten Mineralwasser wirkt, bedingt die Diurese in einer geradezu überraschen Form.

Es ist der "Elian Nacional".

Und Caxambú wird sich immer weiter entwickeln als bedeutender Kurort und seine Mineralwasser-Quellen werden von einer immer grösser Zahl von Kurgästen besucht werden.

La tempodaŭro, kiun la teknika asistanto de la Nacia Konsilantaro de Geografio, Virgilio Correia Filho, pasigis en Caxambú (Kaŝambu') donis al li taŭgan okazon studi la kondiĉojn, ĉe kiuj estiĝis la evoluado de tiu ĉarma urbo, kiu ŝuldas la ĝustan kontentigan famon al siaj mineralakvaj fontoj.

Ĝia nomo devenas de la Monteto, kies arkeozoika formiĝo estas sama al tiu de la Montaro Mantiqueira, kiu elstarigas meze de la najbaraĵo, kaj al kiu oni aldonis tiun loknomon, ekde la unuaj eniroj de la "bandeirantes" el S. Paulo tra la valo de Rio Verde. (*Verda Rivero*), survoje al la orminejoj, en la komenco de la 18a jaro.

Ĉe la bordo de tiu rivero kaj de ties alfluaĵoj stabiĝis plugistoj, kiuj sin proponis provizi la vojaĝantojn per nutraĵoj.

Post nelonge plidensiĝis la loĝantaro de Baependi, fariĝinta paroĥo en 1752, kiu ampleksis la monteton Caxambú kaj najbaraĵn lokojn, inkluzive la marĉan valon Bengo, kie poste oni trovis la riĉajn fontojn. La daton, en kiu ili estis trovitaj, neniu scias certece diri.

Kvankam kelkaj esploristoj ĝin malantaŭenigas ĝis la unua jardeko aŭ la komenco de la dua jardeko de la 19a jarcento, oni nur konstatis, ke en 1841 uzadis tiujn kuracaĵn akvojn la lepruloj tie kampaditaj kaj, pli poste, forigitaj laŭ ĵuĝa ordono.

Post kelkaj jaroj Oliveira Mafra, helpita de monoferintoj el Baependi, fiksas la plej atingeblajn fontojn kaj ilin dotis per protektantaj konstruaĵoj, por ke ili fariĝu utiligeblaj.

Sed pli vasta profito rezultis el la vizito de ŝia Princa Moŝto D. Isabel, akompanata de ŝia edzo, Gastão de Orleans, Grafo d'Eu, dum la jaro 1868.

Diversaj plibonigoj estas faritaj, krom la kvanteca analizo de la akvoj, el kiu rezultis ĝia luigo al Entrepreno, kiu komencis ĝian espluaton.

Ĝia ekposedo farita de la registaro, en 1904, permesis la kreadon de loka magistrato, en la fino de tiujara Decembro.

Kaj ekde tiu epoko Caxambú kreskigas siajn urbajn servojn pri akvo, lumo kaj kloakoj, por ke ĝi povu respondi al la titolo urbo, akerita en 1915.

Samtempe la luinta Entrepreno, kiu esploras la Akvoparkon, kie ŝprucas la fontoj D. Leopoldina, D. Petro, D. Isabel, Grafo d'Eu, Duko de Saxe, Viotti, Mayrink, kaj aliaj profitotaj, zorgis pri ĝia plibonigo pere de la drenado kaj taŭga arboplantado, kiu sanigis la valon Bengo, antaŭe marĉan, kaj plibonigis ĝiajn bordojn per ornamaĵ plantoj kaj belegaj ĝardenoj.

Per la kunigitaj klopodoj de la ŝtata Registaro, de la Komunumo kaj de la luinta Entrepreno profitadis Caxambú, kiu prezentigas kiel progresanta urbo, kun siaj ĉefaj stratoj bone pavimitaj, siaj modernaj konstruaĵoj, precipe de hoteloj, kaj servitaj per fervojoj kaj ŝoseoj, kiuj permesas rapidan interligon kun la najbaraj komunumoj, kaj ankaŭ kun la tri pli proksimaj ĉefurboj, nome, Rio-de-Janeiro, S. Paulo kaj Belo Horizonte.

Tamen ĝia plej granda merito rezultas el la bonegeco de ĝiaj akvoj, pri kiuj specialisto diris jene:

"Ili havas grandan eŭpepsian valoron, estas multe pli urinigaj ol la plej bonaj eŭropaj akvoj, kaj la apetita sensacio estas sekvo de la bonega digestado de tiuj akvoj.

Agante kiel la plej efikaj el la mineralaj akvoj, pro siaj karakterizoj, la fonto D. Petro surprizige realigas la diurezon.

Ĝi estas la Nacia Evian".

Kaj tiel la kreskiĝo de Caxambú daŭras, kiel fama stacio de mineralaj akvoj, al kies fontoj periode alfluas kreskanta klientaro.

A sua cooperação nos trabalhos censitários não deverá ser dada apenas como demonstração de boa vontade para com o Brasil, mas sobretudo como prova de inteligência.
O Recenseamento não prejudica ninguém e beneficia todos.

CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR NO BRASIL

Eng. *Gileno Dé Carli*

Chefe da Secção de Estudos Económicos
do Instituto do Açúcar e Alcool

A Cana de Açúcar Nos domínios da cana de açúcar o que liga o homem à paisagem, é a água, é o rio. Artéria por onde se escoam as produções de açúcar, é ainda o elemento essencial para as rodas d'água dos engenhos banguês e para as necessidades das máquinas.

No Brasil a cana de açúcar começou o seu domínio à beira mar, refletindo-se quasi no oceano. *Itamaracá* uma ilha ubérrima no litoral pernabucano, *Igarassú* a cidade das igrejas centenárias, *Goiana*, à margem de um braço de mar, com seus velhos templos e seus sobrados que denotam ainda um esplendor e um fausto notáveis, *Olinda* a cidade dos monges e dos jesuítas, *Ipojuca* um resto de cidade açucareira que não conseguiu progredir, *Cabo*, ao lado do cabo de *Santo Agostinho*, com suas várzeas de massapê, *Serinhaém*, no alto de uma colina, dominando o mar, circundada de terras feracíssimas e palustres, *Barreiros*, extremo sul dos municípios pernambucanos, tôdas essas terras de cana se debruçam no mar e por essas terras num primeiro movimento de irradiação se espalhou a cana de açúcar.

Depois, a palmo e palmo, a cana caminhando rio acima, ia civilizando a terra, incorporando-a definitivamente ao europeu. Foi a conquista primeira do *hinterland* brasileiro.

O açúcar era a riqueza do século do descobrimento e continuou sendo a maior cubiça dos dois séculos subsequentes. De forma que sendo ambicionado o Brasil como colônia de produção de açúcar, o homem que vivia na cana e da cana de açúcar formou-se num ambiente de resistência. E num meio que êle plasmava a seu modo, em que a autoridade emanava do poder que lhe conferia a posse de um domínio de extensões desmedidas, em que o açúcar era a base da economia colonial, forçosamente, onde a cana de açúcar predominasse, aí criaria uma civilização.

Em Pernambuco e na Baía, a cana crioula e a cana caiana imperaram, dando um sentido à economia colonial, e monopolizando depois a política brasileira até o momento de aparecer uma cultura que dominasse em intensidade e valor, a cana de açúcar.

Tivera o Brasil até o aparecimento do café como potência na nossa economia, surtos isolados de culturas que temporariamente predominaram sem que conseguissem, deslocando o eixo económico, o desvio do eixo político-cultural.

De fato a cultura do fumo, a única além da cana de açúcar que mereceu um estudo de Antonil —, tivera uma relativa prosperidade no Brasil colonial, porém, era a cultura do pobre, cultivada em pequenos

sítios e raramente se encontram produtores que “recolhiam cada ano três mil e quinhentos ou quatro mil arrobas”.

Da mesma forma, o algodão sendo a lavoura do sitiante, do meeiro, do rendeiro, do trabalhador rural, só raramente conseguiu sobrepujar o açúcar, como em Pernambuco, em 1817, onde o “pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinham de fora e compravam-se por preços muito elevados”, de acordo com o que informava em sua correspondência oficial, o encarregado dos negócios e cônsul geral da França, coronel Maller.

Mas faltava ao algodão a característica da economia profunda, radicada, civilizadora e constante. O algodão, o fumo, a farinha de mandioca, o cacau, o mate e a borracha são culturas flutuantes, que esporadicamente exercendo influência no Brasil, limitando-se quasi tôdas a determinadas zonas geográficas, não conseguem criar um ambiente, uma fisionomia como a criada pelo açúcar até o segundo reinado, e pelo café. De tôdas essas culturas somente a mandioca teve maior expansão geográfica, sendo a mais rústica de tôdas as nossas culturas. Sempre foi espontaneamente a cultura do pobre. Só coagido o rico, o proprietário rural, o senhor de engenho, se dedicavam à sua cultura. A cultura da mandioca teve uma irradiação de área somente comparável com a da cana de açúcar. Poder-se-ia dizer ser a mandioca a irmã pobre da cana. Sobre o Brasil inteiro há manchas de sua cultura, nas terras mais fracas dos engenhos, nas planícies, nas encostas, nos morros, nas partes mais distantes do banguê, e as covas de mandioca se espalhavam nos engenhos e nas fazendas. Era uma cultura desprezada.

Nos pequenos sítios, na pequena lavoura, ela foi, como ainda é, a cultura genuinamente do pobre. Há zonas em que se toma o termo “mandioqueiro”, como sinônimo de estado social baixo, em contraste com o sentido nobiliárquico de “senhor de engenho”.

E’ a mais triste, a mais rústica e a mais pobre de tôdas as culturas e assim, jamais logrou qualquer ascendência, mesmo em pequenas zonas. Não existe um traço civilizador, uma característica qualquer que haja dado a mandioca, renome, ostentação, riqueza e ascendência. Sempre humilde jamais pesou na balança comercial do Brasil ou influiu por força do seu valor nos destinos políticos do país.

Assim, com a hegemonia absoluta nos destinos do país, o açúcar imperou durante três séculos. Até que um dia apareceu o café, um desvirginador de terras mais terrível que a própria cana de açúcar. O café foi um grande devastador de florestas, um saharizador. A mobilidade de suas áreas de cultura traçou um aspecto *sui-generis*, de decadência, nas zonas que cansou. As cidades que floresceram quando a riqueza e a uberdade do solo atendiam às exigências da cultura civilizadora, começaram a decair quando a onda verde emigrou. O café foi o mais bandeirante dos paulistas, um criador de cidades.

Onde a mata era abatida, onde a queima reduzia tudo a cinza e emergia como por encanto um cafezal novo, nas terras virgens do *hin-*

terland, uma cidade nova nascia, progredia, se avantajava. E de zona em zona, com essa procura de terra boa — a terra roxa — o café atendia ao seu destino de civilizador, de criar na terra americana a maior fisionomia agrícola do mundo.

Mas, de fato, apesar do nomadismo do café, êle foi e é o grande elemento civilizador do Brasil. O açúcar perdendo a supremacia econômica, cedeu ao café o monopólio quasi, da economia nacional. E data de longe essa luta pela supremacia. Começa pouco depois do alvorecer do século XIX. Pelos dados estatísticos poder-se-á verificar o ponto quasi exato em que começou a se processar a queda do açúcar e a ascensão do café.

E com essa ascensão, pela primeira vez na história do Brasil, o café deslocando o eixo econômico do Norte para o Sul, transmudou também, o eixo cultural e político.

Tornou-se o açúcar um elemento de valor na economia brasileira, porém um produto que tendo deixado de influir nas trocas internacionais, não canalizando ouro, perdeu a influência preponderante nos destinos econômicos e políticos do país. A economia brasileira que vivia antigamente dos valores da exportação do açúcar, depois do deslocamento do eixo econômico para o Sul, vive quasi dos valores do café. E' uma fatalidade que não diminua o Nordeste açucareiro, mas que o põe na dura realidade de inferioridade econômica. Faltou ao Nordeste a revolução técnica em todos os setores de sua atividade açucareira.

A Terra e a Cana de Açúcar

Em relação à terra, no Brasil, a cana de açúcar começou com o grande domínio açucareiro, desde doações de 500 braças até 10 léguas, 50 e 200 léguas. A princípio, com os altos preços do açúcar dos séculos XVI e XVII, houve uma reação da pequena propriedade contra a dominação do latifúndio açucareiro. Mas as pequenas explorações agrícolas no Norte, em breve foram absorvidas pela grande propriedade e no Sul, também tiveram o mesmo destino.

Em Pernambuco encontramos em pleno século XVI até a dificuldade do sesmeiro de desmembrar a propriedade doada. De fato, em 1577, a senhora D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, capitã e governadora da Ilha e Capitania de *Itamaracá*, conferiu licença a Boaventura Dias, para vender a metade de sesmaria das terras doadas no *Capibe-ribe-mirim*, no vale de Goiana.

Houve, com efeito, um certo interesse do governo metropolitano de impedir o açambarcamento dos pequenos proprietários pelos grandes detentores do poderio rural. Tanto que no Regimento dos Governadores do Estado do Brasil, no capítulo 24, há o intuito louvável de alargar a colonização, declarando que "se não dê a alguma pessoa tanta quantidade de terras que não podendo cultivá-la redunda em dano ao bem público".

Nas Ordens Régias dos Governadores de Pernambuco existe uma medida que não temos ciência se foi executada. No intuito de corrigir a irradiação da grande propriedade, de impedir a absorção da pequena propriedade e finalmente com o objetivo de aumentar a fortuna pública com uma mais equânime divisão de terras, terras doadas sem o supervisionamento do crescer da economia rústica, e, por último para diminuir a ambição do latifundiário de possuir desmedidas extensões territoriais, sem culturas, sem trabalho agrícola, sem criação, em abandono absoluto, somente para satisfação de sua vaidade de ser um grande senhor de engenho, el-rei, em data de 20 de Janeiro de 1699, ordenou que qualquer pessoa que denunciasse numa sesmaria sítios ou terrenos incultos e despovoados e isto pudesse comprovar, sumariamente fôsse dado ao denunciante até um total de três léguas de comprimento e uma de largura ou légua e meia em quadro, e que o excedente fôsse doado a quem procurasse. Já o panorama nos princípios do século XIX era o do fraccionamento da grande propriedade doada pelo excesso de terras devolutas e escassez de colonizadores, com um regime de média propriedade, em que o engenho vai num máximo até légua e meia ou duas léguas, nas zonas nitidamente úmidas, portanto civilizadas, nas regiões de transportes mais fáceis, portanto povoadas. A própria grande propriedade das doações originárias foi se desagregando, pela repartição entre herdeiros. Nem se poderia conceber que nossa evolução social tendesse para outra orientação, desde que o intercâmbio social e econômico requeriam aproximação. E o latifúndio era a separação, era o deserto. Daí o contraste de uma terra despovoadada, com a densidade de população nos engenhos banguês, verdadeiras vilas. Daí a sensação terrível do isolamento e insignificância do homem ante um ambiente de segregação. A média propriedade encurtou a distância entre as casas-grandes dos engenhos de açúcar e aproximava-se bastante de um tipo ideal, para a época, das dimensões das terras agrícolas.

Mas durante o século XIX, iniciou-se no Brasil um novo ciclo açucareiro, com a usina, e processou-se o progressivo depauperamento econômico do banguezeiro. Essa decadência tinha o sentido de tragédia, porque representava o aniquilamento de um ciclo de esplendores, com o açúcar bruto, sêco ou melado, em que o engenho de bêtea ou a vapor, era o expoente da industrialização do interior brasileiro. Engenho das entrosas, das almanjarras, das rodas d'água dos engenhos copeiros e meeiros, da maquinazinha a vapor, de poucos cavalos, com seus tachos abertos impregnando o ar com o cheiro de melado; com a casa de purgar, onde pinga a pinga, se enchia o tanque com a matéria prima para a bebida do negro, a aguardente; secador de açúcar ao sol, cheirando a mel, vida ativa, vida fácil; de repente o cenário se transmuda, desparecendo a faina industrial, e muitas vezes o senhor de engenho, o engenho, a roda d'água, os tachos abertos, a bagaceira, o cheiro de mel queimado, a fumaça preta dos boeiros de 10 metros, a casa grande de terraço amplo, a igrejinha onde o melão de São Caetano e a tiririca

implantam o seu domínio sôbre as cousas abandonadas. E' a queda do senhor de engenho, o qual através de mais de três séculos de poder absoluto, vencendo os donatários, os governadores, os vice-reis, os bispos e os jesuítas, êle, que fundou uma civilização, que criou uma fisionomia e um clima no Nordeste, que se enobreceu, que plasmou uma sociedade em que entrava como elemento eugênico de alto valor, que semeou pela miscigenação desbragada uma melhoria do tipo étnico pelo *hinterland* brasileiro, êle, que foi fator de progresso, que trabalhou, que fez trabalhar, que organizou o trabalho, a economia, chega ao ocaso do segundo império, ao seu próprio ocaso.

E' que um novo ciclo se iniciava, e com êle, se regressava violentamente para o latifúndio.

Houve um tempo em que ser usineiro era ser estrategista: ciência que requeria conhecimento absoluto da topografia de todos os engenhos circunvizinhos. E para impossibilitar a passagem do concorrente que iria buscar cana mais além, no âmbito econômico de outra usina, se processou em tôdas as zonas açucareiras do país uma verdadeira vertigem pela posse da terra. Uma luta de subsistência, luta de vida e de morte, contrastando com o que idealizara o Barão de Lucena, em Pernambuco, tornou o usineiro de açúcar um insaciável possuidor de engenhos.

Engenho comprado era logo tentaculado, ligado à usina pela estrada de ferro de bitola estreita ou de um metro. Significava a posse. O desmoronamento do engenho banguê e muitas vêzes da casa grande. O ambiente, a fisionomia se descaracterizavam. A faina industrial se extinguiu. Restava só, a monotonia do verde dos canaviais, rasgados pelas linhas férreas da usina. O engenho perdeu até o nome. Chamam-no roça, sítio, fazenda, capitania, secção. Foi absorvido. Integrou-se na grande propriedade. Desapareceu.

A estrada de ferro foi que proporcionou de uma maneira assustadora a ampliação do grande domínio rural, tal como em Cuba. E' de dever ressaltar que contribuiu bastante para essa irradiação da posse da terra, a necessidade crescente de lenha, sempre pouca para as fornalhas das usinas.

O transporte e garantia do combustível foram levando as ferrovias de córrego a dentro, atravessando chapadas, furando grotas, grimpendo serras, cortando morros em busca de lenha e de novas terras.

Em Pernambuco, apesar da grande linha férrea da "The Great Western of Brazil Railway" que liga Recife às duas capitais dos Estados limítrofes do Norte e Sul, e ao sertão, atravessando a quasi totalidade da zona açucareira do Estado, possuem no entanto as usinas 2.106 quilômetros de ferrovia particular. Das 60 usinas em funcionamento, no Estado de Pernambuco, somente 14 pequenas usinas, meio-aparelhos, não possuem êsse meio de transporte. Usinas como a Catende, ligada à Great Western, por onde recebe parte de sua matéria prima,

possue 152 quilômetros de rede particular. Igualmente ligada à Great Western está por exemplo, a Usina União e Indústria que possui 114 quilômetros de estrada de ferro. E como nessas usinas, se repetem em quasi tôdas as zonas, a dependência e a escravização dos engenhos cortados pelas linhas de ferro, à usina. Não que essa dependência humilhe o engenho por ficar de fogo morto, mas o que é desolador, é o exemplo repetido da transmissão da propriedade. A estrada de ferro não se contentando com a transformação da fisionomia do engenho, exige e obtém a transformação social. A usina venceu.

Economia açucareira E gradativamente foi evoluindo a indústria sacarina do país, sacudida temporariamente em crises enormes e outras vêzes conseguindo auferir altos lucros, jogando a economia dos usineiros em altos e baixos, porém conquistando com um trabalho intenso e digno de admiração, a construção de um grande parque açucareiro no Brasil. E após pouco mais de meio século, a indústria açucareira se apresenta com um total de 295 usinas. Classificando os diversos Estados produtores de acôrdo com o volume de safra, segundo a limitação em relação ao número de sacos por usinas, verificamos:

Estado do Rio	73.879 sacos por fábrica
Pernambuco	73.768 " " "
São Paulo	62.770 " " "
Alagoas	60.785 " " "
Baía	42.973 " " "
Minas Gerais	15.871 " " "
Sergipe	9.140 " " "

Computando-se os dados dos sete grandes Estados produtores de açúcar, encontraremos uma média geral de 48.455 sacos por usina de açúcar. Se por um lado tão baixa produção por fábrica denota, no geral, uma fraca eficiência, e um período anterior à verdadeira industrialização, por outro lado, porém, não chegamos ao estado de angústia do restante da indústria açucareira do mundo, onde o problema se torna muito mais complexo, pois Reunion tem uma produção média de 67.122 sacos por fábrica, Maurícia 80.826 sacos, Argentina 87.864, Trindade 188.405 sacos, Perú 227.425 sacos, Java 248.217 sacos, Austrália 257.100 sacos, Cuba 280.974 sacos, Pôrto Rico 357.640 sacos, Hawai 375.640 sacos e finalmente Filipinas 439.835 sacos por fábrica de açúcar. Por todos êsses números que exprimem realmente o grau de aperfeiçoamento técnico e eficiência, deduzimos quão mais simples é o problema no Brasil, onde a riqueza açucareira está muito mais distribuída e onde há muito maior número de produtores, diminuindo assim — porque se espalham — os onus que o combate à súper-produção requeira da produção. Porém essa maior distribuição da produção, fatalmente teria de aumentar o custo de fabricação, porque quanto maior a produção — em idénticas condições de fabricação — menor o seu

custo unitário. E basta meditar que a distribuição da produção por fábrica no Brasil é inferior a de Hawai, 87 % e a das Filipinas 88,9 %.

Raciocinando ante os números acima, temos de convir que o Brasil terá de evoluir para a grande indústria açucareira, aperfeiçoando as grandes usinas atuais, sem porém absorver a terra, agrupando as pequenas usinas em forma cooperativa, sem monopolizar a produção entre poucos, para que se possa usufruir o benefício duma relativa boa-repartição da riqueza açucareira.

A Usina e o homem Vejamos agora a relação da usina com o homem. Situemos sem receios, o homem dentro do latifúndio, o trabalhador rural em frente à usina, preso à fatalidade dos salários baixos, vítima maior da monocultura canavieira.

Com a decadência do senhor de engenho, uma outra classe — a do trabalhador rural — ingressava num estado de maior decadência ainda. A abolição modificou a situação social do trabalhador escravo, mas a escravização econômica do homem continuou. A literatura dos congressos açucareiros sempre alude à miserabilidade dos homens do campo, porém inocuamente, literariamente. Uma das conclusões da Conferência Açucareira de Recife, em 1905, reza que “os patrões devem ter particular cuidado em que seus operários tenham excelentes condições de conforto — se trate da alimentação, do vestuário, ou do domicílio, no interesse de ter à seu serviço a máquina humana melhor aparelhada para a função”. Mas não era somente na zona monocultora de Pernambuco, que a penúria dos salários rurais reduzia um dos sustentáculos da indústria açucareira do Brasil. O salário baixo era uma contingência da grande cultura. Um outro testemunho oficial da situação confirma que “os nossos operários agrícolas infelizmente vivem quasi que em estado primitivo, sem aspiração, sem comodidade, limitando-se ao pequeno salário, impossível de satisfazer às vitais necessidades próprias e de sua família, por isso mesmo, êles tornam-se maus auxiliares da lavoura, e cogitam de meios de enganar o patrão ou de morar nas terras públicas devolutas, onde passam uma vida errante, caçando, pescando, bebendo e enfim — entregam-se à ociosidade. Por outro lado os proprietários, em grande maioria, tornam-se indiferentes à sorte de nossos trabalhadores, que tudo fazem maquinalmente, ruim e sob o jugo do mando. Os salários pouco haviam melhorado em comparação com o dos últimos anos do século XIX. No Estado do Rio nessa época, os salários rurais iam até 800 réis e raramente a 1\$000. Em Pernambuco os salários eram de 400 a 480 réis e raramente 600 réis. Os preços do açúcar de Usina, então, oscilavam no Rio de Janeiro, de 1\$800 a 2\$414 a arroba. Também nessa época os preços de 1 quilo de açúcar mascavado bruto era de 120 réis; 1 côco, 60 réis; 1 quilo de farinha de mandioca, 35 réis; 1 litro de fava, 100 réis; 1 litro de feijão, 250 réis; 1 litro de milho custava 58 réis e finalmente 1 litro de aguardente de mel, 60 réis.

De então até hoje os preços de açúcar sobem, após, vem o ciclo de crise, para um posterior ressurgimento. As pequenas usinas de capacidade de 200 a 300 toneladas diárias foram sendo substituídas por usinas maiores, cada vez mais perfeitas, atingindo grande perfeição técnica. Surgem as Centrais dominando sobreanceiramente propriedades imensas. A racionalização dá elementos de resistência às crises que atingiram a indústria açucareira. E apesar de toda boa vontade dos Congressos Agrícolas fazendo inscrever em suas conclusões a resolução de ser melhorada a sorte dos trabalhadores, jamais foi cogitação governamental fazer integrar toda essa massa operária numa situação mais adequada à sua condição humana. O produtor, êsse, ora atingido pela desvalorização dos preços, desvalorizava o salário rural, ora com saldo elevado, melhorava suas fábricas, ampliava seus latifúndios e esquecia lamentavelmente a máquina humana que deveria ser "melhor aparelhada para a função". No decênio de 1914 a 1923, o aumento anual do custo de vida foi em Pernambuco de 10,57 %, no Estado do Rio de 9,86 % e na Baía de 6,19 %, enquanto o aumento anual de salários quasi paralelamente se eleva no Estado do Rio e na Baía, em Pernambuco se rebaixa em 71,7 %. Essa disparidade tem que ter um motivo real e profundo que escapando à análise rápida, vá se entroncar na fatalidade econômica e geográfica que localizando no Nordeste a cana de açúcar, impôs como medida de êxito a própria desgraça do homem, o qual sendo legalmente livre, vive entretanto miseravelmente. Chegamos assim, hoje em dia, com o problema do salário mais agravado. E como consequência dêsse nível baixo do valor do trabalho, a sub-nutrição das massas rurais é uma afronta aos nossos foros de civilização, e principalmente da civilização açucareira.

Civilização erigida na América, sendo inegavelmente no tempo, um dos paradigmas de civilização americana. Porém muito distanciado, mesmo hoje, da comparação das duas civilizações ocidentais: — da Europa e da América. Se "a Europa desperdiça os homens e economiza as cousas e a América gasta as cousas e economiza os homens", na civilização americana do açúcar o homem é anulado, se perde. Não porque haja perdido aquele motivo de vangloria do francês de produzir com personalidade, não, que com a técnica moderna de produção desapareça completamente "uma certa concepção de homem, associado no nosso pensamento à própria idéia de civilização" mas por se tornar um autômato mal pago, mal nutrido, insatisfeito, trabalhando deficientemente, recalcadamente irado, pela contingência do seu próprio viver. Como índice da sub-nutrição do homem que trabalha nos campos de cana de açúcar, basta citar que em 1849, em Pernambuco, "o jornal médio de um homem é 640 réis; o homem socialmente considerado, é a reunião de três pessoas: marido, mulher e filhos; e o primeiro é quem suporta o máximo do trabalho, o trabalho de permuta que a todos vai suprir. Supondo que cada um coma uma libra de carne por dia, não passando esta de dez patacas a arroba, em carne gastará 300 réis; se ajuntarmos 80 réis de farinha, e 20 réis de lenha, teremos que o homem

gasta em comida 400 réis por dia". Não houve nenhuma melhoria no gasto *per capita* do trabalhador da zona açucareira do Nordeste. E hoje como naquele tempo "a carne seca, o peixe seco e salgado e a mais das vezes arruinado, a farinha sem goma, a má comida, a má dormida, a má casa, a fazenda arruinada, são os produtos que consomem o pobre; além da diminuição que é obrigado a fazer para acomodar-se". E durante quasi um século, após esse estudo, o homem mais se enraizou à fatalidade econômica da monocultura e do latifúndio. Perde-se dentro dele. Amesquinha-se, se entorpece. Definha. Definha porque quasi não come, porque tem que trabalhar a baixo salário. Num inquérito que eu mesmo procedi entre trabalhadores da Central Leão Utinga, Usina Santo Antônio e Usina Capricho, no Estado de Alagoas, usinas que pela grande, média e pequena capacidade, dão uma média da potência econômica e produtora, encontrei números que seria criminoso guardar pelo receio de poder ferir susceptibilidades. Aliás, os números e resultados que encontrei nas três usinas nortistas retratam a fisionomia do trabalho em quasi tôdas as zonas açucareiras do país. Com as fichas que compús em 1934, ter-se-á uma impressão do nível de vida do nosso trabalhador livre. Tomando em consideração as principais despesas de alimentação em seus valores de aquisição, tomando em consideração os gastos com aguardente e fumo, finalmente cheguei a uma dolorosa conclusão quando verifiquei o estado do nível e o número de filhos em função do salário, pois que a apuração envolvendo 113 pessoas — o trabalhador e sua família — houve um gasto mensal de 353\$200. Quer dizer, um gasto diário de 50\$457, ou um gasto *per capita* de 446 réis. E mais incrível se deduzirmos os vícios. Encontraremos 413 réis. E se consignarmos unicamente os gêneros de alimentação, encontraremos um gasto *per capita* de 395 réis.

Considerando a alimentação em função das necessidades energéticas do organismo, calculei o valor em calorias de cada produto alimentar e concluí que se o trabalhador tem uma despesa energética de 6.587 calorias e de receita 2.095 calorias, é evidente que existe um déficit de 4.492 calorias, equivalendo a uma diferença de 68 %. Isto é uma prova insofismável da sub-nutrição em que vive o trabalhador rural que precisa ser melhor amparado, mais nutrido, para poder ser eficiente. Porque, onde poderia o trabalhador da indústria açucareira buscar ânimo e forças para poder se apresentar na vida com outro aspecto, além desse "de saco vasio se pondo em pé?" Daí o seu aspecto, a sua saúde, a sua índole, a sua deficiência de trabalho. Sem o negro escravo, dizem, seria impossível uma cultura à européia, na colônia de produção. Sem a miséria do trabalhador rural vivendo muitas vezes em choupanas de palha ou barro, esburacadas, sem piso de tijolo, sem água, sem higiene em suma, não poderiam por acaso, existir essas esplêndidas centrais, símbolo da absorção e do industrialismo. Para a vitória da máquina na indústria açucareira se amesquinhou, se diminuiu, se desprezou, se anulou o homem. Para a redenção do homem, seria incrível a destruição da máquina. Indagar-se-á, porque é um sub-nutrido o trabalhador rural?

por causa da indolência, por causa da falta de organização, pela ignorância. Mas, se não trabalha porque não come, se não trabalha porque é doente, se não come porque não trabalha, o que de positivo é necessário que se diga, é que é interessar êsse homem apático à terra, melhorar o seu *standard* de vida, libertá-lo de uma escravidão que amanhã, a incuria, o desprezo, a má vontade ou medo de encontrarmos solução para problemas dessa natureza terão, além de dias amargos, pesadas consequências para o nosso êrro.

Esse é um aspecto da situação do homem que vive na cana e da cana de açúcar, ganhando uma média por dia, em Pernambuco 2\$750, em Alagoas 2\$780, em Sergipe 2\$940, na Baía 3\$290, em Minas Gerais 4\$100, em Campos 4\$164 e em São Paulo 6\$193.

Quer dizer que os salários em Minas Gerais, Campos e São Paulo são respectivamente superiores aos de Pernambuco em 49 %, 51 % e 121 %. A média dos salários dos trabalhadores rurais no Nordeste açucareiro é de 2\$940, enquanto que a média obtida no sul é de 4\$819, o que representa uma diferença de 1\$178 ou 40 %.

A razão dessa diferença reside, entre outras causas, na localização geográfica dos custos de produção do Nordeste, longe dos mercados de distribuição e consumo.

R a c i o n a l i z a ç ã o Daí percebe-se claramente a diretriz do industrial-agricultor, de racionalizar sua produção. Há a necessidade premente de baixar o seu custo.

Entre as diferentes zonas produtoras no Brasil existe um grande esforço de tornar o custo de produção da tonelada de cana tão barato, que o preço do transporte fique anulado. O Norte, geograficamente se acha em situação de inferioridade ante os grandes consumidores — Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto os produtores sulistas entregam o açúcar ao consumidor na porta, quasi sem onus. Campos, mesmo, leva uma grande vantagem de sua localização, perto do Distrito Federal, concorrendo tenazmente com o Norte na colocação do açúcar.

Para o produtor sulista basta que o lucro por sacco de açúcar seja o do transporte e demais despesas de exportação, ou a diferença delas em relação às do Norte, para que a indústria açucareira seja um lucrativo negócio. De forma que o produtor nordestino tendo que enfrentar tão forte concorrente, tem de acelerar a racionalização de sua produção.

O exemplo frisante dessa orientação é o da esplêndida usina alagoana, Central Leão Utinga, uma das maiores e mais perfeitas usinas do Brasil, que conseguiu uma média nas despesas de salários por sacco de açúcar, num quinquênio, de 1\$309.

Na parte agrícola nota-se também o sentido da racionalização, pois o custo da tonelada de cana, nessa usina, em 1932/33 foi de 13\$267,

dando um lucro por tonelada de 3\$161; em 1933/34 de 13\$441, dando um lucro de 9\$599; em 1934/35 de 11\$525, com um lucro de 11\$475 por tonelada, representando um lucro total de 1.087:000\$000. Causa naturalmente admiração a capacidade de organização de uma usina modelo como a Central Leão, que conseguiu através de sua técnica agrícola, com boa semente, com trabalho agrícola sob base científica, com adubação e irrigação, um rebaixamento tão considerável no custo de produção da tonelada de cana, a ponto de equipará-lo aos de Campos e São Paulo. Mas o que causa certa estranheza é que com tão grande lucro agrícola, não houve nenhuma melhoria no *standard* de vida do trabalhador rural. Concorreu esse lucro, somente para a ampliação dos seus domínios territoriais na zona da Mata de Alagoas. A Central Leão acaba de absorver as usinas Pau Amarelo e Esperança, desmanchando as duas fábricas, com um limite de produção de 82.000 sacos, e com tôdas suas zonas agrícolas, chegaríamos assim a um resultado paradoxal: a racionalização da produção é fator de ampliação do latifúndio açucareiro.

Mas, indagar-se-á porque não reagiu o Nordeste em pêso, — a clássica região canavieira —, à perspectiva de ter de assistir, pela segunda vez, ao deslocamento de outro eixo de produção — o da produção açucareira? Eis a explicação que eu encontro:

Quando do início dos trabalhos de seleção e cruzamento da cana de açúcar nas diversas zonas canavieiras do universo, em Pernambuco, um agricultor, senhor de engenho, geneticista por intuição, assegura a Pernambuco a primazia na América do Sul da obtenção de canas por via sexual e talvez a prioridade no mundo, de plantio extensivo de canas assim obtidas.

De fato, o Sr. Manuel Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Cachoeirinha, situado no município de Vitória, depois de uma série de estudos, conseguiu em 1894 uma variedade de cana que dominou, anos depois, totalmente os canaviais pernambucanos e alagoanos: a “manteiga”, também denominada “sem pêlo”, envernizada, Cavalcante, Flor de Cuba. O nome mais vulgar é o de “manteiga”, dada sua côr quando atingida a maturidade, sendo arroxeadada quando nova. Os gomos são de mediano comprimento, ocorrendo lascaduras no sentido longitudinal que porém logo cicatrizam. Em memorial apresentado à 2.^a Conferência Açucareira, realizada em Recife, um estudioso da cultura canavieira considera o rendimento agrícola da cana “manteiga” bastante elevado. E’ de tal precocidade, que se houver retardamento na colheita da cana “planta”, já serão encontradas hastes de sócas com alguns gomos.

Considero a decadência ou estacionamento agrícola de Pernambuco, proveniente do imperialismo da “manteiga”. Nos canaviais pernambucanos raramente se encontrava uma outra qualquer variedade. Essa predominância era resultante da rusticidade da variedade e da falsa

vantagem que encontrava o usineiro em receber a cana “manteiga” — considerada cana branca — com uma depreciação de 15 a 20% no valor.

Enquanto tivemos em Pernambuco um surto industrial digno de nota, se não regredimos na técnica agrícola, pelo menos não avançamos. E a demonstração dessa afirmativa está na comparação do volume de produção de 1894 com o dos anos subsequentes. Naquele ano as entradas de açúcar na praça de Recife foram de 194.419.020 quilos e até chegarmos à safra de 1936/37, cuja entrada na mesma praça foi de 150.680.580 quilos, período de 43 anos, verificamos que 26 safras foram de volume inferior ao de 1894 e somente 17 safras superaram aquele volume. Ainda mais, as 23 safras seguintes a de 1894/95, foram sempre inferiores. A média das 23 safras foi de 126.290.167 quilos, sendo a safra de 1894/95 superior 35 % a essa média. E se raciocinarmos com a média geral de todas as safras posteriores a de 1894/95, ficaremos verdadeiramente desolados, encontrando uma média geral de 171.532.062 quilos, o que representa uma diminuição de 11,7 %. Essa média geral, patenteia-nos uma regressão.

Enquanto se processa êsse *impasse* agrícola, a parte industrial se aperfeiçoava. Encontramo-nos hoje, na contingência de ter a fábrica que carregar o pêso morto da lavoura canavieira, cujo rendimento agrícola é inferior a 30 toneladas por hectare e cuja variedade de cana além de enfraquecida, pobre em açúcar, é susceptível ao “mosaico”.

E um incansável batalhador que foi o Dr. Inácio de Barros Barreto, em 11 de Maio de 1911, através das colunas do *Diário de Pernambuco*, chamava a atenção dos poderes públicos para o esplêndido aparelhamento industrial do parque açucareiro enquanto era desoladora a parte agrícola e inculcava “a causa do nenhum aumento verificado do volume da safra, na crescente pobreza da matéria prima que trabalhamos”.

Junte-se à precariedade da variedade da cana plantada, o total desprezo pela parte agrícola. Com a mentalidade criada do enobrecimento automático conferido ao senhor de engenho e não ao agricultor da cana de açúcar, verifica-se a constante preocupação de sempre aparecer o industrial. O fabricante de açúcar e não o lavrador. Não o lavrador na dependência financeira do engenho, mas o próprio lavrador independente. O crédito do senhor de engenho era conhecido pelos preços de escravos, pelas caixas de açúcar produzido, pelos feixes, cunhetes ou barricas de açúcar. Nunca pela extensão dos seus canaviais, pela qualidade das canas, pela racionalização do trabalho, pelo baixo custo de produção. Daí o plano secundário da técnica rural. Daí existir ainda hoje o arado de madeira “Pai Adão” nas terras de massapê do recôncavo baiano. Há a cisma que arado de ferro não presta, porque “não fura a terra, se furar se quebra e se não quebrar a cana não nasce”. Arado de madeira, tosco e pesado. Dez e doze bois para puxá-lo. Pois foi essa mesma rotina, essa falta de conhecimento da terra, êsse pouco ligar aos misteres do campo sempre repugnando à maioria dos nossos

industriais que preferiu ver o açúcar limpo a sair das turbinas ou ensacado em seus armazéns ou nos centros de distribuição e de especulação, a se causticar ao sol tropical, a se molhar debaixo das chuvas pesadas do inverno, a sentir o cheiro de suor das levas de negros e caboclos dos eitos ou o odor esplêndido da terra madura, que nos fez viver mais de 30 anos com uma variedade má, com uma variedade de cana pobre.

Variedade que enfraquecendo, além de pobre em sacarose, acelerou o ritmo do ocaso do Norte. A decadência do Nordeste açucareiro. Não se poderá obscurecer o fulgor do crepúsculo.

Inúmeras variedades foram trazidas, porém tôdas viveram uma vida efêmera nos canaviais do Nordeste. Só a "manteiga" venceu, só a "manteiga" prosperou, fortificou. E mesmo após a debacle das safras atingidas pelo "mosaico" quando em S. Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais, Baía e mesmo Alagoas, todos mudam a semente infectada, substituindo-a por cana imune ao terrível mal, o imperialismo da cana "manteiga" estava tão enraizado em Pernambuco, que opõe uma resistência feroz, tenaz e persistente. Somente a pouco e pouco, as novas variedades vão sendo cultivadas.

Deslocamento da produção açucareira Que prejuízo enorme não causa à economia pernambucana êsse imperialismo, que teima em deixar o produtor com tão baixo rendimento cultural, com tão pequeno rendimento industrial, enquanto os outros centros se aperfeiçoando, vão deslocando o centro de gravidade açucareira, do Norte para o Sul.

O deslocamento da produção açucareira tem como um dos fatores o "mosaico" que devastando os canaviais obrigou a importação das variedades javanesas.

O "mosaico" transformou o panorama da produção açucareira no País. A renovação absoluta dos canaviais paulistas e fluminenses e o retardamento da substituição da semente de cana nas lavouras nortistas, provocaram um verdadeiro deslocamento dos centros de produção de açúcar no País.

Unicamente o Estado do Rio de Janeiro era o competidor do açúcar do Norte. Os produtores de São Paulo, voltados para o café, reproduziam o conceito daquele senhor de engenho de Ponta da Baía, que queria exclusivamente plantar cana de açúcar, que dava para tudo, inclusive para comprar farinha de mandioca.

Os produtores tinham o café que dava para tudo, inclusive para a compra do açúcar de Pernambuco ou Alagoas.

Depois veio o drama do café. Drama da moderna economia, o drama da súper-produção do café. Êsse drama, que teve o seu início em 1896, como consequência da alta exagerada dos preços motivada por uma

excessiva e progressiva depreciação da nossa moeda e forçando, uma corrida para o plantio do café, foi mais tarde atenuado pelas constantes valorizações artificiais. Enquanto artificialmente se valorizava a rubiácea, o produtor paulista vivia satisfeito com o que dava o café, que se tornou inteiramente soberano, no quadro agrícola do grande Estado. Daí a morosidade do progresso da indústria açucareira paulista. Se bem que anteriormente a 1925/26 suas safras de açúcar de usina tivessem tido maiores vultos, no entretanto êsse período marca com a debacle nos canaviais afetados de "mosaico" o deslocamento dos centros de gravidade da produção.

Deslocamento da produção açucareira, do Norte para o Sul, como já ocorrera com o deslocamento do eixo econômico do Brasil.

Em 1925/26 as safras de São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais são respectivamente de 155.348 sacos, 861.070 sacos e 82.088 sacos e comparando-as com as safras de 1936/37, isto é, onze anos após que atingiram respectivamente 2.248.370 sacos, 2.615.923 sacos e 408.229 sacos, verificamos que as produções paulista, fluminense e mineira, atingindo então suas maiores safras, apresentam um aumento de 1347 %, 203 e 397 %.

Na mesma safra de 1925/26, o Norte açucareiro, isto é, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tiveram uma safra de 2.256.285 sacos, 480.731 sacos e 345.667 sacos. Onze anos após, Pernambuco tem uma safra de 2.122.793 sacos, Alagoas de 609.535 sacos e Sergipe de 531.067 sacos. Calculando as posições dos dois extremos dêsse período, verificamos que a produção pernambucana caiu 5,9 %, a alagoana aumentou 39 % e a sergipana 53 %. E' verdade que em anos dêsse período, as produções dêsses três Estados nortistas alcançaram altos níveis. Mas, para não cairmos em erros de uma apreciação dos volumes extremos de um período qualquer, consideremos as médias nas duas zonas: Sul e Norte.

O Sul açucareiro, na média dos doze anos tem um aumento sôbre a safra de 1925/26 de 181% de uma diferença de 41% em relação à safra 1936/37.

E o Norte açucareiro, na média dos doze anos tem um aumento sôbre a safra de 1925/26, de 56% e em vez de uma diferença como no Sul açucareiro, um aumento de 444 em relação à safra 1936/37.

Cada ano de crise no Norte, crise de produção, é um incentivo à produção sulista.

O Norte açucareiro na situação precária em que se encontra, sem a renovação dos seus canaviais, com fraca produção por hectare, com canas pobres em sacarose, com fretes ferroviários e marítimos muito caros, para viver, lutar e não baqueiar, para não se tornar uma ruína, numa zona histórica, um monumento antigo da civilização açucareira que passou, tem que fundar logo em bases sólidas a sua política hidráulica. Pernambuco, Alagoas e Sergipe, precisam água para não viver sob contingências da distribuição das chuvas. Para essa zona despro-

tegida e populosa, zona única litorânea onde o homem pode viver sem emigrar quando vem a calamidade da sêca, zona onde reter água é perpetuar a vida, a riqueza, a estabilidade do trabalhador, nessa zona irrigar, armazenar água, revificar tôda uma grande região que precisa se soerguer, é função de govêrno, é medida de salvação pública.

Se a medidâ não for imediatamente tomada, se a solução para o problema máximo do Norte açucareiro — produzir açúcar — for retardada, perderemos definitivamente a hegemonia da produção açucareira como já perdemos a do algodão há pouco tempo e como já perdemos em tempos que já vão longe a supremacia econômica no Brasil, o que correspondeu ao deslocamento do eixo político e cultural.

Teremos principalmente com o fenômeno açucareiro paulista, o deslocamento do centro de gravidade de produção de açúcar do Norte para o Sul.

Aspectos açucareiros de S. Paulo

Qual então o destino do Norte ?

Para se explicar plenamente o atual fenômeno açucareiro paulista, que demonstra a possibilidade de deslocar o eixo da produção açucareira do Norte para o Sul, é necessário caminhar através a sua documentação açucareira, perceber o sentido da civilização que êle criou e ante êsses elementos, ante a evidência de sua argumentação, deduzir num estudo analítico-psicológico até que ponto essa possibilidade de deslocamento se estende.

O Estado de São Paulo praticamente não tem tradição açucareira. Mesmo se se concordasse em dar ao grande Estado a prioridade da fundação do engenho de açúcar, discordando da forte argumentação de Freire Alemão e da prova real do pagamento de dízimos de açúcar pernambucano entrado em Lisboa, aceitando assim a tese de Frei Gaspar de que o engenho São Jorge “foi o primeiro que houve no Brasil, dele sairão canas para as outras capitais brasilicas”, êsse fato teria um valor puramente histórico. Porque em São Paulo o engenho de açúcar não logrou criar uma fisionomia como a do Nordeste açucareiro. Depois da chegada do homem branco no solo paulista, não se fundou uma elite conservadora, estável. O paulista foi bandeirante, enquanto no Norte se fundava uma economia, uma civilização fixando homens, forjando riquezas, apropriando a terra para função reprodutiva.

Em São Paulo em 1548, havia 6 engenhos e ao findar ainda êsse século, a indústria açucareira regrediu.

A partir dessa data a capitania começou visivelmente a regredir, testemunhado êsse atraso, pelo Padre Manuel da Nobrega que atesta que “a Capitania de S. Vicente se vai pouco e pouco despovoandô, pela pouca conta e cuidado que el-Rei e Martim Afonso de Sousa teem, e se vão lá passando ao Paraguai pouco a pouco”.

“Em São Vicente, segundo Bleau, no fim do século XVII o panorama era ainda de atraso. Setenta casas com uma centena de habitantes — portugueses e nortistas. Três ou quatro engenhos de açúcar.

O século XVIII, trouxe uma maior prosperidade para São Paulo e ao findar êsse século a agricultura “acha-se em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo”.

Só a vila de Itú faz mais de cinquenta mil arrobas de açúcar por ano e vai em aumento.

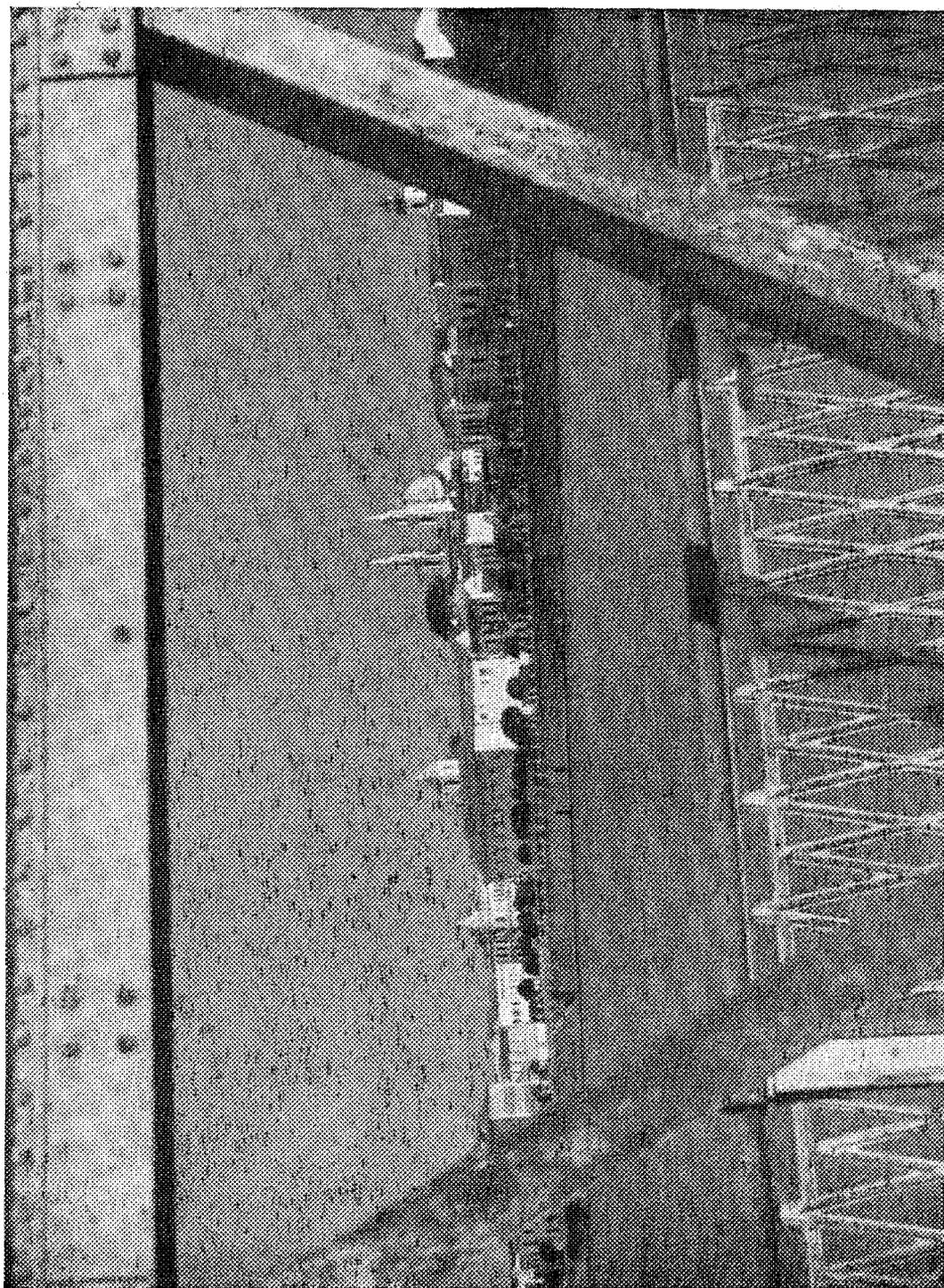
Alguns anos após, em 1807, havia na Capitania de São Paulo 458 engenhos de açúcar e 601 alambiques para aguardente, porém êsses engenhos não se podiam comparar com as grandes fábricas de açúcar bruto dos Estados do Norte, como o engenho Salgado, em Pernambuco, pois “à primeira vista o estabelecimento parece bastante com uma das grandes herdades de Beauce”.

Em São Paulo, em 1818, já quando se notava um surto bem acentuado de progresso, o principal centro produtor de açúcar era Campinas onde havia “no têrmo desta Vila sessenta engenhos, contando com o do fabrico de aguardente; quinze dos quais são movidos por água; e outros muitos se podem levantar por esta maneira cômoda”. Certamente a grande maioria dos engenhos de São Paulo se aproximava dos descritos por Saint Hilaire, em Cachoeira: “A cana de açúcar e o café são os dois produtos que mais se cultivam nessa comarca. Veem-se engenhocas de açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigência”. Em todo caso, os engenhos eram em grande número, acusando em 1808 uma produção de 122.993 arrobas de açúcar, em 1818 uma exportação de 578.657 arrobas.

E quando São Paulo começava realmente a se impor como produtor de açúcar, a rubiácea veio tudo substituir, criando uma nova fisionomia, uma outra evolução, uma agigantada estrutura econômica, com o café que se fez além de soberano, um verdadeiro tirano.

Para o café tôdas as atividades se dirigiram, todos os capitais se volveram. São Paulo pouco produziu de açúcar no grande período iniciado com a “febre” do café, bastando citar a sua produção de açúcar em 1888, de 6.000 toneladas.

A característica social formada com o café, em S. Paulo, diferia profundamente da criada com o açúcar no Nordeste. O regime do trabalho, quer no período da escravatura, quer após a abolição, era também de natureza diferente, diferenciação traçada pela diversidade de culturas. Cultura perene do café, cultura periódica da cana de açúcar. E a diversidade de trabalho mais se aprofundou com a imigração, tornando o imigrante, o colono, o plantador, o trabalhador, o elemento braçal para a colheita, recebendo mediante um contrato com o fazendeiro. Enquanto no Norte, o trabalho era — após a abolição — feito pelo assalariado, percebendo uma remuneração insignificante. Êsse quadro permaneceu mais ou menos estável no regime de exploração agrícola das duas culturas. A indústria açucareira evoluiu no sentido da



Recife — Rua da Aurora. Foto apanhada da ponte “Boa Vista”



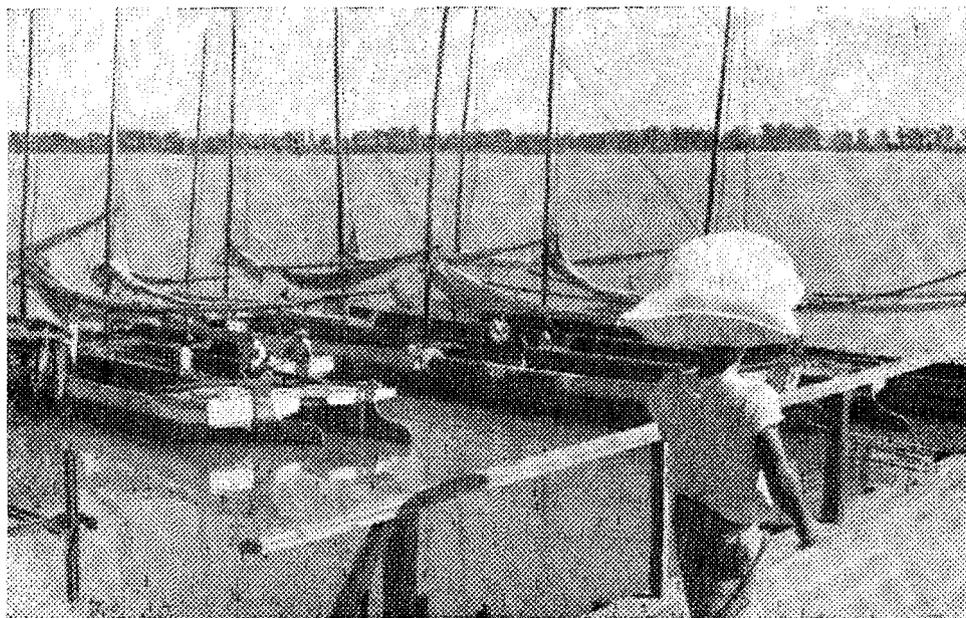
Contribuição feminina no corte do canavial

Cortadores de cana





Limpeza do terreno, depois da colheita

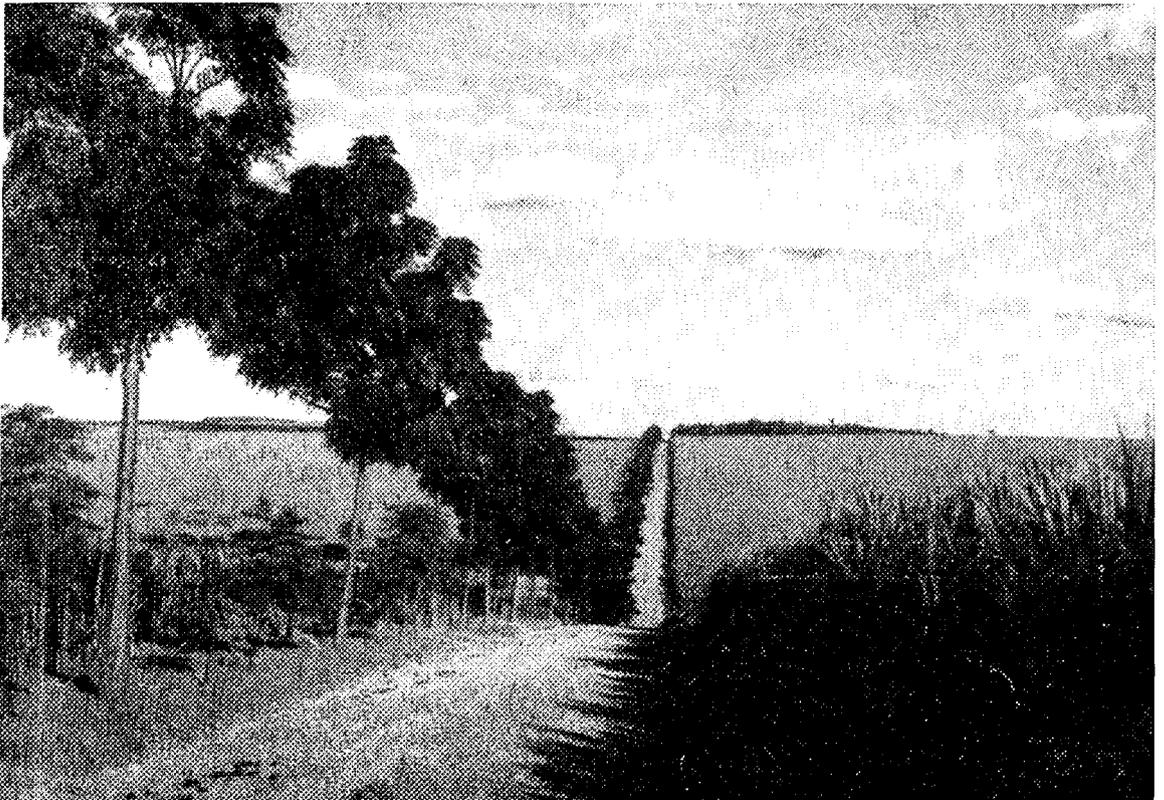


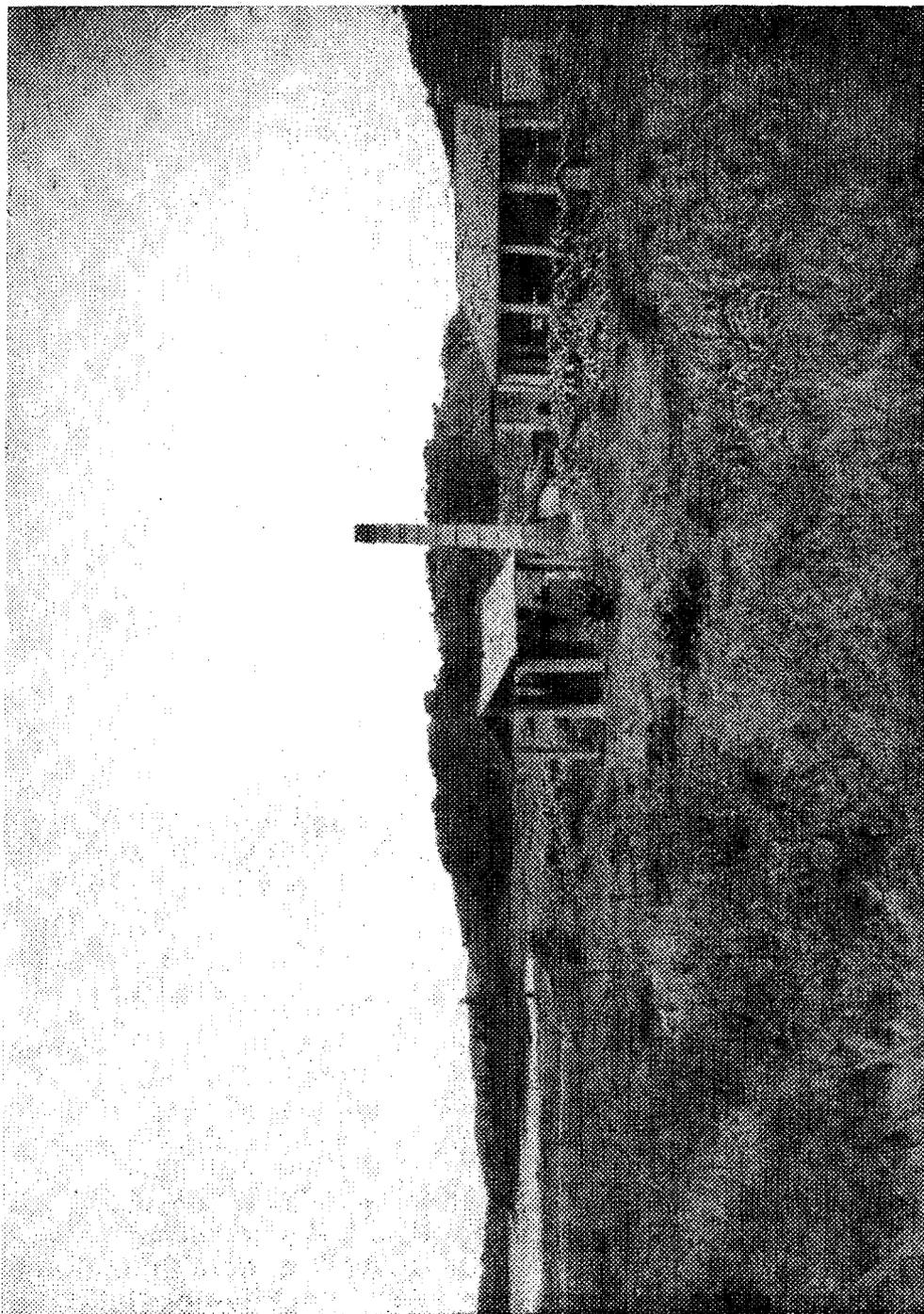
Transporte do açúcar da usina para o pôrto de exportação



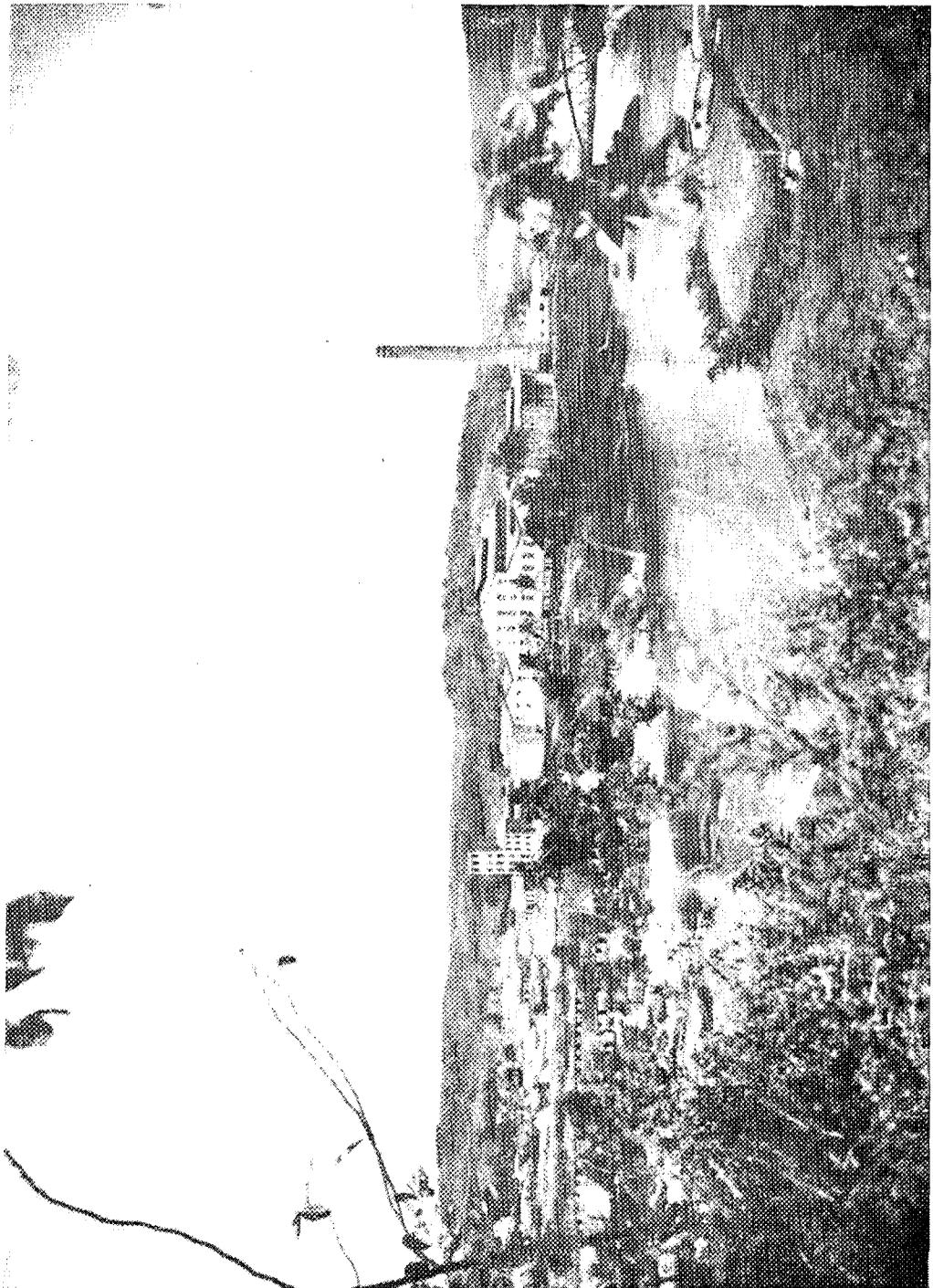
*Primeiro transporte de açúcar,
a pequena distância*

Estrada utilizada para o transporte das canas





Pequeno engenho "banguê"



Usina pernambucana de açúcar

substituição do antigo senhor de engenho se transformando em fornecedor de canas à usina ou no sentido da absorção do engenho banguê pela usina.

Em Pernambuco e Alagoas sempre existiu uma classe de agricultores — o lavrador, que explorando a terra do engenho, pagava ao seu proprietário 50% de renda. Diferia porém, profundamente êsse lavrador, do colono. Enquanto o lavrador era uma espécie de feitor graduado do senhor de engenho, tendo sob suas ordens inúmeros assalariados, variando o número deles, segundo a tonelagem de canas plantadas.

O colono é o próprio trabalhador, pois que “na plantação de café, a família é considerada como um grupo de trabalhadores em que o pai é o chefe. Conforme o número de adultos e de adolescentes que compõem a família assim se confiam ao colono maior ou menor número de cafeeiros; em média, 4.000 a 7.000”. — E nesse regime de trabalho “em regra o colono individua-se durante o primeiro ano de trabalho, no segundo equilibra-se e no terceiro já consegue realizar de 1 a 2 contos de economia”.

Quando após a irrupção do “mosaico” em São Paulo, os canaviais foram renovados e a ante-visão do *crack* do café, sustentado artificialmente por uma política econômica que teria de falhar, forçou o deslocamento de capitais para outras atividades agrícolas e industriais, os antigos e novos usineiros se encontraram ante uma situação de todo especial. Sem nenhuma tradição açucareira que tivesse de ditar normas econômicas e sociais.

Aproveitando a lição do regime do café, os usineiros de São Paulo transplantaram para a exploração dos canaviais a técnica da exploração da lavoura cafeeira. Instituíram o colono — em grande escala — como o pequeno agricultor da lavoura resuscitada.

Temos assim, elementos de comparação mais homogêneos, dentro da própria lavoura canavieira, norteando na exploração, de acôrdo com o meio, com os hábitos e com as regiões.

No Norte, o fornecedor — antigo senhor de engenho, com alto *standard* de vida; sem luxo, porém vivendo decentemente; instalado na vida e precisando viver a sua época, dentro das comodidades que a civilização criou. No Norte a tradição açucareira determinando motivos e exigindo uma apresentação. E num meio em que o rendimento agrícola é baixo, a semente de cana má, a técnica agrícola atrasada, o custo de produção portanto elevado, o preço de cana jamais satisfará. Daí os aborrecimentos constantes, os mal-entendidos permanentes, a luta que por vêzes tem explodido, entre usineiros e fornecedores.

No Sul, o colono é um homem de hábitos por demais simples, e os lucros só existem dada a modéstia com que se apresenta na vida. Vive nos campos, no seu sítio, trabalhando com a própria família, com baixo *standard* de vida, sem representação social alguma, plantando a cana, e ao lado a fava, a mandioca, o feijão, a verdura, bastando-se quasi, com

os filhos em escola primária ou as mais das vezes no cabo da enxada. Trabalha numa terra boa, destocada, com a assistência técnica do usineiro que lhe vende o adubo e lhe entrega a variedade de cana que tem de plantar e arbitra o número de limpas que tem de dar com o cultivador.

Boa semente, boa terra, baixo custo de produção, alto rendimento agrícola, dão um razoável lucro ao colono, vendendo êle por baixo preço a tonelada de cana.

Para contrapor ao fornecedor de cana no Nordeste, tem a indústria açucareira paulista o colono.

Colono que paga em São Paulo devido a uma legislação defeituosa das tabelas de cana, uma renda da terra no valor de 54%, se se tomasse a paridade de preços em relação a Pernambuco.

E, segundo cálculos meus, se em Pernambuco vigorasse o preço médio obtido por São Paulo na última safra, o preço da matéria prima seria de 48\$337 contrastando com o preço de 27\$600, pago pela tabela paulista.

Se em São Paulo tivessem vigorados os preços médios de açúcar obtidos em Pernambuco, aplicando-se a tabela paulista, o preço da tonelada de cana seria de 19\$200, contrastando com o preço de 32\$500, pago pela tabela pernambucana.

O critério do legislador foi absurdamente falho, porque, enquanto facultou dentro dos quadros econômicos do Brasil que, uma região fortalecesse sua indústria açucareira a ponto de torná-la não só a mais florescente mas a mais resistente, deixou uma outra região — o Nordeste — tradicionalmente açucareiro, geograficamente mal situado em relação aos grandes mercados consumidores, a comprar uma matéria prima inferior, a preço muito mais elevado que em S. Paulo, criando uma verdadeira anomalia dos valores da mesma tonelada de cana.

O equilíbrio político é resultante dum equilíbrio econômico. A solidariedade nacional se atenua quando aos responsáveis pela vitalidade do país escapa a solução de problemas vitais para uma região.

E deixar se esfacelar uma região outrora o centro econômico do Brasil — o Nordeste açucareiro — pela falta de resolução dos seus problemas, será além de deshumano, desalentador à nossa capacidade de povo novo.

Renovação Se a política econômica da Amazônia é a borracha, se a da Baía o cacau, a de São Paulo o café, a de Minas Gerais a metalurgia, a do Paraná o mate, a de Pernambuco e Alagoas é a política da água. E como em quasi tôdas as partes do universo onde é preciso se integrar o homem ao solo, criar riquezas e salvar zonas atingidas pela irregularidade do clima, compete ao Governo acudir em favor das populações e das classes produtoras, é necessário se fazer de irrigação função de Governo, na zona da mata do Nordeste, barrando

os rios permanentes, armazenando as caudais impetuosas que descem do sertão e que se espriam sem nenhum benefício, construindo barragens no velho Capibaribe, interceptando suas três ou quatro fúrias anuais de enxurradas. Dando uma finalidade à tóda rede hidrográfica dos Estados de Pernambuco e Alagoas.

De tal necessidade é essa obra que em troca do favor governamental facultando se produzir em vez de trinta toneladas por hectare, o triplo ou mais, que o pagamento do benefício poderá ser feito, entregando ao Govêrno as terras excedentes às necessidades agrícolas e pastorís do usineiro, que bastaria ficar com a área de terra suficiente para o seu limite de produção, terra em repouso, em rotação de cultura e matas.

Essa área excedente o Govêrno, proibindo o plantio de cana, dividiria em pequenas propriedades para exploração de leguminosas alimentícias, cereais, farinha de mandioca e frutas. Só assim haverá a garantia de gêneros de alimentação, na única zona úmida do Nordeste.

Não haveria tropeços nessa política de melhor distribuição da terra, porque o usineiro só é latifundiário devido à necessidade de suprimento de matéria prima. Logo que êsse suprimento estivesse garantido não seria a vaidade de olhar do alto da sua casa-grande o sol nascer e se pôr, atraz dos acidentes topográficos de sua extensa propriedade, que o tornaria um possuidor exagerado de terras.

Seria resolvido o problema social da terra no Nordeste.

E com a água, teremos garantida a impossibilidade do deslocamento do centro de gravidade de produção do Norte para o Sul. Teremos solucionado o desolador problema do salário, elevando a população rural à uma situação que a dignifique e nos enobreça.

Teremos a renovação imediata da semente da cana, se bem que isso seja possível sem a imediata solução do problema da água. Com a adubação, praticaremos a cultura intensiva, pois que nada vale adubar, para se ficar à espera de que chova.

E a cana de açúcar com o seu raizame sugando a água que o homem controla, que o homem cientificamente distribue, se redimirá de tantos males que a fatalidade lhe atribuiu.

Então, o Nordeste retendo o que a tradição econômica lhe garantiu, terá conseguido dentro dos quadros nacionais, o lugar de destaque que a sua civilização açucareira criou.

E com os novos elementos de progresso, mesmo com uma maior distribuição geográfica da cana de açúcar através de todo o vasto território do Brasil, — o Nordeste açucareiro encontrará o seu destino.

Ninguém mais, então perguntará: Qual o destino histórico do Nordeste ?

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Mr. Gileno Dé Carli, chef de la Section des Etudes Économiques de l'Institut du Sucre et de l'Alcool, auteur de plusieurs oeuvres spécialisées sur la canne à sucre et sur l'acool, depuis la partie historique jusqu'à sa géographie économique et sociale, donne dans ce travail la synthèse de la fonction civilisatrice de la canne à sucre au Brésil.

D'entrée, il donne la mesure à travers l'histoire économique du Brésil, jusqu'où le sucre produisit une orientation sur ses destins, destins influencés depuis que la canne à sucre se localisa sur le littoral nord cherchant à parsemer, dans un mouvement intensif, des engins primitifs ("bangués") sur les rives des cours d'eau de Pernambuco.

Avec l'influence de la canne à sucre sur les destins économiques et sociaux de la région, l'auteur décrit comment se fonda le régime des terres; la façon comment se processa la formation de "latifundio" (grande étendue de terres rurales), et principalement des latifundios sucriers; la lutte de l'engin contre l'engin (moulin à sucre) et, ensuite, la lutte terrible entre l'usine à sucre et les engins "bangués", et encore plus récemment de la grande contre la petite usine; tout cela concentré et bien détaillé par l'auteur.

Das le régime de propriété des terres, Monsieur Gileno Dé Carli dédouble le panorama humain du travail agricole. En premier lieu le travail esclave, et ensuite l'illusoire sensation de liberté. Les données sur le standard de vie du travailleur rural sont des indices alarmants. L'auteur arrive à la minute du calcul de dépenses et recettes de calories "per capita", après une enquête qu'il fit auprès des propres travailleurs. Ce budget d'alimentation est dépendant d'un autre point de vue abordé: du salaire rural.

Dans l'étude de l'économie et de la géographie économique des régions sucrières, Monsieur Gileno Dé Carli recherche les causes primordiales du stationnement de la classique zone cannevière (cannale) du pays: le Nord-Est. Dans cette recherche il rencontrera ce qu'il nomme avec beaucoup d'à-propos "imperialisme de la cannebeurre", comme le fondement de la routine. La canne-beurre fût une variété obtenue par un certain Monsieur d'un engin pernambouque, quand les notables stations expérimentales de canne à sucre de tout le monde ne traitaient pas encore sérieusement de la matière.

Initialement, la canne-beurre substitua très bien la canne "cayenne" endommagée par le gonose. Avec la reproduction, la variété se dégénéra au point de ne plus correspondre, aujourd'hui, en richesse et rendement, aux nécessités d'une agriculture moderne. Dans le Nord-Est, cependant, les agriculteurs accoutumés à la vieille variété résistent au changement. De là l'imperialisme de la canne-beurre avoir entraîné l'appauvrissement des anciennes régions sucrières.

Ensuite, en 1923, apparaît à São Paulo une maladie de la canne à sucre, de grande virulence, le mosaïque. Et le mosaïque modifia profondément le paysage sucrier au Brésil. Il fit comme quoi, au sud, les producteurs renouvelaient leurs cultures, substituant les anciennes variétés par les cannes nobles: les javanaises. Ce fût la cause de la modification du paysage sucrier, parce qu'advenu en grande escale seulement dans les régions méridionales. Dans le Nord-Est continuait la canne-beurre. Et pour cela, un péril énorme menaçait cette zone productrice. La deslocation de l'axe de production du sucre au Brésil était imminente, du nord vers le sud.

Un autre point visé par l'auteur du travail, est celui qu'il dénomine de phénomène pauliste. Comment São Paulo devint grand producteur de sucre, quelle est sa technique de travail, et comment il imposa son colon, comme avantage, au fournisseur de canne du nord-est, l'ancien maître du moulin à sucre.

Finalement, Monsieur Gileno Dé Carli fournit la solution du problème dans la politique hydraulique, afin que, dorénavant, personne ne demande plus quel sera le destin historique du Nord-Est.

El señor Gileno Dé Carli, jefe de la Sección de Estudios Económicos del Instituto del Azúcar y del Alcohol, autor de varias obras especializadas sobre la caña dulce y sobre el azúcar, de la parte histórica hasta su geografía económica y social, da en ese trabajo la síntesis de la función civilizadora de la caña de azúcar en el Brasil.

De principio da la medida, por medio de la historia económica del Brasil, hasta donde el azúcar ha dado una orientación en sus destinos, destinos influenciados desde que la caña dulce se localizó en la costa nordestina, buscando en un movimiento intensivo esparcir ingenios "bangués" (ingenios primitivos), a la margen de los ríos pernambucanos.

Con la influencia de la caña de azúcar en los destinos económicos y sociales de la región, el autor describe como se fundó el régimen de las tierras; la manera por que se procesó la formación del latifundio, y principalmente de los latifundios azucareros. La lucha de ingenio contra ingenio, y después la lucha tremenda entre la fábrica de azúcar y los ingenios "bangués", y más recientemente de la gran fábrica contra la chica, todo eso es focalizado con bastante detalle por el autor.

Dentro de ese régimen de propiedad de la tierra, desdobra el señor Gileno Dé Carli el panorama humano del trabajo agrícola. A principio el trabajo esclavo y después la ilusoria sensación de una libertad. Los datos acerca del padrón de vida del trabajador rural son índices alarmantes. Llega el autor a la minucia del cálculo de despesas y recetas de calorías "per capita", después de una inquisición que hizo junto a los propios trabajadores. Ese cálculo de la alimentación está dependiente de un otro punto abordado, el del salario rural.

En el estudio de la economía y de la geografía económica de las regiones azucareras, el señor Gileno Dé Carli investiga las causas primordiales del estacionamiento de la clásica zona de cañaverales del país: el Nordeste. En esa pesquisa va encontrar lo que apropiadamente llama de "imperialismo de la caña manteca", como el fundamento de la rutina. La caña manteca fué una variedad obtida por un señor de ingenio pernambucano, por vía reclusa, cuando las notables estaciones experimentales de caña de azúcar aun no cuidaban seriamente del asunto.

A principio la caña manteca substituyó muy bien la caña "calana", vitimada por el gonosis. Con la reproducción adecuada, la variedad se fué degradando, a punto de hoy no más corresponder, en riqueza y rendimiento, a las necesidades de una agricultura moderna. Pero en el Nordeste los agricultores, acostumbrados a la vieja variedad, resisten al cambio. En consecuencia el imperialismo de la caña manteca trace el empobrecimiento de las antiguas regiones azucareras.

Después, en 1923, aparec^o en S. Paulo, una molestia en la caña dulce de gran virulencia: el "mosaico". Y el "mosaico" produjo hondas modificaciones en el paisaje azucarero del Brasil. Hizo con que los productores del Sur renovasen sus plantaciones, substituyendo las antiguas variedades por las cañas nobles, las javanasas. Ese facto fué la causa de la modificación del paisaje azucarero, porque solo ocurrió en gran escala en las regiones meridionales. En el Nordeste continuaba la "manteiga". Y, por eso, un gran peligro amenazó esa zona productora. Era inminente el deslocamiento del eje de producción de azúcar en el Brasil de Norte hacia el Sur.

Otro punto aludido por el autor del trabajo es lo que él denomina de fenómeno paulista. Como S. Paulo se volvió gran productor de azúcar; cual su técnica de trabajo; y como él, con ventaja antepuso su peón al proveedor de caña del Nordeste, el antiguo señor de ingenio.

Por fin, el señor Gileno Dé Carli dió una solución del problema en la política hidraulica, para que nadie más pregunte cual el destino historico del Nordeste.

Gileno Dé Carli, capo della Sezione di Studi Economici dell' Instituto dello Zucchero e dell' Alcool, autore di varie monografie relative alla canna da zucchero ed allo zucchero, di carattere storico, geografico, economico e sociale, sintetizza in questo suo lavoro la funzione civilizzatrice della canna da zucchero nel Brasile.

Riandando la storia economica del paese, l'autore mostra quanto influi lo zucchero sull' orientamento dei suoi destini, fino da quando la coltura della canna si localizzò nel littorale del Nord-est, con un intenso movimento di propagazione delle piantagioni e delle primitive fabbriche di zucchero lungo le riva dei fiumi pernambucani.

L'autore descrive l'influenza della canna da zucchero sulle sorti economiche e sociali della regione; narra come si formò il latifondo, e in particolare quello zuccherero. Descrive con abbondanza di particolari la concorrenza tra fabbrica e fabbrica; la successiva formidabile lotta delle fabbriche con attrezzamento moderno contro quelle primitive, e infine la concorrenza tra i maggiori e i minori stabilimenti moderni.

All'esposizione del regime di proprietà delle terre, l'autore intreccia quella del lavoro agricolo. Prima, il lavoro dello schiavo, poi la sensazione illusoria della libertà. I dati sul tenore medio di vita del lavoratore rurale sono allarmanti. L'autore giunge al calcolo delle calorie assorbite e spese per persona, mercè un'inchiesta eseguita tra i lavoratori stessi. Questo bilancio alimentare sta in relazione con un altro argomento studiato, cioè col salario rurale.

Investigando l'economia e la geografia economica delle regioni produttrici di zucchero, il Dé Carli indaga le cause prime dello stato stazionario della classica zona zuccheriera del paese, il Nordest.

In questa ricerca trova come causa principale di tale stasi quello che chiama "dominio della canna manteiga". La canna "manteiga" fu una varietà ottenuta empiricamente da un coltivatore pernambucano, quando ancora l'argomento non era stato oggetto di ricerca da parte delle grandi stazioni sperimentali di canna da zucchero, sorte in vari paesi.

In principio la canna "manteiga" sostituì molto bene la canna "calana", attaccata dal "gonose". Col riprodursi, la varietà peggiorò tanto da non corrispondere più, oggi, in produzione e rendimento, alle esigenze della moderna agricoltura. Ma, nel Nordest, gli agricoltori, abituati alla vecchia varietà, sono restii a cambiamenti. Perciò il dominio della canna "manteiga" cagiona un impoverimento delle antiche regioni produttrici di zucchero.

Più tardi, nel 1923, apparve in São Paulo una malattia della canna da zucchero, di grande virulenza, il "mosaico", che cagionò profonde modificazioni nell'assetto della produzione dello zucchero nel Brasile. Negli stati meridionali indusse i produttori a rinnovare le coltivazioni, sostituendo alle antiche varietà le canne nobili, javanesi. Questo fatto modificò la distribuzione della produzione dello zucchero, perché si verificò su larga scala soltanto nelle regioni meridionali. Nel Nordest, continuò la canna "manteiga". Per conseguenza un grave pericolo minacciò questa zona produttrice; apparve imminente lo spostamento del centro di gravità della produzione zuccheriera da Nord verso Sud.

Un altro argomento cui allude l'autore, è quello che chiama "fenomeno paulista": come São Paulo divenne grande produttore di zucchero, qual è la sua tecnica di lavoro, e come il suo colono riuscì a vincere il produttore di canna del Nordest, l'antico "padrone di officini zuccheriera".

Infine il Dé Carli indica la soluzione del problema, che a suo modo di vedere sta nella politica idraulica, atta a restaurare le sorti del Nordest.

Mr. Gileno Dé Carli, chief of the Section of Economic Studies of the Alcohol and Sugar Institute, author of several specialized works dealing with sugar cane and sugar, from its historical rôle to its social and economic geography, sets forth in this paper a conspectus of the civilising function of sugar cane in Brazil.

From the beginning he shows, through the economical history of Brazil, up to what point sugar exerted a guiding influence in the country's destiny, which suffered this influence ever since sugar cane found a home in the northeastern littoral, endeavouring intensively to set up primitive crushing plants on the banks of the rivers of the State of Pernambuco.

Under the spell of such an influence in the economic and social destinies of that region, the author gives a description of the foundation of the land ownership régime; of the manner of the formation of immense landed estates, chiefly those under sugar cane. The strife among the crushing plants and, later, the tremendous struggle between the modern mill and the primitive ones and, more recently still, the fight waged by the big mill against the small, all these are items which he focuses with a wealth of detail.

Within this régime of land ownership Mr. Carli unfolds the human panorama of agricultural labour. First slave labour, then the illusory feeling of freedom. The data on the standard of living of the agricultural labourer are alarming indexes. He delves into minute calculations of output and intake of calories "per capita", after an inquiry made among the labourers themselves. This budget of food is dependent upon another point tackled, namely that of the rural wages.

In his studies of the economics and geographical economy of the sugar regions he investigates the primary causes of the stagnation of the classic sugar cane region of the country, the Northeast. Here he discovers what he adequately calls the "Imperialism of the soft cane"

(butter brand) as the basic reason for routine. This brand of cane was a variety obtained by a Pernambuco mill master by backward methods, before the modern experimental sugar cane nurseries in the whole world took the question seriously.

At first the soft cane substituted very well the Cayenne species, attacked by gonosis. By adequate reproduction the variety degenerated and, today, it no longer corresponds either in wealth or yield to the needs of modern agriculture. In the Northeast the planters, however, accustomed to the old variety, are stubborn to the change. Hence the imperialism of this species being the cause of the impoverishment of the old sugar cane regions.

In 1923 there appeared in S. Paulo a disease of the cane of great virulence, namely the "mosaic". It was responsible for a alteration in the sugar picture of the country. In the South it made the planters renew their crops changing over to the noble species, the Javanese. This only happened in the South of Brazil. In the Northeast the soft cane still continued. This zone was faced with a great danger, the shifting of the axis of sugar cane production in Brazil from the North to the South.

Another point taken up is what the author calls the Paulista phenomenon. How the State of S. Paulo became a large producer; what was its technique of work and how it managed advantageously to place the southern colonist against the northeastern sugar cane supplier, the old Master of the Mill.

To finish with Mr. Gileno Dé Carli offers a solution to the drought problem, in the hydraulic policy, so that the question: "What is the historic destination of the Northeast?" need never be asked again.

Herr Dr. Gileno Dé Carli, Sektionschef der Abteilung für die wirtschaftlichen Studien des Zucker und Alkoholinstituts, Autor von verschiedenen spezialisierten Werken über Rohrzucker und über Zucker, in denen er sowohl den historischen Teil wie auch die geographischen, wirtschaftlichen und sozialen Gesichtspunkte behandelt, gibt in diesem, seinen neuen Werk eine Zusammenfassung der zivilisierenden Wirkung des Zuckerrohrs in Brasilien.

Zuerst gibt er einen Überblick durch die Wirtschaftsgeschichte von Brasilien, bis zu dem Punkt als der Zucker den Stempel seines Wirkens auf die Entwicklung der Wirtschaft aufzudrücken begann, das heisst von dem Zeitpunkt an, als das Zuckerrohr sich an der nord-östlichen Küste festgesetzt hatte und als die verschiedenen Zuckermühlen an den Ufern der Flüsse Pernambuco entstanden.

Mit der Schilderung des Einflusses des Zuckerrohrs auf die wirtschaftlichen und sozialen Geschehnisse dieser Gegend beschreibt der Autor gleichzeitig wie sich das Regimen der Ländereien entwickelt hat; die Art wie sich die Latifundien gebildet haben, besonders die Zucker-Latifundien. Der Kampf der Zuckermühlen gegen einander und dann später der unerbitterliche Streit der grossen Mühlen gegen die kleineren ist ein Kampf, der noch heute beobachtet werden kann, all das hat der Autor meisterhaft geschildert.

In diesem Regimen des Besitzes der Ländereien zeigt Dr. Dé Carli das Bild der menschlichen Arbeit. Zuerst die Arbeit der Sklaven und dann später die illusionistische Sensation einer Freiheit. Die Angaben über den "Lebensstandard" des Landarbeiters sind erschütternd. Der Autor zeigt die genau auskalkulierten Zahlen der Ein- und Ausgaben, wie auch die Kalorien "per capita" nach genauen Forschungen, die er unter den Arbeitern selber angestellt hat. Diese Ziffern hängen von einem anderen Punkt ab, nämlich von dem Gehalt der Landarbeiter.

In seiner Abhandlung über die Wirtschaft und Geographie der Gegenden des Zuckers, studiert Dr. Dé Carli auch die Gründe der Fixierung der klassischen Zuckergegend des Landes: Der Nord-Osten. Er versucht uns klarzulegen, dass das, was er den "Imperialismus des "Butter-Rohrs" nennt, seinen Grund in der Routine hat. Dieses besondere Zuckerrohr war eine varietät, die einer der Zuckerplantageninhaber in Pernambuco gezogen hatte, als die Experimentierstationen der Welt noch nicht ernstlich sich mit diesen Fragen beschäftigt hatten.

Anfänglich ersetzte dieses "Butter" — Zuckerrohr das Rohr "Calana", welches durch die "Gonose" sehr geschädigt worden war. Diese Art wurde jedoch mit der Zeit degeneriert, so dass sie heute weder in Qualität noch in Ertrag den Notwendigkeiten der modernen Landwirtschaft genügt. Im Nord-Osten aber widerstehen die Landwirte, die an die alte Arbeit gewöhnt sind, einem Wechsel. Daher der Imperialismus des "Butter"-Zuckerrohrs, der die Verarmung der alten Zuckergegenden nach sich zieht.

Im Jahre 1923 kam plötzlich in São Paulo eine Krankheit des Zuckerrohrs auf, die mit grösster Heftigkeit wütete: der "mosaic". Und dieser "mosaic" änderte grundlegend die ganze Zuckerlage Brasiliens. Im Süden verursachte er die Erneuerung der gesamten Kulturen; die alten Zuckerrohr wurden durch neue ersetzt, durch das "Java" Rohr. Das war der Grund einer vollständigen Veränderung der Lage des Zuckers, weil die Substituierung in grossem Masstab nur in den südlichen Gegenden angewandt wurde. Im Nord-Osten wurde das "Butter" zuckerrohr beibehalten. Daher die grosse Gefahr für die gegend der Zuckerproduktion im Norden. Die Verschiebung der Produktionsachse vom Norden nach dem Süden Brasiliens war beinahe unaufhaltbar.

Ein anderer wichtiger Punkt, den der Autor behandelt, ist der, den er das "Phenomän von São Paulo" nennt. Er erwähnt wie São Paulo auch in der Zuckerproduktion gross wurde; wie seine Technik und Arbeitsweise ist; und wie es den Herren der alten Zuckermühlen mit ihren Arbeitern die Kolonnen entgegen setzte, und dabei grossen Vorteil hatte.

Zum Schluss gibt Dr. Dé Carli die Lösung des Problems: Die hydraulische Politik — damit niemand mehr fragt, was die Zukunft der geschichtlichen Geschehnisse des Nord-Ostens Brasiliens sei.

Sinjoro Gileno Dé Carli, chefe de la Sekcio de Ekonomiaj Studoj de l' Instituto pri Sukero kaj Alkoholo, aŭtoro de diversaj verkoj specialigitaj pri la sukerkano kaj la sukero, ekde ĝia historia parto ĝis ĝia ekonomia kaj socia geografio, prezentas en tiu ĉi artikolo la sintezon de la civilizanta funkcio de la sukerkano en Brazilo.

Komence li donas la mezuron, tra la brazila ekonomia historio, ĝis kie la sukero donis orientadon al ĝiaj destinoj, kiuj estis influitaj de kiam la sukerkano lokigis ĉe la nordorienta marbordo, serĉante per intensa movo dissemi sukerfabrikojn "banguês" (primitivaj) borde de la riveroj de Stato Pernambuco.

Pro la influo de la sukerkano super la ekonomiaj kaj sociaj destinoj de la regiono, la aŭtoro priskribas kiel stariĝis la reĝimo de la teroj, la maniero per kiu stariĝis la kreado de latifundio, kaj precipe de la sukerindustriaj latifundioj. La batalo de sukerfabriko kontraŭ sukerfabriko kaj poste la grandega batalo inter la sukeruzino kaj la sukerfabrikoj "bangués" kaj pli freŝdate de la granda uzino kontraŭ la malgrandaj, ĉio tio estas detalege enfokusigita de la aŭtoro.

Ĉe tiu reĝimo de terposedaĵo s-ro Gileno Dé Carli vaste preparolas pri la homa panoramo de la terkultura laboro. Komence la sklava laboro kaj poste la iluzia sensacio de libereco. La elementoj pri la "standard" de vivo de la kampara laboristo estas alarmaj montriĵoj pri tio. La aŭtoro eĉ faras la kalkulon de elspezoj kaj enspezoj de kalorioj "por ĉapita", post enketo farita ĉe la laboristoj. Tiu printrada budĝeto dependas de alia alparolita punkto, nome tiu de la kampara salaĵo.

Ĉe la studo pri la ekonomio kaj la ekonomia geografio de la sukerindustriaj regionoj s-ro Gileno Dé Carli traserĉas la ĉefajn kaŭzojn de la haltado de l'klasika sukerkana zono de la lando: la Nordoriento. En tiu enketo li trovas tion, kion oni proprece nomas "imperialismo de la buter-sukerkano", kiel la fundamento de la rutino. La buter-sukerkano estis subspeco navigita de sukerfabrikisto el Pernambuco, per malprogresinta vojo, kiam la notindaj eksperimentaj sukerkan-stacioj ankoraŭ ne zorgis serioze pri tiu afero.

De komenco la buter-sukerkano anstataŭis tre bone la sukerkanon kajenan, viktimitan de la "gonose". Per la konvena reproduktado la subspeco degeneradis tiamaniere, ke ĝi ne respondas plu hodiaŭ, je riĉeco kaj rento, al la necesoj de moderna terkulturaĵo. Sed en la Oriento la terkulturistoj kutimitaj al la malnova subspeco rezistas al la ŝanĝo. Sekve de tio la imperialismo de la buter-sukerkano okazigis la malriĉigon de la antikvaj sukerindustriaj regionoj.

Poste, en 1923, tre virulenta malsano atakis la sukerkanon: la "mosaiko" (*mozajko*). Kiu profunde modifis la sukerpejzajon en Brazilo. El tio rezultis, ke en la Sudo oni modifis la kulturojn de la produktoj, anstataŭigante la antikvajn subspecojn per la nobelaj sukerkanoj, la javaj. Tiu fakto estis la kaŭzo de la modifo de la sukerpejzaĵo, ĉar ĝi okazis grandskale nur en la sudaj regionoj. En la Nordoriento daŭradis la "buter-sukerkano". Kaj tial grandega danĝero minacis tiun produktantan zonon. Estis tuj okazonta la aksdelokigo de la sukerproduktado en Brazilo, de la Nordo ĝis la Sudo.

Alia punkto citita de la aŭtoro de tiu ĉi artikolo estas tiu, kiun li nomas fenomeno el S. Paulo. Li klarigis kiel tiu ĉi ŝtato iĝis granda suker-produktanto, kia estris ĝia labortekniko kaj kiel ĝi profite trudis sian kolonianon al la liveranto de la nordorienta sukerkano, la antikva sukerfabrikisto.

Fine s-ro Gileno Dé Carli donis la solvon de la problemo, ĉe la hidraŭlika politiko, por ke neniu demandu plu, kiu estas la historia destino de la Nordoriento.

Eis aqui um caminho prático para o seu patriotismo: — ajude o Serviço Nacional do Recenseamento a fazer os próximos Censos Brasileiros

DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Major JOÃO SEGADAS VIANA

E' fora de dúvidas que este assunto é melindroso... Uns o rejeitam, dominados pelo regionalismo; muitos se mostram céticos, julgando-o uma ideologia — de impossível realização e poucos — o julgam de imprescindível necessidade para o verdadeiro fortalecimento da unidade nacional, mas — estes se batem como sendo uma campanha sagrada. E, com o crescente progresso do Brasil, para a sua administração, há de ser feita "Nova Divisão Territorial" como aconteceu na França, Itália, Alemanha e Estados Unidos. O livro que, há pouco, publiquei focalizando este problema e dando sintética notícia dos diversos estudos, teve uma boa acolhida, melhor mesmo do que eu esperava. Não é hábito nosso agradecer os livros que nos remetem; raros o fazem. Hoje, como há vinte anos, dá-se o fato seguinte, que rememoro. Quando publicou seu importante trabalho sobre a — "Demarcação de Limites entre Paraná-Santa Catarina", o ilustre Marechal Albuquerque e Sousa estranhou que poucos houvessem acusado o recebimento do seu livro. O hábito continua. Mas no caso atual, pelo assunto, creio eu, recebi apreciações diversas, dignas de toda atenção e para não alongar citações — duas se destacam: as do Engenheiro Civil Alcides Lins e do Almirante Mário de Paula Guimarães. A imprensa carioca noticiou meu livro com a costumada bondade para com o autor e prestigiou sempre a causa. No meu referido trabalho, mais de compilação dos estudos sobre "divisão territorial", não quis, de propósito, externar, de modo positivo, minha opinião sobre este ou aquele processo, deixando ao leitor a liberdade de pensar e escolher. Não seria mesmo, de bom aviso, tendo feito um apelo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Serviço Geográfico do Exército e ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil para resolver o magno problema, advogar esta ou aquela solução. Mas, agora, cessa o motivo... E venho confirmar o que expus em carta ao Sr. Dr. Mário Orlando de Carvalho — respondendo ao seu reparo feito sobre o meu proceder. Minha opinião é favorável à divisão departamental, apresentada pelo Major João Segadas Viana em 1933 e pedi à Revista Brasileira de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a publicidade do seu trabalho na íntegra, em suas páginas. Muito confio no talento e ação do brilhante oficial Major João Segadas Viana para que consiga a execução do seu projeto, surdo aos que o consideram sonho ou utopia, mas se lembrando sempre da campanha sobre a extinção das questões de limites interestaduais, que conseguiu ser vitoriosa, apesar de julgada sonho ou utopia.

Rio de Janeiro, 25-12-1939.

THIERS FLEMING

O problema em si Desde as mais remotas épocas de nossa existência como nação independente, vem sendo abordada a questão da divisão territorial do Brasil, se bem que jamais tenha sido encarada de frente pelos poderes políticos, os quais sempre se mostram temerosos de resolver os problemas suscetíveis de acarretar descontentamentos momentâneos, colocando assim os interesses particulares acima dos interesses da Nação, cujo futuro em nada lhes preocupa, desde que o presente tudo lhes proporcione.

A divisão territorial de um país deve ter em vista facilitar sua vida administrativa, diante da impossibilidade de uma só administração centralizar diretamente em suas mãos tôdas as relações do Estado com o cidadão.

Muitas vêzes a divisão territorial é fruto da formação histórica do país. Tal é por exemplo o caso da formação inicial dos Estados Unidos, constituídos a princípio pela união de 13 colônias subordinadas à Inglaterra, que se federalizaram constituindo um só país e foram acrescentadas posteriormente de outros estados obtidos pela conquista ou pela compra.

O mesmo aconteceu com o império Alemão, formado pela reunião de uma série de pequenos Estados reunidos sob a hegemonia da Prússia.

Em outros países, como se deu com o Brasil, por ocasião da divisão em capitanias hereditárias, o fracionamento foi conseqüente à necessidade de facilitar a administração e a colonização, sem levar em conta fatores históricos que ainda não podiam existir.

Finalmente encontramos ainda países, cuja divisão administrativa obedecia a um dos dois motivos precitados, mas que em função de seu desenvolvimento posterior, ou com o intuito de corrigir inconvenientes resultantes da formação histórica, modificaram-na levados pela compreensão nítida de que os interesses da grande Pátria comum, não deviam estar subordinados aos interesses de caráter regional. Foi o que sucedeu por exemplo com a França logo após a revolução de 1789.

Em conseqüência principalmente dos vestígios deixados pela invasão dos bárbaros, a França era constituída anteriormente por uma série de províncias desproporcionais em população, superfície e importância, as quais em outras eras constituíram países independentes, como por ex. : a Navarra ou a Lorena, ou ainda províncias autônomas e hereditárias, vagamente subordinadas ao rei de França, tais como o Orleans, a Borgonha, a Normandia, etc..

A importância de certas províncias chegou a ser tão grande no país das Gálias, que passaram à história universal as lutas entre o governo do rei e o duque da Normandia, ou ainda com o duque da Borgonha, Carlos o Temerário, cujos exércitos por várias vezes derrotaram as forças do rei de França, chegando mesmo a aprisionar o próprio rei.

Sentindo os inconvenientes que trazia para o País sua divisão territorial, não só em relação à paz interna como ao progresso da nação, a França, em 1791, modificou-a por completo, dando-lhe a organização que ainda hoje persiste e que constitui um dos maiores fatores de sua coesão nacional.

A Alemanha Nazista, país, como já dissemos, formado pela reunião de vários Estados independentes, sentindo que a desproporção entre a Prússia, maior do que o restante dos outros Estados reunidos, constituía motivo para que os pequenos Estados se sentissem em posição de inferioridade, o que dificultava o ideal nacionalista de uma Alemanha unida e forte, modificou recentemente sua divisão administrativa, fazendo desaparecer essa desproporção mediante uma nova divisão em vinte províncias.

A nova divisão territorial da Espanha que data de 1834, terminou com a histórica e secular divisão, conseqüente à formação do país pela reunião de vários reinos (Castelas, Leão, Navarra, Catalunha, Oviedo, Córdova, etc.).

A Itália, logo após sua unificação, teve o cuidado de refazer sua divisão territorial, em moldes semelhantes ao da França, pois se os antigos reinos de Nápoles, Duas Sicílias, repúblicas de Gênova e Vene-

za, etc. continuassem a persistir, despidos apenas de sua independência, ninguém diria que mais tarde não viriam a recobrá-la.

Finalmente na própria América encontramos o exemplo relativamente recente do Chile.

De propósitos citamos os exemplos da França, Espanha, Itália e Alemanha, grandes países europeus, onde as primitivas divisões territoriais eram fruto de fatores históricos. Só mesmo uma nítida compreensão dos males provindos de uma divisão mal feita, e um forte espírito nacionalista, encarando o futuro e a grandeza da Pátria acima dos sentimentos regionalistas, é que seria capaz de pôr abaixo uma tradição histórica.

A admiração pelo patriotismo desses povos cresce ainda mais, se considerarmos que em muitos casos suas antigas províncias não eram simples entidades administrativas, porém regiões onde viviam povos de costumes próprios, dialetos diferentes e história às vezes sécular, como nação independente.

De um modo geral podemos resumir os motivos que levaram esses países a modificar sua divisão territorial no seguinte :

1.º — Evitar que a desproporção entre as províncias, levando em conta a população, a superfície e sua capacidade produtiva, pudesse dar motivo à desagregação do país, ou viesse dificultar o progresso das províncias mais fracas, sacrificadas pelas mais fortes.

2.º — Facilitar de um modo geral a administração do país.

Como adiante veremos, países há, como os Estados Unidos, onde esses dois objetivos foram realizados naturalmente, por um verdadeiro acaso, sem que os governantes tivessem necessidade de interferir para a sua consecução. Infelizmente não estamos na mesma situação, pelo que, depois de termos abordado o problema em suas linhas gerais, vamos particularizar o caso do Brasil.

O problema brasileiro Como já foi dito, não é de hoje que vem sendo estudado o problema da divisão territorial brasileira. Já em 1823 o ilustre brasileiro Antônio Carlos, um dos grandes Andradas, propunha uma nova divisão territorial para o país. Vários vultos eminentes do Império mostraram-se interessados na solução deste magno problema. Entre eles poderemos lembrar Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franco e outros, existindo mesmo um trabalho apresentando uma solução completa, escrito em 1849, cuja autoria dizem caber ao grande historiador Varnhagen, escondido sob um pseudônimo. Por ocasião da proclamação da República, vemos a idéia defendida com ardor por Amaro Cavalcanti, Rangel Pestana, Quintino Bocaiuva, Magalhães Castro e outros. Mais tarde ainda colaboram no mesmo ideal, Sílvio Roméro, Carlos Maximiliano, Alberto Tôrres, João Ribeiro, Afonso Celso, Max Fleiuss, etc..

Em 1919, o Dr. Ezequiel Ubatuba, em conferência na Sociedade de Geografia, propôs uma solução para o problema.

Em 1929, o autor deste artigo publicou um primeiro trabalho de sua lavra, na "Revista Defesa Nacional", seguido mais tarde de outros na mesma Revista, na "Batalha" e no "Jornal do Comércio".



Em 1932, o Dr. Teixeira de Freitas realizou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma valiosa conferência, onde o assunto foi magnificamente defendido com sólidas razões, terminando pela apresentação de uma solução calcada em linhas gerais no plano que apresentamos em 1929, introduzindo-lhe várias modificações, tendo em vista principalmente facilitar a solução prática do problema.

Sôbre o mesmo assunto temos ainda um excelente e documentado trabalho do Dr. Everardo Backeuzer (Problemas do Brasil — 1933) e outros de autoria de Arí Guimarães, Henrique de Castro, etc..

A idéia recobrou ânimo nos últimos anos, angariando numerosos adeptos, que sentem constituir a solução do problema da divisão territorial brasileira, a pedra angular da coesão nacional e da manutenção de nossa grande Pátria sob uma única Bandeira.

A atual divisão do Brasil teve suas origens nas capitâneas hereditárias.

Pouco depois do descobrimento, sentiram os portugueses a necessidade que havia de colonizar nossa extensa costa e não desejando empregar nesse fim o dinheiro do Estado, julgaram obter o mesmo resultado concedendo a particulares, a título hereditário, várias léguas da costa e o território que pelo interior se prolongasse, limitando-o em seus extremos por meio de paralelos.

Com o decorrer dos tempos, não tendo sido obtido o resultado que se esperava das capitâneas hereditárias, as mesmas reverteram para a Coroa. Seus limites interiores modificaram-se sensivelmente, porém fortes traços ainda se encontram das demarcações feitas nos limites marítimos.

A penetração das bandeiras pelo interior e rumo ao Sul, deu motivo à formação de outras províncias tais como Minas, Goiaz, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Da mesma forma os portugueses, dando mais uma prova de suas qualidades de povo forte e aventureiro, penetraram pela bacia Amazônica, levando nossos limites até quasi os Andes.

Tinha-se em vista conquistar e colonizar; e dentro desses objetivos, a formação de novas províncias e a modificação dos limites anteriores, processaram-se ao sabor das necessidades do momento, o que aliás era natural, sem prever as consequências que para o futuro adviriam de uma divisão irregular, sem uma base lógica que permitisse mais estabilidade e desse mais coesão à grande nação que se formava.

Para esse estado de cousas, em muito contribuíram a colonização irregular e mal orientada, focalizada em 3 ou 4 pontos principais (Rio, Baía, S. Paulo e Recife), e a extensão vastíssima do território nacional.

Esses erros iniciais, devem ser no entanto relevados diante dos heróicos feitos de nossos antepassados, brasileiros e portugueses, levando nossos limites para o interior do continente, muito além do que previam os tratados existentes, defendendo o território contra as invasões estrangeiras e enfeixando o govêrno nas mãos de um único governador geral, em lugar dos vários vice-reinados em que subdividia o território que à Espanha coube no Novo Mundo.

Graças a esses fatores, iniciámos a nossa vida de povo independente com um território de 8.500.000 kms.², onde se falava a mesma língua e reinava a mesma religião.

Com uma população ainda muito pequena (4.500.000 habs.) e mal distribuída, e desconhecendo quasi que por completo a configuração interna do país, difícil seria, por ocasião da independência, realizar uma nova divisão territorial em bases perfeitas, entretanto, se fôsse levada adiante a proposta de Antônio Carlos, talvez já se teria podido corrigir em parte certos inconvenientes que, com o correr do tempo, só vieram agravar o problema.

Durante a monarquia algo foi feito, tal como seja os desmembramentos do Paraná e do Amazonas, respectivamente de S. Paulo e do Pará.

Mais se poderia ter realizado, graças ao regime unitário então reinante.

A República, talvez por ter sido proclamada quasi que à revelia da grande massa da população, em geral monarquista, e pela preocupação reinante nos constituintes em imitar os Estados Unidos, não pdeu ou não soube resolver o problema, e pela concessão de enorme autonomia aos Estados, agravou-o de tal sorte que, em cada dia que se passa, a dificuldade de sua solução cresce em uma proporção geométrica.

Finalmente uma última oportunidade tivemos com a revolução de 1930.

A idéia encontrava simpatias entre vários de seus vultos eminentes, entretanto não houve possibilidade de ser concretizada.

Em lugar de consolidar a união de todos brasileiros sob os ideais da revolução, estabeleceu-se uma nítida distinção entre vencedores e vencidos, mesmo dentro das forças armadas que deviam constituir o esteio em que se devia apoiar o govêrno para a realização de todos os seus objetivos.

As conseqüências não se fizeram esperar. Logo após explodiu a revolução de 1932, seguida da de 1935, de caráter muito mais grave, pois refletiu os progressos que o comunismo conseguiu fazer graças à desorganização que sucedeu ao movimento de 1930. Para enfrentar esse perigo, processou-se no país uma reação de caráter nacionalista, que culminou com o Estado Novo, a qual no entanto ainda encontra pela frente entravando sua ação o problema do regionalismo, aspecto com que se apresenta o seccionismo, ainda que muitas vêzes inconciente, e que se não for destruído ainda em tempo, acabará por entregar a nação ao regime soviético, ou na primeira grande convulsão interna, por dividi-lo em uma série de pequenos países, desfazendo assim a grande obra de nossos antepassados, que de seus túmulos contemplam amargurados a falta de patriotismo daqueles a quem legaram uma grande Pátria, destinada a ser o representante máximo da civilização latina.

O regionalismo em outros países caracteriza-se pelo amor à região em que se nasceu, pelas tradições locais, pelos dialetos, pela vestimenta característica, pelo culto à memória dos conterrâneos que tiveram a região por berço e por várias outras características menos sensíveis, tudo isso, entretanto, não conduz o povo a se sentir afastado da idéia de que a grande pátria está acima das pequenas parcelas que a constituem.

No Brasil, o regionalismo tomou um aspecto completamente diferente, pois sua característica principal é amar o Estado de nascimento acima da Nação e se possível usar de seu prestígio ou da sua força para

impor a vontade aos mais fracos, ou a trôco de seu apoio exigir tudo do governo federal, em detrimento da coletividade.

Porque motivo se torna possível tão grande absurdo ?

Simplemente por causa de nossa má divisão territorial, como adiante provaremos.

Se manusearmos uma geografia política do Brasil, poderemos classificar em 3 categorias os seus Estados :

- 1.º — Estados demasiadamente grandes e despovoados
- 2.º — Estados demasiadamente populosos e relativamente grandes
- 3.º — Estados intermediários sob os dois aspectos (população e superfície).

Entre os primeiros encontramos o Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiaz, onde o mais povoado que é o Pará, tem 1,2 hbs. por km², ao passo que em Mato Grosso e no Amazonas há somente 0,22 hbs. por km². Para se ter uma idéia do que é esta última proporção, basta dizer que se o resto do Brasil a mantivesse, teríamos em todo o país 1.800.000 hbs., isto é menos do que o Uruguai ou do que a população do Rio de Janeiro.

Êsses quatro Estados reunidos possuem 5.200.000 kms.², isto é, 63% da superfície do país e 2.800.000 hbs. ou 7% da população do Brasil.

Somente nas regiões geladas da Sibéria e do Canadá ou no Sahara é que encontramos menor densidade de população, apesar de, no nosso caso, termos nos quatro Estados terras fertilíssimas, perfeitamente habitáveis, ricas em minérios e em sua maior parte de bom clima.

A autonomia concedida pela constituição a êsses Estados, entregando-lhes todos os encargos de suas administrações, é a causa do atraso e despovoamento em que se encontram.

Tomemos o caso do Amazonas: 400.000 hbs. espalhados em 1.800.000 kms.². As distâncias enormes entre seus pequenos núcleos de população, dificultam o progresso e a arrecadação das rendas estaduais e o pouco que o Estado pode coletar em impostos, é canalizado para a capital, onde é todo empregado em manter uma complicada administração, desproporcional à população e à renda. Como consequência não sobra um real para ser empregado no desenvolvimento do interior.

Se em lugar de um só Estado tivéssemos na mesma área 10 ou 15 territórios federais, criaríamos nas suas capitais outros tantos núcleos de civilização e de irradiação de progresso, o que exigiria pouco dispêndio com as administrações que precindiriam de poder legislativo, secretarias, polícias estaduais, etc., etc., e obrigaria a Federação a empregar em cada um uma parcela de dinheiro destinada a acelerar o seu desenvolvimento.

Sempre que se fala em dividir os Estados despovoados em territórios, sob a tutela da federação, o regionalismo mal compreendido desses Estados protesta, sob a alegação de que o governo federal devia auxiliá-los com dinheiro ou com realizações materiais, destinadas ao seu desenvolvimento. Ninguém quer reconhecer a realidade demonstrada por 67 anos de monarquia e 48 de república, em que nunca o governo central adotou essa política de auxílios.

O mesmo não aconteceu quanto ao Acre, onde durante vários anos a arrecadação mal excedia metade da despesa, o qual para sua felicidade não foi incorporado ao Amazonas, pois se assim tivesse acontecido, não estaria em franco progresso como atualmente, e talvez já tivesse sido abandonado pelos seringueiros, como se deu por ocasião da queda da borracha em várias regiões Amazônicas, hoje em dia inteiramente despovoadas.

Aqueles que bem conhecem a vida desses Estados, sabem perfeitamente que a população do interior deseja por tôdas as formas a administração direta da União, que só lhes trará a justiça e o progresso, e que o regionalismo cheio de suscetibilidades, só existe nas populações das capitais, temerosas de perderem a sua importância política, ou nos políticos (governadores, deputados, etc.) que não mais poderiam viver à custa da miséria do interior.

De acôrdo com a divisão que consideramos, a segunda categoria de Estados é formada por aqueles que além de possuírem um território relativamente grande, conteem uma população demasiadamente grande, se comparada com a população total do país. Estão nesse caso Minas Gerais, São Paulo, Baía e Rio Grande do Sul.

Tanto no passado como no presente, teem constituído êsses Estados as causas de tôdas as nossas grandes lutas políticas e do enfraquecimento da autoridade do govêrno central.

Para aumentar o mal proveniente do excesso relativo de população, existe a circunstância de que são êles justamente as unidades federativas de maior potencial econômico.

Tomando como têrmo de comparação a república Norte-Americana, encontramos o seguinte :

A população total dos dois mais populosos Estados norte-americanos (N. York e Michigan) é de 15.000.000 hbs. para uma população de 130.000.000 hbs., ou 11,5% do total.

No Brasil, Minas e São Paulo reunidos, também possuem 15.000.000 hbs., porém para uma população de somente 45.000.000 hbs. donde resulta uma percentagem de 33,3% sôbre o total.

Além desse formidável desequilíbrio que ressalta da comparação que fizemos entre os dois países, acresce a circunstância de que somente o Estado de S. Paulo contribue com 50% da exportação e das rendas da União enquanto que nos Estados Unidos, sendo o progresso relativamente uniforme em todo o seu extenso território, a influência da

grande população de certos Estados não é acrescida desproporcionalmente pelo fator econômico.

As consequências dêsse verdadeiro desequilíbrio na repartição das populações pelos Estados, teem sido traduzidas na história republicana pelo açambarcamento do poder por Minas e S. Paulo enquanto estiveram unidos, ou pelas revoluções de 1930 e 1932 cuja causa proveio da desunião entre êles reinante.

Durante 41 anos de república, obtivemos a estabilidade do govêrno central graças a essa união feita na defesa de seus interesses econômicos, em detrimento das demais unidades federativas, relegadas para um plano secundário, quando não reduzidas a humilhante situação de verdadeiros feudos ou colônias dos grandes Estados.

Criou-se assim no país uma atmosfera de desgosto entre os demais Estados, que em 1930, graças à desunião de Minas com S. Paulo, conseguiram desvencilhar-se do jugo da política paulista que desejava dominar sozinha. Muitos fatores contribuíram para a revolução de 1930, inclusive a crise econômica de 1929, porém o fator moral que conseguiu congregiar quasi todo o país sob a mesma bandeira, foi sem dúvida o que acima apontamos.

O mal porém não foi sanado. Tirou-se o poder de um grande Estado para dá-lo a outro, cuja política passou a agir dentro dos mesmos moldes.

S. Paulo aproveitando-se do descontentamento proveniente do povo ter verificado que não houvera mudança de sistema, desencadeiou a revolução de 1932, que por pouco não restabeleceu o seu poderio.

Em consequência, o govêrno federal sentindo a necessidade de mudar de método, procurou a colaboração dos outros Estados, o que só poudeser obtido com a redução dos privilégios de que desfrutava a política do Rio Grande, já habituada a impor a sua vontade ao govêrno central. O resultado da nova política não se fez esperar, o govêrno do Rio Grande rompe com a União e lança-se nos braços de S. Paulo, para a reconquista e futura repartição do poder.

O país passa a viver dias de sobressalto diante da possibilidade de uma nova luta armada de caráter político, e o comunismo aproveita-se da situação para incorporar às suas fileiras todos os descontentes e excitar o povo para a luta afim de, quando esta desencadeiada, sair da tocaia, e pelas costas apossar-se do poder, enquanto que o integralismo vê suas fileiras engrossarem com os descrentes do regime democrático tal como vinha sendo praticado entre nós.

Finalmente o govêrno federal, sentindo a luta que francamente se esboçava no País e que o conduziria possivelmente a uma situação semelhante à da Espanha ou ao seu desmembramento, ainda em tempo reage criando o Estado Novo, onde o poder central foi fortificado e onde se procura incrementar o sentimento de nacionalidade, em vias de desaparecer com o regionalismo.

O primeiro passo para a coesão da Pátria já foi dado, entretanto forçado se torna impedir que uma simples reforma da atual constituição restabeleça a situação anterior.

Diante das mais graves situações para o País verifica-se sempre a fraqueza do poder central para enfrentá-las.

Governar no Brasil é ceder à imposição dos grandes Estados. Os projetos mais importantes para o progresso e a segurança da nação, só são apresentados mediante prévia consulta às chamadas grandes bancadas, e o que elas decidirem as outras aprovam de qualquer maneira, pois vivem como satélites de grandes astros.

Por mais bem intencionado que seja o chefe do Executivo, vê-se impossibilitado de propor a resolução de grandes problemas nacionais, quando ferem interesses particulares dos grandes Estados.

A aprovação de determinadas medidas só é obtida mediante a paga imediata aos grandes Estados que lhes vão dar o seu voto, seja através da concessão de altos cargos na administração e na política, seja o que é pior, concedendo-lhe empréstimos, valorizações, reajustamentos e outros favores, em dinheiro que sai do bôlso dos pequenos Estados, criando impostos alfandegários para proteger-lhes a indústria, encapando dívidas provenientes de revoluções locais, etc., etc..

Eis o que tem sido a influência perniciosa dos grandes Estados na tranquilidade da vida interna do País.

Possuidores de grandes e férteis territórios, quanto mais tempo decorrer, mais aumentará o seu poder relativo, e uma vez que vejam não lhes ser possível o domínio do país, irão evoluindo para o separatismo, na ambição de não se sujeitarem ao poder central e na ilusão de que poderão viver como países independentes em melhores condições do que como unidades de uma federação, que lhes oferece a importância e a força de um grande país como é o Brasil, e mercados internos que desaparecerão quando a separação colocar em suas fronteiras as barreiras alfandegárias.

Como não é possível todos os Estados fortes mandarem ao mesmo tempo, tal como numa sociedade em que quatro indivíduos queiram simultaneamente ser os diretores, não será de admirar que num momento de crise, como seja uma grande revolução política onde não esteja bem definido o ideal, desfaçam a sociedade, procurando cada um agir como entidade independente, e se possível obrigando os pequenos acionistas a lhes venderem as ações, isto é incorporando ainda que contra a vontade os pequenos Estados.

A república do Piratini e o final da revolução paulista de 1932, são os primeiros panos de amostra do separatismo no Brasil.

Para afastar êsse grande mal, uma única solução existe, e foi adotada por todos os países que refizeram suas divisões territoriais, a começar pela França em 1791, e essa é dividir os Estados que se tornaram

muito potentes, de maneira que na federação não existam Estados que isolados ou mesmo unidos a um outro, possam ter a pretensão de dominar o país ou dele se separar.

Reunir a opinião do governo e do povo de 2 grandes Estados para depor o governo federal é cousa muito mais fácil de realizar do que se em vez de 2 tivermos 10 Estados.

Separar-se do país num momento de crise ou com o auxílio de uma nação estranha, é muito simples e possível para um grande do que para um pequeno Estado, que será rapidamente reduzido à obediência, a despeito da crise ou antes que lhe venha auxílio de fora.

Vemos portanto que, se a divisão dos grandes Estados despovoados, é necessária para o progresso do país, a dos grandes Estados em população, é necessária para a paz e para a indissolubilidade de nossa grande Pátria.

Quanto aos Estados intermediários em superfície e população, tais como Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba, etc., a história de nosso país desde a independência, mostra que jamais constituíram perigo para a estabilidade do governo central, e se alguma modificação neles se deve realizar será acrescer o tamanho de alguns demasiadamente pequenos, para lhes proporcionar território e população que os coloque no mesmo nível que seus irmãos.

Como complemento à nova divisão territorial, e tendo em vista o mesmo fim, urge criar entre os Estados, laços que contribuam para uní-los, moral e materialmente.

Não é suficiente dificultar o separatismo diminuindo a potência dos Estados grandes; é necessário unir as novas unidades através da formação de uma consciência nacional obtida mediante novos rumos à educação da mocidade, e ainda pela comunhão de interesses materiais.

País cuja extensão pouco menor é do que a de tôdas as nações da Europa reunidas, possuindo todos os climas, prestando-se a tôdas as culturas e contendo em seu solo tôdas as riquezas minerais necessárias ao progresso industrial, o Brasil pode realizar o ideal de bastar-se a si próprio.

Graças à criação de uma extensa rede ferroviária ligando entre si todos os Estados, a produção circulará com facilidade, o comércio interstadual tomará grande incremento, e no fim de pouco tempo, além do ideal a que nos referimos, que muito contribue para a segurança externa, teremos a segurança interna aumentada em grandes proporções, pois na época atual o dinheiro contribue para a união com um fator tão forte como os laços morais.

O comércio interno constitue talvez o maior fator da coesão norte-americana, pois qualquer de seus Estados sabe que a separação redundará na miséria, conseqüente à perda dos mercados internos.

Sob êsse ponto de vista o Brasil acha-se ainda atrasadíssimo. Temos 33.000 kms. de estradas de ferro, isto é, 1 km. para 1.400 hbs. ou

para 270 kms.², a Argentina tem 1 km. para 400 hbs. ou 70 kms.², e os Estados Unidos 1 km. para 300 hbs. ou para 20 kms.². As poucas vias de comunicação que existem, em geral ligam o interior aos portos por onde sai a exportação. Parece incrível dizer-se que até hoje não se pode ir do Rio de Janeiro à Baía em estrada de ferro, de Recife a Fortaleza ou a qualquer outra capital acima do Ceará. O próprio Sul liga-se ao centro por uma das piores ferro-vias do país, gastando-se 5 dias e 5 noites para se ir do Rio a Pôrto Alegre.

Como consequência da falta de comunicação, cada Estado procura bastar-se a si próprio, constituindo uma entidade econômica independente do resto do país, o que sobremaneira facilita os ideais separatistas, e êsse modo de proceder justifica-se em razão das dificuldades, senão impossibilidades de um transporte, além do mais, caro, e pela extensão demasiada de certos Estados que arvoram para uma parcela o que deve constituir o ideal de um todo.

Precisamos constituir no país zonas de produção especializada, que favoreçam a cultura ou a exploração em grande escala e portanto o seu aperfeiçoamento e o baixo custo, bem como facilitar o escoamento de produção para o interior num regime de trocas útil à economia nacional, e sobretudo à coesão do país.

Estudados que foram os inconvenientes que apresenta a nossa atual divisão territorial, vejamos como solucionar o problema.

Uma solução Ao apresentar a solução que abaixo se segue, não temos a pretensão de julgá-la perfeita e intangível. Assunto de tal monta só deverá ter uma solução definitiva, depois de convenientemente estudado por uma comissão constituída de homens que além de notório saber, sejam conhecidos como completamente indenes do mal regionalista.

Uma vez constituída essa comissão, terá por fôrça seus trabalhos extremamente facilitados, se já encontrar o assunto discutido em seus vários aspectos, inclusive a solução que cada um mais conveniente julgar.

De um modo geral podemos resumir em dois, os critérios a serem adotados para uma nova divisão :

1.º — critério das populações

2.º — " " áreas.

O primeiro critério afigura-se-nos inadequado ao nosso caso.

O Brasil é ainda um país muito novo, inexplorado na maioria de sua extensão. A população geralmente se aglomera no litoral.

Se traçarmos no interior uma linha imaginária paralela ao litoral e dele distante 500 kms., veremos que nessa estreita faixa de terra estão situados 43 dos 45 milhões de habitantes que possui o país, no entanto

essa faixa só possui 40% da superfície do país, em consequência do que, o interior que possui 60% da superfície, só tem 4,5% da população.

Os 5.200.000 kms² de superfície do interior, possuem uma população menor do que o Estado do Rio com 42.000 kms² somente.

Adotado que fôsse o critério da população, seríamos obrigados a ter Estados com áreas superiores a 2 milhões de quilômetros quadrados para que suas populações se igualassem à do padrão que fôsse adotado, e mais tarde fazer sucessivos desmembramentos à medida que ficassem mais habitados.

A população de um país novo como o nosso, ainda não apresenta um aspecto de relativa fixidez nas proporções em que está repartida pelo território, como se dá com os velhos países europeus, o que implicaria em contínuas revisões da divisão territorial para manter em estado de equilíbrio as várias unidades federativas.

Ao par dêsses inconvenientes, não resolveríamos, pelo contrário, agravaríamos, o problema do desenvolvimento de nosso *hinterland*, pois como já vimos, a causa principal do atraso dos grandes Estados despoados do interior, é a falta de recursos para o seu desenvolvimento, acrescida das dificuldades que as distâncias acarretam para a ação direta do governo situado na capital, sôbre as populações do interior.

O problema para os Estados como o Amazonas, Pará, M. Grosso e Goiaz é a divisão e nunca a reunião.

Resta-nos portanto o critério das áreas, isto é, constituir Estados cujas superfícies estejam dentro de determinados limites.

E' bem verdade que o critério das áreas implicaria em se ter Estados de população muito variável, porém as desproporções de população atualmente existentes seriam bastante atenuadas desde que fôssem adotadas as seguintes medidas :

1.º — fixar um limite mínimo de população para que um determinado território possa ter a categoria de Estado (200.000 hbs. por ex.), sem o que ficará como simples território subordinado diretamente e dirigido pela União, que promoverá o seu desenvolvimento com muito mais recursos.

Duas únicas exceções abrimos em nosso trabalho; são os territórios onde ficarão as antigas capitais de M. Grosso e Amazonas, que ficarão autônomos, como Estados, afim de manter uma tradição histórica que em nada prejudica a solução em seu conjunto.

2.º — determinar como superfície média a ser adotada, uma área que implique na subdivisão dos grandes Estados em população, tais como Minas, S. Paulo, Baía e R. Grande do Sul, de maneira a diminuir a desproporção entre êsses e os pequenos Estados.

3.º — Não adotar um critério rígido para a fixação da superfície.

Sob êsse último aspecto convém notar que há zonas onde, seja por se acharem na costa, com facilidade para exportação de seus produtos, seja pela riqueza de seu sub-solo em produtos minerais, ou ainda pela benignidade de seu clima, forçosamente serão regiões mais habitadas e desenvolvidas do que outras, que podem ser chamadas zonas pobres. E' preciso portanto, visando o futuro, minorar a desproporção entre as zonas pobres e as zonas ricas, o que só poderá ser obtido pelo critério das possibilidades de equipotência econômica.

Desde que estabeçamos não um número fixo mas limites máximos e mínimos dentro dos quais variem as áreas, poderemos compensar a pobreza do solo de um Estado, concedendo-lhe maior área.

Em consequência das razões expostas acima, foi adotado em nosso trabalho o critério das áreas.

Surge agora naturalmente a interrogação: qual a área a ser adotada?

Escolhemos dois tipos. Um de 85 a 130 mil kms² para as zonas ricas e médias e outro que irá de 130 a 170 mil kms² para as zonas pobres, o que fará com que o limite mínimo seja de 85.000 kms² e o máximo de 170.000 kms².

Dentro dêsses limites o maior Estado não terá mais do que o dôbro do menor, ao passo que atualmente encontramos o Amazonas com uma superfície oitenta vêzes maior do que a de Sergipe, que sendo um Estado de território pobre, é por sua vez vinte e seis vêzes menor do que Minas Gerais que é uma zona rica.

Poder-se-ia ter escolhido um padrão muito maior ou muito menor. Não escolhemos maior porque ficaríamos impossibilitados de sub-dividir os Estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, afim de diminuir a desproporção entre suas populações e a dos demais.

Um limite muito menor implicaria na criação de um número demasiado de unidades, dificultando a ação do Govêrno Federal sob o ponto de vista administrativo e impedindo que cada Estado possuísse uma área suficiente para encontrar todos os recursos necessários ao seu desenvolvimento como entidade autônoma.

Resta ainda abordar uma questão de relativa importância, que é o critério a ser adotado na fixação dos novos limites.

Somos de opinião que sempre que for possível, deve ser escolhido o rio como limite, pois é o obstáculo mais visível e que melhor demarca uma separação; na falta do rio, a montanha.

Os limites constituídos por paralelos e meridianos são muito bonitos nos mapas. Na prática, isto é, no terreno, só se sabe que esta ou aquela porção de território pertence a determinado Estado, quando há

uma demarcação perfeita, em que de qualquer ponto da fronteira possam ser vistos dois marcos divisórios, ou quando houver uma carta topográfica de grande escala e perfeição.

Se todos os limites de nossos Estados fôsem artificiais, levaríamos 100 anos para demarcá-los, adotando a rapidez com que foi feita a demarcação da fronteira do Uruguai (20 anos para 500 kms) e sendo o trabalho executado simultaneamente por 10 comissões em vez de uma.

As linhas geográficas foram adotadas em parte dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, e mesmo no Brasil, quando da divisão em capitânicas hereditárias, em virtude do desconhecimento absoluto que havia da orografia e hidrografia do interior. O sistema então usado foi o que se afigurou mais simples, isto é, marcar um percurso de tantas léguas de costa ou rio, traçar paralelos para o interior desconhecido, e finalmente, como fizeram os Estados Unidos, limitar a profundidade por meio de meridianos.

O sistema acima, que como dissemos foi o das capitânicas hereditárias, não mais se justifica no momento presente, em que o Brasil já possui cartas onde figuram com relativa precisão todos os seus principais acidentes topográficos, em especial os rios.

Eis em resumo as bases em que assentamos a solução do problema brasileiro.

Sua execução exige entretanto como condição precípua uma grande dose de patriotismo por parte de todos os governantes, federais e principalmente estaduais, e da massa intelectual do país, a qual, pondo de parte todos os sentimentos regionalistas, deve compreender que o interesse de cada Estado nada representa diante da grandeza de nossa Pátria, que necessita urgentemente da solução de tão grave problema, para manter-se una, indivisível, próspera e poderosa.

Aos dirigentes do país, cabe embeber-se do ideal do maior de nossos tribunos parlamentares, Antônio Carlos de Andrada, introduzindo na constituição as modificações que permitam encarar esse magno problema, de maneira a fixar uma solução que resolva em definitivo a questão de nossa divisão territorial, sem necessitar futuras modificações, tal como o fez a França, nossa mãe espiritual, que há 150 anos, realizou a consolidação de seu território mediante uma divisão bem estudada e até hoje não modificada.

1.º — Mapa da nova divisão.

Anexos: 2.º — Quadro dos Estados — população e superfície.

3.º — Descrição detalhada dos limites.

ANEXO II

Superfície e população dos Estados

N.º	D. Federal e Estados	Superfície (kms ²)	População (hbs)
1	DISTRITO FEDERAL	1.167	1.800.000
2	SÃO PAULO	97.285	4.500.000
3	MANTIQUEIRA	110.000	4.400.000
4	PERNAMBUCO	97.760	4.100.000
5	TIETE'	90.286	2.350.000
6	MINAS GERAIS	108.360	2.350.000
7	RIO GRANDE	127.217	2.200.000
8	BORBOREMA	107.331	2.200.000
9	BAÍA	94.138	2.050.000
10	PARANAPANEMA	81.524	1.300.000
11	CEARA'	107.331	1.200.000
12	PARANA'	101.282	1.150.000
13	IBICUI'	138.129	1.150.000
14	PARA'	137.000	1.150.000
15	SANTA CATARINA	113.998	1.050.000
16	SÃO FRANCISCO	97.368	1.000.000
17	RIO DAS CONTAS	100.312	1.000.000
18	TRIANGULO	106.047	850.000
19	MUCURÍ	115.000	800.000
20	MARANHÃO	117.000	800.000
21	ARARIPE	96.560	750.000
22	PIAUI'	123.500	700.000
23	MONTES CLAROS	112.000	650.000
24	ALTO SÃO FRANCISCO	93.294	500.000
25	GOÍAZ	110.000	400.000
26	GURUPI'	104.300	270.000
27	AMAZONAS	150.000	150.000
28	MATO GROSSO	139.000	150.000
	TOTAL	2.977.189	40.970.000

N.º	Territórios	Superfície (kms ²)	População (hbs)
1	CARINHANHA	110.014	240.000
2	GRAJAU'	128.000	180.000
3	PARACATU'	113.000	160.000
4	GURGUEIA	122.500	160.000
5	PARINTINS	140.000	140.000
6	IGUASSU'	105.731	130.000
7	BAIXO TOCANTINS	130.000	130.000
8	ALTO TOCANTINS	135.000	120.000
9	MARACAJU'	120.000	110.000
10	XINGU'	170.000	110.000
11	RIO VERDE	112.000	110.000
12	ARAGUAIA	160.000	100.000
13	ÓBIDOS	160.000	100.000
14	TAPAJÓS	160.000	80.000
15	PURÚS	130.000	65.000
16	ACRE	130.000	85.000

N.º	Territórios	Superfície (kms ²)	População (hbs)
17	AMAPA'	130.000	60.000
18	TAQUARÍ	120.000	55.000
19	JURUA'	112.000	55.000
20	MADEIRA	145.000	20.000
21	TRÊS LAGOAS	120.000	40.000
22	CODAJÁS	135.000	40.000
23	GUAPORE'	150.000	30.000
24	SOLIMÓES	135.000	30.000
25	TEFE'	140.000	30.000
26	ALTO RIO NEGRO	129.000	20.000
27	MANICORE'	155.000	20.000
28	CARAJÁS	160.000	20.000
29	RIO DAS MORTES	140.000	20.000
30	JAVARÍ	120.000	15.000
31	BOA VISTA	130.000	15.000
32	RIO NEGRO	137.000	10.000
33	ALTO XINGU'	138.000	5.000
34	PARECÍS	150.000	5.000
35	SÃO MANUEL	170.000	5.000
36	ARINOS	140.000	5.000
37	MÉDIO XINGU'	165.000	5.000
38	JAMARÍ	150.000	5.000
39	RIO BRANCO	123.000	5.000
	Total dos Territórios	5.320.245	2.535.000
	Total dos Estados	2.977.189	40.970.000
	Total do BRASIL	8.297.434	43.505.000

NOTA — Os dados referentes à população foram colhidos no "Anuário Estatístico do Brasil, para 1936".

RESUMO

- 1 Distrito Federal
- 27 Estados
- 39 Territórios
- 67 Unidades Administrativas

Densidade média da população dos Territórios	0,48
Densidade média da população dos Estados	13,28
Densidade média da população do Brasil	5,18

ANEXO III

Descrição detalhada dos limites

1) — DISTRITO FEDERAL

Superfície — 1.167 kms²

População — 1.800.000 habs.

Limites N. — os atuais

Limites O. — " "

Limites S. — " "

Limites L. — " "

2) — SÃO PAULO

Superfície — 97.285 kms²

Capital — São Paulo

População — 4.500.000 habs.

Limites N. — Subir o rio *Sapucaí* a partir de sua confluência com o rio *Grande*, indo até o rio *C. Verde*, rio do *Peixe*, em seguida uma reta ligando o ponto mais próximo deste rio ou seu afluente esquerdo ao rio *Jaguari Mirim*, seguindo-o até encontrar o rio *Mogi-Guassú*, ribeiro do *Roque*, ligado ao ponto mais próximo do ribeiro *Claro*, rio *Corumbataí*, rio *Pedreiras*, rio *Sorocaba*, seu afluente esquerdo na direção do rio *Guareí*, rio *Guareí* até a confluência com o rio *Paranapanema*.

Limites O. — Ver os limites N. do E. do Paraná.

Limites S. — Oceano Atlântico.

Limites L. — Rio Grande, etc. Ver os limites O. do Estado da Mantiqueira.

3) — MANTIQUEIRA

Capital — Niterói

Superfície — 110.000 kms²

População — 4.400.000 habs.

Limites N. — O rio *Doce* até a confluência com rio *Pequeno*.

Limites O. — Ver os limites L. do Estado de Minas até Santana do Guarâmico, em seguida o rio *Grande* até a serra da *Mantiqueira*, esta serra até os limites entre os atuais Estados do Rio e de S. Paulo, e finalmente estes últimos limites atuais até o mar.

Limites S. — O Oceano Atlântico.

Limites L. — " " "

4) — PERNAMBUCO

Capital — Recife

Superfície — 97.760 kms²

População — 4.100.000 habs.

Limites N. — Os atuais limites com o Estado da Paraíba.

Limites O. — Para o sul, partindo do ponto de encontro dos limites atuais do Ceará, Paraíba e Pernambuco até encontrar o rio *S. José*, em seguida o rio *Pageú* até a confluência com o rio *S. Francisco*.

Limites S. — O rio *S. Francisco*.

Limites L. — O Oceano Atlântico.

5) — TIETE'

Capital — Ribeirão Preto

Superfície — 90.286 kms²

População — 2.350.000 habs.

Limites N. — Descer o rio *Grande* desde sua confluência com o rio *Sapucaí* até a confluência com o rio *Paranaíba*.

Limites O. — O rio *Paraná* desde a confluência com o *Paranaíba* até a confluência com o *Tieté*.

Limites S. — O rio *Tieté* desde a confluência com o rio *Paraná* até o rio *Jacarepepira*, este rio, etc.; ver os limites N. do Estado de Paranapanema.

Limites L. — Ver os limites N. do Estado de S. Paulo.

6) — MINAS

Capital — Belo Horizonte

Superfície — 108.360 kms²

População — 2.350.000 habs.

Limites N. — Ver o limite sul do Estado de Mucuri.

Limites O. — Ver os limites L. do Estado do Triângulo.

Limites S. — O rio *Grande* desde sua confluência com o rio *Santo Antônio* até Santana do Guarâmico.

Limites L. — A linha divisória de águas entre a bacia do rio *Grande* e a do rio *Paraíba*, desde Santana do Guarâmico (inclusive), até as nascentes do rio *Doce*, em seguida este rio.

- 7) — RIO GRANDE
 Capital — Pôrto Alegre
 Superfície — 127.217 kms² População — 2.200.000 habs.
- Limites N. — Os atuais limites com o Estado de Santa Catarina.
 Limites O. — O rio *Uruguai* desde a confluência com o *Peperi-Guassú* até a confluência com o rio *Camacuan*.
 Limites S. — Os mesmos que os limites N. do Estado do Ibicuí.
 Limites L. — O Oceano Atlântico desde a foz do rio *Mampituba* até os limites N. do Estado de Ibicuí.
- 8) — BORBOREMA
 Capital — João Pessoa
 Superfície — 107.331 kms² População — 2.200.000 habs.
- Limites N. — O Oceano Atlântico.
 Limites O. — Os atuais limites O. dos atuais Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.
 Limites S. — Os atuais limites S. do Estado da Paraíba.
 Limites L. — O Oceano Atlântico.
- 9) — BAÍA
 Capital — Salvador
 Superfície — 94.138 kms² População — 2.050.000 habs.
- Limites N. — Ver os limites S. do Estado de S. Francisco desde o Oceano para O. até o rio *Salitre*.
 Limites O. — Serra do *Mulato* e *Chapada Diamantina* para o S. até o ponto em que o rio *Santo Antônio* (afluente do *Paraguassú*) toca o paralelo 12°.
 Limites S. — Rio *Santo Antônio* e rio *Paraguassú*.
 Limites L. — O Oceano Atlântico.
- 10) — PARANAPANEMA
 Capital — Baurú
 Superfície — 81.524 kms² População — 1.300.000 habs.
- Limites N. — A partir da foz para montante o rio *Tieté*, rio *Jacarepepira*, ribeiro *Grande* e serra do *Itaqueri* até o rio *Corumbatai*.
 Limites O. — Rio *Paraná*.
 Limites S. — Rio *Paranapanema*.
 Limites L. — Ver os limites N. do Estado de S. Paulo.
- 11) — CEARA'
 Capital — Fortaleza
 Superfície — 107.331 kms² População — 1.200.000 habs.
- Limites N. — O Oceano Atlântico.
 Limites O. — Os atuais limites com o Piauí até o rio *Potí*.
 Limites S. — Ver os limites N. do Estado de Araripe.
 Limites L. — Os atuais limites com o R. G. do Norte e Paraíba.
- 12) — PARANA'
 Capital — Curitiba
 Superfície — 101.282 kms² População — 1.150.000 habs.
- Limites N. — A ribeira do *Iguape* desde a foz até a confluência com o rio *Turvo*, em seguida este rio até suas cabeceiras que serão ligadas por uma reta até as cabeceiras do rio *Paranapanema*, segue-se o rio *Paranapanema* para O. até a confluência com o rio *Tibagi*.

Limites O. — O rio *Tibagi* desde a sua confluência com o *Paranapanema* seguindo para o S., em seguida os rios *Imbaú*, *Bonito*, *Ivaizinho*, *Ivaí*, rio *Barra Grande* até as cabeceiras, serra da *Esperança* até as cabeceiras do rio *Cachoeira*, rio *Cachoeira*, rio da *Areia* até a confluência com o rio *Iguassú*.

Limites S. — Os atuais limites com Santa Catarina desde a confluência do rio *Areia* com o *Iguassú* até o Oceano Atlântico.

Limites L. — O Oceano Atlântico desde a foz da *Ribeira de Iguape* até o limite com o Estado de Santa Catarina.

13) — IBICUI

Capital — Pelotas

Superfície — 138.129 kms²

População — 1.150.000 habs.

Limites N. — A partir do Atlântico o paralelo 31°5' até a Lagoa do *Sumidouro*, desta lagoa até o ponto mais próximo do arroio *Mustarda* e este arroio até a lagoa dos *Patos*, em seguida o rio *Jacuí* até a confluência com o *Vacacai-Mirim* este rio até o limite NE dos municípios de Santa Maria e São Pedro e limite L. dos municípios de S. Vicente, Jaguarí e Santiago, e NE. de S. Borja (limites no ano de 1938).

Limites O. — O rio *Uruguai*.

Limites S. — A república do Uruguai.

Limites L. — A lagoa dos *Patos* e o Oceano Atlântico.

14) — PARA'

Capital — Belém

Superfície — 137.000 kms²

População — 1.150.000 habs.

Limites N. — O Oceano Atlântico.

Limites O. — Penetrar pela foz do *Amazonas*, ao N. da ilha *Caviana*, descer o rio *Tajapurú*, *Barra das Bôcas*, e subir o rio *Tocantins* até o limite com o Maranhão.

Limites L. — Rio *Gurupí* (ver os atuais limites com o Maranhão).

Limites S. —

15) — SANTA CATARINA

Capital — Florianópolis

Superfície — 113.998 kms²

População — 1.050.000 habs.

Limites N. — Os atuais limites com o Estado do Paraná desde o Oceano até encontrar o rio *Negro*, em seguida os rios *Negro* e *Iguassú* até a confluência com o rio *Santo Antônio*.

Limites O. — Os atuais limites do Brasil com a República Argentina desde a confluência do rio *Santo Antônio* com o *Iguassú* até a confluência do rio *Peperiguassú* com o rio *Uruguai*.

Limites S. — Os atuais limites de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul.

Limites L. — O Oceano Atlântico.

16) — SÃO FRANCISCO

Capital — Aracajú

Superfície — 97.368 kms²

População — 1.000.000 habs.

Limites N. — O rio *S. Francisco* desde a confluência com o rio *Jacaré* para L. até a foz.

Limites O. — Rio *Jacaré* (afluente do *S. Francisco*).

Limites S. — Serra do *Mulato* desde as nascentes do rio *Jacaré* para NE. até encontrar as nascentes do rio *Salitre*, este rio até o paralelo 10°30', este paralelo para L. até o rio *Monte Santo*, este rio e em seguida o rio *Itapicurú* até a foz.

Limites L. — O Oceano Atlântico.

- 17) — RIO DAS CONTAS Capital — Ilhéus
Superfície — 100.312 kms² População — 1.000.000 habs.
- Limites N. — Ver os limites S. do Estado da Baía.
Limites O. — Rio *Santo Antônio* a partir do paralelo 12° para o S. em seguida a Serra das *Almas* que separa as águas do S. *Francisco* das do rio das *Contas*.
Limites S. — Os atuais limites da Baía com Minas até o rio *Jequitinhonha* e êsse rio até a foz.
Limites L. — O Oceano Atlântico.
- 18) — TRIÂNGULO Capital — Uberaba
Superfície — 106.047 kms² População — 850.000 habs.
- Limites N. — O rio *Abaeté* desde a confluência com o S. *Francisco* até o cor. *Andrade*, em seguida êste cor., a Serra das *Almas* na direção O. até as nascentes do rio *Patos* e êste rio até o rio *Paranaíba* que é seguido até os limites de Minas com Goiaz.
Limites O. — Os atuais limites de Minas com Goiaz, do rio *Claro* para O.
Limites S. — O rio *Grande* desde a foz até a confluência com o rio *Santo Antônio*.
Limites L. — Subir o S. *Francisco* desde a confluência com o rio *Abaeté* até o rio *Água Limpa* (Piúí), que é subido até as cabeceiras e daí até o afluente mais perto do rio *Grande*, êsse e em seguida o rio *Grande* para O.
- 19) — MUCURÍ Capital — Teófilo Otoni
Superfície — 115.000 kms² População — 800.000 habs.
- Limites N. — Rio *Jequitinhonha* até a confluência com o rio *J. de Campos*.
Limites S. — Rio *J. de Campos* até as cabeceiras e em seguida linha de cristas até as nascentes do rio *Vermelho*, descer êste último rio, tomar o *Suasuaí Grande* até o rio *Doce*, em seguida o rio *Doce* até o mar.
Limites L. — O Oceano Atlântico.
- 20) — MARANHÃO Capital — São Luiz
Superfície — 117.000 kms² População — 800.000 habs.
- Limites N. — O Oceano Atlântico.
Limites O. — Rio *Pindaré* desde a foz até Januária.
Limites S. — Uma linha aproveitando os afluentes do *Pindaré*, *Grajaú* e *Parnaíba*, passando por Januária, Leopoldina, Rio das Flores, confluência do rio *Vereda* com o rio das *Balsas*.
Limites L. — Rio *Parnaíba* desde a foz até a confluência com o rio das *Balsas*.
- 21) — ARARIPE Capital — Crato
Superfície — 96.560 kms² População — 750.000 habs.
- Limites N. — Partir para O. da junção dos limites do Ceará com o Rio G. do Norte e Paraíba até Icó, rio *Jaguaribe*, rio *Trussú*, serra das *Guaribas* até a confluência do arroio *Independência* com o rio *Potí* e êste rio até a fronteira com o Estado do Piauí.
Limites O. — Os atuais limites do Ceará e Pernambuco com o Piauí e os da Baía com o Piauí até o meridiano 0°, dêste último ponto uma reta até a ilha do *Miradouro* no rio S. *Francisco*.
Limites S. — O rio S. *Francisco*.
Limites L. — Partindo do N. os atuais limites do Ceará com a Paraíba e em seguida os rios S. *José* e *Pageú*, afluente do S. *Francisco*.

- 27) — AMAZONAS
 Capital — Manaus
 Superfície — 150.000 kms² População — 150.000 hab.
- Limites N. — Os atuais limites com a Guiana Inglesa desde o rio *Iriam* afluente do rio *Caphou* que é afluente do rio *Trombetas*, até o ponto de convergência dos atuais limites Pará-Amazonas-Guiana Inglesa.
- Limites O. — Partir desse ponto para o S. seguindo a linha divisória de águas entre o rio *Amazonas* e rio *Negro* até atingir as nascentes do rio *Cuieras* (afluente do rio *Negro*) que será seguido até a foz.
- Limites S. — Rio *Negro* e rio *Amazonas*.
- Limites L. — Rio *Trombetas* (subindo), rio *Cophou* e rio *Iriam*.
- 28) — MATO GROSSO
 Capital — Cuiabá
 Superfície — 139.000 kms² População — 150.000 hab.
- Limites N. — A partir da Bolívia para L. a linha divisória das águas dos rios *Paraguai* e *Amazonas* até a confluência do rio *Manso* com o rio *Cuiabá Bonito*, tomar o rio *Manso*, cor. das *Pedras* e rio das *Mortes* (até a confluência com o rio *Cachoeirinha*).
- Limites L. — Subir o rio *Manso*, rio *Estiva*, rio *Paranaíba* (afluente do *S. Lourenço*), rio *S. Lourenço* e rio *Pequirí*.
- Limites S. — Rio *S. Lourenço* e rio *Pequirí*.
- Limites O. — Os atuais limites com a Bolívia desde o morro dos *Quatro Irmãos* até o paralelo 18°.

TERRITÓRIOS

- 1) — CARINHANHA
 Capital — Carinhanha
 Superfície — 110.014 kms² População — 240.000 hab.
- Limites N. — da ilha do *Miradouro* (no rio *S. Francisco*) para NO. até o meridiano 0° (Rio de Janeiro) em seguida para O. os atuais limites da Baía com o Piauí.
- Limites O. — Os atuais limites da Baía com o Estado de Goiaz.
- Limites S. — O Estado de Minas Gerais até o rio *S. Francisco*.
- Limites L. — O rio *S. Francisco* desde a ilha do *Miradouro* para o S., até Minas Gerais.
- 2) — GRAJAU'
 Capital — Grajaú
 Superfície — 128.000 kms² População — 180.000 hab.
- Limites N. — Ver o limite S. do Maranhão.
- Limites O. — Ver o limite L. de Gurupí.
- Limites S. — Rio *Tocantins*, rio *Manuel Alves*, serra das *Mangabeiras*.
- Limites L. — Rio *Parnaíba*.
- 3) — PARACATU'
 Capital — Januária
 Superfície — 113.000 kms² População — 160.000 hab.
- Limites N. — Os atuais limites de Minas com Baía desde a confluência do *Carinhanha* com o *S. Francisco* até a Serra de *Santa Maria*.
- Limites O. — Serra de *Santa Maria*, etc., para o Sul, acompanhando os atuais limites com Goiaz, até as cabeceiras do rio *Claro* (afluente do rio *Paracatu*).
- Limites S. — Ver o limite N. do Estado do Triângulo.
- Limites L. — Rio *S. Francisco* desde a confluência com o rio *Carinhanha* até a confluência com o cor. *Brejinho*.

4) — GURGUEIA Capital — Gurgueia
Superfície — 122.500 kms² População — 160.000 habs.

Limites O. — Rio *Parnaíba* desde a sua confluência com o rio *Gurgueia* para o S., rio *Parnaibinha*, limites do Piauí (atuais) com Goiás.

Limites S. — Os atuais limites do E. do Piauí com o atual E. da Baía.

Limites L. — Uma reta ligando a confluência do rio *Gurgueia* com o rio *Parnaíba* até o ponto em que o paralelo 7°15' corta o rio *Piauí*, dêsse ponto para o S. o rio *Piauí*, rio *Iatacoatiara* até os limites S. da fronteira com Pernambuco.

5) — PARINTINS Capital — Parintins
Superfície — 140.000 kms² População — 140.000 habs.

Limites N. — O rio *Amazonas*.

Limites O. — O rio *Madeira* até o rio *Aripuana*.

Limites S. — Subir o rio *Aripuana* até as cabeceiras e daí descer pelo afluente mais próximo do *Tapajós* que vá ter ao ponto mais próximo na margem direita da confluência do rio *Tapajós* com o rio S. *Manuel*.

Limites L. — O rio *Tapajós* até a confluência com o rio S. *Manuel*.

6) — IGUASSU' Capital — Guarapuava
Superfície — 105.731 kms² População — 130.000 habs.

Limites N. — O rio *Paranapanema* desde a confluência com o rio *Tibagi* até o rio *Paraná*.

Limites O. — O rio *Paraná* desde a confluência com o *Paranapanema* até a confluência com o rio *Iguassú*.

Limites S. — O rio *Iguassú* desde a confluência com o *Paraná* até o rio da *Areia*.

Limites L. — Ver os limites O. do E. do *Paraná*.

7) — BAIXO TOCANTINS Capital — Pôrto Nacional
Superfície — 130.000 kms² População — 130.000 habs.

Limites N. — Os atuais limites de Goiás com o Maranhão, partindo do ponto em que o rio *Tocantins* começa a servir de limite para SE.

Limites O. — O rio *Tocantins* desde o ponto acima citado até a confluência com o rio *Santa Teresa*.

Limites S. — A partir dessa confluência subir o rio *Tocantins*, seu afluente *Paraná* e o rio da *Posse* até as fronteiras com Minas Gerais.

Limites L. — Os atuais limites entre Goiás e a Baía.

8) — ALTO TOCANTINS Capital — Peixe
Superfície — 135.000 kms² População — 120.000 habs.

Limites N. — Ver os limites S. dos territórios de Araguaia e Baixo Tocantins.

Limites O. — Rio *Araguaia* e rio *Crixá Assú*.

Limites S. — Rio *Crixá Assú* (subindo), rio do *Peixe*, rio *Passa Três Assú*, rio *Tocantins* (descendo), em seguida pegar o rio *Tocantinzinho* e subí-lo até as suas cabeceiras nos atuais limites de Goiás com Minas.

Limites L. — Os atuais limites de Goiás com a Baía e Minas desde as cabeceiras do rio da *Palma* até as cabeceiras do rio *Tocantinzinho*.

- 9) — MARACAJU' Capital — Campo Grande
Superfície — 120.000 kms² População — 110.000 hab.
- Limites N. — O rio *Pardo* partindo da foz e subindo, seu afluente rio *Capim Branco*, em seguida pegar as cabeceiras do cor. *Rondinha*, este cor., rio *Aquidauana* (descendo), até a sua confluência com o rio *Camapoan* (3 kms a L. de Aquidauana).
- Limites O. — Partindo desse último ponto subir pelo rio *Camapoan*, tomar o cor. *Caranda* até as cabeceiras e daí o afluente mais próximo do rio *Miranda*, subir esse rio até 10 kms acima de Colônia Miranda, em seguida o afluente mais próximo do rio *Apa* e o rio *Apa*.
- Limites S. — Os atuais limites com o Paraguai, para L. partindo da confluência do rio *Apa* com o rio *Estréla*.
- Limites L. — Rio *Paraná*.
- 10) — XINGU' Capital — Cametá
Superfície — 170.000 kms² População — 110.000 hab.
- Limites N. — O rio *Amazonas* (canal S.).
- Limites O. — Rio *Xingú* até o paralelo 6°.
- Limites S. — O paralelo 6° até encontrar o rio *Tacaiunas*, seguir este rio até a confluência com o rio *Tocantins*.
- Limites L. — Rio *Tocantins*.
- 11) — RIO VERDE Capital — Rio Verde
Superfície — 112.000 kms² População — 110.000 hab.
- Limites N. — Ver os limites S. do território do Alto Tocantins entre o rio *Araguaia* e o rio *Tocantins*.
- Limites O. — Rio *Araguaia* subindo até encontrar o rio *Caiapó Grande*, este rio até as cabeceiras, linha de cristas até as nascentes do ribeiro *Juari* (afluente do rio *Verdinho*).
- Limites S. — Ribeiro *Juari* (descendo) e rio *Verdinho* até a sua confluência com o rio *Paranaíba*, rio *Paranaíba* até a confluência com o rio dos *Bois*.
- Limites L. — Rio *Tocantins* (subindo a partir da confluência com o *Passa Três Assú*), rio das *Almas*, rio *Urubú* e rio dos *Bois* descendo até a foz.
- 12) — ARAGUAIA Capital — Boa Vista
Superfície — 160.000 kms² População — 100.000 hab.
- Limites O. — Rio *Araguaia* desde a confluência com o *Tocantins*, para o S. até o paralelo 12°.
- Limites S. — Paralelo 12°.
- Limites L. — Rio *Tocantins* desde a sua confluência com o *Araguaia*, para o S., até o paralelo 12°.
- 13) — ÓBIDOS Capital — Óbidos
Superfície — 160.000 kms² População — 100.000 hab.
- Limites N. — Os limites atuais com a Guiana Francesa a partir das cabeceiras do rio *Oiapoque* para O., em seguida os limites do Brasil com a Guiana Holandesa.
- Limites O. — Partindo de encontro dos limites Brasil, Guiana Holandesa e Guiana Inglesa, seguir para o S. pelo afluente mais próximo do rio *Trombetas* e descer este rio até o rio *Amazonas*.
- Limites S. — Rio *Amazonas*.
- Limites L. — Ver os limites O. do território do Amapá.

- 19) — JURUA' Capital — Cruzeiro do Sul.
Superfície — 112.000 kms² População — 55.000 habs.
- Limites N. — Rio *Juruá* (subindo) a partir da confluência com o rio *Embira*, rio *Ipixuma*, igarapé *S. Francisco* e linha de cristas até o marco 370 junto à cachoeira da *Esperança* (limite Acre-Amazonas-Perú).
- Limites SE. — Os atuais limites do Acre com o Perú, desde o marco 370 até o rio *Purús*.
- Limites L. — Rio *Embira* partindo da confluência com o rio *Juruá* e subindo até encontrar o paralelo 9°, daí uma reta ligando este ponto à confluência do igarapé *S. Rosa* com o rio *Purús*.
- 20) — MADEIRA Capital —
Superfície — 145.000 kms² População — 20.000 habs.
- Limites N. — Rio *Amazonas* desde a confluência do *Madeira* até a do rio *Purús*.
- Limites O. — Rio *Purús*.
- Limites S. — Ver os limites N. dos territórios do Acre e *Purús*.
- Limites L. — Rio *Madeira*.
- 21) — TRÊS LAGOAS Capital — Três Lagoas
Superfície — 120.000 kms² População — 40.000 habs.
- Limites N. — Subir o rio *Taquari* a partir da sua confluência com o rio *Coxim*, até a confluência com o ribeiro do *Engenho*, este ribeiro até as cabeceiras, linha de cristas até as nascentes do ribeiro *Juari*, este ribeiro e em seguida o rio *Verdinho*.
- Limites O. — Ver os limites L. dos territórios de *Taquari* e *Maracajú*.
- Limites S. — Ver os limites N. do território de *Maracajú*.
- Limites L. — Rios *Paranaíba* e *Paraná*.
- 22) — CODAJÁS Capital — Codajás
Superfície — 135.000 kms² População — 40.000 habs.
- Limites N. — Rio *Negro*, da foz até o rio *Uarirá*.
- Limites O. — Ver os limites L. dos territórios do Alto Rio Negro.
- Limites S. — Rio *Japurá* desde a confluência com o igarapé *Aiamá*, rio *Solimões*, descendo, até a confluência com o rio *Negro*.
- 23) — GUAPORÉ' Capital — Guajará Mirim
Superfície — 150.000 kms² População — 30.000 habs.
- Limites N. — Rio *Madeira* desde a confluência com o rio *Gi-Paraná* até a confluência com o rio *Bení*.
- Limites O. — Rio *Guaporé*.
- Limites S. — Rio *S. Bento* (afluente do *Guaporé*).
- Limites L. — Rio *Gi-Paraná*.
- 24) — SOLIMÕES Capital — S. Paulo de Olivença
Superfície — 135.000 kms² População — 30.000 habs.
- Limites N. — O rio *Japurá* desde a foz até a fronteira com a Colômbia.
- Limites O. — A fronteira com a Colômbia desde o rio *Japurá* até a confluência do rio *Solimões* com o rio *Javari*.
- Limites S. — Ver os limites N. do território de *Javari*.
- Limites L. — O rio *Juruá*.

25) — TEFÉ'

Capital — Tefé

Superfície — 140.000 kms²

População — 30.000 hab.

Limites N. — O rio *Solimões* entre o rio *Purús* e o rio *Juruá*.Limites O. — Rio *Juruá* desde a foz até o igarapé *Salapo*.Limites S. — Ver os limites N. dos territórios de *Purús* e *Acre*.Limites L. — Rio *Purús*.

26) — ALTO RIO NEGRO

Capital — S. Gabriel

Superfície — 129.000 kms²

População — 20.000 hab.

Limites N. — As fronteiras com a república da Venezuela e da Colômbia, para O., a partir do rio *Negro*.Limites O. — Fronteira com a Colômbia até o rio *Japurá*.Limites S. — Rio *Japurá* até a foz do igarapé que liga a lagoa *Aiamá* ao mesmo rio.Limites L. — Partindo do S., subir este igarapé, lagoa *Aiamá*, rio *Uarirú* (afluente do rio *Negro*), rio *Negro* (subindo) até a fronteira com a Venezuela.

27) — MANICORÉ'

Capital — Manicoré

Superfície — 155.000 kms²

População — 20.000 hab.

Limites NO. — Rio *Madeira*.Limites S. — Os atuais limites entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso, entre o rio *Machado* e o rio *Tapajós*.Limites L. — Rio *Canumã* (afluente do rio *Madeira*), subindo, igarapé *Terra Preta*, rio *Carirauí* (afluente do rio *Abacaxis*) até as cabeceiras, linha de cristas que liga as cabeceiras do igarapé *Borrachudos* (afluente do rio *Tapajós*) àquelas cabeceiras, rio *Tapajós* e rio *Juruena*.

28) — CARAJÁS

Capital — S. João do Araguaia

Superfície — 160.000 kms²

População — 20.000 hab.

Limites N. — Rio *Itacaianas* (subindo), rio *Sêco* (afluente da margem direita do *Itacaiana*), serra da *Seringa*, rio *Branco* e rio *Fresco* (afluente do *Xingú*).Limites — O. — Rio *Xingú*.Limites S. — Rio *Cuxurú* (afluente do *Araguaia*), serra do *Matão*, rio *Liberdade* (afluente do *Xingú*).Limites L. — Rio *Araguaia*.

29) — RIO DAS MORTES

Capital — Rio do Araguaia

Superfície — 140.000 kms²

População — 20.000 hab.

Limites NO. — Subir o rio das *Mortes*, rio *Manso*, rio *Estiva*, rio *Paranaíba* (afluente do S. *Lourenço*), rio S. *Lourenço*, rio *Pequiri*.

Limites S. — Ver os limites N. do território de Três Lagoas.

Limites L. — Rio *Araguaia*, em seguida ver os limites O. do território do *Rio Verde*.

30) — JAVARÍ

Capital — Benjamim Constant

Superfície — 120.000 kms²

População — 15.000 hab.

Limites NE. — Uma linha reta ligando a confluência do igarapé *Gruiari* com o rio *Solimões* (face à *Tabatinga*), até a confluência do igarapé *Salapo* com o rio *Juruá*.

36) — **ARINOS** Capital —
 Superfície — 140.000 kms² População — 5.000 habs.
 Limites O. — Rio *Tapajós* a partir da sua confluência com o rio das *Três Barras* (São Manuel) e em seguida o rio *Arinos*.
 Limites S. — Ver os limites N. do território do Alto Xingú (paralelo 12°).
 Limites NE. — Rio das *Três Barras* até o paralelo 12°.

37) — **MÉDIO XINGU'** Capital —
 Superfície — 165.000 kms² População — 5.000 habs.
 Limites N. — Os atuais limites N. entre Mato Grosso e o Pará, desde o rio *São Manuel* para L. até o rio *Araguaia*.
 Limites O. — Rio das *Três Barras* ou *São Manuel*.
 Limites S. — Paralelo 12° entre os rios *São Manuel* e *Araguaia*.
 Limites L. — Rio *Araguaia*.

38) — **JAMARÍ** Capital —
 Superfície — 150.000 kms² População — 5.000 habs.
 Limites N. — Os atuais limites N. do Estado de Mato Grosso entre o rio *Gi-Paraná* e o rio *Tapajós*.
 Limites O. — Rio *Gi-Paraná*.
 Limites S. — Rio *Camararé*.
 Limites L. — Rio *Tapajós*.

39) — **RIO BRANCO** Capital —
 Superfície — 123.000 kms² População — 5.000 habs.
 Limites N. — Rio *Mucujai*, a partir da reta Repartimento até a foz, rio *Branco* até a fronteira com a Guiana Inglesa.
 Limites O. — Ver os limites L. do território do Rio Negro.
 Limites S. — Rio *Negro*, da confluência com o rio *Branco* até receber o rio *Cuieras*.
 Limites L. — Subir o rio *Cuieras*, afluente do rio *Negro*, até as nascentes e daí pegar a linha divisória de águas entre as bacias dos rios *Negro* e *Amazonas* até a fronteira da Guiana Inglesa.

Pôrto Alegre, 20-XI-937.

CARTAS ADOTADAS

Na fixação dos limites dos Estados foram adotadas as cartas do Brasil, do Barão Homem de Melo e de J. Castiglioni; mapa do Estado do Paraná, escala 1:750.000 de 1937, carta do Rio Grande do Sul, escala 1:750.000 organizada pelo Governo do Estado; mapa do Estado de Minas Gerais, escala 1:1.500.000, de 1938, organizada pelo Ministério da Viação; Carta Geral do Estado de São Paulo, escala 1:1.000.000, organizada pela Comissão Geográfica e Geológica.

Para fixação dos limites dos territórios, foi adotada a Carta Internacional do Mundo, parte referente ao Brasil, em 52 fôlhas, escala de 1:1.000.000, organizada pelo Clube de Engenharia em 1922.

O *RECENSEAMENTO* é uma fotografia instantânea do País.
 Quem não aparecer nela, ficará *ISOLADO* da Comunidade Nacional.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Avec l'opinion favorable du Commandant Thiers Fleming, distingué connaisseur de la matière, le Lt. Colonel João Segadas Viana, illustre officier de notre armée, présente dans cet article une suggestion sur une nouvelle division territoriale du Brésil.

Il affirme que le problème a préoccupé les studieux et quelques législateurs depuis notre début comme nation indépendante, et opine que la division territoriale d'un pays se doit de faciliter sa vie administrative, étant donné l'impossibilité de centraliser directement dans une seule main toute l'administration publique.

Il étudie certains exemples à cet égard, donnés par la France, Allemagne naziste et Italie, dans lesquels les intérêts de la Patrie ne resteront pas subordonnés aux intérêts de caractère régional, mais eurent comme motif principal éviter la disproportion entre les provinces et faciliter, d'une manière générale, l'administration du pays.

Se référant spécialement au Brésil, il rappelle les noms de Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca — durant l'Empire — et Amaro Cavalcante, Rangel Pestana, Quintino Bocayuva pendant la République, défenseurs de notre division.

Il cite les travaux qui, sur le sujet, furent écrits par Teixeira de Freitas en 1932, et Everardo Backeuser en 1933, entre autres.

Il analyse la division brésilienne actuelle, commencée avec les capitaineries générales, aux temps coloniaux; la modification soufferte par l'extraordinaire travail des pionniers ("bandeirras"), avec la formation, entre autres, des provinces de Minas, Goiás, Mato Grosso et Rio Grande do Sul, et aussi l'action de la République avec démembrements de Paraná et Amazonas respectivement de São Paulo et du Pará.

Il décrit, en traits vifs, les innombrables inconvénients de la division actuelle, faisant ressortir que les Etats brésiliens peuvent être divisés en trois grandes classes:

a) Etats excessivement grands et dépeuplés (Pará, Amazonas, Mato Grosso et Goiás); b) Etats excessivement peuplés et relativement grands (Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul et São Paulo); c) Etats intermédiaires sous les deux aspects: population et superficie. Se référant aux Etats de la classe b, il dit que chez ceux-ci, justement, pour augmenter le mal provenant de l'excès relatif de la population, existe la circonstance de se trouver les unités fédératives de plus grand potentiel économique.

Comparant les Etats de New York et Michigan (Amérique du Nord), avec les Etats de Minas e de S. Paulo, ces groupes possèdent chacun 15 millions d'habitants, représentant pour les américains 11,5% du total général des Etats-Unis, quand les derniers constituent 33,3% du total brésilien. Il renchérit que seulement S. Paulo contribue pour 50% de l'exportation et rentes de l'Union.

Affirmant ne pas avoir la prétention de juger parfaite la nouvelle division qu'il présente, mais proclamant la nécessité d'être faite une modification du cadre territorial brésilien, il résume, d'une manière générale, les caractères à être adoptés dans la solution du problème. Criterium pour les populations, inadéquat au Brésil, pays neuf, inexploité dans la majeure partie de son extension et avec une population agglomérée (une ligne imaginaire parallèle au littoral à une distance de 500 Kms., présenterait dans cette étroite bande — 40% de la superficie totale — une agglomération de 43 des 45 millions d'habitants que nous possédons, et le criterium des étendues accepté par l'auteur.

Pour son application il suggère les mesures suivantes: a) fixer la limite minima de population, pour les Etats (200.000 habitants) sans quoi il restera subordonné et dirigé directement par l'Union; b) déterminer une superficie moyenne, étendue qui implique la subdivision des grands Etats en population, et, c) ne pas adopter un criterium rigide pour la fixation de la superficie.

Dans le criterium des étendues l'auteur établit deux types: un de 85 à 130.000 Km², pour les zones riches, et un autre variant de 130 à 170.000 Km² pour les zones pauvres, au minimum 85.000 Km² et au maximum 170.000 Km². Dans ces limites, le plus grand Etat n'aurait pas le double du plus petit, tandis que, actuellement, l'Etat de Amazonas a une superficie 80 fois plus grande que celle de l'Etat de Sergipe, lequel, étant pauvre, est encore 26 fois plus petit que le riche Etat de Minas Gerais.

Il est d'opinion que les limites doivent être établies par les fleuves de préférence, ou, à défaut de ceux-ci, par les montagnes.

En annexes, il présente le Brésil divisé en 27 Etats, 1 District Fédéral et 39 territoires, ainsi que la description détaillée des limites de la division proposée.

Il termine son article en faisant un appel aux dirigeants nationaux, leur rappelant le grand idéal du notable tribun Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, introduisant dans la constitution les modifications qui permettraient d'envisager ce problème, tel que le fit la France, notre mère spirituelle, qui, il y a 150 ans, réalisa la consolidation de son territoire au moyen d'une division bien étudiée et non modifiée jusqu'à ce jour.

Con la opinión favorable del Comte. Thiers Fleming, abalizado conocedor del asunto, el teniente-coronel João Segadas Viana, ilustre oficial de nuestro ejército, presenta en este artículo sugestión para una nueva división territorial del Brasil.

Asegura que el problema tiene preocupado los estudiosos y algunos legisladores desde nuestro comienzo como nación independiente, y conceptua que la división territorial de un país debe tener en vista facilitar su vida administrativa, en virtud de la imposibilidad de centralizar directamente bajo una sola mano toda la administración pública.

Estudia los ejemplos a respecto, dados por la Francia, la Alemania Nazista y la Italia, en los cuales los intereses de la Patria no quedaron subordinados a los intereses de carácter regional, y tuvieron como razón principal evitar la disproporción entre las provincias y facilitar, de modo general, la administración del país.

Refiriéndose especialmente, recuerda los nombres de Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca — aun en el Imperio, y Amaro Cavalcante, Rangel Pestana, Quintino Bocayuva, en la Republica, propugnadores de nueva división.

Cita los trabajos que, sobre el asunto, fueron escritos por Teixeira de Freitas en 1932, y Everardo Backeuser en 1933, y otros más.

Analiza la actual división brasileira, iniciada con las capitánias generales, en los tiempos coloniales; la modificación sufrida por el extraordinario trabajo de las "bandeiras" (expediciones), con la formación, entre otras, de las provincias de Minas Gerais, Goiaz, Mato Grosso y Rio Grande do Sul y la acción de la República con los desmembramientos del Paraná y Amazonas, respectivamente de S. Paulo y del Pará.

Describe, en vivos trazos, los innumerables inconvenientes de la actual división, salientando, que los Estados brasileiros pueden ser divididos en tres grandes clases: a) estados demasíadamente amplios y despoblados (Pará, Amazonas, Mato Grosso y Goiaz); b) estados demasíadamente poblados y relativamente amplios (Minas Gerais, Baía, Rio Grande do Sul y S. Paulo); c) estados intermedios bajo dos aspectos: población y superficie. Refiriéndose a los estados de la clase b dice que en ellos, para aumentar el mal proveniente del exceso relativo de población, existe aun la circunstancia de que ellos son justamente las unidades federativas de mayor potencial económico.

Comparando los Estados de New York y Michigan (Norte America), con los estados de Minas y S. Paulo, los dos grupos con 15 millones de habitantes, representan los norteamericanos 11,5% del total general de los Estados Unidos, encuancto los últimos constituyen 33,3% del total brasileiro. Añádese que, solamente S. Paulo contribuye con 50% de la exportación y rentas de la Unión.

Asegurando no tener la pretensión de juzgar perfecta la nueva división que presenta, pero proclamando la necesidad de ser hecha una modificación en el cuadro territorial brasileiro, resume, de un modo general, los criterios que deben ser adoptados en la solución del problema. Criterio de las poblaciones, no adecuado al Brasil, país nuevo, inexplorado en la mayor parte de su extensión y con población aglomerada en la costa (una línea imaginaria, paralela al litoral y de él distante 500 Km. presentaría, en esa estrecha faja, — 40% de la superficie total — una aglomeración de 43 de los 45 millones de habitantes que poseemos), y el criterio de las áreas, acepto por el autor. Para su aplicación sugiere las siguientes medidas: a) fijar el límite mínimo de población para los Estados (200.000 hbs) sin lo que quedará territorio, subordinado y dirigido directamente por la Unión; b) determinar una superficie media, área que implique en la subdivisión de los grandes Estados en población, y c) no adoptar un criterio rígido para la fijación de la superficie.

Dentro del criterio de la área establece el autor dos tipos: el uno de 85 a 130.000 Km² para las zonas ricas y el otro que irá de 130 a 170.000 Km² para las zonas pobres, el mínimo de 85.000 Km², y el máximo de 170.000 Km². Comprendidos en estos límites, el mayor de los Estados no tendría el doble del menor, mientras que, actualmente, el Estado de Amazonas tiene una superficie 80 veces mayor que el Estado de Sergipe, el cual es pobre y, sin embargo, es 26 veces más chico que el rico Estado de Minas Gerais.

Es de opinión, que los límites deben ser establecidos por los ríos, de preferencia, o en falta de estos, por las montañas.

En apéndices presenta el Brasil dividido en 27 Estados, 1 Distrito Federal y 39 territorios, y también la descripción detallada de los límites de la división propuesta.

Finaliza su artículo apelando para los dirigentes nacionales, recordándoles el gran ideal del notable tribuno Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, introduciendo en la Constitución las modificaciones que permitan encarar este problema, tal como lo hizo la Francia, nuestra madre espiritual que, hace 150 años, realizó la consolidación de su territorio bajo una división bien estudiada y hasta hoy no modificada.

Il tenente colonello João Segadas Viana, illustre ufficiale del nostro esercito, presenta in questo articolo un progetto di nuova divisione territoriale del Brasile, su cui il Com. Thiers Fleming, alta autorità in materia, ha espresso opinione favorevole.

L'autore ricorda che il problema preoccupò studiosi e legislatori fin dall'inizio della nostra vita di nazione indipendente e giudica che la divisione territoriale di un paese deve mirare a facilitare la sua vita amministrativa, data l'impossibilità di riunire direttamente sotto un solo comando centrale tutta l'amministrazione pubblica.

Studia gli esempi della Francia, della Germania Nazista, e dell'Italia, dove gli interessi nazionali non rimasero subordinati ad interessi regionali, e si ebbero, come fini principali, quelli di evitare disparità tra le provincie e di facilitare in generale l'amministrazione del paese.

Riferendosi in particolare al Brasile, ricorda i nomi di Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca, durante l'Impero, e Amaro Cavalcante, Rangel Pestana, Quintino Bocaiuva, durante la Repubblica, propugnatori di una nuova divisione.

Cita i lavori sull'argomento di Teixeira de Freitas (1932), di Everardo Backeuser (1933), e di altri autori.

Analizza la divisione del Brasile, che ebbe inizio colle Capitanie Generali, nel periodo coloniale; ricevette modificazioni per conseguenza dell'eccezionale opera dei "Bandeirantes", con la fondazione, tra le altre, delle provincie di Minas, Goiaz, Mato Grosso e Rio Grande do Sul; e poi proseguì, nel regime repubblicano, con lo smembramento del Paraná e dell'Amazonas, per la costituzione, rispettivamente, di São Paulo e del Pará.

Descrive a vivi colori gli innumerevoli inconvenienti della divisione attuale, rilevando che gli stati brasiliani possono essere classificati in tre grandi categorie:

- a) stati troppo grandi e spopolati (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiaz).
- b) stati relativamente grandi e troppo popolosi (Minas Gerais, Baía, Rio Grande do Sul e São Paulo).
- c) stati intermedi per i due aspetti della popolazione e della superficie.

Riferendosi agli stati della categoria b), dice che in essi, ad aumentare l'inconveniente del relativo eccesso di popolazione, si aggiunge l'altra circostanza di essere queste le unità federate di maggior importanza economica.

Comparando gli stati di New York e Michigan (America del Nord) con gli stati di Minas e São Paulo, entrambi gruppi di 15 milioni di abitanti, rileva che il gruppo nordamericano rappresenta 11,5% della popolazione totale degli Stati Uniti, mentre il sudamericano costituisce il 33,3% di quella del Brasile.

Dichiara di non pretendere che sia perfetta la nuova divisione da lui proposta, ma afferma la necessità di una modificazione nel quadro territoriale brasiliano, e riassume sommariamente i criteri che dovrebbero essere adottati nella soluzione di questo problema. Il criterio della popolazione non è adatto per il Brasile, paese nuovo, inesplorato nella maggior parte della sua estensione, e con la popolazione addensata nella zona litoranea (una linea immaginaria, parallela alla costa distanza di 500 km, delimita una fascia che, con 40% della superficie totale del paese, contiene 43 dei 45 milioni di abitanti).

Il criterio della superficie è preferito dall'autore. Per l'applicazione di esso suggerisce queste basi:

- a) fissare un limite minimo di popolazione per gli stati (200.000 ab.), sotto il quale limite l'unità federata sarà un territorio, sottoposto immediatamente all'Unione, e da essa diretto;
- b) determinare una superficie media, tale che conduca alla divisione degli stati di maggior popolazione;
- c) adottare un criterio elastico nella determinazione della superficie.

Quanto a quest'ultimo criterio, l'autore propone due tipi di unità: uno da 85.000 a 130.000 km², per le zone ricche, e un altro da 130.000 a 170.000 km², per le zone povere; quindi, nell'insieme un minimo di 85.000 km² e un massimo di 170.000 km².

Adottati questi limiti, lo stato più vasto non supererebbe il doppio del meno vasto di tutti, mentre, oggi, lo stato di Amazonas ha una superficie 80 volte maggiore di quello di Sergipe, che, pur essendo povero, è 26 volte minore del ricco stato di Minas Gerais.

L'autore opina che i confini debbano essere determinati da fiumi, preferibilmente, o, in mancanza di questi, da monti.

In annessi, presenta il Brasile diviso in 27 stati, 1 distretto federale, e 39 territori, agguindando poi la descrizione particolareggiata dei confini della divisione proposta.

Conchiude col fare appello ai dirigenti della nazione, ricordando loro il grande ideale dell'illustre tribuno Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, affinché siano introdotte nella costituzione modificazioni che permettano di affrontare questo problema, come fece la Francia, nostra madre spirituale, che, già 150 anni or sono, consolidò il suo territorio con una divisione ben studiata, e fino ad oggi non modificata.

In this article Lieutenant Colonel João Segadas Viana, a distinguished army officer, submits a suggestion concerning the new territorial division of Brazil, with a favourable report from Commander Thiers Fleming, who is a thorough authority on the subject.

He states that the problem has occupied the attention of our learned men and of some legislators ever since the early days of our existence as an independent nation and opines that the territorial division of a country must aim at facilitating its administrative life, owing to the impossibility of concentrating in a single hand the whole of the public administration.

He studies the pertinent examples furnished by France, nazist Germany and Italy, where the interests of the mother country were not subordinated to those of a regional character, and had for their main objective avoiding the want of proportion among the provinces and facilitating in a general way the administration of the country.

Referring specially to Brazil he recalls the names of Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca — all during the time of the Brazilian Empire — and Amaro Cavalcante, Rangel Pestana, Quintino Bocaiuva, during the Republic, who advocated the new division.

He cites the works on the subject written by Teixeira de Freitas in 1932 and Everardo Backeuser in 1933, besides others.

He analyses the present Brazilian division, started at the time of the general captaincies in the colonial days; the modification undergone by the extraordinary pioneering work of the hinterland penetration ("bandeiras"), resulting in the formation, inter alia, of the provinces of Minas, Goiaz, Mato Grosso and Rio Grande do Sul, and the action of the republic with the separation of those of Paraná and Amazonas from S. Paulo and Pará.

He describes with a lively pen the innumerable inconveniences of the present division, stressing that the Brazilian States could be divided into three great classes, viz:

- a) those exceedingly large and unpopulated, such as Pará, Amazonas, Mato Grosso and Goiaz;
- b) those too populated und relatively large, namely Minas Gerais, Baía, Rio Grande do Sul and S. Paulo, and
- c) the intermediary States under two aspects population and area.

Referring to those coming under the classification b), he says that in them, to enhance the evil caused by their relative excess of population, there is the circumstance of their being the federated units of the greatest economic potentiality.

By comparing the States of New York and Michigan, in the U.S.A. with those of Minas and S. Paulo, both in the 15 million inhabitants group, the former two represent 11.5% of the general North-American total, whereas the latter two correspond to 33.3% of the Brazilian total. Added to this there is the fact that the State of S. Paulo contributes with 50% of the total exports and revenue of the Union.

Affirming that he does not pretend the new division which he submits to be perfect, but proclaiming the necessity of making a change in Brazilian territorial picture, he summarizes, in a general manner, the criteria that should be adopted for the solution of the problem: The criterion of the populations, which is inadequate to Brazil, a new country, unexplored in its greatest extension and with a population crowded along the sea coast (an imaginary line drawn parallel to the litoral and 500 kilometres distant therefrom would hold, in this narrow strip — 40% of the total area — 43 out of the total 45 million inhabitants of Brazil), and the other criterion of area, which the author subscribes.

For its application he suggests the following measures: a) To fix the minimum limit of the population of each State (200.000), which, if unattained, would be considered a territory and come under the Union administration; b) to determine an average area, aiming at dividing the larger States by population, and c) not to adopt a rigid criterion for fixing the area.

Within the area criterion the author establishes two types, one from 85 to 130,000 square kilometres for the rich zones and another comprising from 130 to 170,000 square kilometres for the poor ones. The minimum area being 85,000 and the maximum 170,000. Thus the largest State would not contain twice the area of the smallest, whereas, at present, the State of Amazonas is 80 times the size of Sergipe, which, being poor, is 26 times smaller than the rich State of Minas Gerais.

In his opinion the boundaries should be determined by rivers in preference but, in their absence, by mountains.

Under annexed statements he presents the country divided into 27 States, 1 Federal District and 39 territories, together with a detailed description of the boundaries of the proposed division.

He brings his article to a close by making an appeal to the national governing bodies reminding them of the ideal upheld by that noted tribune, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, introducing into the Constitution the alterations that would allow facing this problem, in the way France, our spiritual mother, did, when, 150 years ago, she consolidated her territory by means of a well studied division, which up to this day has not been changed.

Herr Oberstleutnant João Segadas Viana, einer der glänzendsten Offiziere unserer Heeres, veröffentlicht mit Zustimmung des Herrn Comte. Thiers Fleming, bekannter Fachmann dieser Frage, in diesem Artikel einige Suggestionen über die neue territoriale Einteilung Brasiliens.

Er behauptet, dass dieses Problem die Wissenschaftler und Gesetzgeber unseres Landes seit dem Anfang unseres Staates als unabhängigen Staates beschäftigt hat und stellt fest, dass die territoriale Einteilung eines Landes seine Verwaltung erleichtern soll, da es unmöglich ist, die gesamte Verwaltung in eine einzige Hand zusammenzufassen.

Er studiert die Beispiele, die uns Frankreich, das nazistische Deutschland, Italien, gegeben haben, wo die Interessen des Landes nicht den Interessen regionales Characters unterworfen worden sind und die als hauptsächlichstes Motiv angewandt wurden um die Desproportion zwischen den einzelnen Provinzen zu verhindern und um die allgemeine Verwaltung des Landes zu erleichtern.

Indem er sich besonders auf Brasilien bezieht, erinnert der Autor an die Namen von Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca — während des Kaiserreichs und Cavalcanti, Rangel Pestana, Quintino Bocaluva, in der Republick, die alle Vorkämpfer einer neuen Einteilung waren.

Er erwähnt die Arbeiten die über dieses Problem von Teixeira de Freitas im Jahre 1932, und von Everardo Backheuser im Jahre 1933, geschrieben worden sind. Er analysiert die augenblickliche Einteilung, die mit den Kapitänien zur Kolonialzeit angefangen haben; berichtet über die Veränderungen, die durch die ungeheuerere Arbeit der "Bandeiranten" geleistet worden ist, die unter anderen, die Provinzen Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso und Rio Grande do Sul gegründet haben, wie auch die Taten der Republik: die Gründung von Paraná und Amazonas, von São Paulo und Pará abgezweigt.

Er beschreibt äusserst lebendig die vielen Unannehmlichkeiten der momentanen Einteilung und zeigt wie die brasilianischen Staaten in drei grosse Gruppen geteilt werden können:

- a) zu grosse und zu wenig bevölkerte Staaten (Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás).
- b) zu dicht bevölkerte und relativ grosse Staaten (Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo).
- c) Staaten die zwischen diesen beiden Punkten liegen, unter beiden Gesichtspunkten: Bevölkerung und Raumfläche. Über die Staaten der Klasse b sagt er, dass in diesem Falle, um das Übel zu vergrössern, es sich gerade um die Staaten handelt, die grösseren wirtschaftlichen Potential aufweisen, was das Problem des Überschusses der Bevölkerung noch erschwert.

Wenn man die Staaten von New-York und Michigan (Vereinigte Staaten von Nordamerika) mit den Staaten von Minas Gerais und São Paulo vergleicht - in beiden - Fällen handelt es sich um Staaten von ungefähr 15 Millionen Einwohner — so bilden die Amerikaner 11,5% vom total der Vereinigten Staaten, während sie 33,3% der brasilianischen Bevölkerung ausmachen. Dazu kommt, dass das nur der Staat São Paulo 50% des Exports und der Einnahme der Union beitrete.

Der Autor will nicht behaupten, dass sein Vorschlag der neuen Einteilung vollkommen sei; er behauptet aber dass die absolute Notwendigkeit einer Neueinteilung des brasilianischen Landes besteht und gibt einen Überblick welche Richtlinien benutzt werden sollen um das Problem zu lösen.

Kriterium der Bevölkerung, absolut unbrauchbar für Brasilien, ein neues Land, in den Hauptteilen seiner Gegenden noch unerforscht und einer Bevölkerung, die an der Küste sich zusammendrängt (eine erdachte Linie parallel der Küste, und von derselben 500 km entfernt, würde in dieser engen Fläche — ungefähr 40% der Gesamtfläche 43 bis 45 Millionen Einwohner zusammenfassen, das heisst, die Gesamtzahl unserer Bevölkerung), und das Kriterium des Raumes, welches der Autor als das bessere vorschlägt. Um es durchzuführen, schlägt er folgende Massnahmen vor: a) die Mindestzahl der Bevölkerung für die einzelnen Staaten (200.000 Einwohner), falls dies nicht der Fall sei, sollten die respektiven Staaten direkt von der Union verwaltet werden;

b) einen mittleren Flächenraum festsetzen, was eine Unterteilung der grossen Staaten infolge hätte, und

c) kein strenges Kriterium bei der Festsetzung des Flächenraums der einzelnen Staaten anzuwenden.

Innerhalb des Kriteriums des Flächenraums schlägt der Autor zwei Typen vor: der erste von 85 bis 130.000 km², für die reichen Zonen und ein zweiter von 130 bis 170 km² für die ärmeren Zonen, mindestens 85.000 km² und höchstens 170.000 km². Innerhalb dieser Grenzen hätte der grösste Staat nicht das doppelte des kleinsten, während augenblicklich der Staat Amazonas 80 Mal grösser ist, als der Staat Sergipe, der seinerseits als armer Staat 26 mal kleiner ist als der reiche Staat Minas Gerais.

Er meint, dass die Grenzen, wenn immer möglich, durch die Flüsse festgesetzt werden sollen und durch die Gebirge.

Als Anfang zeigt er Brasilien in 27 Staaten, 1 Federal-Distrikt und 39 Territorien geteilt, wie auch die Beschreibung der Grenzen der vorgeschlagene Teilung der einzelnen Staaten.

Er beendet seinen Aufsatz, indem er sich an die Leiter der Verwaltung wie auch den Präsidenten wendet und an das grosse Ideal von Antonio Carlos Ribeiro de Andrada erinnert, welcher in der Konstitution Änderungen eingefügt hat, die es erlauben, sich diesem Problem zu nähern, so wie es Frankreich vor ca. 150 Jahren getan hat, das damals die Konsolidierung seiner Gebiete durch eine so intelligente Teilung verwirklicht hat, dass heute noch dieselbe Einteilung in Kraft ist.

Sin bazinte sur la favora opinio de Komandanto Thiers Fleming, distinginda konanto de la temo, subkolonelo João Segadas Viana, klera oficiro de nia militistaro, prezentas en tiu ĉi artikolo sugestion pri nova teritoria divido de Brazilo.

Li jesas, ke la problemo priokupadis la studemulojn kaj kelkajn leĝodonantojn ekde nia komenco kiel sendependa nacio, kaj opinias, ke la teritoria divido de tiu lando devas celi faciligi ĝian administracian vivon, antaŭ la neeblo rekte centriĝi en unu sola mano la tutan publikan administracion.

Li studas la koncernajn ekzemplojn donitajn de Francujo, Nazista Germanujo kaj Italujo, kie la patrolandaj intereso ne restis dependaj de la regionaj kaj havis kiel ĉefan motivon eviti la senproportcion inter la provincoj kaj faciligi, ĝenerale, la landan administracion.

Parolante speciale pri Brazilo li rememorigas la nomojn de Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franco — dum la Imperio, kaj Amaro Cavalcante, Rangel Pestana, Quintino Bocaiuva, en la Respubliko, ĉiuj probatalintoj pri nova divido.

Li citas la verkojn pri tiuj temoj skribitajn de Teixeira de Freitas, en 1932, kaj de Everardo Backheuser, en 1933, kaj de aliaj.

Li analizas la aktualan brazilan dividon, komencitan kun la ĝeneralaj "capitanias" (*teritoriaj kolonioj*), dum la koloniaj tempoj; ĝian modifon suferitan pro la eksterordinara laboro de la "bandeiras" (*ekskursoj internlanden*), kun la kreado, inter aliaj, de la provincoj Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso kaj Rio Grande do Sul, kaj la agon de la Respubliko, kun la dispartigo de la provincoj Paraná kaj Amazonas, respektive, de S. Paulo kaj Pará.

Li priskribas, per vivaj trajtoj, la sennombrajn domaĝojn de la aktuala divido, rimarkigante pri tio, ke la brazilaj ŝtatoj povas esti dividataj laŭ tri klasoj:

a) ŝtatoj vastegaj kaj kun malgranda loĝantaro (Pará, Amazonas, Mato Grosso kaj Goiás). — ŝtatoj kun densa loĝantaro kaj relative vastaj (Minas Gerais, Baía, Rio Grande do Sul kaj S. Paulo), — c) ŝtatoj mezaj laŭ la du aspektoj: loĝantaro kaj tersupraĵo. Parolante pri la studoj de la klaso b li diras, ke en ili por pligrandigi la malutilon devenintan de la relativa superloĝantaro ekzistas la cirkonstanco, ke, ĝuste, ili estas la federaciaj unuoj je pli granda ekonomia potencialo.

Komparante ŝtatojn New York kaj Michigan (Nordameriko) kun ŝtatoj Minas kaj S. Paulo. ĉiu kun 15 milionoj da loĝantoj, li konstatas, ke la nordamerikaj reprezentas 11,5 % de la ĝenerala tuto de Unuigitaj Ŝtatoj, dum la lastaj estas 33,3 % de la brazila tuto. Estas plie, ke nur S. Paulo kontribuas kun 50 % de la eksportado kaj rentoj de la Unuiĝo.

Deklarante, ke li ne havas la pretendon taksati perfekta la novan dividon de li proponitan, sed insistante pri la neceso esti farata modifo en la brazila teritoria kadro, li resumas, ĝenerale, la kriteriojn alprenotajn por la solvo de la problemo, kiuj estas — la kriterio de la loĝantaroj, nekonsvena al Brazilo, lando nova, neesplorita en la plimulto de sia grandeco kaj kun loĝantaro densigita ĉe la marbordo (imagalinio paralela al la marbordo kaj de tiu ĉi malproksima je 500 km., prezentus, en tiu mallarĝa zono — 40 % de la tuta supraĵo — kompaktiĝo de 43 el la 45 milionoj de la ekzistanta loĝantaro), kaj la kriterio de la areoj, akceptita de la aŭtoro. Por ĝia apliko li sugestias la jenajn rimedojn: a) — fiksi la minimuman loĝantaranlimon por ĉiu ŝtato (200.000 loĝantoj), se ne ĝi restos teritorio, dependa kaj direktata de la Unuiĝo; b) — difini mezan areon, kiu postulos subdividon de la grandaj ŝtatoj laŭ la loĝantaro, kaj c) — ne akcepti rigidan kriterion por la fiksado de la supraĵo.

En la area kriterio la aŭtoro starigas du tipojn: unu kun 85.000 km² ĝis 130.000 km² por la riĉaj zonoj kaj alia, kiu etendiĝas de 130.000 km² ĝis 170.000 km² por la malriĉaj zonoj. En la du limoj 85.000 km² kaj 170.000 km², la plej granda ŝtato na ampleksos la duoblon de la plej malgranda, dum, aktuale, ŝtato Amazonas havas areon 80 foje pli ol ŝtato Sergipe, kiu estante malgranda estas 26 foje pli malgranda ol la riĉa ŝtato Minas Gerais.

Li opinias, ke la limoj devas esti prefere starigataj de la riveroj, aŭ se mankas tiu ĉi, de la montaroj.

Per aneksaĵoj li prezentas Brazilon dividitan laŭ 27 ŝtatoj, 1 Federacia Distrikto kaj 39 teritorioj, kaj faras detalan priskribon pri la limoj de la proponita divido.

Li finas sian artikolon alvokante al la naciaj direktantoj, rememorigante al ili la grandan idealon de la notinda oratoro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, kiu enkondukis en la Konstitucion la modifojn permesantajn rigardi tiun ĉi problemon tiel, kiel faris Francujo, nia spirita patrino, kiu antaŭ 150 jaroj realigis la firmigon de sia teritorio, pere de divido bone studita kaj ĝis hodiaŭ ne modifita.

GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Moacir M. F. Silva

Consultor Técnico da Seção 36.^a
— Geografia dos Transportes

VI — CIRCULAÇÃO INTERNA ATUAL

a) — ESTRADAS DE FERRO

Considerações gerais sôbre o traçado das vias terrestres — Terras planas e terras acidentadas — Classificação das linhas férreas pelo aspecto dos perfis — Classificação pelos tipos esquemáticos dos traçados — Ferrovias penetrantes, irradiantes e divergentes — Distribuição das ferrovias pelas regiões geo-econômicas — Redes. Estradas isoladas. Portos servidos por vias férreas. Grandes, médias e pequenas estradas. Distribuição pelos Estados — Vias férreas na faixa das fronteiras

O estudo das vias terrestres, quanto ao seu desenvolvimento pela superfície do solo e sua expansão pelas regiões geo-econômicas, conduz, naturalmente, à consideração dos aspectos e formas que apresentam seus *traçados*, acompanhando e adaptando-se ao relêvo do terreno, modificado ligeiramente pelas indispensáveis obras de terraplenagem (cortes, aterros, muros de arrimo) e obras de arte correntes e especiais (boeiros, pontilhões, pontes, viadutos).

Os aspectos — (suave, onduloso ou denteado) — dos *perfis* dos traçados ferroviários dependem exclusivamente das dificuldades opostas pelo relêvo do solo.

De resto, como observa De Martonne ("*Geogr. Física*") "a repartição da população, a orientação das vias de comunicação, a situação e o desenvolvimento das cidades dependem dos detalhes do relêvo". E, depois de indagar qual a forma dominante do modelado terrestre, responde: — "E" incontestavelmente o vale.

"Tôda a topografia resulta do desenvolvimento dos vales, mais ou menos ramificados, mais ou menos largos, mais ou menos profundos."

Paula Cidade ("*Geografia Militar Sul-Americana*", Rio, 1934), subdivide os vales em: *vales de montanha, vales de planície, vales longitudinais, vales transversais, vales convergentes e vales divergentes*.

Nessa classificação dos vales, Paula Cidade inspirou-se, evidentemente, nas relações de interdependência observadas por tôda parte, entre os sistemas orográfico e hidrográfico de uma região; as mesmas que determinaram os conhecidos princípios técnicos dos engenheiros Brisson e Boulanger.

E' que "a expressão do *modelado topográfico* exprime bem a importância do trabalho dos cursos d'água, que transformam a superfí-

cie da terra firme, esculpindo-a finamente". (Emm. De Martonne, op cit. 148).

Por isso, se distinguimos, com o geólogo Orville Derby, *rios de baixada* (Amazonas, Paraguai, Paraná) e *rios de planalto* (os demais rios brasileiros), conseqüentemente devemos distinguir também, além dos *vales de planície* e dos *vales de montanha*, — os *vales de planalto*. Tanto mais quanto, "os chapadões dos planaltos são largamente e profundamente escavados pelos rios; daí o aspecto de serra que muitas vezes oferecem as cordilheiras que em realidade constituem apenas as orlas dêstes planaltos" (Delgado de Carvalho, "Geografia do Brasil").

Ernani Correia e Rui Bacelar ensinam: "em geral, projeta-se o traçado, seguindo um *vale*, procurando um *planalto*, ou atravessando *montanhas*. No primeiro caso, a linha, quasi sempre, acompanha um rio ou segue a montanha *a meia encosta*. No segundo, o traçado se dirige para o planalto, e aí se desenvolve como nos terrenos planos. Finalmente, no terceiro caso, a montanha é atravessada, ou galgando-a por alguma garganta, ou contornando-a, ou perfurando-a por um túnel". (*Manual do Engenheiro*, vol. II, Pôrto Alegre, 1939).

Distinguem, assim, estes autores: *traçado a meia encosta*, *traçado em planalto* e *travessia de montanhas*.

Semelhantemente, o engenheiro alemão Carlos Esselborn ("*Tratado Geral de Construção — Obras Públicas*" — Tomo I — (trad. esp.) Barcelona, 1928), referindo-se à influência do terreno sobre o traçado das rodovias, escreveu: "Segundo a forma do terreno, distinguem-se: *rodovias em terreno baixo (plano)*, *rodovias em terreno ondulado* e *rodovias de montanha*. Também é diferente o traçado das rodovias em terreno baixo, ondulado e montanhoso. Dêsse ponto de vista devemos distinguir *rodovias altas*, *rodovias em vale* e *subidas ou rampas*".

Comumente, as estradas, desenvolvendo-se a meia encosta, acompanham os vales, passando de um vale para outro, transpondo os divisores de águas, através as gargantas (pontos de altura mínima na linha intravertente).

Nesses traçados *a meia encosta*, quanto mais para dentro da montanha for encaixada a estrada, diminuindo as obras de arrimo, mais sólida será, pouco susceptível às fugas das *saias dos aterros* e aos desmoronamentos de *cortes*, — as *quedas de barreiras*, como dizem vulgarmente.

A escolha, ou descoberta, de uma garganta conveniente, às vezes única, tem influência decisiva na adoção de um traçado ferroviário. Assim, em 1860, Cristiano Benedito Otoni indicou uma garganta conveniente para a via-férrea (então *E. F. de D. Pedro II*, hoje *E. F. Central do Brasil*) transpor a *Serra do Mar*.

Essa garganta, por onde passa hoje essa ferrovia, em *Humberto Antunes*, tendo a cota de 446 metros de altitude é, de fato, a mais baixa das que foram aproveitadas por estradas de ferro para galgar a

Serra. A *Rede Mineira* passa na cota 593; a própria *Central*, em Governador Portela, a 635; a *Sorocabana*, a 700; a *S. Paulo Railway*, a 796; a *Leopoldina*, a 841, para Petrópolis, e a 1.075, para Friburgo; a *E. F. Teresópolis*, a 946, em Soberbo; a *E. F. do Paraná*, a 954. A própria rodovia Rio-São Paulo transpõe a serra na cota 570.

A *Serra do Mar* (outrora denominada Cadeia Marítima) — *orla oceânica do planalto* (Delgado de Carvalho) — constitue o primeiro paredão antemural do Maciço Atlântico, que as vias terrestres tiveram de subir para penetrar na retro-terra. (Sem esquecer-se que as gargantas da *Mantiqueira* são mais altas que as da *Serra do Mar*. Assim João Aires (*E. F. C. B.*) a 1.115,5^{ms}; Burnier, a 1.126; no Túnel, antes de Passa Quatro (1.062.0).

“O Brasil é um país de *planaltos* ou *extensos chapadões* em cerca de cinco oitavos de sua superfície e de *planícies* e *baixadas* nos três oitavos restantes” (Teodoro Sampaio, no “*Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*”, Rio, 1922). A “*Geografia-Atlas do Brasil*”, do Barão Homem de Melo, (2.^a ed. 1923) contém uma carta hipsométrica do Brasil, subdividindo o relêvo do solo brasileiro pelas *isohipsas* de 200, 500, 800 e 1.200, em cinco camadas:

- 1) — de 0 a 200 metros
- 2) — de 200 a 500 metros
- 3) — de 500 a 800 metros
- 4) — de 800 a 1.200 metros
- 5) — acima de 1.200 metros

As principais *planícies* e *baixadas* de nosso território pertencem à bacia amazônica, à bacia platina e à faixa costeira, de largura variável.

As considerações precedentes induziram-nos, para os efeitos do presente ensaio, à seguinte distinção, do ponto de vista hipsométrico, dos terrenos atravessados pelas vias de transporte:

Terras sensivelmente planas	{	baixas	{	<i>baixadas</i>
				<i>planícies</i>
		<i>elevadas</i>		<i>planaltos</i>
Terras acidentadas	{	<i>ondulosas</i> (pouco acidentadas)		
		<i>montanhosas</i> (muito acidentadas)		

Baixadas são as extensões de terra com altitude até 50 metros acima do nível do mar.

Planícies as que não ultrapassem a 200 metros de altitude.

Os *planaltos* serão sub-divididos em:

- a) — *planaltos inferiores*, entre 200 a 500 mts.;
- b) — *planaltos médios*, ou *planaltos* propriamente ditos, entre 500 e 800 mts.;
- c) — *planaltos superiores*, ou melhor, *chapadões* ou *chapadas*, entre 800 e 1.200 mts.

Chamaremos *terras onduladas* (ou pouco acidentadas) aquelas que, em extensões não muito grandes, apresentam, entre os pontos de cotas extremas, diferenças de nível inferiores, ou no máximo iguais, a 500 mts.

Terras *montanhosas* (ou muito acidentadas), as que, em extensões relativamente pequenas, apresentam diferenças de nível superiores a 500 mts.

Nesta classificação tivemos em conta as seguintes definições e observações: — *Baixadas*, terrenos baixos e planos, situados junto de terras elevadas (Otelos Reis, "*Geogr. e Fisiografia*"); *planícies*, nome reservado às superfícies terrestres que não se elevam acima de 200 mts. (A. Demangeon, "*Dict. de Géographie*"); *planaltos* são planícies elevadas; sua altitude é sem limites precisos, mas sempre acima de 200 mts. (A. Demangeon, *op. cit.*) e "a altura média dos continentes é de 735 mts" (E. De Martonne, *op. cit.*).

Isto posto, classificaremos as linhas férreas, quanto ao seu perfil, em:

I — *Linhas de baixada* — as que se desenvolverem em altitudes que não ultrapassem 50 mts. acima do nível do mar. Assim, a *E. F. Maricá*, o ramal de Mangaratiba, da *E. F. C. B.* etc.

II — *Linhas de planície* — as que não se elevarem acima de 200 mts. — a *E. F. Madeira-Mamoré*, a *E. F. São Luiz-Teresina*, a *E. F. Central do Piauí*, a Linha Norte da *Great Western*.

III — *Linhas de subida ao planalto* (ou de planalto inferior) as que se desenvolverem da cota 200 até a cota 500. A *E. F. Paulo Afonso*; a *E. F. Petrolina a Teresina*, etc.

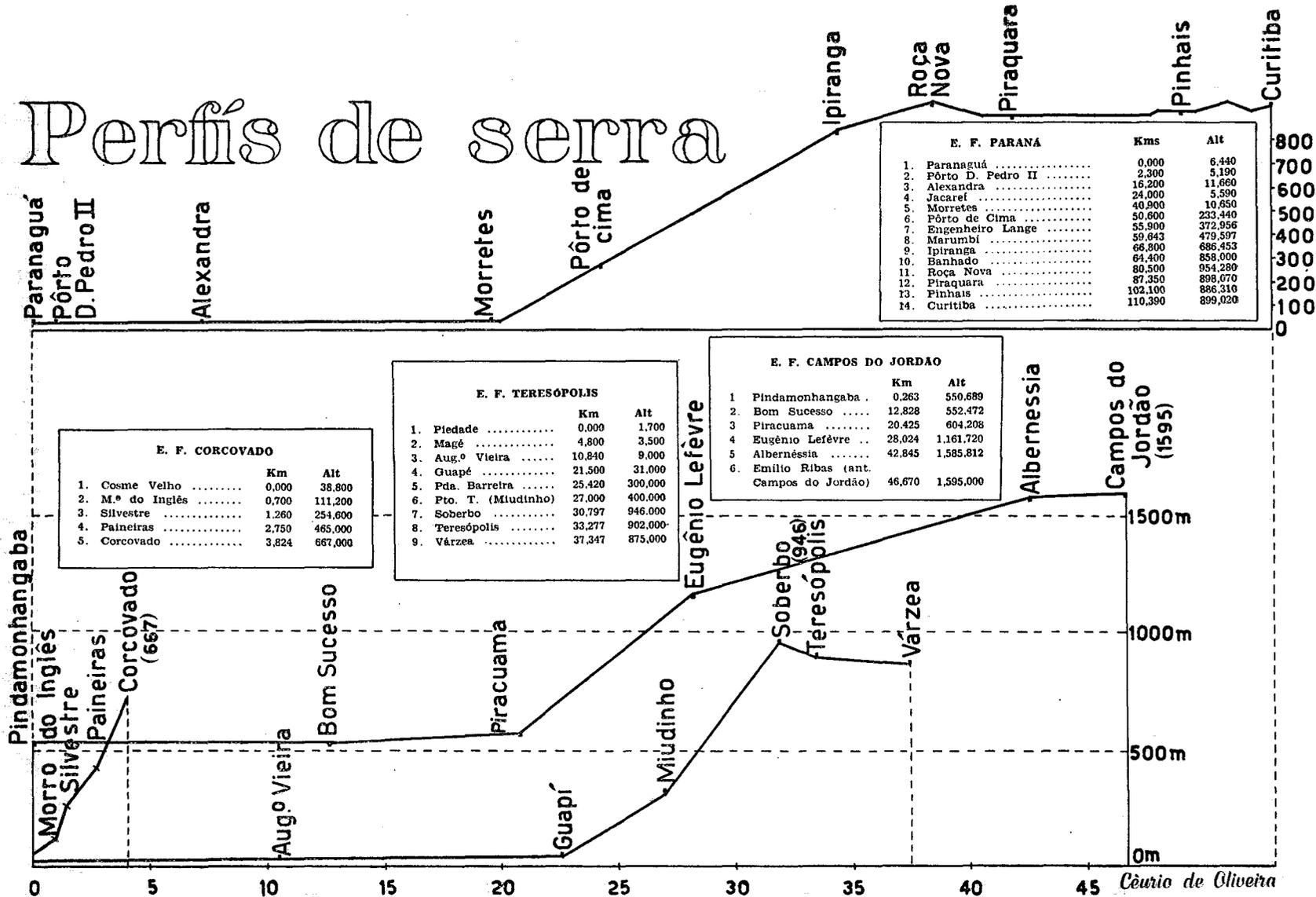
IV — *Linhas de planalto*, — propriamente ditas, as que se mantiverem entre as cotas 500 a 800. A *E. F. Paracatú*; o ramal de Lima Duarte, da *E. F. C. B.*; a linha tronco da *Cia. Mogiana*, etc.

V — *Linhas de chapadão* — as que se desenvolverem em altitudes superiores a 800 mts. Os ramais de Barbacena, de Águas Santas, de Campanha, da *Rede Mineira de Viação*, etc.

VI — *Linhas de serra* — as que, inscrevendo-se em terrenos muito acidentados, alcancem, com desenvolvimento relativamente pequeno, pontos cuja altitude seja superior a 500 mts., acima do ponto de cota mínima nessa mesma linha. Ex. a linha do Centro da *E. F. C. B.* que já no km 275, em Juiz de Fora, atinge a 675 mts. de altitude.

As linhas de serra partem das *baixadas* ou das *planícies* e, a pequena distância, se elevam ao *planalto* propriamente dito; ou sobem

Perfis de serra



dos *planaltos inferiores* atingindo os *chapadões*; ou são pequenas linhas de montanha, isoladas (*E. F. Campos do Jordão, E. F. Teresópolis, etc.*).

VII — *Linhas ou trechos de cumiada* — chamaremos aos que atingem altitudes superiores a 1.200 mts.

Alguns trechos de *linhas de cumiada*:

1) — Ramal de Ponte Nova, da *E. F. Central do Brasil* no trecho de Metalúrgica (alt. de 1.246,7) a Rodrigo Silva (1.278,5) do km 507,6 ao km 526,7.

2) — Ramal de Diamantina, da *E. F. C. B.*, no trecho de Guinda (1.377,9) a Diamantina (1.262), do km 988,2 ao km 998,6.

3) — Linha de Angra a Patrocínio, da *Rede Mineira de Viação*, no trecho de Carlos Euler (alt. 1.200) a Augusto Pestana (1.260), do km 169,4 ao km 180,9.

4) — Linha de Sapucaí, da *Rede Mineira*, no trecho de Maria da Fé (alt. 1.258,2), no km 146,4.

5) — Linha da Barra, da *E. F. Sul de Minas*, no trecho de Pacau (alt. 1.272), no km 256,8.

6) — Ramal de Soledade de Itajubá, da *Rede Mineira*, no trecho de Delfim Moreira (alt. 1.206,5), ao km 209,7.

7) — *E. F. Campos de Jordão*, no trecho de Albernéssia (1.585,8) a Campos de Jordão (1.595,0) — *ponto culminante das estações ferroviárias do Brasil*.

8) — Ramal de Caldas, da *Cia. Mogiana*, no trecho de Cascata (alt. 1.209,1) no km 58,3.

9) — Linha de Itararé-Uruguaí, da *Rede Viação Paraná-Sta. Catarina*, no trecho de Serro Pelado (alt. 1.204,7) a São João (1.200) do km. 553,9 ao km 567,8.

Evidentemente, uma só estrada pode apresentar linhas ou trechos de vários tipos de perfis; tal seja o seu desenvolvimento longitudinal, ou sua expansão superficial em ramais e sub-ramais.

As formas que assumem em *planta* os traçados ferroviários dependem do estado evolutivo da região atravessada; das facilidades oferecidas pelo terreno; das possibilidades econômicas; da localização dos núcleos populosos a interligar, etc.

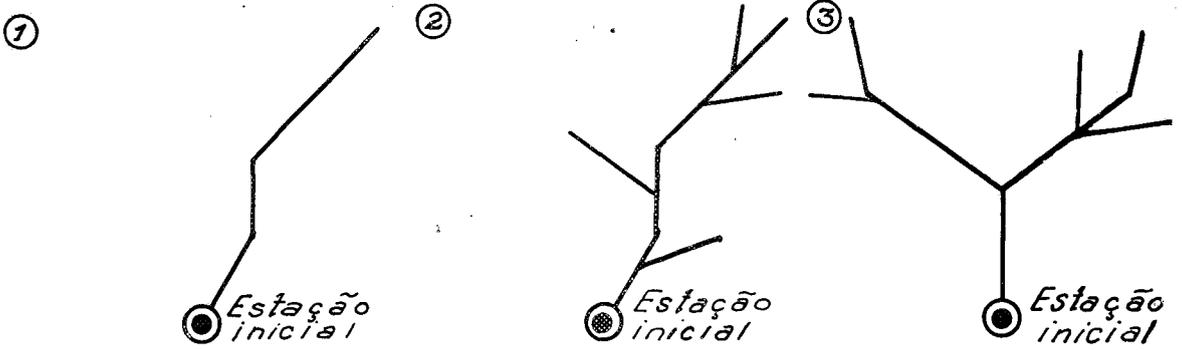
As estradas de ferro podem constituir-se de *linhas isoladas*, ou de grupos de linhas formando *redes ferroviárias*.

Daí uma primeira classificação em:

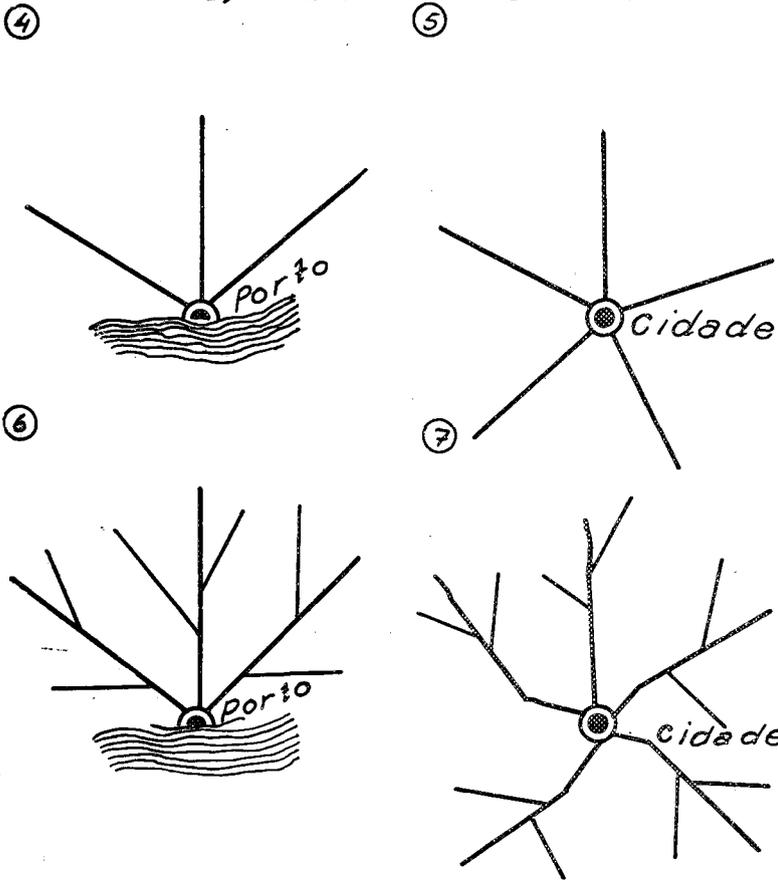
<i>Estradas uniaxiais</i>	}	<i>simples</i>
(estradas isoladas)		<i>espinal</i>

Tipos de traçados ferroviários (em planta)

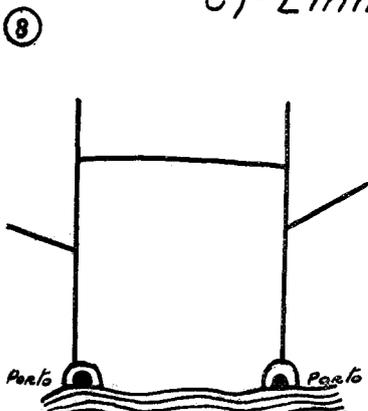
A) - Linhas penetrantes



B) - Linhas Irradiantes



C) - Linhas divergentes



A rede irregular
ou labirintiforme
não tem figura
esquemática

LEGENDA

1) - Uniaxial Simples

2) - Espinal

3) - Captaente

4) - Radial

5) - Estelar

6) } Compositos

7) }

8) - Quadrangular

9) - Irregular ou
Labirintiforme

Estradas pluriaxiais
(redes ferroviárias) {
arborescente
radial
estelar
compósita
quadrangular
irregular

Estrada *uniaxial* simples é a que só tem uma linha, sem ramais.

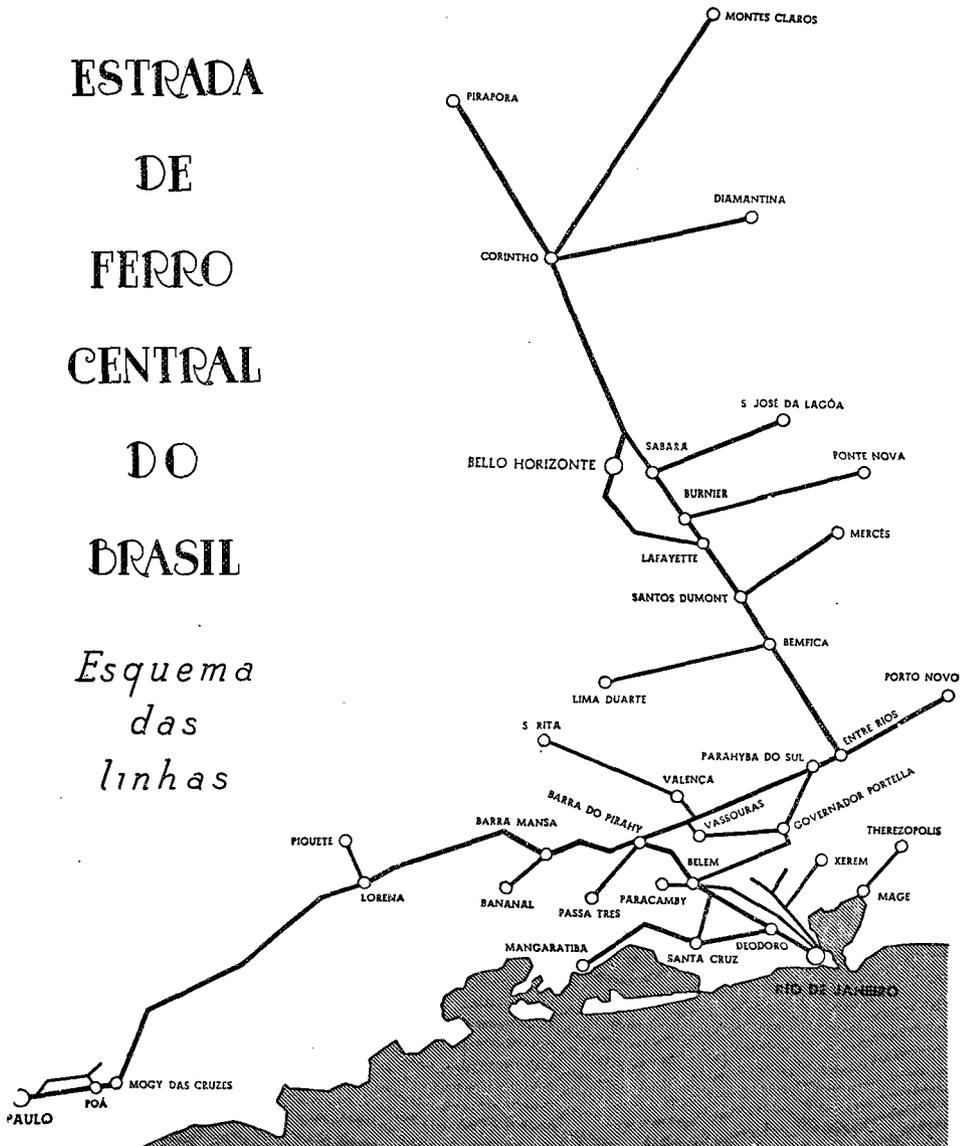
Exs: — a *E. F. Vitória-Minas*; a *E. F. Maricá*; a *E. F. Madeira-Mamoré*, etc.

Estrada *espinal* é a que tem, teoricamente, a forma de espinha de peixe: uma *linha tronco*, com ramais para ambos os lados.

Exs: — a *E. F. Sorocabana*; a *E. F. Baturité*; a *E. F. Bragança*; a linha do Centro da *E. F. Central do Brasil*, etc.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

*Esquema
das
linhas*



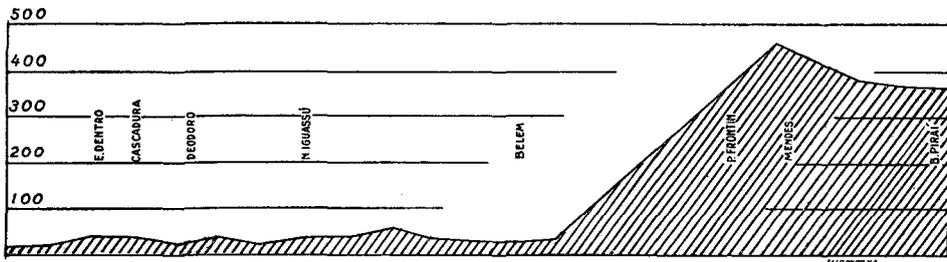
Rede *arborescente* (ou *dendroforme*), ou rede *captante* (ou de *expansão*), quando a linha principal se sub-divide e os ramais e sub-ramais se multiplicam, assumindo a rede ferroviária, em planta, esquematicamente a figura de uma árvore, com o tronco, os galhos e os ramos.

Exs: — a *E. F. Paulista*; a *Rede Sul Mineira*; a *E. F. Rio do Ouro*, etc.

Rede *radial* é a formada por linhas que partem de um *pôrto*, nos vários rumos, para a interlândia dêsse pôrto.

Exs: — as linhas que partem do Rio de Janeiro e Niterói; de Santos; de Vitória, etc.

Perfil de Rio de Janeiro á Barra do Pirai



Rede *estelar* é a constituída por tôdas as linhas que irradiam de um *centro* ferroviário importante, no interior.

Exs: — as ferrovias em tórno de S. Paulo; de Belo Horizonte; de Barra Mansa; de Barra do Pirai; de Campos, etc.

Rede *compósita*, quando se combinam dois ou mais dos tipos anteriores, isto é, quando as linhas-raios do sistema (radial ou estelar) se tornam espinais ou arborescentes, resultando um conjunto de *malhas* (retículas) de formas sensivelmente *triangulares*, umas, e *trapezoidais*, outras.

Ex: — o conjunto de tôdas as *EE. FF.* no Estado de S. Paulo.

Rede *quadrangular* é a que resulta de linhas que partem de dois ou mais *portos*, em direções sensivelmente paralelas, ligando-se por linhas transversais que, assim, formam, com as primeiras, *malhas* (retículas) aproximadamente *quadrangulares*.

Exs: — as linhas férreas dos Estados de Paraná e Santa Catarina; partindo dos portos de Paranaguá e S. Francisco.

Rede *irregular* (por vèzes, *labirintiforme*), quando o conjunto das linhas não parece ter obedecido a *nenhum princípio diretor*, definível geometricamente.

Ex. — a rede da *Leopoldina Railway*.

“A *E. F. Leopoldina* é o conjunto de vias férreas mais complicado que existe no Brasil, não só quanto à sua distribuição, como no que se relaciona com a intrincada história de cada uma das vias férreas que entram na composição da rede” (Eugênio de Sousa Brandão — “*Sinopse de Viação Férrea do Brasil*”, 1932). A primitiva *E. F. Leopoldina*, (1877) de Pôrto Novo a Cataguazes, com o ramal Vista Alegre-Leopoldina, cresceu, não só pelas construções que executou diretamente, como pela encampação de outras estradas, já construídas por outras empresas.

Mesmo o *Plano de Viação Férrea para a ligação geral dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo*, aprovado pelo De-



creto n.º 6.456, de 20 de Abril de 1907, foi apenas um título pomposo para o contrato em que a *Leopoldina* se obrigou a comprar ao Governo do Estado, a *E. F. Sul do Espírito Santo* e prolongá-la até a estação de Muniz Freire, na *E. F. de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim*.

(O tipo de que parece aproximar-se o conjunto das linhas da *Leopoldina* é o *radial compósito*, em tórno de Rio-Niterói, rumo ao quadrante nordeste).

As linhas ou redes ferroviárias podem ainda classificar-se em:

<i>Ferrovias</i>	<i>penetrantes</i> (ou <i>extensivas</i>)	}	<i>uniaxial</i> <i>espinal</i> <i>captante</i>
<i>Ferrovias</i>	<i>irradiantes</i> (ou <i>intensivas</i>)	}	<i>radial</i> <i>estelar</i> <i>compósito</i>
<i>Ferrovias</i>	<i>divagantes</i> (ou <i>dispersivas</i>)	}	<i>quadrangular</i> <i>irregular</i>

Os traçados *penetrantes* são os que se observam em regiões a desenvolver-se; — são *traçados progressivos*: — linhas de *penetração* (uniaxial simples e espinal), finalmente de *expansão*, ou *captantes* (arborescentes).

Os traçados *irradiantes*, — (ou *concentrantes*, se considerarmos o sentido centrípeto) — observam-se em regiões de grande desenvolvimento econômico e alta densidade demográfica; — são *traçados regressivos*, no sentido de que o centro maior, a princípio *irradiante*, parece, em sua evolução, atrair (reabsorver) os centros menores, ganglionarmente reunidos em tórno dele. Por outro lado, mais tarde, formam-se *ramais* tendendo a ligar êsses centros menores entre si. Êsses *ramais transversais* é que formam, com as linhas principais, as *retículas* (triangulares e trapezoidais), dando ao conjunto da rede a figura, *esquemática*, de uma teia de aranha.

Os demais traçados são denominados *dispersivos* ou *divagantes*, no sentido econômico; porque, sendo economicamente inconveniente a multiplicidade de *portos*, próximos, sua existência parece provir: a) — *histórica e geograficamente*, de *haverem os primeiros navegadores procurado, ora um, ora outro dêsses portos*, por força de circunstâncias de momento, difíceis, se não ociosas, de rememorar; b) — *moderna e economicamente*, de hesitarem (ou divagarem dispersivamente) os *produtos do interior no encaminhamento ao litoral*, sendo conduzidos ora a um, ora a outro dêsses portos.

A menor ou maior complexidade das formas corresponde a estados evolutivos das vias férreas.

Assim, nas *linhas extensivas*, a *uniaxial simples* evolue para a *espinal* e finalmente para a *arborescente* (de *expansão* ou *captante*).

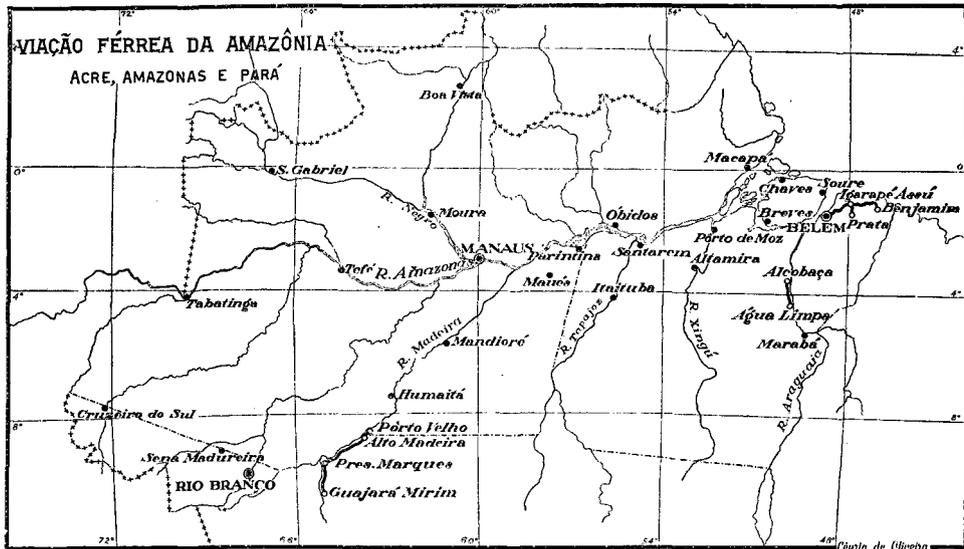
As linhas *intensivas*, formadas em tórno de um centro importante, no interior, a princípio são *radiais*; depois *estelares* e por fim *compósitas*, — verdadeiras teias intrincadas de ferrovias, umas convergentes ao *centro*, outras concêntricas a éste.

Nas próprias linhas *dispersivas*, — postas de lado as irregulares, — as *quadrangulares* (de malhas fechadas), como a *Rede de Viação Paraná-Santa Catarina*, e outras, parecem admitir um estado inicial, em que ainda não se formaram as malhas, como a *Great Western*.

As *irregulares* resultam, em geral, da fusão de vias férreas, antes isoladas, independentes, com finalidades diversas, se não opostas. Sua reunião, constituindo uma só rede, forma, por vêzes, verdadeiras alças ou lacetes, anti-econômicos.

DISTRIBUIÇÃO DAS FERROVIAS PELAS REGIÕES GEO-ECONÔMICAS

No primeiro capítulo dêste ensaio justificamos nossa preferência pela seguinte divisão do Brasil em 8 regiões geo-econômicas, caracterizadas quanto possível, à falta de melhor delimitação, pelos Estados de condições morfo-clímato-botânicas semelhantes:



- I — *Amazônia*: — Acre, Amazonas e Pará.
- II — *Meio-norte*: — Maranhão e Piauí.
- III — *Nordeste*: — Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
- IV — *Meio-sudeste*: — Sergipe e Baía.
- V — *Este*: — Espírito Santo, Estado do Rio, Distrito Federal e Minas Gerais.
(Minas pode dizer-se o *centro-este*).

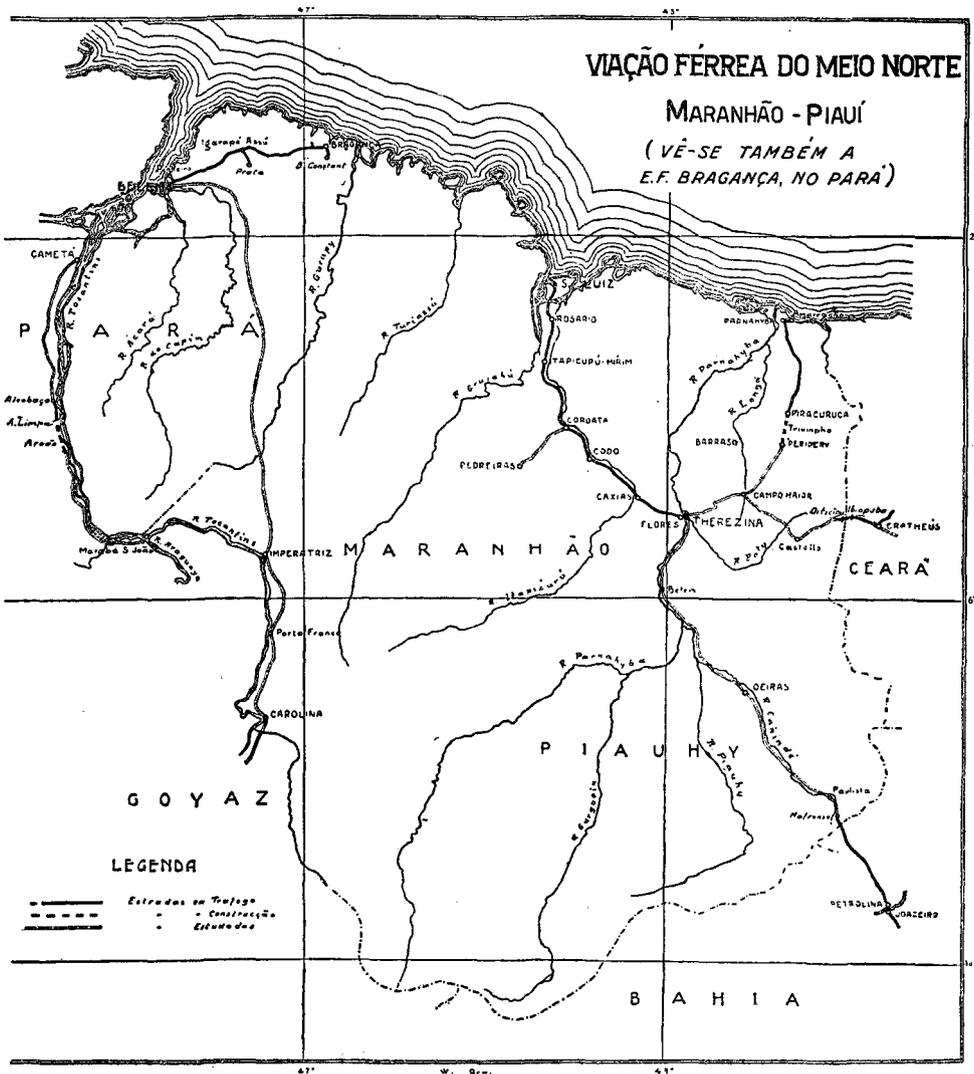
VI — *Meio-sul*: — São Paulo.

VII — *Sul*: -- Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Podendo desta-car-se êste último como *Extremo-Sul*)

VIII — *Centro*: — Mato Grosso e Goiaz (Mato Grosso é o *centro-oeste*).

Os nomes de *Meio-norte*, *Meio-sudeste* e *Meio-sul* para as regiões II, IV e VI, a que havíamos chamado apenas *zonas de transição*, são devidos ao Dr. Valdir Niemeyer (*“As regiões geo-econômicas do Brasil”*, “Jornal do Comércio”, Rio, Dez. 1939).

A *quilometragem ferroviária*, a 1.º de Janeiro dêste ano (1940), segundo dados que nos foram fornecidos pelo eng. Valter Luz, da Inspe-toria Federal das Estradas, — distribue-se por essas regiões, conforme o quadro junto:

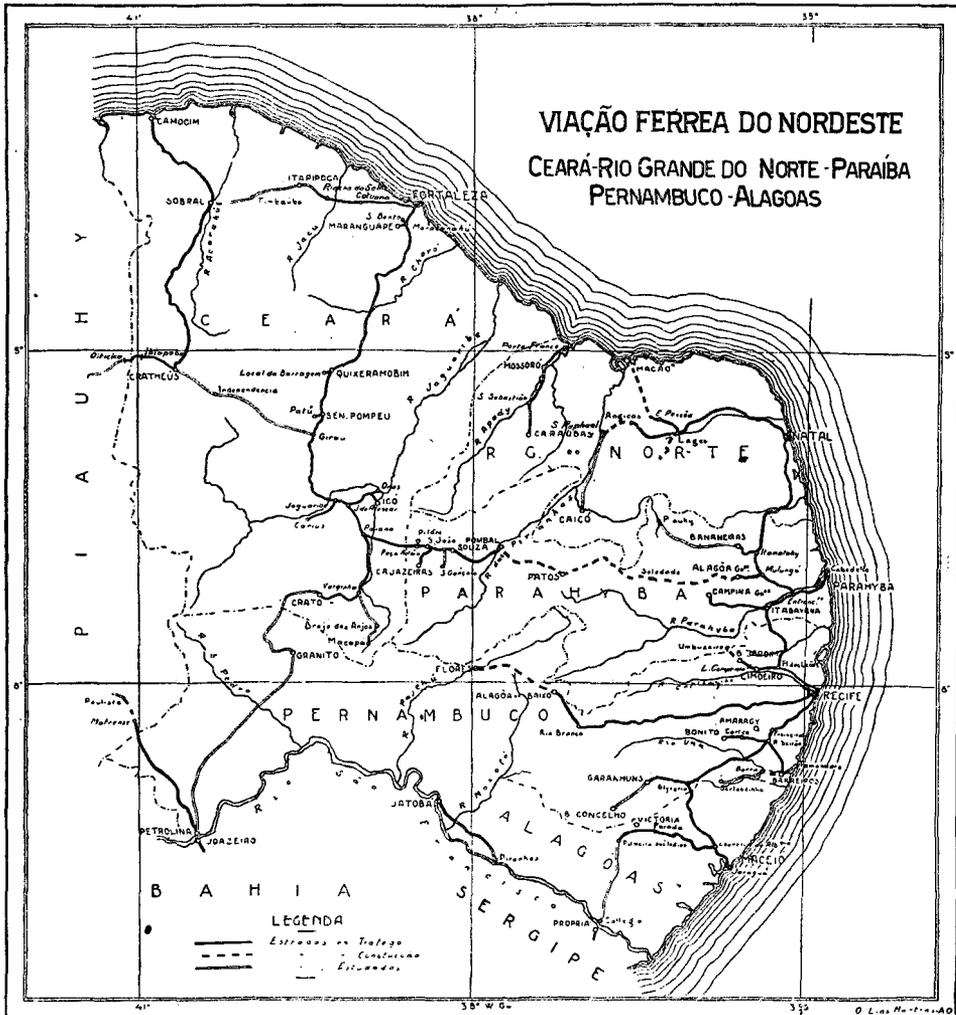


EXTENSÃO FERROVIÁRIA NO BRASIL

Estado e Regiões	EE.FF. (kms)	% ref. ao Brasil
------------------	-----------------	------------------

I — AMAZÔNIA:

Acre	—	
Amazonas	5	
Pará	376	
Amazônia	381	1,11 %



II — MEIO-NORTE:

Maranhão	449	
Piauí	247	
Meio-Norte	696	2,00 %

III — NORDESTE:

Ceará	1.240
Rio Grande do Norte	519

Estado e Regiões	EE.FF. (kms)	% ref. ao Brasil
Paraíba	489	
Pernambuco	1.082	
Alagoas	346	
Nordeste	3.676	10,74 %

IV — MEIO-SUDESTE:

Sergipe	303	
Baía	2.164	
Meio-Sudeste	2.467	7,20 %

V — Este:

Espírito Santo	744	
Rio de Janeiro	2.708	
Distrito Federal	142	
Minas Gerais	8.160	
Este	11.754	34,34 %



VIACÃO FÉRREA DO ESTE

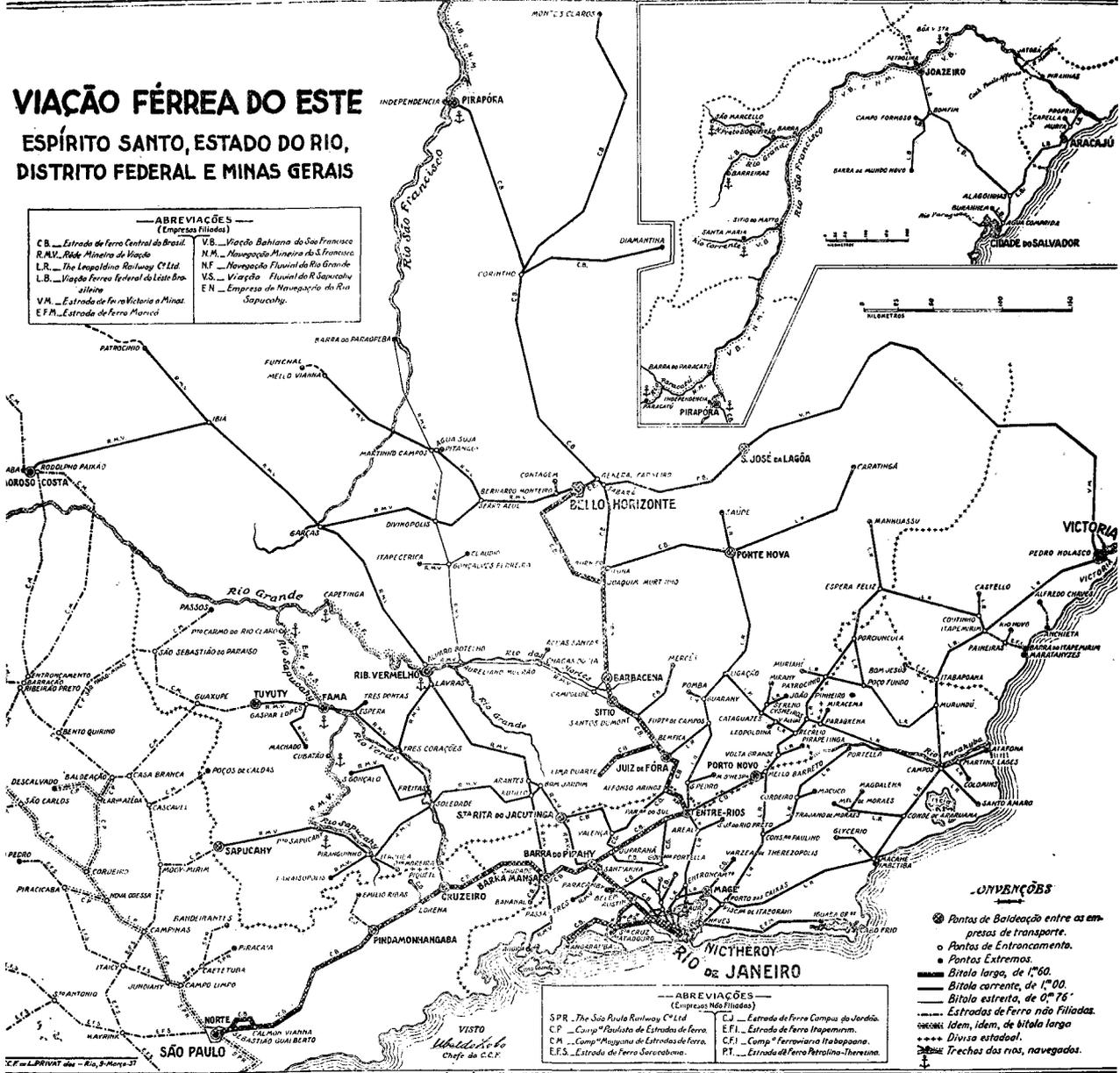
ESPÍRITO SANTO, ESTADO DO RIO, DISTRITO FEDERAL E MINAS GERAIS

ABREVIACÕES

(Empresas Filiaidas)

C.B. — Estrada de Ferro Central do Brasil.
 R.M.V. — Rede Mineira de Viação.
 L.R. — The Leopoldina Railway Co Ltd.
 L.B. — Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro.
 V.M. — Estrada de Ferro Victoria a Minas.
 E.F.M. — Estrada de Ferro Marcopolo.

V.B. — Viação Bahiana do São Francisco.
 N.M. — Navegação Mineira do S. Francisco.
 N.F. — Navegação Fluvial do Rio Grande.
 V.S. — Viação Fluvial do Rio Sapucahy.
 E.N. — Empresa de Navegação do Rio Sapucahy.



CONVENÇÕES

- Pontos de Baldeação entre as empresas de transporte.
- Pontos de Entrocamento.
- Pontos Extremos.
- Bitola larga, de 1^m 50.
- Bitola carrente, de 1^m 00.
- Bitola estreita, de 0^m 76.
- Estradas de Ferro não Filiaidas.
- Idem, idem, de bitola larga.
- ++++ Diviso estadual.
- ~ Trechos dos rios, navegados.

ABREVIACÕES
(Empresas Não Filiaidas)

SPR — The São Paulo Railway Co Ltd.
 E.F. — Estrada de Ferro Itapetininga.
 C.F. — Companhia Brasileira de Estradas de Ferro.
 C.M. — Comp^a Mineira de Estradas de Ferro.
 E.F.S. — Estrada de Ferro Sorocabana.

CEI — Estrada de Ferro Campos do Jordão.
 E.F.L. — Estrada de Ferro Leopoldina.
 C.F.I. — Comp^a Ferroviária Itabapoana.
 P.T. — Estrada de Ferro Petróleo-Theremin.

C.F. — L.P.RIVAT des - Rio, 9-Max-37

Estado e Regiões	EE.FF. (kms)	% ref. ao Brasil
VI — MEIO-SUL:		
São Paulo	7.447	
Meio-Sul	7.447	21,75 %
VII — SUL:		
Paraná	1.566	
Santa Catarina	1.193	
Rio Grande do Sul	3.490	
Sul	6.249	18,25 %
VIII — CENTRO:		
Goiaz	385	
Mato Grosso	1.170	
Centro	1.555	4,54 %
BRASIL		100 %

REDES — ESTRADAS ISOLADAS — PORTOS SERVIDOS POR VIAS FÉRREAS

A essas regiões geo-econômicas, excetuada a Amazônia, correspondem redes ferroviárias, umas já constituídas, e outras em visível evolução para esse objetivo.

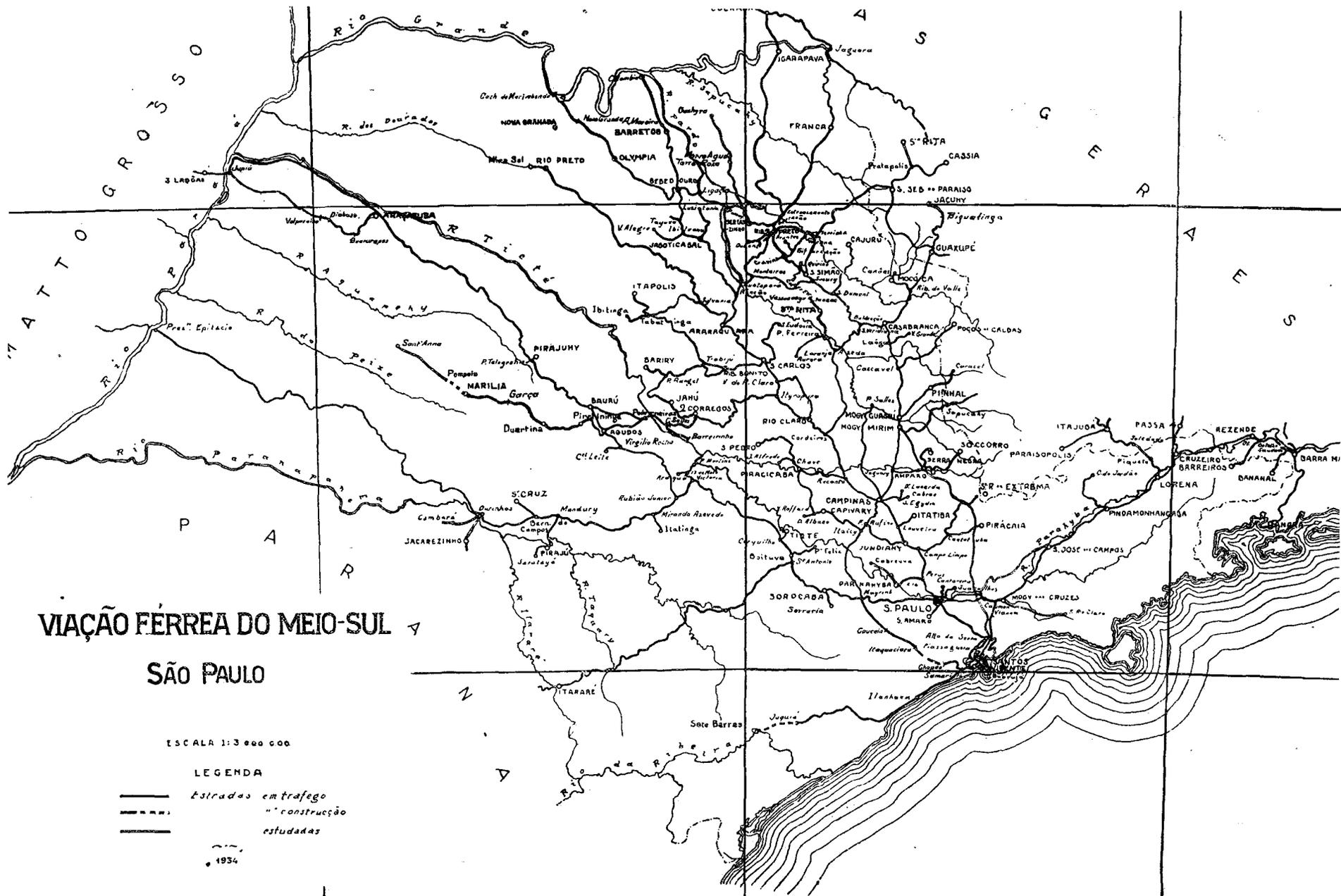
Sem discriminarmos proprietários, ou regimens contratuais, mas atendendo apenas às articulações de umas vias férreas, partindo do litoral, com outras, no interior, podemos distinguir, *do sul para o norte*, as seguintes redes:

- 1) — *Rede Sul-Riograndense;*
- 2) — *Rede Paraná-Catarinense;*
- 3) — *Rede Paulista-Matogrossense;*
- 4) — *Rede Mineira-Fluminense, atingindo o Espírito Santo.*

Tôdas estas 4 redes estão ligadas entre si e com o Rio de Janeiro. A ligação do Rio Grande do Sul a São Paulo, é feita pela *V. F. Paraná-Santa Catarina*. A ligação São Paulo-Mato Grosso é feita pela *E. F. Noroeste do Brasil*. A ligação de São Paulo e Minas à cidade do Rio de Janeiro pela *E. F. Central do Brasil*. A ligação Minas-Rio-Estado do Rio-Espírito Santo pela *The Leopoldina Railway C^o*. A ligação Minas-Goiaz, pela *E. F. de Goiaz*.

- 5) — *Rede Baiana, a que se prende Sergipe.*

6) — *Rede Nordestina, de Alagoas ao Rio Grande do Norte, é constituída pela The Great Western of Brazil Railway C^o.*



VIAÇÃO FÉRREA DO MEIO-SUL

SÃO PAULO

ESCALA 1:3 000 000

LEGENDA

-  Estradas em tráfego
-  " " construção
-  estudadas

1934

7) — *Rede Cearense* — E' ainda imprópria a denominação de *Rede*, pois as duas estradas de *Baturité* e de *Sobral*, a que se dá esse nome conjunto, ainda não estão ligadas. A *Rede Cearense* ligar-se-á à rede nordestina, de que é parte integrante.

8) — As estradas do Piauí, desenvolvidas, ligar-se-ão em Teresina, às do Maranhão, formando, assim, a rede do *Meio-Norte*.

Estradas isoladas — Além da *Sobral*, da *Baturité*, da *Mossoró* (no Rio Grande do Norte, esta) e da *S. Luiz-Teresina* (no Maranhão), há a *E. F. Madeira-Mamoré*, em Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia e o Amazonas, inteiramente isolada; a de *Bragança*, no Pará; a de *Ilhéus-Conquista* e a *E. F. Baía-Minas*, no Estado da Baía; a Central do Piauí e algumas outras de menor importância.

PORTOS DE ONDE PARTEM ESTRADAS DE FERRO

Pôrto Velho, no Rio Madeira, ponto inicial da *E. F. Madeira-Mamoré*, que termina em Guajará-Mirim, pôrto do Rio *Mamoré*.

Belém, no Pará, ponto inicial da *E. F. Bragança*, que parece destinada a se tornar, prolongada, a ligação das capitais Belém e S. Luiz.

S. Luiz, no Maranhão, dá início a *E. F. S. Luiz-Teresina*, que já atingiu esta última cidade, capital do Estado do Piauí. Tem 450 kms. Dêsse ponto ligar-se-á futuramente com a *E. F. Sobral*, para leste, e com a *E. F. Petrolina-Teresina*, para o sul.

Amarração, no Piauí, é o início da *E. F. Central do Piauí*, que tem, por enquanto, apenas 191 kms, mas que descera para o sul a ligar-se com o futuro braço *Teresina-Crateús* (êste último ponto na *E. F. Sobral*).

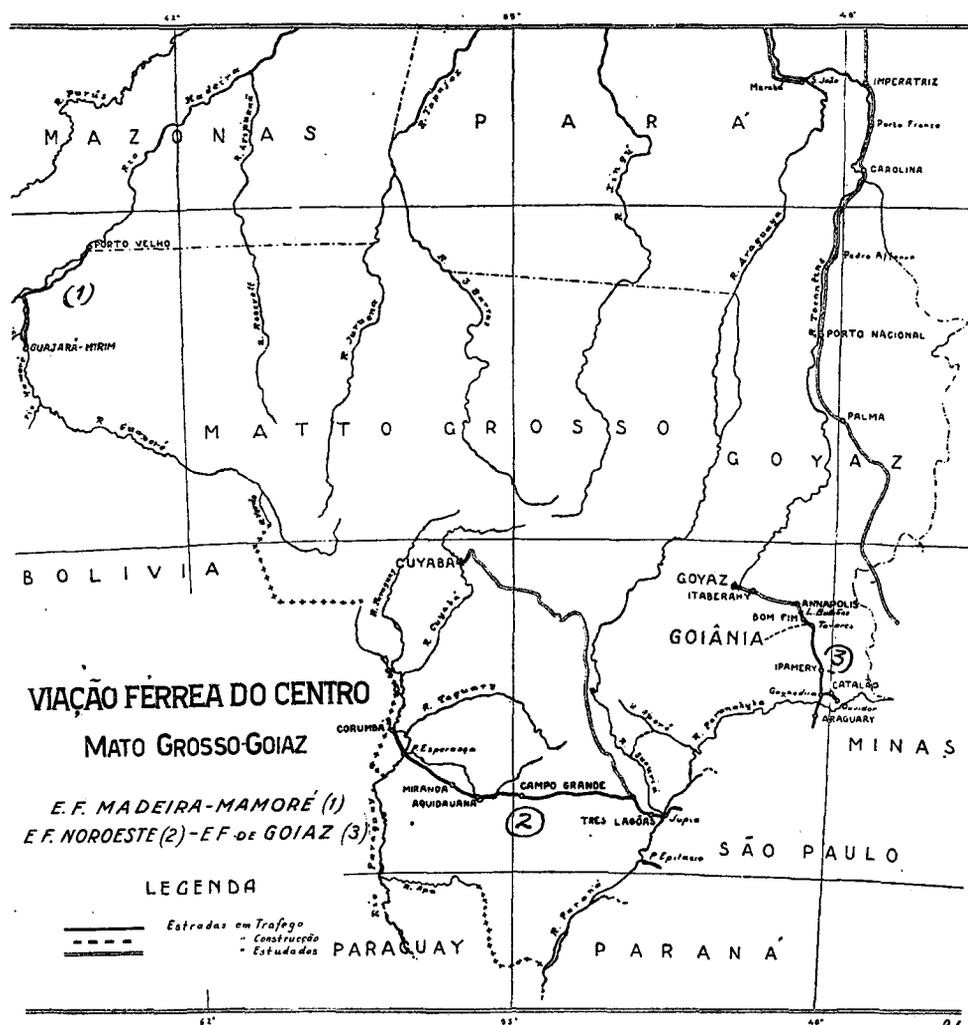
Camocim, no Ceará, é o comêço da *E. F. Sobral*, que tende a ligar-se com a *S. Luiz-Teresina*, a oeste, e a *E. F. Baturité*, a leste, pelo ramal de *Itapipoca*.

Fortaleza, no Ceará, de onde parte a *E. F. Baturité*, descendo o Estado de norte ao sul, até Crato, e com um ramal de Paiano para Sousa, na Paraíba, que tenderá a prolongar-se até ligação com o trecho da *Great Western*, que parte da capital do Estado da Paraíba e vai a Campina Grande.

Areia Branca, no Rio Grande do Norte, de onde parte a *E. F. Mossoró*, que tende a ligar-se no braço Sousa-Campina Grande.

Natal, no Rio Grande do Norte. Daí parte a *E. F. Central do Rio Grande do Norte*, com 221 kms, no sentido leste-oeste, e um ramal da *Great Western*, para o sul, para Recife, depois de atravessar o Estado da Paraíba.

Dos portos de *Cabedelo* (Paraíba), *Recife* (Pernambuco), e *Jaraguá* (Alagoas) partem linhas da *Great Western*, cuja principal sai de Recife no sentido transversal ao Estado de Pernambuco.



De Aracajú (Sergipe) e de S. Salvador (Baía) partem linhas da *Viação F. F. Leste Brasileiro*. Essa Rede radial em torno de S. Salvador, estende um braço para noroeste, até Juazeiro, defronte de Petrolina (Pernambuco), de onde parte a *E. F. Petrolina-Teresina*, demandando êsse último ponto no Piauí, mas de que está ainda muitíssimo distante.

Ilhéus, na Baía, é o começo da *E. F. Ilhéus-Conquista*, com 127 kms, servindo uma região produtora de cacau.

De *Caravelas*, na Baía, parte a *E. F. Baía-Minas* com 536 kms em direção a Arassuaí, no Estado de Minas Gerais.

De *Vitória*, no Espírito Santo, partem a *E. F. Vitória-Minas*, demandando Itabira, em Minas Gerais, e ligando-se com o ramal de Santa Bárbara, da *E. F. Central do Brasil*. De *Vitória* para o sul, ligando-a com o Rio de Janeiro, desce uma das linhas da *Leopoldina Railway*.

De Barra do *Itapemirim*, no Espírito Santo, parte a *E. F. Itapemirim*, que vai a Cachoeiro do Itapemirim, com 52 quilômetros.

De *S. João da Barra* e de *Macaé*, no Estado do Rio, partem linhas da *Leopoldina*.

De *Niterói*, parte uma linha da *Leopoldina* demandando Campos e Vitória, e outra linha para Minas. De *Niterói* também parte uma pequena estrada, a *E. F. Maricá*, que atinge Cabo Frio, servindo à região salinosa fluminense.

Da cidade do *Rio de Janeiro* partem a *E. F. Central do Brasil*, rumo São Paulo e Minas; a *E. F. Teresópolis*, que visa a esta cidade serrana; a *Leopoldina Railway*, que passa em Petrópolis e segue para Minas. A *Central do Brasil* estende um braço até o pequeno pôrto de *Mangaratiba*.

Angra dos Reis, no Estado do Rio, é hoje a porta marítima da *E. F. Oeste de Minas*, que cruzando a *E. F. Central do Brasil* em Barra Mansa, penetra em Minas Gerais, destino Belo Horizonte para o norte e Uberaba, no Triângulo Mineiro, para noroeste.

Do pôrto de *Santos*, parte a *S. Paulo Railway*, que na capital do Estado estabelece a ligação com toda a rede paulista. De Santos, para o sul, parte a linha *Santos-Juquiá*, com 102 kms pertencente a *E. F. Sorocabana*. E ainda a linha *Santos-Mayrinck* da *Sorocabana*.

Do *Paranaguá* e *Antonina*, no Estado do Paraná partem linhas da *Viação Paraná-Santa Catarina*, que vão entroncar-se com a linha principal em Ponta Grossa, depois de haver servido à capital do Estado (Curitiba).

De *S. Francisco*, em Santa Catarina, parte outra linha da *Paraná-Santa Catarina*, que vai entroncar-se na linha principal em Pôrto União.

A *Itajaí*, em Santa Catarina, servirá o prolongamento da *E. F. Santa Catarina*, de Blumenau para o litoral.

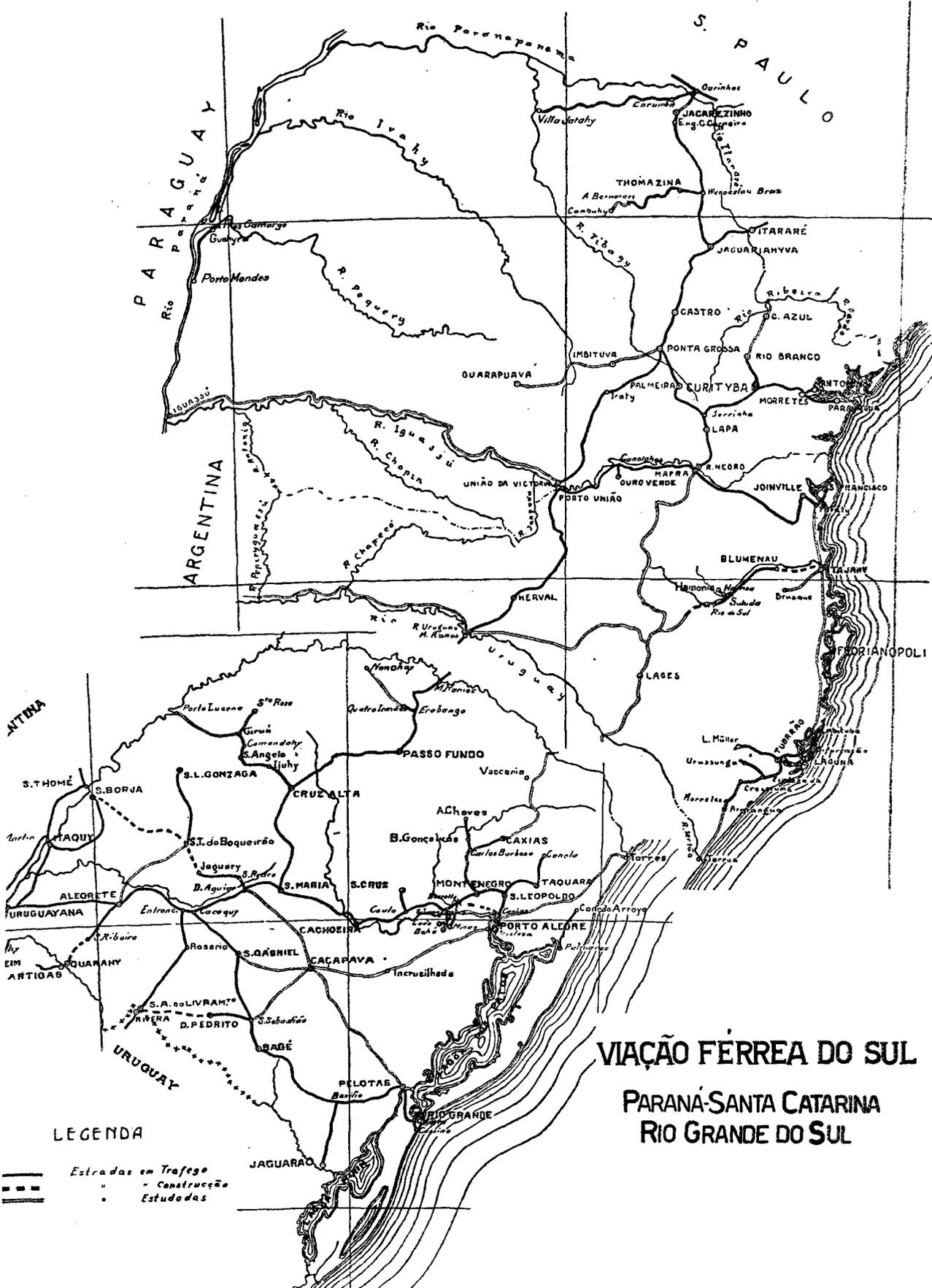
A *Imbituba* e a *Laguna*, em Santa Catarina, servem as linhas férreas ditas estradas de carvão: *E. F. Teresa Cristina*, com 243 kms.

Os portos do Rio Grande do Sul, quer o marítimo do *Rio Grande* quer os interiores, *Pelotas* e *Pôrto Alegre*, são servidos pelas linhas da *Rede de Viação Férrea do Estado*.

Pôrto Esperança, no rio *Paraguai*, é servido pela *E. F. Noroeste do Brasil*.

Jupia, no rio *Paraná*, também é servido pela *Noroeste*.

Pôrto Tibiriçá, no rio *Paraná*, é servido pela *E. F. Sorocabana* (est. de Presidente Epitácio).



VIACÃO FÉRREA DO SUL
PARANÁ-SANTA CATARINA
RIO GRANDE DO SUL

LEGENDA

- Estradas em Tráfego
- - - " " Construção
- · · " " Estudadas

GRANDES, MÉDIAS E PEQUENAS ESTRADAS

Das várias classificações instituídas pela Estatística da Inspetoria Federal das Estradas, a que se relaciona com a natureza dêste ensaio é a *classificação econômica*, pela renda bruta anual, em três categorias: *empresas de 1.^a categoria*, quando a renda é superior a 20.000 contos; *2.^a categoria*, quando fica entre 5.000 e 20.000 contos; e *3.^a categoria*, quando é inferior a 5.000 contos.

Segundo a última Estatística publicada, referente a 1937, há 11 estradas de 1.^a categoria, 6 de segunda e as demais de terceira.

Poderíamos também classificar as redes ferroviárias, por sua extensão quilométrica, em *grandes, médias e pequenas*.

Grandes Estradas — as de mais de 1.000 kms.

Estradas médias — entre 300 e 1.000 kms.

Pequenas Estradas — as inferiores a 300 kms.

Pela mesma estatística, temos, atualmente:

GRANDES ESTRADAS:

1 Rede Mineira de Viação	3.893 kms
2 Viação F. do Rio Grande do Sul	3.336 "
3 E. F. Central do Brasil	3.168 "
4 Leopoldina Railway	3.086 "
5 E. F. Sorocabana	2.100 "
6 Rede V. Paraná-Santa Catarina	2.025 "
7 Cia. Mogiana de EE. FF.	1.958 "
8 Viação F. Federal do Leste Brasileiro	1.813 "
9 Great Western of Brazil Railway	1.758 "
10 Cia. Paulista de EE. FF.	1.510 "
11 E. F. Noroeste do Brasil	1.460 "
12 Rede de Viação Cearense	1.368 "

A *Rede Cearense* e a *Leste* são, economicamente, de 2.^a categoria. Tôdas as mais são de *primeira*.

ESTRADAS MÉDIAS:

1 E. F. Vitória a Minas	561 kms
2 E. F. Baía e Minas	536 "
3 E. F. S. Luiz-Teresina	450 "
4 E. F. Goiás	438 "
5 E. F. Madeira-Mamoré	366 "
6 E. F. Araraquara	300 "

A *Vitória-Minas*, a *Goiás* e a *Araraquara* são de 2.^a categoria econômica, as outras três são de 3.^a categoria.

ESTRADAS PEQUENAS:

1 E. F. de Bragança	293 kms
2 E. F. do Dourado	289 "

3	E. F. Nazaré	287	"
4	S. Paulo Railway	247	"
5	E. F. D. Teresa Cristina	243	"
6	E. F. S. Paulo-Paraná	236	"
7	E. F. Central do Rio Grande do Norte	221	"
8	E. F. Central do Piauí	191	"
9	E. F. Petrolina-Teresina	189	"
10	E. F. S. Paulo-Minas	180	"
11	E. F. Mossoró	174	"
12	E. F. Maricá	157	"
13	E. F. S. Paulo-Goiáz	148	"
14	E. F. Ilhéus a Conquista	127	"
15	E. F. Santa Catarina	114	"

Dessas pequenas estradas, a *S. Paulo Railway* economicamente, é da 1.^a categoria; a *S. Paulo-Paraná*, de 2.^a e as demais de 3.^a.

Há ainda 22 ferrovias de menos de 100 kms, de utilidade meramente local, sem outro sentido econômico, que justifique mencioná-las aqui.

DISTRIBUIÇÃO PELOS ESTADOS

As nossas densidades ferroviárias, quer estática, quer dinâmica, (ou seja, referida à superfície, ou à população), são ainda diminutas.

Além disso, a distribuição das vias férreas é muito desigual. Não desceremos, aqui, à análise das causas complexas desses fatos. Apenas faremos nossas, algumas palavras do eng. Eugênio de Sousa Brandão (*op. cit.*): "Mais da metade (55,5 %) do comprimento das estradas de ferro que serpeiam pelo solo brasileiro está distribuída por Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul; a soma das áreas desses estados é inferior à área do Pará", que, no entretanto, possui apenas, 376 kms de vias férreas. "Dez estados, em extensão ferroviária, estão na casa dos milhares; nove esforçam-se por sair da casa das centenas; Amazonas rasteja com seus cinco quilômetros; no Território do Acre, a estrada de ferro não existe; quando por lá aparecer será obra de milagre ou de heroísmo".

Tratemos, agora, de cada Estado, na ordem decrescente da quilometragem ferroviária.

1 — MINAS GERAIS — (8.160 kms) — A rede está cerrada no sudoeste do Estado. Presentemente o norte está desprovido de estradas de ferro, sendo pobre o noroeste. Existe, entretanto, um "plano de viação férrea de Minas Gerais", delineado por uma comissão de técnicos conhecedores do Estado.

2 — SÃO PAULO — (7.447 kms) — Do oriente até a parte central do Estado a rede ferroviária é mais ou menos fechada. Ao ocidente chegam a *E. F. Noroeste* e a *E. F. Sorocabana* por sua linha principal, que tem termo na estação Presidente Epitácio. (Pôrto Tibiriçá,

na barranca do rio *Paraná*). Parte da região norte-noroeste, carece ainda de estradas.

3 — RIO GRANDE DO SUL — (3.490 kms) — As linhas, em geral, estão lançadas satisfatoriamente; é preciso apenas que se construam, progressivamente, novas estradas ligadas às existentes, afim de a rede se ir cerrando mais. O Estado já firmou também o seu “plano de viação”, com as linhas principais que convém construir para melhorar os transportes.

4 — RIO DE JANEIRO — (2.708 kms) — As linhas principais formam uma rede radial. Contam-se a linha de Vitória (nordeste) ou a linha do litoral, — a linha de Manhauassú (nor-nordeste), — a linha da Saúde (norte); no quadrante noroeste entram a *Rio do Ouro* e a *Central do Brasil*.

5 — BAÍA — (2.164 kms) — Em relação à extensão, a Baía é pobre de estradas de ferro. O noroeste, o ocidente e o sul não as possuem; existe apenas a *E. F. Baía-Minas*, que tem seu comêço em Caravelas e atravessa a ponta sul baiana nas vizinhanças da fronteira espiritosantense. A Capital do Estado, está ligada por via férrea, com Aracajú, capital de Sergipe.

6 — PARANA' — (1.566 kms) — A linha principal da *V. F. Paraná-Santa Catarina* percorre o Estado de norte a sul, mais perto da costa que do centro. Do meio dessa linha norte-sul parte a *E. F. Paraná*, que vai à costa, e dá uma derivação que se dirige à raia catarinense. O centro e o ocidente do Estado estão desprovidos de estrada de ferro. (A não ser a pequenina ferrovia da *Cia. Mate Laranjeira*, na fronteira).

7 — CEARA' — (1.240 kms) — A *E. F. Baturité* alonga-se do norte ao sul até as proximidades da fronteira pernambucana. A *E. F. Sobral* serve metade do ocidente do Estado. Mas na parte central, compreendida entre essas duas ferrovias, não existe estrada de ferro. Há apenas, inacabada, a ligação Fortaleza-Sobral, conhecida como *ramal de Itapipoca*, um dos pontos de passagem.

8 — SANTA CATARINA — (1.193 kms) — A *V. F. Paraná-Santa Catarina* atravessa o Estado do norte ao sul, sensivelmente pelo meio dêste. Um ramal dessa estrada parte para a costa, acompanhando as sinuosidades do rio *Iguassú*, do qual só se afasta ao aproximar-se do pôrto de São Francisco, no Atlântico. Na parte leste existem estradas ainda de pequena extensão: a *E. F. de Santa Catarina*, tendendo para o pôrto de Itajaí e a *E. F. D. Teresa Cristina*, ao sul, na região carbonífera do Estado, servida pelos portos de Laguna e Imbituba.

9 — MATO GROSSO — (1.170 kms) — Há na parte ocidental do Estado, e nas imediações da fronteira norte, uma estrada de extensão pequena (366 kms) em relação à vastidão da superfície do Estado; a *E. F. Madeira-Mamoré* acompanha pela margem direita os caprichos do trecho encachoeirado do rio *Madeira*. Ao sul e perto da fronteira

paraguaia, estende-se do oeste para este outra estrada, a *Noroeste do Brasil*, que se liga ao sistema ferroviário paulista.

10 — PERNAMBUCO — (1.082 kms) — O Estado muito se estende para o ocidente; expande-se pouco de norte a sul e fartamente, do nascente para o poente. A região, nas vizinhanças do litoral, está servida de norte a sul pela *E. F. Great Western*, que dá um ramo para o ocidente; êsse ramo ocidental serpenteia pelo norte do Estado rasando a divisa paraibana. O interior do Estado não possui estrada de ferro. Pela ponta sudoeste passa a *E. F. Petrolina-Teresina*.

11 — ESPÍRITO SANTO — (744 kms) — As estradas de ferro *Leopoldina* e *Vitória-Minas*, que servem à capital (Vitória), tomam as direções seguintes: a primeira procura o Estado do Rio de Janeiro, a segunda dirige-se para o ocidente afim de penetrar em Minas Gerais. Ao norte corre a pequena *E. F. de S. Mateus*.

12 — RIO GRANDE DO NORTE — (519 kms) — A *E. F. Great Western* serve o litoral até Natal, capital do Estado. Da Capital parte uma estrada que se dirige para o centro do Estado, a *E. F. Central do Rio Grande do Norte*. Pelo ocidente, e no rumo sul, a *E. F. Mossoró*, que, quando ligada aos sistemas do sul, ativará a região ocidental norte-riograndense até Mossoró.

13 — PARAÍBA — (489 kms) — A faixa litoral está servida por via férrea; uma ramificação da *E. F. Baturité* já invadiu o ocidente e segue rumo racional procurando a costa. O delineamento geral das estradas é bom; convém prosseguir-se a construção da linha do centro até Campina Grande, onde chega a *E. F. Great Western*.

14 — MARANHÃO — (449 kms) — A via férrea que, partindo de São Luiz, chega à margem esquerda do rio *Parnaíba*, defronte de Teresina, mantém comunicações fáceis entre as duas capitais; mas sua posição não permite que concorra para o desenvolvimento da parte central do Estado; necessário portanto, que se construam progressivamente outras estradas que sirvam o interior.

15 — GOIAZ — (385 kms) — Pelo sul do Estado penetra uma estrada de ferro, em direção à antiga capital (Goiaz) que não chegou a alcançar. Mudada a capital para *Goiânia*, mais ao sul, isso influirá no rumo que tomará o prolongamento da *E. F. de Goiaz*.

16 — PARA' — (376 kms) — A *E. F. Bragança*, ao NE do Estado, nada é em relação à extensão territorial dêste, que ultrapassa a soma das áreas da França, Espanha e Itália. Além dessa, existe uma estrada de ferro com 82 kms, construída à margem esquerda do rio *Tocantins*; remanescente oneroso de uma concessão que caducou, em 1920, falida a companhia.

17 — ALAGOAS — (346 kms) — O Estado é servido, em parte, pela *E. F. Great Western*; a linha de Palmeira dos Índios o ligará à

rede baiana através de Sergipe. O ocidente está completamente desprovido de vias férreas.

18 — SERGIPE — (303 kms) — Apenas a região litoral é dotada de estrada de ferro ligada à rede baiana.

19 — PIAUÍ — (247 kms) — Há três estradas de ferro que se dirigem para Teresina, capital do Estado: a *Central do Piauí* que parte do norte; o prolongamento da *E. F. Sobral* que entra pelo oriente e a *E. F. Petrolina*, pelo sudeste.

20 — DISTRITO FEDERAL — (142 kms) — Há um feixe de estradas de ferro partindo do centro da cidade (Rio de Janeiro) em direção ao NW: a *E. F. Central do Brasil*, a *E. F. Rio do Ouro*, a *Linha Auxiliar* e a *E. F. Leopoldina*, esta rumando, logo ao transpor as divisas do Distrito, para N e NE. Um ramal da *E. F. C. B.* vai a Santa Cruz e ao aeroporto Bartolomeu de Gusmão. Essas estradas acompanham, mais ou menos, dois lados do retângulo carioca. Mais da metade, porém, da área do Distrito, a que fica voltada para o oceano, não tem estrada de ferro, apenas *carrís urbanos*, aqui chamados *bondes*. Há contudo duas minúsculas vias férreas de turismo: a *E. F. do Corcovado* e o Caminho Aéreo (funicular) do Pão de Açúcar.

21 — AMAZONAS — (5 kms) — E' apenas o trecho inicial da *E. F. Madeira-Mamoré*, partindo de Pôrto Velho, à margem direita do *Madeira* e dirigindo-se à antiga vila de Santo Antônio do Madeira, já em Mato Grosso.

A propósito escreveu Sousa Brandão (op. cit.): “despertam a curiosidade cinco quilômetros de estrada de ferro no Estado do Amazonas, cuja área contém com largueza a soma das áreas de 13 Estados, mais o Território do Acre e Distrito Federal, não figurando, nos treze, Maranhão, Pará, Mato Grosso, Goiaz, Baía e Minas. Apesar de a rede fluvial de tóda a Amazônia ser maravilhosamente grande, a estrada de ferro, transpondo rios, distendendo-se pelas terras firmes, que são enormes, será o fator por excelência para levar de regiões centrais e remotas o que necessitam para o desenvolvimento delas, e conduzir aos centros de exportação e consumo ativos o que produzirem”.

22 — ACRE — Não possui estrada de ferro, e certamente só remotamente conseguirá ter seu território (si o tiver algum dia) servido por via férrea. Os transportes que, até pouco, se faziam exclusivamente por via fluvial, já se fazem, em parte, por via aérea.

VIAS FÉRREAS NA FAIXA DAS FRONTEIRAS

Limitando-se o Brasil com as *três Guianas* (Francesa, Holandesa e Inglesa) e mais *sete* países hispano-americanos (Venezuela, Colômbia, Perú, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai), a linha divisória tem 16.281 kms de extensão (*Anuário do Inst. de Estat.* 1938).

A Constituição (art. 165) define faixa das fronteiras, uma largura territorial de 150 kms ao longo dessa linha divisória.

Distinguiremos, aqui:

- a) — ferrovias que correm ao longo da faixa das fronteiras.
- b) — ferrovias que convergem para a linha divisória.

a) — *Ferrovias nas fronteiras:*

1) — *E. F. Madeira-Mamoré* (ao N. de Mato Grosso), desde Presidente Marques (km 220, antigo Abunã) até Guajará-Mirim (km 366), — ao longo da faixa fronteira com a Bolívia.

2) — *E. F. Mate Laranjeira* (no Estado do Paraná), de Pôrto Mendes a Guaíra, 68 kms de extensão, à margem esquerda do Paraná, — na faixa de fronteira com o Paraguai.

3) — A linha *Quaraim, Uruguiana, Itaquí, S. Borja*, da V. F. Rio Grande do Sul, à margem do rio *Uruguai* na fronteira com a Argentina.

6) — *Ferrovias para as fronteiras*

1) — *E. F. Brasil-Bolívia*, em construção, a partir de Corumbá (Brasil), devendo terminar em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia): simples prolongamento internacional da E. F. Noroeste do Brasil e trecho da futura *transcontinental sul-americana Santos-Arica*. (*Santos*, pôrto no Atlântico, *Arica* no Pacífico).

2) — As linhas *São Tiago do Boqueirão — S. Borja e Alegrete-Uruguiana*, da V. F. Rio G. do Sul — convergindo para a fronteira argentina.

3) — As linhas *Uruguiana-Quaraim, Entroncamento-Rosário-Santana e Basílio-Jaguarão*, da V. F. F. R. G. S. — convergindo para a fronteira do Uruguai.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Dans ce numéro, l'ingénieur Moacir F. Silva, Consulteur Technique du Conseil National de Géographie, poursuit son travail sur la géographie des transports au Brésil. Il commence le chapitre VI (circulation interne actuelle) écrivant sur les "LIGNES DE CHEMIN DE FER".

Considérant les tracés de voies ferrées dépendants du relief du terrain, il affirme, citant quelques auteurs, que les aspects des profils des tracés (suave, ondulé ou dentelé) sont exclusivement dépendants des difficultés opposées par le sol.

Il analyse l'hypsométrie brésilienne, — pays de plateaux ou de grandes landes (chapadões) pour les cinq huitièmes de sa superficie à peu près, et de plaines et plaines basses pour les trois huitièmes restants. — Il divise les lignes de chemin de fer du Brésil en: lignes de *plaine basse*, jusqu'à 50 mètres d'altitude; *lignes de plaine*, jusqu'à 200 mts.; *lignes de montée de plateau*, les cotes de 200 à 500 mts.; *lignes de plateau*, entre 500 et 800 mts.; *lignes de landes*, se développant à des altitudes supérieures à 800 mts.; *lignes de montagne*, inscrites en terrains accidentés et de petit développement, dont l'altitude soit supérieure à 500 mts. au-dessus de la côte minima. et, finalement, *lignes ou intervalles de cime*, celles d'altitude supérieure à 1.200 mètres. De chaque classe il cite un ou plusieurs exemples, tous du Brésil.

Se référant aux formes qu'assument, sur un plan, les tracés ferroviaires, il démontre comme ils dependent de l'état évolutif de la région traversée, des facilités offertes par le terrain, des possibilités économiques, de la localisation des éléments de population, etc. Dans une première classification il les définit en *uniaxial* et *pluriaux* (réseaux de voies ferrées). Le type *uniaxial* peut être: *uniaxial simple* (une seule ligne, sans embranchements) et *dorsale* (tronc de ligne avec embranchements de chaque côté). Le type *pluriaux* se divise en: *arborescent* (ligne principale subdivisée et ses embranchements et sous-embranchements multipliés, assumant, sur

le plan, schématiquement, la figure d'un arbre; *radial* (formé par des lignes qui partent d'un port); *étoilé* (irradiées d'un centre ferroviaire important); *composite* (combinaison de deux, ou plus, des types antérieurs); *quadrangulaire* (partant de deux ports, ou plus, en directions sensiblement parallèles, se reliant par des lignes transversales) et *irrégulier* (labyrinthiforme). Quant à la fonction, il classe les voies ferrées en *pénétrantes* ou extensives, *irradiantes* ou intensives et *divagantes* ou dispersives. Les *pénétrantes* sont celles qui s'observent dans les régions en voie de développement; ce sont des tracés progressifs (lignes de pénétration, d'expansion, ou captantes). Les *irradiantes* sont celles observées en régions de grand développement économique et de haute densité démographique.

Il résume la distribution des voies ferrées par les régions géo-économiques brésiliennes de la manière suivante: AMAZONE (Acre, Amazonas et Pará) avec 381 kms. d'extension, soit 1,11% du total brésilien; DEMI-NORD (Maranhão et Piauí) avec 696 kms., ou 2%; NORD-EST (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco et Alagoas) avec 3.676 kms., ou 10,74%; DEMI-SUD-EST (Sergipe et Baía) avec 2.467 kms., 7,20%; EST (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal et Minas Gerais), avec 11.754 kms., ou 34,34%; DEMI-SUD (São Paulo) avec 7.447 kms., ou 21,75%; SUD (Paraná, Santa Catarina et Rio Grande do Sul) avec 6.249 kms., ou 18,25% et, enfin, CENTRE (Goiás et Mato Grosso), avec 1.555 kms., ou 4,54%.

Il décrit les réseaux isolés et les ports servis par voies ferrées, donnant les détails de ces lignes. D'accord avec la classification économique établie par la Section de Statistique de l'Inspection Fédérale des Routes, basés sur la rente brute annuelle, nous avons, en 1937, 11 lignes de première catégorie (rente supérieure à 20.000 contos de reis), 6 de seconde (rente entre 5.000 et 20.000 contos) et les autres de 3ème catégorie (rente inférieure à 5.000 contos).

D'accord aussi avec le kilométrage respectif, il dénomine de *grandes lignes* celles de plus de 1.000 kms. d'extension, desquelles nous possédons 12; *lignes moyennes*, entre 300 et 1.000 kms., au nombre de 6, et *petites lignes* celles inférieures à 300 kms., classe dont nous possédons 15, sans compter 22 voies ferrées de moins de 100 kms., d'utilité purement locale. Il donne un tableau détaillé de chaque classe, avec noms et kilométrages respectifs de chaque ligne.

Il en fait la distribution par les Etats, signalant que celle-ci est encore très irrégulière. Il décrit sommairement le tracé des respectives lignes, avec les respectives extensions. Il finalise son travail en décrivant les voies ferrées frontières.

Il présente, dans le texte, les suivantes illustrations élocutives: Carte hypsométrique du Brésil — Profils de montagne — Types de tracés ferroviaires — Ligne de chemin de fer "Central do Brasil" (schéma des lignes et profil de la Barre) — Leopoldina, Lignes — Voie Ferrée de: AMAZONE — DEMI-NORD — NORD-EST — DEMI-SUD-EST — DEMI-SUD — SUD et CENTRE.

El ingeniero Moacir F. Silva, Consultor Técnico del Consejo Nacional de Geografía, prosigue, en este numero, su trabajo acerca de la Geografía de los Transportes en el Brasil. Empieza el capítulo VI (Circulación Interna actual) escribiendo sobre "Estradas de hierro".

Considerando los trazados de los ferrocarriles dependientes del relieve del terreno afirma, citando algunos autores que los aspectos de los perfiles de los trazados — (suave, ondulado o dentellado) — son exclusivamente dependientes de las dificultades opuestas por el suelo.

Analisa la hipsometría brasileña — país de plataformas o extensas mesetas en cerca de cinco octavos de su superficie y de planicies y llanuras en los tres octavos restantes, — y divide las estradas de hierro del Brasil en: *líneas de llanura*, hasta 50m. de altitud; *líneas de planicie*, hasta 200m., *líneas de subida de plataforma*, entre las cotas de 200 a 500 m.; *líneas de plataforma* entre 500 y 800 m.; *líneas de meseta*, desarrollándose en altitudes superiores a 800 m.; *líneas de sierra*, inscritas en terrenos accidentados y de pequeño desarrollo, cuya altitud sea superior a 500 metros acima de la cota mínima, y, finalmente, *líneas o trechos de cumbre*, las de altitud superior a 1.200 metros. De cada clase cita un o más ejemplos, todos del Brasil.

Refiriéndose a las formas que asumen, en *planta*, los trazados de los ferrocarriles, apúntalos como dependientes del estado evolutivo de la región atravesada, de las facilidades ofrecidas por el suelo, de las posibilidades económicas, de la localización de los núcleos de población, etc. En una primera clasificación los define en *unijeales* y *plurijeales* (redes de ferrocarriles). El tipo unijeal puede ser: *unijeal simple* (una sola línea, sin ramales) y *espalinal* (línea tronco con ramales para los dos lados). El tipo *plurijeal* se divide en: *arborescente* (línea principal subdividida y los ramales y surramales multiplicados, asumiendo en la *planta*, esquemáticamente, la figura de un árbol), *radial* (formado por líneas que parten de un puerto) *estrellada* (que irradian de un centro ferroviario importante) *compuesta* (combinación de dos o más tipos anteriores), *cuadrangular* (partiendo de dos o más puertos en direcciones sensiblemente paralelas, ligándose por líneas transversales) e *irregular* (labirintiforme). Cuanto a la *función*, clasifica los ferrocarriles en *penetrantes* o extensivos, *irradiantes* o intensivos, y *divagantes* o dispersivos. Los ferrocarriles en *penetrantes* o extensivos, *irradiantes* o intensivos, y *divagantes* o dispersivos. Penetrantes son los que se observan en regiones a desarrollarse; son trazados progresivos (líneas de penetración y líneas de expansión o captantes). *Irradiantes* son los observados en regiones de gran desarrollo económico y de alta densidad demográfica.

Resume la distribución de los ferrocarriles por las regiones geoeconómicas brasileñas del siguiente modo: Amazonia (Acre, Amazonas y Pará) con 381 Km. de extensión, o sea, 1,11% del total brasileño; Medio Norte (Maranhão y Piauí) con 696 Km. o 2,00%; Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco y Alagoas) con 3.676 Km. o 10,74%; Medio Sueste (Sergipe y Baía), con 2.467 Km. o 7,20%; Este (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal y Minas Gerais) con 11.754 Km. o 34,34%; Medio Sur (S. Paulo), con 7.447 Km. o 21,75%; Sur (Paraná, Santa Catarina y Rio Grande do Sul), con 6.249 Km. o 18,25% y, por último, Centro (Goiás y Mato Grosso), con 1.555 Km. o 4,54%.

Describe las redes aisladas y los puertos servidos por vías ferreas dando los detalles de estas líneas. Según la clasificación económica establecida por la Sección de Estadística de la Inspección Federal de Estradas, basada en la renta bruta anual, teníamos, en 1937, 11 estradas de 1ª categoría (renta superior a 20.000 contos), 6 de segunda (renta entre 5.000 y 20.000 contos) y las demás de 3ª categoría (renta inferior a 5.000 contos).

Según la respectiva quilometraje, denomina *grandes estradas* las de más de 1.000 Km. de extensión, de las cuales tenemos 12; *estradas medias*, entre 300 y 1.000 Km., en número de 6 y, *estradas pequeñas*, las inferiores a 300 Km. (poseemos 15 de esta clase), sin contar 22 ferrovias de menos de 100 Km., de utilidad meramente local. Da un cuadro discriminado de cada clase, con los nombres y respectivas quilometrajes de cada estrada.

Hace la distribución por los Estados, señalando ser la misma aun muy irregular. Describe, sumariamente, el trazado de cada estrada con la respectiva extensión. Concluye su trabajo describiendo las vias ferreas fronterizas.

Presenta, en el texto, las siguientes ilustraciones elucidativas: Carta hipsométrica del Brasil — Perfiles de tierras — Tipos de trazados ferroviarios — Estrada de Hierro Central del Brasil (Esquema de las líneas e perfil de la Barra) — Leopoldina, Líneas — Viación Ferrea de la: Amazonia, Medio Norte, Noroeste, Medio Sueste, Este, Medio Sur, Sur y Centro.

L'ingegner Moacir F. Silva, Consulente Tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, prosegue in questo numero il suo lavoro sulla Geografia dei Trasporti nel Brasile. Comincia il sesto capitolo (Circolazione interna attuale) trattando delle ferrovie.

Considerando i tracciati delle linee dipendenti dal rilievo del terreno, fa propria l'affermazione di vari studiosi che l'aspetto del profilo dei tracciati stessi (dolce, ondulato o dentato) dipende esclusivamente dalle difficoltà presentate dal suolo.

Analizza l'ipsometria del paese — costituito da altipiani e da vaste pianure ad alta quota per circa cinque ottavi della sua superficie, e da pianure a bassa quota e depressioni per gli altri tre ottavi —, e divide le ferrovie del Brasile in: *lines di depressione*, fino a 50 m. di altezza; *linee di pianura*, fino a 200 m.; *linee di salita ad altopiano*, fra le quote di 200 e 500 m.; *linee di altopiano*, fra i 500 e gli 800 m.; *linee di pianura ad alta quota*, ad altezze superiori agli 800 m.; *linee di montagna*, svolgentisi in terreni accidentati e di breve sviluppo, la cui altezza giunge a superare almeno di 500 m. la quota minima; e, finalmente *linee o tronchi di alta montagna*, a quota superiori ai 1.200 metri. Di ogni tipo cita uno o più esempi, tutti brasiliani.

Esaminando poi le forme che assumono nella protezione orizzontale i tracciati ferroviari, mostra che dipendono dallo stato di evoluzione della regione attraversata, della facilità del terreno, delle possibilità economiche, della localizzazione dei nuclei di popolazione, ecc. In una prima classificazione egli divide le reti ferroviarie in *uniassiali* e *pluriassiali*. Il tipo *uniassiale* può essere *semplice* (una sola linea senza diramazioni) o *a spina* (linea principale con diramazioni da entrambi i lati). Il tipo *pluriassiale* si divide in *arborescente* (linea principale divisa in sezioni e diramazioni e sub-diramazioni multiple, che assumono nella pianta l'aspetto schematizzato di un albero); *radiale* (formato da linee che partono da un porto); *stellare* (linee che irradiano da un importante centro ferroviario); *composto* (combinazione di due o più tipi precedenti); *quadrangolare* (che parte da due o più porti in direzioni sensibilmente parallele, collegate tra loro da linee trasversali); e *irregolare* (a forma di labirinto).

Quanto alla funzione, l'autore classifica le ferrovie in *penetranti*, o estensive, *irradianti* o intensive, e *divaganti* o dispersive. *Penetranti* sono quelle che si internano in regioni destinate a futuro sviluppo; sono tracciati progressivi (linee di penetrazione e linee di espansione o captanti). *Irradianti* sono quelle che servono regioni di grande sviluppo economico e di alta densità demografica.

Riassume la distribuzione delle ferrovie attraverso le regioni geo-economiche brasiliane nel modo seguente: Amazonia (Acre, Amazonas e Pará) con 381 km. di estensione, cioè 1,11 % del totale brasiliano; Medio Nord (Maranhão e Piauí) con 696 km., cioè 2,00 %; Nord-Est (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) con 3.676 km., cioè 10,74 %; Medio Sud-Est (Sergipe e Bahia) con 2.467 km., cioè 7,20 %; Est (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais) con 11.754 km., cioè 34,34 %; Medio Sud (S. Paulo) con 7.447 km., cioè 21,75 %; Sud (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) con 6.249 km., cioè 18,25 %; e infine Centro (Goiás e Mato Grosso) con 1.555 km., cioè 4,54 %.

Descrive le reti isolate e i porti serviti da ferrovie, dando particolari su queste linee. Secondo la classificazione economica stabilita dalla Sezione di Statistica dell'Ispezione Federale delle Strade, basata sul reddito lordo annuo, si avevano, nel 1937, 11 ferrovie di I categoria (reddito superiore ai 20.000 contos di reis), 6 di seconda (reddito fra i 5.000 e i 20.000 contos di reis); le altre ferrovie erano tutte di III categoria (reddito non superiore ai 5.000 contos).

Secondo la lunghezza, definisce *grandi reti* quelle di più di 1.000 km., in numero di 12, *medie reti* quelle fra i 300 e i 1.000 km., in numero di 6, *piccole reti* quelle non superiori ai 300 km., in numero di 15; esistono inoltre 22 ferrovie di meno di 100 km., di utilità puramente locale. L'autore dà un quadro per ciascuna classe, col nome e l'estensione chilometrica di ciascuna rete.

Esponde la distribuzione delle ferrovie per stati, notando che essa è ancora molto irregolare. Descrive sommariamente il tracciato delle varie linee, con le rispettive estensioni. Conchiude descrivendo le linee ferroviarie di confine.

Presenta nel testo le seguenti illustrazioni elucidative: Carta ipsometrica del Brasile — Profili di montagne — Tipi di tracciati ferroviari — Ferrovia Centrale del Brasile (schema delle linee e profilo della "Barra") — Ferrovia Leopoldina, Linee — Ferrovie dell'Amazonia, del Medio Nord, del Nord-Est, del Medio Sud-Est, dell'Est, del Medio Sud, del Sud e del Centro.

Engineer Moacir F. Silva, technical advisor to the National Geographic Council, continues, in this number, his work about Geography of Transportation in Brazil. He begins Chapter VI (present internal circulation) by writing about "Railways".

Considering the designs of the railways as dependent upon the relief of the ground he avers, and cites some authors, that the aspects of the outlines of these plans — (whether rolling, undulated or jagged) — are entirely dependent upon the difficulties offered by the terrain.

He goes on to analyse the hypsometry of Brazil — a country of plateaux or extensive table-lands for about 5/8 of its area and of plains and lowlands for the remaining 3/8, — and divides the Brazilian railways into: *lowland lines*, up to an altitude of 50 metres; *plain lines* up to 200 m; *plateau ascension lines* between the rates of 200 and 500 m; *plateau lines* between 500 and 800 m; *table-land lines* beyond 800 m; *mountain range lines* when the land lies on short hilly stretches 500 m above the minimum height, and finally *summit tracks* or *peak lines* when above 1200 m altitude. One or more examples of each classification are given.

With reference to the formation they present on paper, he points them out as dependent upon the state of development of the region crossed, the topographical facilities, the economical possibilities, the localization of the nuclei of population, etc. Preliminarily he defines them as uni-axial and pluri-axial railway plans. The uni-axial type may be; *simple uni-axial* (single line without branches) and *spinal* (a trunk line with branches on both sides). The *pluri-axial*

type is divided into: *arborescent* (a sub-divided main line with several branches and sub-branches appearing on paper as with a tree-like shape), *radial* (formed by lines starting from a port), *stellar* (branching out from an important railway centre), *composite* (a combination of two or more of the previous types), *quadrangular* (starting from two or more ports in quite parallel directions, connected by cross lines) and *irregular* (in labyrinth formation). As to functions he classifies the railways into *penetration* or *extensive*, *radial* or *intensive* and *meandering* or *dispersive*. Penetration railways are those to be found in regions yet to be developed; they are plans in the course of progression (penetration, expansion or collection lines). The *radial* lines may be noted in regions possessing large economical development and high demographic density.

The distribution of the railways by Brazilian geo-economic regions is summarized in the following manner: — AMAZONIA (Acre, Amazonas and Pará) totalling 381 kilometres of lines, or 1.11% of the Brazilian grand total; MIDDLE NORTH (Maranhão and Piauí) with 696 km, or 2%; NORTHEAST (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco and Alagoas) with 3,676 km, or 10.74%; MIDDLE SOUTHEAST (Sergipe and Baía) with 2,467 km, or 7.20%; EAST (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal and Minas Gerais) with 11,754 km, or 34.34%; MIDDLE SOUTH (S. Paulo) with 7,447 km, or 21.75%; SOUTH (Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul) with 6,249 km, or 18.25% and, finally, CENTRE (Goiaz and Mato Grosso) with 1,555 km, or 4.54%.

He describes the isolated networks and the ports served by railways, giving details of these lines. According to the economic classification established by the Statistical Section of the Federal Inspectorate of Railways, based upon the gross annual revenue, we had in 1937 11 first class roads (revenue above 20,000 contos de reis), 6 second class (revenue between 5,000 and 20,000 contos) and the remaining, third class (revenue below 5,000 contos).

By length of track or kilometrage he names *large railways* those over 1,000 kilometres length, of which we have 12; *medium railways* between 300 and 1,000 km, numbering 6; and *small railways* with less than 300 km (we have 15), without counting 22 of less than 100 km, merely for local purposes. He gives a detailed picture of each class with the names and length of each railway.

The distribution is made by States which, he owns, is still very irregular. He describes briefly their plans and extensions and terminates by describing the frontier railways.

The following explanatory illustrations appear in the text: — Hypsometric chart of Brazil, Contours of Mountain Ranges, Types of Railway Designs, Central of Brazil Railway (outline of the tracks and contour of Barra), Leopoldina, Railway-lines of AMAZONIA — MIDDLE NORTH — NORTHEAST — MIDDLE SOUTHEAST — EAST — MIDDLE SOUTH — SOUTH and CENTRE.

Der Ingenieur Moacir F. Silva, technischer Berater des National-Rats der Geographie, setzt in dieser Nummer seine Arbeit über die Geographie der Beförderungsmöglichkeiten in Brasilien fort. Er beginnt sein viertes Kapitel (*Aktueller innerer Verkehr*), indem er über "Eisenbahnen" schreibt.

Wenn man die Linien der Eisenbahnen, die von den Terrainerhöhungen abhängen, betrachtet, so sind die *Profile* der Linien ausschliesslich von den Schwierigkeiten des Bodens abhängig. Diese Profile können gewellt, gezähnt oder sanft sein. Zur Bestärkung dieser Behauptungen erwähnt er verschiedene Autoren.

Er analysiert die brasilianische Hypsometrie, — ein Land mit Plateaus und Hochebenen in ungefähr fünf achtel seines Raumes und Ebenen und Niederungen in den restlichen drei achtel, — und teilt die Eisenbahnen Brasiliens in verschiedene Linien ein: *Die Linien der Niederungen* bis 50 m Höhe; *Linien der Ebenen* bis 200 m; *Linien der Hochebene* zwischen 200 bis 500 m; *und solche* zwischen 500 bis 800 m; *Linien der Hochebene* die auf einer Höhe von über 800 m liegen; *Berglinien* die in unebenen Terrains mit kurzer Ausdehnung auf einer Mindesthöhe von 500 m über der Mindestquote liegen und schliesslich *Linien der Bergrücken* auf Höhen von über 1.200 meter. Er gibt von all diesen verschiedenen Linien Beispiele von Eisenbahnen in Brasilien.

Indem er sich auf die Formen, die diese Linien haben bezieht, zeigt er wie sie von dem Gelände, die sie durchschneiden, abhängen, die Erleichterungen die das Gelände bietet, die wirtschaftlichen Möglichkeiten, die Lokalisierung der Bevölkerungspunkte usw. In einer ersten Einteilung benennt er sie Linien von *einer* und *mehreren Achsen* (Eisenbahnnetze).

Der einachsige Typ kann folgender sein: *einfacher einachsiger* (eine einzige Linie ohne Abzweigung) und eine *Hauptlinie* mit Nebenlinien nach beiden Seiten. Der *mehrachsig* Typ teilt sich in: *baumförmige Linie* (Hauptlinie mit Abzweigungen, die ihrerseits verschiedene weitere Unterteilungen haben und die auf dem *Plan* in schematischer Form einen Baum bilden), *strahlenförmige Linien* (durch Linien, die von einem Hafen ausgehen, gebildet), *sternförmige Linien* (die von einem wichtigen Eisenbahnknotenpunkt ausgehen), *gemischte Linien* (eine Vereinigung von zwei oder mehr der vorherigen Typen), *viereckförmige Linien* (die von 2 oder mehr Häfen in fast parallele Richtungen ausgehen und durch querdurchgehende Linien mit einander verbunden sind) und schliesslich *unregelmässige Linien* (in Form eines Labyrinths). Auch die verschiedenen Funktionen werden von ihm klassifiziert: *durchdringende Linien*, *ausstrahlende* oder *intensive Linien* und *abschweifende* oder *zerstreute Linien*. Durchdringende Linien sind solche die die Gegend und ihre Umgegend besetzen, sie werden fortschreitend entworfen (Durchdringungslinien und Ausdehnungslinien). Ausstrahlende Linien sind die, welche in den hochentwickelten wirtschaftlichen oder sehr bevölkerten Gegenden benutzt werden.

Er gibt einen kurzen Überblick über die verschiedenen Eisenbahnlängen der geographisch-wirtschaftlichen Gegenden Brasiliens: Amazonia (Acre, Amazonas und Pará) mit 381 km. Ausdehnung, oder 1,11% des brasilianischen Gesamtnetzes; (Maranhão und Piauí) mit 696 km oder 2,00%; Nordosten (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco und Alagoas) mit 3.675 km. oder 10,74%. Halb-Südosten (Sergipe und Baía) mit 2.467 km oder 7,20% Osten (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Federaldistrikt und Minas Gerais) mit 11.754 km oder 34,34%; Halb-Süden (São Paulo) mit 7.447 km oder 21,75%; Süden (Paraná, Santa Catarina und Rio Grande do Sul) mit 6.249 km oder 18,25%; und zuletzt, das Zentrum (Goiaz und Mato Grosso) mit 1.555 km oder 4,54%.

Weiter erwähnt er die isolierten Linien und die Häfen die von Eisenbahnlängen bedient werden, wie auch die Einzelheiten dieser letzteren. In Übereinstimmung mit der wirtschaftlichen Klassifizierung, die durch die Statistik der Federal-Inspektion der Eisenbahnen auf Grund der jährlichen Bruttoeinnahme festgelegt worden ist, hatten wir in 1937 11 Linien der ersten Kategorie (Einnahme über 20.000 Contos de Reis), 6 der zweiten (Einnahme zwischen 5.000 und 20.000

Contos de Reis) und die übrigen Linien der dritten Kategorie (mit einer Einnahme von weniger als 5.000 Contos de Reis).

In Übereinstimmung mit der jeweiligen Kilometerzahl der verschiedenen Linien, nennt er die mit mehr als 1.000 km. Ausdehnung, grosse *Linien*. Von dieser Kategorie haben wir 12; *mittlere Linien*, von 300 bis 1.000 km Ausdehnung in Anzahl von 6; und *kleine Linien*, die weniger als 300 km Ausdehnung haben, wir besitzen 15 Linien dieser Klasse, ohne die 22 Linien zu zählen, mit einer Ausdehnung von weniger als 100 km von rein lokaler Bedeutung. Weiterhin gibt er eine genaue Beschreibung der verschiedenen Klassen, mit der genauen Kilometerzahl jeder einzelnen Linie.

Ausserdem gibt er einen genauen Überblick der Verteilung der Linien in den verschiedenen Staaten und zeigt die Unregelmässigkeit derselben. Beschreibt auch noch die Linien der verschiedenen Bahnen, mit der jeweiligen Seine Arbeit endet mit einer Beschreibung der Grenzbahnen.

Zu dem Text bringt der Autor auch noch die verschiedenen Illustrationen, die bildlich die Lage erklären: Eine hipsometrische Landkarte Brasiliens-Profile von Gebirgen — verschiedene Typen der Eisenbahnlilien — Die Central — Eisenbahn Brasiliens (Schema der Linien und Profil der Einfahrt in den Hafen von Rio de Janeiro) — die Leopoldina — Das Eisenbahnnetz von: Amazonia, Halb-Nord. Norden-Nordosten — Halb-Südosten — Osten-Halb — Süden — Süden und Zentrum.

Ingeniero Moacir F. Silva, Teknika Konsilanto de la Nacia Konsilantaro de Geografio, daŭrigas, en tiu ĉi numero, la publikigon de sia verko pri la Geografio de la Transportoj en Brazilo. Li komencas la sesan ĉapitron (*Aktuala Interna Ĉirkulado*) skribante pri "Fervojoj".

Konsiderante la projektojn de la fervojoj dependaj de la terreliefo, li asertas, citante kelkajn aŭtorojn, ke la aspektoj de la *profiloj* de l' projektoj — (milda, ondolinia aŭ dentita) estas ekskluzive dependaj de la malfacilaĵoj kontraŭmetitaj de la tereno.

Li analizas la brazilan hipsometron, — lando kun altebenaĵoj aŭ longaj surmontaj ebenaĵoj en ĉirkaŭ kvin okonoj de ĝia supraĵo kaj ebenaĵoj kaj malaltaj ebenaĵoj en la tri restantaj okonoj, — kaj dividas la brazilajn fervojojn laŭ: *linioj sur malaltaj ebenaĵoj*, ĝis 50metra alteco super la maro; *linioj sur ebenaĵoj*, ĝis 200 metroj; *linioj sur deklivo al altebenaĵo*, inter la nivelaŭtecoj de 200 ĝis 500m.; *linioj sur altebenaĵoj*, inter 500 ĝis 800m.; *linioj sur longa surmontebenaĵoj*, kiu distendigas sur altecoj supra je 800m.; *linioj sur montaroj*, konstruitaj sur mallongecaj malebenaj terenoj, kies alteco estas supera je 500 metroj super la minimuma nivelaŭteco, kaj, fine, *linioj aŭ linipecoj sur montsupro*, tiuj kun alteco super 1.200m. El ĉiu klaso li citas unu aŭ pliaj ekzemplojn, ĉiujn en Brazilo.

Priparolante pri la formoj ricevitaĵ, sur la *piano* de la fervojoj projektoj, li montras ilin kiel dependajn de la evolua stato de trairata regiono, de la facilaj donitaj de la tereno, de la ekonomiaj eblecoj, de la logiko de la loĝataraj centroj, k. c. Ĉe unua klasigo li ilin dividas laŭ: *unuaksa kaj pluraksaj* (fervojoj retoj). La tipo unuaksa povas esti: *simpila unuaksa* (unu sola linio sen branĉoj), kaj *spina* (trunko kun ambaŭflankaj branĉoj). La tipo *pluraksa* dividiĝas laŭ: *arbeca* (ĉefa linio subdividita kun pluraj branĉoj kaj subbranĉoj, ĉio prenante sur la *piano*, skeme, la figuron de arbo), *radianta* (formita de linioj devenantaj de havenoj), *stelforma* (konsistanta el linioj radiantaj el grava fervoja centro), *kompozita* (kombino de du aŭ pliaj antaŭaj tipoj), *kvarangula* (linioj devenantaj de du aŭ pliaj havenoj je senteble paralelaj direktoj kaj ligitaj per transversaj linioj) kaj *neregula* (labirintforma). Rilate al la funkcio, li klasifikas la fervojojn jene: *penetrantaj* aŭ etendigaĵ, *disradiantaj* aŭ intensaj kaj *disvagantaj* aŭ disirigaj. Penetrantaĵ estas tiuj, kiuj ekzistas en kreskigontaj regionoj; iliaj projektoj estas progresaĵ (penetrantaĵ linioj kaj ekspansiaj linioj aŭ kaptantaĵ). *Disradiantaĵ* estas tiuj ekzistantaj en regionoj je granda ekonomia kreskigo kaj je alta demografia denseco.

Li resumas la dispartigon de la fervojoj tra la brazilaj geo-ekonomiaj regionoj laŭ la jena maniero: AMAZONIA (Acre, Amazonas kaj Pará) longa je 381 km., tio estas, 1,11% de la brazila tuto; MEZA NORDO (Maranhão kaj Piauí) longa je 696 km. aŭ 2,00%; NORDORIENTO (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco kaj Alagoas) longa je 3.676 km. aŭ 10,74%; MEZA SUDORIENTO (Sergipe kaj Baía) longa je 2.467 km. aŭ 7,20%; ORIENTO (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Federacia Distrikto kaj Minas Gerais) longa je 11.754 km. aŭ 34,34%; MEZA SUDO (São Paulo) longa je 7.447 km. aŭ 21,75%; SUDO (Paraná, Santa Catarina kaj Rio Grande do Sul) longa je 6.249 km. aŭ 18,25% kaj, laste, CENTRO (Goiaz kaj Mato Grosso) longa je 1.555 km. aŭ 4,54%.

Li priskribas la izolajn retojn kaj la havenojn kun fervojoj servoj kaj donas detalajn informojn pri la fervojoj. Laŭ la ekonomia klasifiko starigita de la Statistika Sekcio de la Federacia Inspekto de Fervojoj, bazita sur la jara malneta rento, ni havis, en 1937, 11 unuakategoriajn fervojojn (kun rento supera al 20.000 milmilrejsjoj), 6 duakategoriajn (kun rento inter 5.000 kaj 20.000 milmilrejsjoj) kaj la ceterajn, je tria kategorio (kun rento malsupera al 5.000 milmilrejsjoj).

Laŭ la respektiva kilometro-kvanto, li nomas *grandaj fervojoj* tiujn kun pli ol 1.000 km. je longeco, (ni havas 12 da ili); *mezaj fervojoj*, kun longeco inter 300 kaj 1.000 km., kies nombro estas 6; *malgrandaj fervojoj*, kun longeco malsupera al 300 km. (de tiu ĉi klaso ni havas 15) ne kalkulinte 22 fervojojn mallongajn je 100 km., kiuj havas nur lokan utilecon. Li prezentas detalan tabelon pri ĉiu klaso, kun la nomoj kaj respektivaj kilometro-kvantoj de ĉiu fervojo.

Li dispartigas ilin tra la ŝtatoj, sed li deklaras, ke tiu dispartigo ankoraŭ estas neregula. Li priskribas resume la projektojn de tiuj fervojoj kun ties longecoj. Li finas sian artikolon priskribante la landlimajn fervojojn.

Li ilustras la tekston per la jenaj klarigaj bildoj: Hipsometria landkarto de Brazilo — Montaraj profiloj — Tipoj de fervojoj projektoj — Brazila Centra Fervojo (Skemo de la linioj kaj profilo de la Havenirejo) — Leopoldina, Linioj — Fervojo de: AMAZONIA — MEZA NORDO — NORDORIENTO — MEZA SUDORIENTO — ORIENTO — MEZA SUDO — SUDO kaj CENTRO.

PALAVRA DE ORDEM do Brasil: coopere nos trabalhos censitários de 1940.

ALBERTO BETIM PAES LEME

1883 — 1938

NASCIDO no Rio de Janeiro, em 15 de Novembro de 1883, Alberto Betim Paes Leme fez seus estudos secundários no Liceu Carnot, em Paris, graduando-se depois em engenharia civil e de minas na Escola Superior de Minas da metrópole francesa. A convite do professor Orville A. Derby, ingressou no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, onde se demorou pouco tempo. Publicou, em 1910, seu primeiro estudo sobre a geologia do Distrito Federal e, em 1912, um segundo trabalho mais minucioso sobre os gnaisses do Rio de Janeiro, onde discutiu a origem das grandes massas gnáissicas da serra do Mar. Em 1911 após concurso, ocupou a cadeira de Mineralogia do Museu Nacional. Em 1918 apresentou à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, uma tese sobre a análise espectral aplicada à mineralogia, passando a exercer o cargo de professor-substituto de geologia. Nesse mesmo ano publicou uma monografia sobre a formação do linhão de Caçapava, (São Paulo) assunto do qual se ocupou várias vezes. No Museu Nacional renovou as atividades da secção de Mineralogia e Geologia, que se achava praticamente imobilizada desde o afastamento do Professor Derby. Reorganizou as coleções da secção e publicou, em 1924, um guia intitulado "Evolução da Terra e Geologia do Brasil vistas através das coleções do Museu Nacional."

Suas principais pesquisas foram no campo da análise espectral aplicada à mineralogia, tendo desenvolvido um método cinemático de análise quantitativa que consiste em medir a espessura das raías específicas em espectrogramas obtidos por processos padronizados. Detentor de uma cultura sobremodo larga, realizou, em 1926, novo concurso na Escola Politécnica, pelo que foi nomeado professor catedrático de Botânica e Zoologia Industriais e Estudo das Matérias Primas. Embora professando com brilho essa disciplina, a sua principal atividade se manteve no ramo da geologia e da mineralogia, continuando a publicar muitas memórias. Em 1929, sob o patrocínio do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, realizou uma série de conferências em Paris, sobre o estado dos conhecimentos geológicos no Brasil, tendo discutido longamente a questão da teoria do deslize dos continentes do professor Albert Wegener. O professor Betim arrolou um grande número de argumentos de ordem geológica e paleontológica que, do seu ponto de vista, eram francamente desfavoráveis à hipótese do mestre de Hamburgo.

Entre os seus principais títulos destacam-se o de membro da Sociedade Geológica de França e da Academia Brasileira de Ciências, Cavalheiro da "Legião de Honra", concedido pelo governo francês, e professor honorário da Universidade de Paris.

De Maio de 1935 a Janeiro de 1938, exerceu o professor Betim Paes Leme o cargo de diretor do Museu Nacional. Grande conhecedor da geografia do Brasil, foi nomeado em 1937 professor catedrático de Geografia Regional na extinta Universidade do Distrito Federal. No Conselho Nacional de Geografia, foi membro do Diretório Central, desde a instalação deste órgão, como delegado técnico do Ministério da Educação e Saúde.

Falecendo no Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1938, deixou no prelo o seu maior e mais importante trabalho, intitulado "História Física da Terra vista por quem a observou do Brasil," onde é feito o estudo minucioso da geologia do país. Nessa obra, o professor Betim salienta que o grande planalto central do Brasil elevou-se por movimentos epigênicos em consequência da ereção dos Andes, originando-se desses fatos o sistema fluvial sul-americano. Alguns rios como o Paraná, o Tocantins, o Araguaia e o S. Francisco, que correm paralelamente à costa, correspondem, no seu juízo, a um grande sistema de fraturas dirigidas norte-sul. As águas continentais teriam vindo se reunir na parte central da cavidade limitada pelos Andes. A oscilação isostática, em sentido contrário, teria esvasiado a bacia através do Amazonas, produzindo fenômenos de desnudação responsáveis pelas lagoas paralelas ao curso atual do Amazonas: Manaurú, São José, Centena, Frexal, Cucuí, etc. Os lagos vizinhos do rio, como Surubuí, Curuá, etc. proveem, entretanto, simplesmente de inundações. Na sua opinião, não há razão para excluir o Tocantins-Araguaia do sistema fluvial amazônico, uma vez que a separação desse rio do curso principal é muito recente e incompleta. A propósito do rio Paraíba, Betim discorda de que a estrutura dos gnaisses seja sinclinal. Na sua opinião o rio acompanha uma linha de fratura que separa a serra do Mar da serra da Mantiqueira. O fundo do vale atual foi, no fim da era terciária, ocupado por uma série de lagoas (Jacaré-Guaratinguetá e Florian-Barra Mansa) cujos depósitos são hoje atravessados pela corrente; Betim procurou mostrar a existência de uma série de falhas posteriores a esses depósitos, uma das quais teria isolado da bacia maior, os depósitos de linhão da base do Jambeiro, em Caçapava.

Mostra, Betim, que as barreiras do litoral nordeste representam uma regressão do mar ocorrida no plioceno. Atualmente verifica-se, ali, o inverso: o mar ganha terreno sobre o continente. Betim forma, porém, entre os que acreditam que, ao longo da Serra do Mar, a costa se está levantando. Essa zona de emersão se limitaria, no entanto ao trecho entre Espírito Santo e Rio Grande do Sul. As principais provas a favor dessa hipótese seriam os sambaquis. Finalmente as ilhas ao largo da costa brasileira, como Trindade e Fernando de Noronha, exibem rochas alcalinas as quais, no seu conceito, evidenciam origem continental, constituindo um dos argumentos contra a hipótese de Wegener.

Alberto Betim Paes Leme, destaca-se pela originalidade do seu espírito de pesquisa, entre os geólogos brasileiros que mais se distinguiram na sua geração.

O. H. L.



Albert Robert Paulsen



L. Agassiz

LOUIS AGASSIZ

1807 — 1873

A geografia do Brasil tem sido estudada, através dos tempos, por um número relativamente restrito de geógrafos, na verdadeira significação do termo. Os grandes sábios que nos visitaram no século XIX eram, na sua maioria, estudiosos de outras ciências. Ao realizarem, porém, suas investigações científicas, descreviam as regiões que exploravam, observavam e registavam fenômenos geográficos, estudando, assim, acidentalmente, a corografia de vários tratos do nosso território. Assim é que Martius, Saint-Hilaire, Spix, Wied-Neuwied, Langsdorff, Eschewege, Lindman, Lund, Branner, Liais, Fritz Mueller, Derby, Hartt, Warming, Castelnau, e muitos outros, botânicos, zoólogos, geólogos, etnólogos, paleontólogos, percorrendo os nossos sertões na ânsia de classificar as espécies vegetais e animais brasileiras, de estudar as raças e os costumes dos aborígenes, de investigar as origens e analisar a constituição dos terrenos, deixaram, contida nas suas obras científicas, copiosa contribuição geográfica.

Jean Louis Rodolphe Agassiz fez parte desta memorável cruzada científica do século XIX. Nascido em Môtiers (28-5-1807), no Cantão de Friburgo, Suíça, estudou medicina em Zurich, Heidelberg e Munich. Formou-se em 1830, indo para Paris, onde foi discípulo de Cuvier. Voltando à pátria foi nomeado professor de História Natural em Neuchâtel (1832). Especializando-se no estudo das ciências naturais, em que se tornou notável geólogo e paleontólogo, partiu em 1846 para a América do Norte, onde teve ótima acolhida no meio científico americano, sendo convidado para exercer as funções de catedrático de História Natural no Instituto Lowell da Universidade de Cambridge. Do sucesso de suas lições decorreu a sua fixação nos Estados Unidos.

Seu pendor inato para naturalista manifestou-se desde cedo. Era ainda estudante na Alemanha, quando, por indicação de Martius, empreendeu a classificação dos espécimes animais colacionados no Brasil pelo grande botânico alemão e seu companheiro Spix, na sua célebre viagem pela nossa terra (1817-1820). A Agassiz coube a parte referente aos peixes, sendo, assim, um dos que substituíram a Spix, que morrera em 1827, ainda no início de seu trabalho.

O desejo, que há muito alimentava, de conhecer o Brasil, foi realizado quando o americano Nataniel Thayer, homem de largos recursos financeiros e grande amigo da Ciência, resolveu custear uma expedição sob a direção de Agassiz, para estudar a fauna ictiológica da bacia amazônica. Constituíam a "Thayer Expedition": o naturalista suíço; Elizabeth Cary Agassiz, sua esposa e secretária; Carlos Frederico Hartt e Oreste Saint-John, geólogos; John Allen, ornitologista; John G. Anthony, malacólogo, e outros auxiliares. Em viagem para o Brasil realizou, a bordo do "Colorado", uma série de palestras sobre o plano de pesquisas que a expedição devia aqui levar a termo. Nestas palestras dissertava acerca da fisiografia brasileira e, particularmente, sobre a do vale do Amazonas onde se efetuariam os seus estudos.

A 23 de Abril de 1865, chegava ao Rio de Janeiro a "Thayer Expedition". Na Côte mesmo e em seus arredores Agassiz iniciou as suas investigações, surpreendendo-se com os belos matacões da Tijuca, aos quais erroneamente atribuiu origem glaciária. Realizou ainda, em 1865, uma excursão à então província de Minas Gerais e, no mesmo ano, rumou para o Norte, visitando as capitais das províncias da Baía, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Pará. Percorreu o Amazonas em todo o seu curso em terra brasileira; esteve em Tabatinga, em Tefé e em Manaus, retornando ao Pará, onde continuou os seus estudos. Deixando esta província, fez uma excursão pelo interior do Ceará, donde regressou para o Rio de Janeiro. Após um ano de proveitosos estudos no Brasil, voltou em Julho de 1866 para os Estados Unidos, sua segunda pátria, onde continuou o ensino da História Natural em Cambridge e terminou o seu trabalho de classificação dos peixes do Brasil. Em 1872, esteve de passagem em Pernambuco e Rio de Janeiro, com destino à Califórnia. Neste mesmo ano fundou em Cambridge a Escola de História Natural Anderson, da qual foi diretor. A Agassiz deve-se também, a criação do primeiro museu de New York.

As observações geográficas, geológicas, etnográficas, paleontológicas, botânicas e zoológicas, colhidas na sua longa jornada científica pelo Este, Nordeste e Norte do Brasil, acham-se colecionadas sob a forma de notas, "croquis", pequenas monografias e ilustrações, no seu livro "Viagem pelo Brasil", que contém ainda um excelente diário, escrito de maneira fiel pela sua esposa. Dentre os 29 escritos de Agassiz com referência ao Brasil, destacam-se, pelo seu caráter geográfico, os seguintes trabalhos: "On the drift in Brazil, and on decomposed rocks under the drift" - (1866); "Physical History of the Amazon Valley" - (1866); "Quelques détails sur un voyage sur l'Amazon" - (1867); "Geography of Brazil: the river Amazon" - (1867); "A Journey in Brazil" - (1868). Espírito jovial e simpático devotava grande amizade à nossa terra e à nossa gente, simpatia sinceramente retribuída pelos intelectuais e homens públicos do Império. Antes mesmo de partir para o Brasil, foi-lhe conferido o diploma de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em síntese, a obra geográfica de Agassiz relativa ao Brasil caracteriza-se pelo estudo geral da fisiografia e particular da geologia de certas regiões do território nacional, por ele percorridas.

Tentando explicar pela ação glaciária a origem de certas formações geológicas da bacia amazônica e das serras de Aratanha e Pacatuba (Ceará) blocos rochosos e depósitos que supunha serem "drifts" glaciais sofreu, da parte de Hartt, Darwin, Haeckel, e Branner severa crítica, em contestação à sua teoria de glaciações no Brasil. Tal fato, porém, não diminuiu a sua competência e valor de cientista conceituado. Humboldt, referindo-se aos seus estudos sobre geleiras, já escrevera: "Depois dos imorredouros trabalhos de Saussure, o fenômeno das geleiras foi estudado nos Alpes, por Venetz e Charpentier, e especialmente por Agassiz, cuja perseverança e intrepidez estão acima de todo enócmio."

INQUÉRITOS GEOGRÁFICOS

HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

Qual o conceito moderno, o estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa, referentes à história da geografia?

O conceito moderno da história da geografia ainda é o estabelecido por Friedrich Ratzel, em fins do século passado, em sua "*Anthropogeographie*".

A geografia não pode mais deixar de ser estudada, sinão tendo em vista a espécie humana, e principalmente o *homo oeconomicus*.

E' fora de dúvida que a historia da geografia adquiriu grande opulência desde que se tornou predominante no campo científico, permitindo o aparecimento de considerável número de obras obedientes a tal critério.

Assim sendo, os conhecimentos geográficos, adquiridos nos últimos tempos, tiveram importante relêvo, não só na vasta seara da etnografia, como principalmente no geo-física, e, nesta, particularmente, no que diz respeito à ecologia, isto é, quanto ao descobrimento de matérias-primas para as diversas indústrias exigidas pelo progresso da humanidade, bem como quanto ao achamento e exploração do carvão, do ferro, do níquel e de óleos minerais.

Tem sido também bastante acentuado o adiantamento da zoogeografia e da fitogeografia.

Tudo isso é devido ao valioso concurso que a geografia tem recebido das outras ciências e das modernas conquistas da civilização.

Basta dizer o muito que os conhecimentos geográficos atuais foram impulsionados pela aeronavegação.

Há, pois, aí um incremento extraordinário para ser incluído numa "História da Geografia", que corresponda à sua elevada finalidade.

Que opinião tem sobre a situação atual, no Brasil, das pesquisas efetuadas e do emprêgo dos métodos modernos, quanto à história da geografia?

Em primeiro lugar, ainda não temos uma "História da Geografia", concernente ao Brasil.

Não que nos falte material. Este já existe, reunido quer pelas repartições oficiais, notadamente pelos excelentes serviços do Exército no Instituto Geográfico Militar, e da Marinha, na sua Diretoria de Navegação, bem como pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Clube de Engenharia, a Inspeção de Estradas de Ferro, pela Sociedade de Geografia, e outros grêmios congêneres.

As pesquisas efetuadas pelas repartições ou comissões federais tem sido feitas mediante os melhores processos científicos, os quais foram aplicados até agora com magnifico resultado pela Comissão dirigida pelo General Rondon.

Que medidas sugere, para que o Conselho Nacional de Geografia, dentro das suas atribuições, promova o aperfeiçoamento e a intensificação no país, das pesquisas sobre a história da geografia?

Penso que o Conselho Nacional de Geografia deve obter dos seus departamentos regionais não só uma propaganda, eficiente no sentido de se desenvolverem por todo o nosso país as investigações destinadas a um completo conhecimento do nosso solo, dos nossos indígenas e das nossas riquezas, em todos os reinos da natureza, como ainda a remessa de tôdas as informações, antigas e modernas, sobre a corografia do Brasil, que os mesmos possuem.

E porque não resolver, desde já, o Conselho Nacional que seja elaborado sem perda de tempo uma "História da Geografia do Brasil"?

E' bem provável que a publicação de semelhante obra, se elaborada, como deve ser, por um técnico de comprovada idoneidade, estimule em nossa pátria, o amor à nossa terra, e um maior esforço no sentido de melhor a conhecermos.

Creio que para a tarefa, que considero inadiável, está naturalmente indicado um dos nossos companheiros, o professor Basílio de Magalhães, cujos trabalhos atestam a sua capacidade em todos os múltiplos ramos de que deve compor-se uma integral "História da Geografia do Brasil".

Que bibliografia indica sobre os assuntos constantes do presente questionário?

Com relação aos dois primeiros quesitos, existe grande número de volumes, aparecidos no presente século, quer na Europa, quer na América.

São dignos de particular menção os livros seguintes, dispostos em ordem alfabética de autores: *Alcón*, "Didáctica de la geografía" (Madrid, 1936); *Alexis*, "Cours supérieurs de Géographie" (Liège, 1907); *Beltrán*, "Lo inerte y lo vital" (Buenos-Aires, 1922); *Cereceda*, "Historia de la Tierra" (Barcelona, 1933); *Chamberlain*, "Geography — Physical, Economic, Regional" (Chicago, 1933, 4.^a ed.); *Colomb & Houber*, "Géologie — Etudes des phénomènes actuels" (Paris, 1917); *Couderc*, "Univers" (Paris, 1937); *Donazzolo*, "Storia della geografia" (Feltre, 1902); *Giufra*, "Fisionomía de la Tierra y su influencia en el hombre" (Montevideo, 1931, 2.^a ed.); *Hadden*, "Las razas humanas y su distribución" (Madrid, 1924), traduzido do inglês; *Herbertson*, "Geografía humana" (Barcelona, 1933), traduzida para o castelhano; *Jean Brunhes*, "Géographie de l'histoire"; *Konrad Kretschmer*, "Die Literatur zur Geschichte der Erdkunde von Mittelalter an" (1907-25), publicada no Geographisches Jahrbuch, t. XLI, 1925, págs. 122 e seguintes; *L. Hugues*, "Storia della geografia e delle scoperte geografiche" (Roma ca. 1891); *Lester & Millot*, "Les races humaines" (Paris, 1936); *Loronte*, "Météorologia" (Barcelona, 1930); *Marchi*, "Climatologia" (Milão, 1932); *Martonne*, "Traité de géographie physique" (Paris, 1913, 2.^a ed.); *Matoso*, "Compêndio de geografia geral" e "Compêndio de geografia econômica" (Lisboa, 1933 e 1934); *Mirot*, "Géographie historique de la France"; *Morrison*, "Our world — A human geography" (Londres, 1930); *Obourn-Heiss*, "Science problems of modern life" (Washington, 1933, em dois volumes); *Olsen*, "La conquête de la Terre, Histoire des découverts et des explorations depuis les origines jusqu'à nos jours" (6 vols.); *Schnass & Rude*, "Enseñanza de la geografía" (Barcelona, 1937), traduzido do alemão; *Silvio Pélico Filho*, "Introdução ao estudo da geografia comercial e econômica" e "Curso de geografia comercial — Vias de comunicação e transportes" (Coimbra, 1925 e 1927); *Soeiro*, "Ciências geográfico-naturais" (Pôrto, 1936); *Vivien de St. Martin*, "Histoire de la Géographie" (Paris, 1873); *Urruti*, "Historia del comercio mundial" (Madrid, 1933); não esquecendo os trabalhos de *Couto de Magalhães*, *Teodoro Sampaio*, *João Severiano da Fonseca*, *Cáster Branner* e *Pierre Deffontaine*.

Quanto ao nosso país, não é possível conhecer a história da sua corografia, sem manusear detidamente as inúmeras publicações dos diversos serviços federais e estaduais ou mesmo municipais, especialmente os das comissões geográficas e geológicas, os da Comissão Rondon, os das comissões de limites, não falando já no vastíssimo e precioso tesouro de informações existentes na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e no monumental "Dicionário" do qual o nosso centenário e benemérito grêmio já publicou dois enormes tomos, sendo essencial citar os trabalhos de *Henrique Morize*, *Alfredo Lisboa* e *Olimpio da Fonseca*.

Não falando nos trabalhos sobre a nossa riqueza mineral, a nossa zoogeografia e a nossa fitogeografia, que teem tido muitos e competentes estudiosos, entre os quais merecem ser citados os drs. *Roquete Pinto*, *Silvio Fróis de Abreu*, *Luiz Caetano Ferraz*, *C. de Melo Leitão* e *A. J. Sampaio*, — quem tiver de colhêr dados para a história da nossa corografia não poderá deixar de recorrer também aos seguintes trabalhos: "Bibliografia geográfica brasileira" (publicada no vol. 139 da "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro"), de *Rodolfo Garcia*; "O que deve o Brasil à cultura e à cooperação Germânicas" (1935), do professor *Nelson de Senna*; e a extensa "Bibliografia" que se encontra às págs. 389-403 da "Expansão geográfica do Brasil colonial" (1935), do professor *Basilio de Magalhães*.

MAX FLEUISS

O homem civilizado costuma "pesar" os "prós" e os "contras" antes de tomar uma decisão. Em se tratando de colaboração para o Recenseamento, a decisão pode e deve ser imediatamente tomada. Não há "contras", só há "prós".

COMENTÁRIOS

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MAPAS MUNICIPAIS

A exposição de Mapas Municipais, cuja inauguração, a 29 de Maio, nos pavilhões amplos da "Feira de Amostras", assinalando o quarto aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constituiu admirável remate de uma das iniciativas mais fecundas do Conselho Nacional de Geografia.

Mais de uma vez, registou a "Revista" as sucessivas etapas da campanha empreendida a propósito, em cumprimento cabal do Decreto-Lei 311.

De suas prescrições claras e sistematizadoras de novos processos de divisão administrativa e judiciária, resultou primeiramente a definição dos limites inter-municipais e inter-districtais, juntamente com a revisão de nomenclatura, abolidas as incongruências injustificáveis.

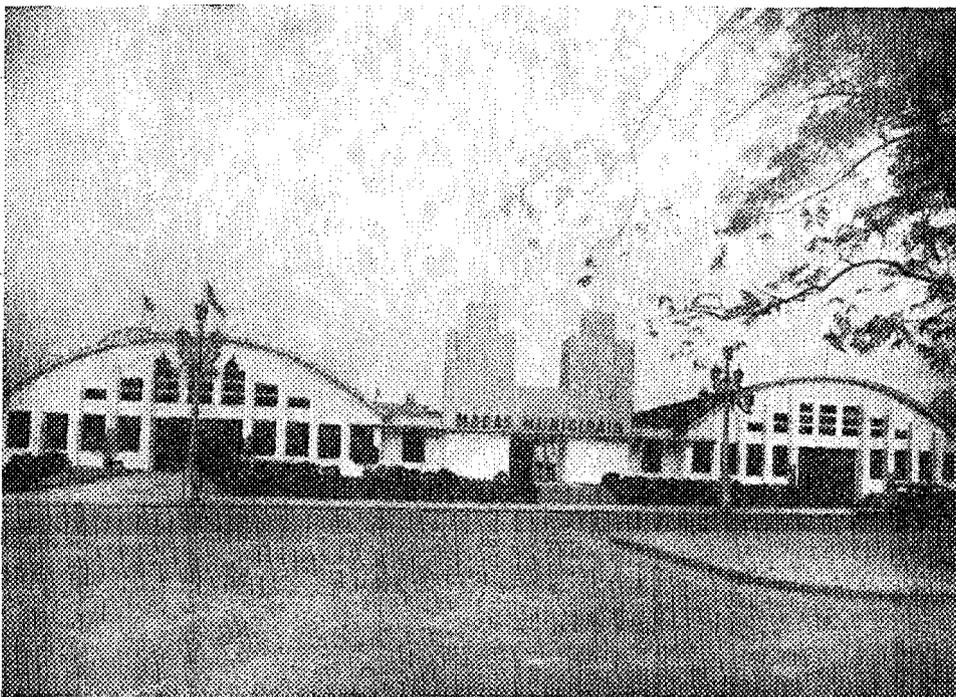
Uma vez definidas as divisas, cumpria às administrações interessadas demarcá-las no terreno, quando não coincidissem com as linhas naturais de rios, ou cumiadas, que dispensassem marcos.

E estaria dessa maneira realizado o levantamento do perímetro, que se completaria com outros elementos constitutivos dos mapas, em que os municípios deveriam representar as peculiaridades topográficas de seu território.

Logo no primeiro número, a "Revista" estampou a Resolução n.º 3, que estabeleceu os "requisitos mínimos" exigidos de tais documentos, além de outras providências orientadoras da uniformização da tarefa cartográfica imposta aos municípios.

De mais a mais deveria cada qual apresentar expressivas fotografias e informações explicativas dos trabalhos realizados em seus domínios.

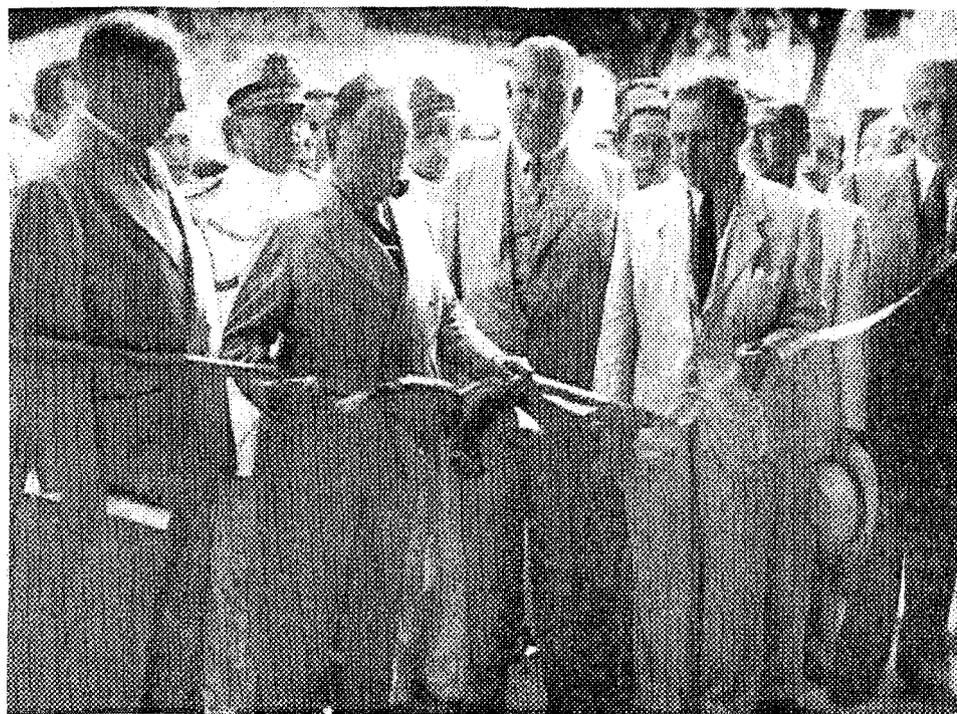
Daí se causou mobilização cartográfica ineguálavel, como jamais ocorreu no Brasil, mediante eficaz utilização, em vastas proporções, da boa vontade coooperadora de quantos pudessem contribuir para o êxito final.



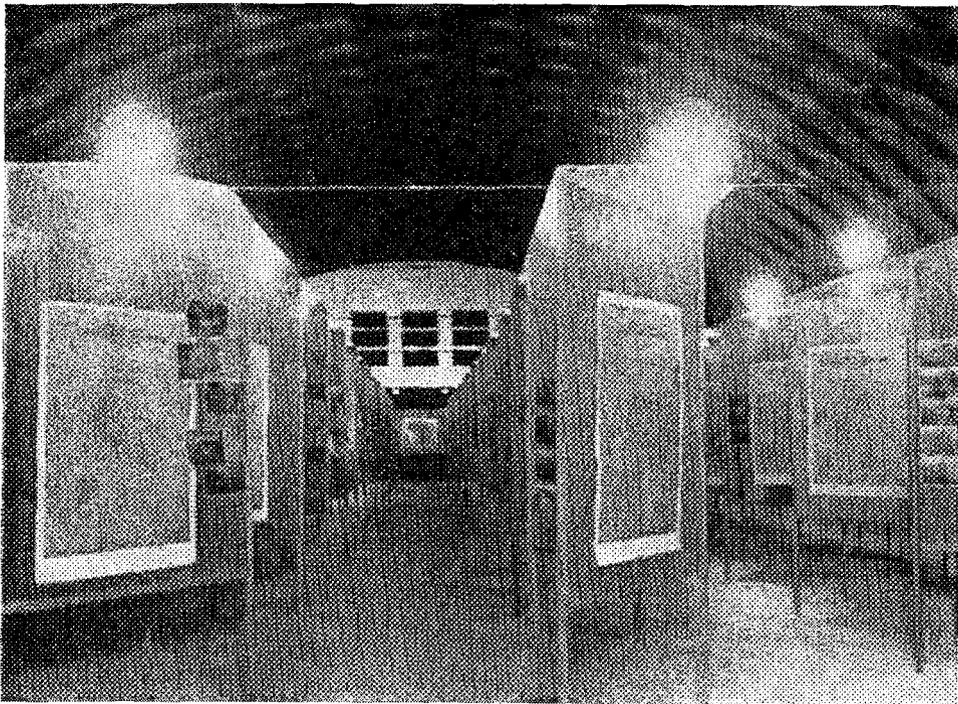
Frente dos Pavilhões, na Feira de Amostras, em que se realizou a "Exposição dos Mapas Municipais"



Mesa que presidiu à cerimônia inaugural da "Exposição dos Mapas Municipais", e em que se vê o Exmo Sr. Presidente da República, tendo à sua esquerda o Ministro Fernando Costa, e à direita o Embaixador Macedo Soares, quando proferia conceituosa alocação perante a assistência, de que também aparece uma parte



O Presidente Getúlio Vargas, ao desatar o laço de fita simbólico, inicia a visita à Exposição



Vista de uma das galerias, que mostra a disposição dos mapas em painéis zigzagueantes. Ao fundo, o mapa do Brasil



O Presidente Getúlio Vargas, em frente ao mapa do município de São Borja, entre o Embaixador Macedo Soares e o engenheiro Cristóvão Lette de Castro

Pelo país inteiro, espalhou-se a rede ativa de pesquisadores, de cujas diligências resultou a elaboração de 1.574 mapas, em grande maioria adstrito ao modelo inicial.

Nem todos conseguiram as mesmas características técnicas, nem pretendiam equiparar-se a um tipo único de perfeição.

O grau de aproximação variará dos mais bem aparelhados, aos que de escasos recursos dispõem.

Consideradas, porém, a relatividade dos elementos, de que possam lançar mão os menos aquinhoados, bem como a carência de técnicos habilitados, a coleção cartográfica, pela sua opulência informativa, evidencia incomparável esforço, além da compreensão exata da campanha verdadeiramente nacional, que promoveu o Conselho Nacional de Geografia, ao solicitar a cooperação de tôdas as circunscrições administrativas do Brasil.

Nenhuma falhou.

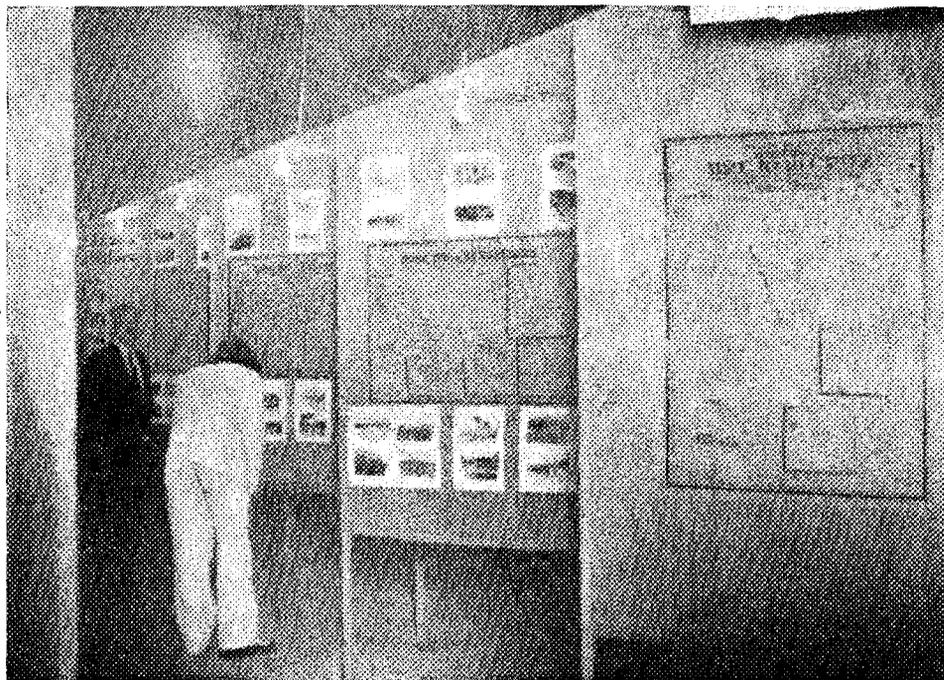
Nenhuma se eximiu a colaborar de boa mente.

E se mais não fizeram, é porque a muitas escasseam meios de atuação, tanto de ordem financeira, como técnica.

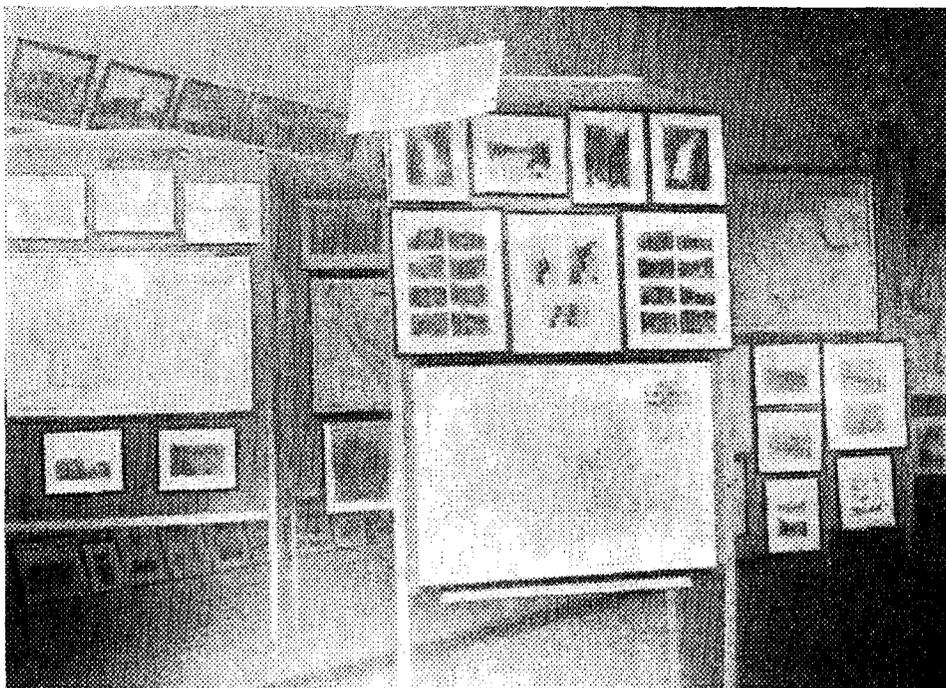
Tôdas, porém, porfiaram, com entusiasmo, em contribuir para a obra eminentemente nacional, como seja da representação do Brasil em carta mais aproximada possível da realidade.

E por isso, conseguiram, juntas, formar a notável coleção que mereceu os mais lisonjeiros louvores dos visitantes de escol, do primeiro dia ao derradeiro.

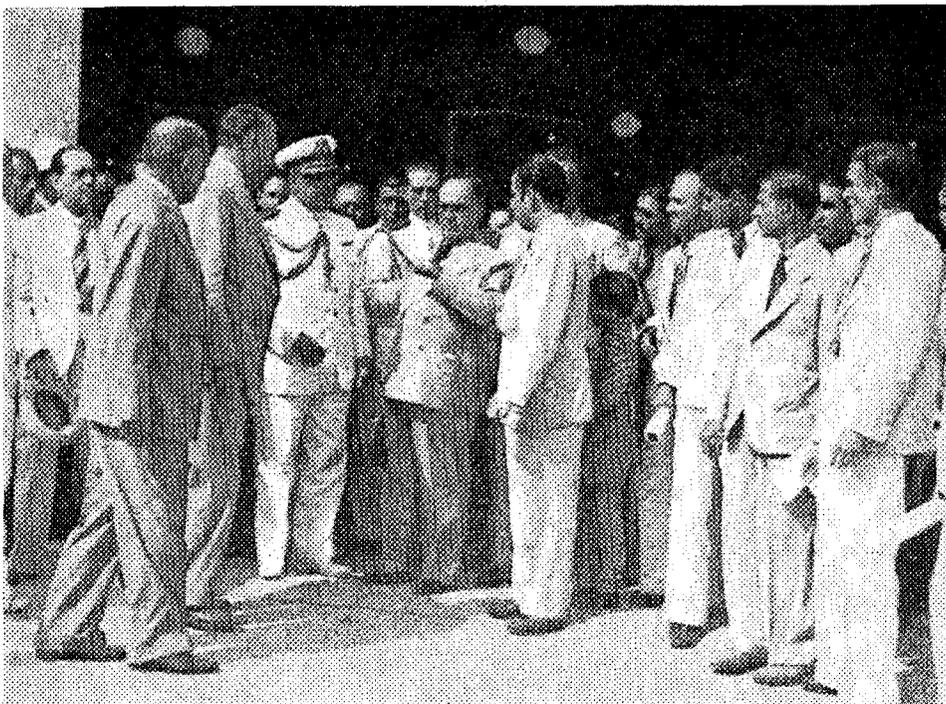
Por ocasião da abertura, após as alocuções congratulatórias, proferidas pelos Dr. C. Tavares Bastos, em nome da Sociedade Brasileira de Estatística, Dr. Licínio de Almeida, por delegação do Conselho de Estatística e Embaixador Macedo Soares, como Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quis o Snr. Presidente Getúlio Vargas manifestar as suas impressões, em conceituoso improviso, que valeu por desvanecedora recompensa aos obreiros do empreendimento cartográfico, do mesmo passo que lhes acrescia o entusiasmo para outras campanhas de igual valia e alcance nacionalista.



Outro aspecto da colocação, nos painéis respectivos, dos mapas rodeados de fotografias



Sala do Paraná, cujo arranjo, de acôrdo com o material cuidadosamente preparado pela sua delegação, apresentou peculiaridades apreciadas por todos os visitantes, e que lhe valeram a colocação em primeiro lugar



Depois de percorrer tôdas as galerias, o Presidente Getúlio Vargas, à porta da saída, resolve aplaudir o esforço do governo do Paraná, a quem envia telegrama de congratulações, escrito no próprio local da Exposição, a lapis, que ia tirando do bolso, quando o fotógrafo gravou em chapa o instantâneo do gesto respectivo

Interventor: Albano de Platão
Carvalho

Vendo de um momento a outro
 a exposição de mapas de todos
 os municípios do Brasil, e do
 próprio país da exposição
 enviada a esta comissão federal
 com toda a forma completa e
 brilhante em grande quantidade
 se faz representar.

José Carlos de Macedo Soares

Fac-símile do telegrama referido acima

"Tudo o que se tem feito", afirmou a eloquência presidencial ao sintetizar as provas concretas da atividade eficiente, que lhe foram patenteadas, "é o resultado do trabalho, da dedicação e do esforço dos técnicos do Instituto, conseguidos nos quadros de vários Ministérios e aqui reunidos.

"Esses técnicos, além da competência e da dedicação, teem empregado, nesse trabalho, fé e entusiasmo, sem o que nada é possível realizar de duradouro.

"Deve-se isto à reconhecida operosidade e ao desinterêsse patriótico do embaixador Macedo Soares, que, supervisando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade, tão próprias de seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em tôdas as empresas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir.

"Apreciando tais fatos e antes de encerrar esta sessão, para irnos, então, examinar o resultado consignado na exposição de mapas municipais, que servirão de base ao levantamento cartográfico do Brasil, quero apresentar a êsses dedicados servidores do país, com a declaração de que êles bem corresponderam à expectativa e às necessidades nacionais, as minhas felicitações e os meus agradecimentos".

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSE' CARLOS DE MACEDO SOARES

A 29 de Maio de 1936 instalava-se solenemente, nesta Capital, a nova entidade autárquica que em hora de feliz inspiração o Presidente Getúlio Vargas criara com o nome de Instituto Nacional de Estatística, e agora denominada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Naquele mesmo dia, o seu benemérito fundador, depois de colocá-lo ao lado da Secretaria da Presidência da República, no próprio Palácio do Catete, e confiando-lhe a direção ao titular da pasta do Exterior, declarou que lhe dava, assim, a sua "Casa e o seu Ministro". E que ela lhe proporcionaria, tão cedo quanto possível, — assim o esperava — os esclarecimentos necessários afim de que o Governo pudesse, com segurança, "fazer o Brasil maior e melhor".

Frase que exprime clara e segura compreensão do papel proeminente da estatística na civilização hodierna. Palavras que contem aquele mesmo imperativo categórico que o Instituto Central de Estatística da Itália recebeu do seu genial fundador, responsável por uma obra política, — controversa, é certo — mas que há de ser colocada sem favor entre as de maior amplitude e complexidade nos tempos modernos: "Constituir-se um instrumento da ação do Governo — no presente e no futuro". Conceito, ainda, que equivale, no seu sentido profundo, ao que formulou o Presidente Garfield, então à frente da República Norte Americana, por ocasião do 9.º Censo dos Estados Unidos quando pronunciou estas justas e expressivas palavras:

"O desenvolvimento da estatística obrigou os historiadores a reconstruir o passado, em moldes diferentes daqueles por que o vinham fazendo. Sempre consideraram o homem segundo o ponto de vista da gestão dos príncipes, das dinastias, dos regimes, das batalhas. Da massa social, da sua vida, do seu desenvolvimento, da sua força, dos seus elementos e das suas leis, — a história pouco ou nada disse.

"A pesquisa estatística penetra agora nas casas, nas indústrias, nas minas, nos campos, nas prisões, nos hospitais, em toda parte enfim onde a natureza humana manifestou sua insuficiência ou a sua potencialidade. Nesta exploração o estatístico descobre a origem da grandeza e da decadência das nações, e assim se transfigura em profeta da sua geração."

Ora, quatro anos são decorridos neste momento, a partir daquela data memorável. O antigo Ministro mantém nas mãos o árduo mandato que lhe outorgara uma honrosa confiança pessoal. E o Instituto, pela subordinação em que se conservou, ligado diretamente à Chefia do Governo, continua a ser parte integrante daquela Casa a que podemos bem chamar a "Casa do Brasil".

Mas se permanece nessas originárias ligações com a Presidência da República, a novel e inédita instituição terá sido também fiel ao mandamento recebido?

Era preciso "crescer, criar, subir". Era preciso expandir-se, tomar contacto direto com toda a realidade brasileira, em todas as perspectivas — luminosas ou sombrias — em que se sucedem no tempo e no espaço seus quadros inumeráveis. Era mister conquistar a colaboração das forças sociais. Impunha-se-lhe prover à formação técnica das suas coortes de agentes. Urgia assentar métodos próprios, planos gerais e de detalhe, roteiros de trabalho, medidas de racionalização. E providências outras, sem conta, faziam-se necessárias para que a máquina admirável ideada pelo Presidente Vargas pudesse funcionar a pleno efeito.

Teria o Instituto — repetimos — feito face vitoriosamente a esses ingentes objetivos?

Sim.

Tudo se fez, mercê de Deus, a tempo e a hora. E sem que se interpusesse longa expectativa até que os resultados comessem a aparecer.

Desde os primeiros meses de existência, o Instituto entrou a demonstrar a extraordinária fecundidade do pensamento de cooperação inter-administrativa em que se inspirara seu preclaro fundador, e ao mesmo tempo, a eficácia das medidas com que o amparava a suprema autoridade da República.

Sucediam-se rapidamente as fases de expansão e consolidação do grandioso organismo que o constituía.

Em Agosto, realiza-se a Convenção Nacional de Estatística. Em Novembro, é criado o Conselho Nacional de Estatística, que reúne no mês imediato o seu primeiro plenário. Em Março do ano seguinte, institue-se a ala geográfica sob a direção do Conselho Brasileiro de Geografia, denominado mais tarde, "Conselho Nacional de Geografia". Em primeira Assembléia Geral ordinária, funcionam os dois Conselhos, conjuntamente, em Julho do mesmo ano. Assinalam-se, ainda na órbita federal, além de muitas outras medidas menores: em Maio de 1937, a criação da Comissão Censitária Nacional e do Serviço Nacional de Recenseamento; em Setembro de 1938, a criação do Serviço Gráfico do Instituto; em Outubro, ainda desse ano, a autonomia do Serviço de Coordenação Geográfica.

fica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica; e em Junho de 1939, a organização da Divisão Técnica da Secretaria Geral do Instituto.

Na órbita dos Estados, os nossos anais registram, encadeando-se em ritmo acelerado e em movimentos que tiveram sempre compreensão nacional: primeiro, a instituição dos colégios dirigentes, — as Juntas de Estatística e os Diretórios de Geografia; depois, a criação ou remodelação dos seus departamentos centrais (não só os de estatística como os de geografia); a seguir, a instituição ou reorganização dos órgãos especializados necessários, tais como os serviços de estatística da educação, de estatística policial, criminal e judiciária, de bio-estatística. No plano municipal, engrenado nos sistemas regionais, ocorre a simultânea e paralela criação das duas séries de órgãos de ação local — as agências municipais de estatística e os diretórios municipais de geografia, — várias daquelas, nas Capitais estaduais, constituindo departamentos. E já agora, vemos em todo seu imponente desenvolvimento, o aparelho censitário, com seu órgão central na Capital da República e suas Delegacias Regionais, Seccionais e Municipais, constituindo uma rede admiravelmente unificada a cobrir em densa e sólida trama todo o território pátrio.

Mas enquanto assim se desenvolvia e consolidava o grande organismo federativo do Instituto, começavam, de outro lado, a amadurecer os frutos do seu labor.

Ainda em Dezembro de 1936, duas realizações marcantes. Com o aparecimento do *Anuário Estatístico do Brasil* desse ano, dava-se continuidade à série de edições dessa publicação, de alcance tão fundamental, que ficou o Brasil devendo ao patriotismo, à clarividência e à tenacidade admiráveis daquele cujo desaparecimento hoje choramos — Dr. Bulhões Carvalho — o “Fundador da Estatística Geral Brasileira”. E na mesma ocasião, achando-se reunida a 1.^a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, inaugurava-se no Instituto de Educação a memorável Exposição Nacional de Educação e Estatística, organizada pelo Instituto, tendo como colaboradora a benemérita Associação Brasileira de Educação. Segue-se a divulgação do *Anuário* de 1937, acompanhado da série já agora completa das suas separatas regionais. Vem ainda o pequeno resumo da estatística brasileira em esperanto, a que ficamos devendo uma das mais úteis propagandas do Brasil em todo o mundo.

Começam-se ao mesmo tempo os trabalhos geográficos. E sucedem-se de perto as primeiras providências relativas à realização do Recenseamento Geral de 1940, a quinta operação brasileira desse gênero.

Em síntese, contemplamos neste momento um panorama admirável de realizações. Mas realizações, não somente no terreno técnico, senão também no social, e ainda no próprio campo administrativo e político, tal como logicamente deve estar na finalidade dos órgãos de estatística no Estado moderno.

O Instituto, pela ação conjunta dos seus dois Conselhos, promoveu, orientou e controlou a campanha da revisão dos quadros territoriais brasileiros, lançada pela lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, a que se chamou com justeza a “Lei Geográfica do Estado Novo.

Êxito integral. Desapareceram as anomalias, as incoerências, as aberrações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República no que interessa à divisão judiciária e administrativa. Não mais limites imprecisos ou indefinidos, conformações absurdas, toponímias confusas, categorias sem expressão ou de significado variável, nem circunscrições acéfalas ou sedes fora de suas circunscrições. Acabaram-se também os casos de município envolvido por outro, bem assim, de modo geral, as ocorrências de unidades formadas por dois ou mais trechos de território não contíguo. Por um equívoco, que o Governo do Estado já reconheceu, e está procurando corrigir, apenas subsiste neste momento um caso único — no Brasil inteiro — de circunscrição com território não contínuo, — a comarca de Floriano, Estado do Piauí, cuja constituição se contrapõe ao estabelecido no art. 6, da lei n.º 311. Reparado êste erro, — o que não tardará, certamente, — estará a divisão territorial brasileira integralmente conformada a estes cânones da lei n.º 311: discriminação racional do território; limites verificáveis e verificados; categorias definidas e hierarquizadas; identidade de nomes entre as circunscrições e suas sedes; delimitação expressa, e segundo critério uniforme, das áreas urbanas e suburbanas das cidades e vilas; correspondência e articulação entre os quadros administrativos e judiciários; univocidade de nomenclatura entre as várias categorias de circunscrições territoriais; e simplificação e espírito de sistema nas designações toponímicas.

E sobre a base desse quadro assim racionalizado, e pela primeira vez — veja-se bem, pela *primeira vez* — conhecido com segurança na sua real situação no

momento; — sôbre êste fundamento seguro é que se estão desenvolvendo solidariamente duas grandiosas campanhas do Instituto.

A primeira é a do exato conhecimento da terra, através do levantamento cartográfico do país. Esse levantamento está se processando por etapas sucessivas e bem ordenadas, a saber: o preparo dos mapas dos municípios, já concluído; a determinação das coordenadas das sedes municipais, que já nos deu a posição de cerca de cem cidades brasileiras; a medida das altitudes, que se fará quanto às localidades e quanto aos pontos mais importantes; a sistematização normativa da cartografia brasileira, em vias de generalização; e, em desenvolvimento regular, a coligenda das efemérides geográficas, a elaboração do dicionário toponímico e o preparo de edição atualizada da Carta Geral do Brasil.

Mas se a primeira campanha logra tal alcance e tamanha extensão, o segundo dos citados empreendimentos fundamentais não tem menor relêvo. Trata-se do conhecimento atual da Gente Brasileira, mediante fotografia fiel, — verdadeiro “retrato de corpo inteiro” — que nos vai dar a grande operação censitária dêste ano. Para tanto, a competente máquina já foi completamente montada. Está conseguindo também o preparo da opinião pública para bem receber as suas indagações. E a planificação das pesquisas, — em que se enquadram, além de inquéritos complementares diversos, os campos dos chamados “Sete Censos”, — já se acha concluída.

População; agricultura e pecuária; comércio e indústria; prestação de serviços — coletivos e pessoais; comunicações e transportes; e ainda as instituições de beneficência, assistência, previdência, educação, cultura, religião; — eis os grandes setores da investigação censal dêste ano, numa extensão, profundidade e simultaneidade inéditas, não apenas no Brasil, mas em tôda a América Latina.

A par disso, foram lançadas a fundo e normalizadas, no seu desenvolvimento, as perquirições estatísticas de caráter permanente. Por meio delas preparam-se aquelas campanhas básicas a que acabamos de aludir, enquanto que, por sua vez, o seu prosseguimento se vai apoiar solidamente nos resultados destas, conseguindo a título definitivo dois objetivos até agora precariamente atingidos.

O relacionamento dos valores estatísticos apurados em cada circunscrição com o correspondente elemento de comparação especial — a área territorial, — é um desses objetivos. Constitue o outro o controle das estimativas anuais da população e da produção por intermédio das séries de dados que exprimem os aspectos de ponderação e progressão, deduzidos dos algarismos censitários no seu variado e complexo inter-relacionamento.

Mas não é só. Essas iniciativas — tão diferenciadas, tão penetrantes na vida nacional, de uma repercussão cultural tão acentuada em virtude do seu próprio desenvolvimento e continuação; essas iniciativas, já em si mesmas tão influentes pela maneira prudente, adequada, pertinaz, educativa, por que se exercem, e tão valiosas pelo acervo de revelações que lhes fica devendo o país no que respeita às suas próprias realidades; essas iniciativas — repetimos — não se satisfazem ainda com a significação que normalmente assumem em face do progresso nacional. E' que vão naturalmente muito mais longe. Proclamam e interpretam perante a Nação os segredos que os algarismos revelam. O sentido das cifras, através de relações, de índices, de esquemas e gráficos, é colocado ao alcance de todos, em forma leve, clara e sugestiva. Os grandes ajustamentos que os números reclamam, e as medidas que aconselham, e as campanhas que sugerem, são adequadamente focalizados, sob luz imparcial e serena, que oferece a cada cidadão a possibilidade de um julgamento completo e desapaixonado sôbre as conquistas da civilização brasileira, sôbre os seus problemas, sôbre suas necessidades e possibilidades.

Poucos exemplos bastam.

O caso da revisão territorial, em primeiro lugar. Colocado o problema com inteira objetividade, a consciência nacional alarmou-se ante a profunda e generalizada anarquia que reinava num dos planos fundamentais da vida do país. E assim impressionada, não lhes foi difícil aderir às medidas sugeridas para afastar o sombrio quadro vigente, sem embargo do alcance radical e quasi desmedido dessas providências, — tão singelas, tão bem distribuídas no tempo e no espaço, tão lógicas e simultaneamente tão flexíveis eram as linhas do esquema que consubstanciou a nova ordenação deliberada pelo Governo da República. E se, com isto, um formidável problema de organização nacional encontrou suave e completa solução, outra consequência sobreviria. O espírito público compreendeu em tôda a sua extensão o alcance econômico, social, administrativo e político da distribuição racional e equitativa do território entre as circunscrições que nucleiam e emolduram a vida da República. E em virtude da nova mentalidade daí decorrente, certo já estarão quasi desvanecidos os preconceitos e os

juízos errôneos que impediam a Nação de encarar de ânimo resoluto e visão desprevenida o problema de equilíbrio, de justiça e de harmonia, — problema tão fundamental para os destinos históricos da Pátria Brasileira, — qual se lhe apresenta, sem dúvida possível, o da revisão do seu quadro político.

Um segundo exemplo da influência político-administrativa do Instituto podemos encontrar no claro estado de consciência que a estatística nacional já criou, em todo o país, relativamente à criação ou remodelação racional dos registros públicos, de que possa resultar, pelo exato conhecimento, a direção segura dos fatores que condicionam a expansão rápida e equilibrada da vida brasileira. Assim está acontecendo com o registro civil; e ainda com o registro das indústrias, os registros contabilísticos das finanças públicas, os registros profissionais, etc. etc.

Ainda um terceiro exemplo daquele salutar influxo: a Resolução n.º 127, do Conselho Nacional de Estatística. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dera o Chefe da Nação a incumbência de formular sugestões para a lei de amparo à família. E não tardou que, por aquele ato, de um dos seus Colégios dirigentes, ficassem ordenadas claras diretrizes de uma larga e racional política de assistência à economia familiar. Mas, tal a flexibilidade das fórmulas propostas, tão objetivamente ficaram traçados os termos do problema social, tão prudentes e conciliatórias as medidas lembradas para a melhoria da condição dos trabalhadores, — que o esquema sugerido, no seu conteúdo e na sua forma, não sofreu até hoje a menor objeção, vinda de onde quer que fôsse. Pelo contrário, o pronunciamento do Instituto encontrou ambiente de franca e compreensiva simpatia no seio de tôdas as classes e grupos, merecendo, mesmo, o mais expressivo aplauso do preclaro episcopado brasileiro, que bem soube ver a nenhuma incompatibilidade entre o roteiro traçado pelo Conselho Nacional de Estatística para a obra brasileira de previdência social, de um lado, e do outro, a sábia, humanitária e prudente doutrina da Igreja Católica. O que prova que semelhante reforma, de alcance equivalente ao de avançados programas revolucionários, mas de tranqüila e pacífica realização, já está firmemente delineada no Brasil. Já é mesmo uma idéia em marcha vitoriosa, amparada pela opinião pública, graças à forma de que se pôde revestir sob a inspiração da viva realidade nacional, conforme as lições que o aparelho estatístico brasileiro soube extrair das suas observações sociais e dos seus levantamentos numéricos.

Esses exemplos bastam, dispensando referências às iniciativas do Instituto em prol de objetivos outros, quais, por exemplo: o preavaliamento prático do sistema métrico decimal; a vulgarização do uso, no país, do idioma auxiliar internacional; a racionalização do sistema ortográfico do idioma nacional, facilitando-lhe a aprendizagem e correto uso; o solucionamento e a especialização, em alto nível, dos servidores do Estado; a adoção de uma larga e arejada política de educação popular; o encaminhamento da divisão departamental (consórcios de municípios), tendo em vista revitalizar a órbita política municipal; a formação dos sistemas de cooperação inter-administrativa, para resolver sob o ponto de vista nacional e de forma definitiva aqueles problemas de base que ainda desafiam em conjunto as nossas três esferas governativas — os do fomento agrícola, da integração da rede rodoviária, da assistência médico-sanitária e da suficiente difusão do ensino primário e profissional.

Outra circunstância ainda merece ser lembrada aqui, para deixar bem assinalado esse aspecto superior das atividades estatísticas, tão admiravelmente compreendidas pelo Governo da República quando deliberou virtualizá-las, enfeixando-as no sistema federativo d'este Instituto. Refiro-me ao melhor conhecimento e julgamento do Brasil no Exterior. Através do intercâmbio intenso que o Instituto vem mantendo com as repartições estatísticas, institutos científicos e culturais, — entre os quais, sobretudo, as Universidades, — copioso material informativo sobre o país está hoje ao alcance dos estudiosos em numerosíssimos centros no estrangeiro. Devido a esse movimento, que tem levado a tôdas as partes do mundo notícias detalhadas sobre a estrutura e o funcionamento do sistema geográfico-estatístico brasileiro, demonstrações de admiração e de apreço temos merecido de ilustres técnicos e cientistas, que realçam calorosamente a originalidade e a eficiência do pensamento político que está orientando a nossa corajosa experiência. Dentre essas manifestações sobressai, pelo seu significado e repercussão, o honroso pronunciamento com que o 8.º Congresso Científico Americano, realizado este mês em Washington, distinguiu o Brasil.

E, como divulgação mais larga dos aspectos principais da vida brasileira, registram-se duas publicações de grande repercussão. Uma é o opúsculo em esperanto, anteriormente referido, e já em 2.ª edição. O Instituto o tem liberalmente distribuído, ora por intermédio das associações esperantistas do mundo inteiro, ora em virtude de solicitação direta de cidadãos de tôdas as nações, informados dessa nova iniciativa pelas revistas que servem à causa do Idioma

Universal. A outra é o *Brazil* — nova edição para 1938, em inglês, do utilíssimo repertório de informações sobre o país, que o Ministério do Exterior vinha organizando e cujo último número tivera o seu preparo confiado ao Instituto.

Eis aí, meus Senhores, em rapidíssima resenha, o que foram a expansão acelerada e as repercussões culturais do sistema estatístico-geográfico brasileiro, no breve transcurso de um quadriênio.

Creio que esta exposição terá sido bastante objetiva para dar a todos os que me ouvem a certeza de uma realidade magnífica.

Mas, neste recinto está o Brasil presente, na mais completa representação cartográfica e numérica ainda conseguida, para testemunhar irrecusavelmente — êle próprio — que os fatos referidos são conquistas definitivas da civilização pátria.

Aquí, neste primeiro setor, vêem-se, ao lado do primeiro número do *Anuário do Brasil*, de 1912 a 1916, as suas três edições sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, a última das quais saiu do prelo neste momento mesmo. É um documentário riquíssimo da evolução brasileira. No *Anuário* propriamente dito, a síntese, pelas Unidades Políticas, de todas as pulsações, de todas as ritmadas manifestações de progresso da vida da República, com ilustrações retrospectivas e de comparação internacional, — além de esquemas diversos sobre as normas legislativas referentes ao Instituto, sua estrutura, seu programa. Nas suas separatas regionais, o desdobramento e o enriquecimento desses números, com ilustrações adequadas, obtendo-se um quadro extraordinariamente minucioso e de fisionomia uniforme, sobre a vida de cada uma das Unidades da Federação. E em publicações especiais: aquí, — sínteses expressivas da vida da gente brasileira, como o é a própria *Sinopse do Brasil*, separata do *Anuário* de 1938, em português e inglês (também agora aparecida), e ainda o volume ilustrado *Brazil 1938*, em inglês, e o *Resumo Estatístico* em esperanto, cuja significação já ficou esclarecida; ali, — os Relatórios da Presidência do Instituto e os volumes da legislação que lhe diz respeito e das Resoluções dos seus Conselhos dirigentes; acolá, — publicações especializadas, umas de natureza estatístico-geográfica (destacando-se, dentre estas, a monografia do município de Santa Teresa), outras de natureza técnica (como o estudo sobre a estatística da produção), outras mais de finalidades administrativas, como o volume — *Divisão Territorial do Brasil*, que nesta data se começa a distribuir; e outras ainda de vulgarização da obra cultural do Instituto (palestras, cursos, conferências, etc.), além da *Revista Brasileira de Geografia* (5 números) e da *Revista Brasileira de Estatística* (o 1.º número).

Segue-se o mostruário do Serviço Nacional de Recenseamento. No exame dos seus elementos apreende-se de pronto o plano extraordinariamente desdobrado das pesquisas em preparo. Vê-se, ainda, o desenvolvimento do aparelho censitário, com o seu órgão central no Rio de Janeiro, e a ramificação em cada Unidade Política, em cada grupo seccional de municípios, em cada municipalidade, para atingir um a um os distritos brasileiros, e nestes a totalidade dos habitantes e dos seus estabelecimentos agro-pecuários, industriais, comerciais, de serviços, de transportes e comunicações, de ação social ou cultural. Observa-se também, em seus menores detalhes, o labor dessa máquina gigantesca, no preparo das fórmulas censitárias, no seu acondicionamento, na sua distribuição. E já em esboço, através de elaborações preliminares, as fainas de crítica, de tabulação e de exposição dos resultados, sem falar nas atividades administrativas e publicitárias que lhe completam o funcionamento.

Vemos, finalmente, o terceiro e o mais amplo setor dessa expressiva revista de mostra — o setor geográfico, — que está constituindo a 1.ª Exposição Nacional de Mapas Municipais, cuja inauguração, neste ano, dá marcante significado histórico à comemoração votiva do 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Faça-se aí a chamada dos 1.574 municípios brasileiros, e cada qual, do seu "stand", responderá: "Presente". E indague-se então de qualquer deles, ao acaso, — pobre ou rico, grande ou pequeno, populoso ou mal povoado, longínquo ou próximo, — que contribuição nos trouxe ou nos está trazendo para essa formidável revelação do Brasil. E êsse município, seja êle qual for, suponhamos o menor, ou o mais remoto, ou o de mais parcos recursos, — fará esta singela declaração, que profundamente comove o nosso patriotismo:

"Apresento minha imagem cartográfica, a mais perfeita que as circunstâncias me permitiram. Aí está minha hidrografia, com o relevo do meu solo. Aí se vê a rede dos meus povoados e dos meus meios de comunicação; e também a

minha subdivisão distrital, indicados os contornos perfeitos dos respectivos territórios. Trago ainda a planta da cidade em que o meu Governo tem sede e de cada uma das vilas que encabeçam meus distritos. Em tôdas essas plantas estão delimitadas as áreas urbanas e as suburbanas. A minha área territorial, no seu total e nas suas distribuições diversas, está revista ou em via de o ser. Trago mais algumas vistas características da minha fisionomia, quer urbana, quer rural, nos aspectos naturais e nos que a mão do homem criou, no seu esforço incansável de civilização. E apresento igualmente o texto descritivo dos seus limites e um breve relato do que foi o milagre de vontade e patriotismo que, no lapso curtíssimo de um ano e meio, depois de me dar estabilidade, divisão racional e sistematização de hierarquia e toponímia, me deu ainda a indumentária civilizada com que compareço a êste comício, — que parece silencioso e, contudo, grita bem alto a capacidade realizadora da Nação Brasileira”.

E o mesmo município acrescentará: “Além de tudo isso, os meus números, expressos ou englobados nos totais do Estado a que pertencço, estão, todos, nas publicações do Instituto, a revelar realizações, lutas, necessidades e, sobretudo, as grandes cousas que o Brasil precisa e deve fazer, para benefício dele e de cada uma de nós — municipalidades brasileiras, suas células matrizes. Venho labutando, no afã de melhorar dia a dia a minha agência de estatística, a colaboradora dedicada da grande campanha que quer dar ao Brasil a integral visão de si mesmo. E empenho tôda a minha boa vontade e todos os meus recursos para que a operação censitária possa em Setembro revelar o que não cabe na órbita dos inquéritos anuais”.

Eis, aí, meus Senhores, nessa voz anônima, que se ergueu, a voz do próprio Brasil. Depois do que ouvistes e diante disto, bem sentis, bem haveis de compreender o que tem sido o lidar fecundo e sem trégua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aí estão suas surpreendentes realizações. Tendes aqui, materializados, os frutos das suas campanhas. Ouvireis, interpellando um a um os municípios da grande Pátria Brasileira, a que ides passar revista dentro em pouco, o alcance e o valor do esforço que a Nação está fazendo para se conhecer a si mesma. E o vosso patriotismo exultará...

Até aqui, o nosso ato de consciência. Ele nos diz que o Instituto não faltou à sua missão. Pelo contrário. Cumpriu galhardamente o seu dever, honrando a confiança que nele depositou o Chefe da Nação, correspondendo à expectativa do Povo Brasileiro.

Mas precisamos fazer também o nosso ato de propósito. E êste será brevíssimo, porque preferimos que, em lugar de promessas, falem os fatos.

Queremos, apenas, afirmar que o nosso esforço “não esmorecerá, para não desmerecer”.

A campanha geográfica vai prosseguir nas suas subseqüentes etapas, que nos darão a nova cartografia geral do Brasil, e os mapas dos Estados, e as Efemérides Geográficas Brasileiras, e o Dicionário Toponímico, e o Atlas Estatístico-Corográfico dos Municípios.

A campanha censitária terá normal desenvolvimento, oferecendo ao país os seus Sete Censos e as monografias ilustrativas que o plano da operação fixou, tal qual se vê indicado em expressivo esquema do respectivo mostruário.

E a campanha estatística continuará, com intensidade e profundidade crescentes, revelando com segurança cada vez maior e compreensão constantemente alargada os aspectos essenciais da vida brasileira e as possibilidades do seu progresso.

Mas o Instituto continuará também a tirar dos seus números, dos seus gráficos e dos seus mapas as lições que êles contiverem, para oferecê-los lealmente à Nação e ao seu Governo, na forma que mais facilite a sua apreensão e os ajustamentos que sugerirem.

Prosseguirá igualmente a divulgação das cousas do Brasil, tanto no exterior como também no interior, mantendo o intercâmbio e a cooperação que já estabeleceu com as instituições culturais, e especialmente as educativas, pelas quais distribue abundante e adequado material informativo.

Três objetivos máximos, porém, se lhe oferecem.

O primeiro — e o mais próximo — é o IX Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se em Setembro na cidade de Florianópolis. A iniciativa dêsse grande certeza cabe à operosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, achando-se à testa da sua Comissão Executiva o Ministro Bernardino José de

Sousa, cuja extraordinária capacidade realizadora, a par de um devotamento ilimitado, oferece ao Conclave o penhor de um êxito magnífico. O Instituto, pelas suas três alas, coordenado o seu concurso pelo Conselho Nacional de Geografia, traduzirá a sua adesão ao Congresso numa colaboração desdobrada e eficaz, visando enriquecer ao máximo suas virtualidades como instrumento, a um só tempo, de difusão e solidariedade cultural, de estímulo e coordenação do trabalho científico e do melhor conhecimento do Brasil.

O preparo da Exposição de Educação e Estatística de Goiânia, é o segundo dos nossos maiores objetivos atuais. Esse grande certame realizar-se-á provavelmente em Junho de 1941, promovido pelo Instituto sob os auspícios do Governo do Estado e solidariamente com a Associação Brasileira de Educação, ao ensêjo da cerimônia inaugural da nova capital de Goiaz.

Comemorar-se-á assim, condignamente, a grandiosa realização do espírito bandeirante dos brasileiros, que está colocando no coração do Brasil a grande e moderna *urbs* que lhe faltava, e que a mentalidade privilegiada de um jovem estadista se dedicou com insuperável decisão a realizar, — destinando-a a ser um foco poderoso de irradiação civilizadora. E o Congresso de Educação, que, a esse ensêjo se reunirá em a nova metrópole, terá como "leitmotiv" do seu programa o estudo dos nossos problemas de educação sob esse aspecto de força integradora da unidade e da grandeza nacional, pela preparação eficiente e harmoniosamente diferenciada do homem brasileiro para os seus vários destinos, nos diversificados *habitats* que o território pátrio lhe oferece.

A terceira realização máxima em que se vão concentrar nossos esforços é a construção da sede do Instituto. E havemos de conseguí-la à altura dos nossos objetivos. Pretendemos erigí-la com o concurso de todos os brasileiros. Por isso mesmo, desejamos que o sacrifício que esse edifício magnífico vai erigir sirva à coletividade da melhor maneira possível. Queremos que essa obra d'arte arquitetônica seja um ornamento da cidade e se torne também uma como "sala de visitas" da cultura brasileira.

Para tanto o edifício se destinará, não só a acolher os colégios dirigentes do Instituto e seus Órgãos Executivos Centrais, mas, ainda, um grupo numeroso das mais expressivas instituições culturais de âmbito nacional, até agora mal e dispersamente instaladas. E, assim, nessa colmeia admirável, que será o Silogeu Brasileiro, se instalarão, além da Geografia e da Estatística: — o Direito e a Medicina; a Literatura, o Teatro e as Belas Artes; a História e a Ciência; a Educação e a Religião; a Imprensa, a Cinematografia, a Radiodifusão, — numa palavra, tôdas as forças espirituais da Nação. A par disso, a monumental construção abrigará algumas das repartições federais de mais elevada significação cultural, que ainda não tenham sede adequada. E nela o Instituto manterá, conjugadamente, a Exposição Permanente de Educação e Cultura e o Planetário "Cruzeiro do Sul", ambos com finalidade educativa, de recreio e de instrução popular.

Bem vejo que espanta a audácia do nosso programa. Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ama as grandes empresas, e se dedica a realizá-las, tendo nas mãos uma vara de condão, que move virtudes mágicas, — as virtudes da mútua compreensão entre os homens e da conjugação, cordial e harmoniosa, de propósitos, inteligências e sentimentos, visando conquistas superiores do espírito.

Para terminar, meus Senhores, rende o Instituto o seu preito de gratidão a todos os cidadãos, a tôdas as instituições, a todos os Governos que o teem ajudado a levar adiante seus audaciosos cometimentos.

Entretanto, a justiça ergue a sua voz para nos exigir algo mais. E cumpre atendê-la.

Neste grato ensêjo, — é-nos imperativo do coração e da consciência, — rendamos, de pé, numa vibrante salva de palmas, comovida homenagem ao grande patrono da instituição, ao seu inclito fundador, o Presidente Getúlio Vargas.

Sua Excelência criou o I. B. G. E. e indicou-lhe a empresa magnífica a que se deveria dedicar. Liberalizou-lhe os recursos, na medida que as circunstâncias permitiam. Deu-lhe a precisa liberdade de movimentos, cercou-o de prestígio. Amparou-o com suas palavras de conselho e a força da sua autoridade. E esperou confiantemente.

Creio que o Instituto correspondeu a essa confiança. Mas o seu êxito resultou das diretrizes que lhe ditou o Presidente Getúlio Vargas, — honra lhe seja! — quando nos entregou os destinos do grandioso sistema.

Repitâmo-las, como fêcho de ouro destas palavras, afim de que a Nação bem compreenda o nosso milagre de eficiência:

“Espírito de cooperação, espírito de iniciativa, espírito de verdade, espírito de transigência. Numa palavra: espírito de progresso, mas sem esquecer nunca o espírito de ordem.”

A elas temos sido fiéis. Assim temos ganho belas vitórias. E esperamos muitas outras, a bem do Brasil.

ATUALIDADE DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA

Conferência proferida pelo Eng. Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, proferida no Instituto de Estudos Brasileiros, no dia 28 de Junho de 1940

I — INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,
Senhores Componentes da mesa,
Minhas Senhoras e meus Senhores.

Agradecimento Confesso-me feliz por ocupar esta tribuna. Não pela sua culminância, porque esta —, demasiada para mim —, ao contrário, gera aflições. Mas pela sua ambiência, porquanto aqui, no Instituto dos Estudos Brasileiros, a inteligência se devota inteira ao nosso querido Brasil, e aqui, na consideração elevada dos magnos problemas brasileiros, há manifestações de um patriotismo sadio, patriotismo de olhos abertos, que vê as possibilidades reais para que melhor se aproveitem, mas que sobretudo vê as deficiências para corrigi-las ou afastá-las.

Sejam, pois, minhas primeiras palavras uma saudação calorosa a êsse privilegiado Instituto, ao qual desejo de início render minhas homenagens respeitadas.

E ao seu ilustre presidente, personalidade marcante em nosso meio cultural, formulo agradecimento pelo honroso convite que originou êste momento, como disse e repito, para mim tão feliz.

Meus senhores.

Labutando em Geografia do Brasil, por força do cargo que ocupo, como Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, não me foi difícil atender ao convite recebido, trazendo, afim de ser aqui ventilado, assunto bem enquadrado no campo da pesquisa cultural dêste Instituto.

A razão dessa afirmativa é fácil de ser compreendida: a Geografia, porque estuda a terra, e a Cartografia, porque a representa, fornecem, no seu aspecto ativo, temas interessantes em torno do melhor conhecimento do território nacional. E, por certo, estudo mais brasileiro não se poderá apresentar do que aquele que considera a própria terra brasileira.

A Geografia, por isso, desempenha papel preponderante na educação moderna como ciência nacionalizadora.

**Geografia
Ciência** E' ciência a Geografia, e das mais amplas e importantes, porque, no seu sentido atual, ela se preocupa sobretudo com a explicação dos fenômenos de superfície, qualquer que lhes seja a natureza — física, biológica ou humana —, desde que o fenômeno manifeste a sua ocorrência em extensão terrestre. O estigma de ciência, que no seu tempo fez escola, — "cognitio rerum per causas" — se aplica à Geografia que, hoje, procura saber *porque* cada fenômeno se expande pelo território. E como toda ciência, dispõe a Geografia de campo próprio para as pesquisas que lhe são peculiares. Emanuel De Martonne, expressão rutilante da gloriosa cultura geográfica francesa, sintetizou a conceituação moderna da Geografia em uma frase lapidar:

"Le souci de l'explication donne à la Géographie moderne son caractère scientifique; la double préoccupation de l'extension et de la corrélation des phénomènes assure son individualité".

Frase que deveria se inscrever nas paredes de todas as salas de aula geográfica e gabinetes de Geografia.

**Geografia
Nacionalizadora** E' profundamente nacionalizadora a Geografia. Quanto ao seu objeto, evidentemente, porque nela há a consideração obrigatória, permanente e exclusiva do território nacional.

Quanto à sua metodologia — como técnica especializada de pesquisa, como elemento de instrução ou como instrumento de educação — a Geografia se constitui poderoso fator de nacionalismo, no campo, no gabinete ou na escola.

Tanto assim que todo aquele que nela opera — seja no campo, levantando dados territoriais ou interpretando a paisagem, seja no gabinete, preparando e examinando cartas ou estudando os fenômenos em sua distribuição terrestre e em sua conexão, seja na escola, ministrando conhecimentos ou ensinando a interpretação do meio ambiente ou salientando as suas correlações com a atividade humana — todo aquele, que à Geografia se aplica, redobra em seu coração o sagrado amor à Pátria querida.

Daí a importância da Cartografia, que apresenta em miniatura o território, tal como é êle conhecido.

A Geografia levanta, pesquisa, analisa, conclue; a Cartografia representa em forma adequada os resultados dessas investigações. Aquela dá o fundamento, esta o acabamento; uma prepara, outra apresenta.

A Geografia e a Cartografia mantem entre si tão íntima relação que se poderia enunciar o princípio básico da Geografia moderna — o Princípio da Extensão —, afirmando que, em rigor, um estudo só é legitimamente geográfico, quando os seus resultados puderem ser expressos cartograficamente. A carta é, assim, por excelência, o documento do geógrafo. No livro, os outros cientistas apresentam as conclusões das suas pesquisas, esmerando-se em que as palavras do texto tenham o significado preciso e adequado, como expressão fiel do pensamento. Já o geógrafo, fala sobretudo com o traço, apresenta de preferência o mapa, onde a precisão de linguagem está na localização rigorosa, ao décimo de milímetro, de cada elemento figurado.

Plano da Conferência

Diante do exposto, meus senhores, bem se justifica o tema que escolhi para esta palestra, — “Atualidade da Cartografia Brasileira” —, que, no meu parecer, se reveste de justeza e propriedade.

Vou explaná-lo, obediente à seguinte orientação: dizer o que se está fazendo em Cartografia, com sentido nacional, sob o influxo do órgão coordenador das atividades geográficas no país — o Conselho Nacional de Geografia.

II — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Para melhor compreensão do tema escolhido faz-se mister esclarecer o que é êsse Conselho, que tem a alta finalidade de sistema nacional de coordenação das atividades geográficas no país. E' o que farei, preliminarmente, em sumária exposição. As atividades geográficas no Brasil, hoje, se entrosam em um grande sistema, que compreende o CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA e o QUADRO EXECUTIVO. O Conselho é o aparelho coordenador, que orienta, conduz, supervisiona as campanhas geográficas no país; o Quadro Executivo, por sua vez, compreende os elementos de execução, isto é, os serviços que, nas várias esferas administrativas — federal, estadual, municipal e particular — exercem atividade de caráter geográfico.

Para efetivar a sua função peculiar, em extensão cobrindo todo o país, em profundidade penetrando tôdas as camadas de responsáveis pelos destinos da nacionalidade, o CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA compõe-se de numerosos órgãos que se diversificam pelas funções — uns são deliberativos, outros opinativos, terceiros informativos.

Destinados a fixar as normas operantes do Conselho, nos vários âmbitos de atuação, há, como órgãos deliberativos, a Assembléia Geral e os Diretórios. A Assembléia, que se reúne anualmente, é o órgão supremo do Conselho, a cujas deliberações devem submeter-se todos os demais órgãos e tôda a atuação do sistema. Como lhe cabe estabelecer planos e normas gerais, bem assim diretrizes de campanhas a se desenvolverem com a cooperação geral, a Assembléia tem apropriada feição político-administrativa, porquanto é constituída de delegados dos Governos da União e das Unidades Federadas e de representantes das instituições privadas integradas no Conselho. As suas decisões envolvem, pois, um compromisso dos Governos central e regionais, o que muito vale na hora das realizações, ao se concretizarem os objetivos consubstanciados naquelas resoluções. Criado em 24 de Março de 1937, pelo decreto n.º 1.527, e instalado a 1.º de Julho do mesmo ano, o Conselho já realizou três sessões da sua Assembléia Geral, nos anos de 1937, 1938 e 1939, tomando 64 Resoluções, em que são considerados numerosos e importantes problemas da Geografia brasileira.

Os Diretórios, por seu turno, atuam durante todo o ano, exercendo a sua influência coordenadora nos âmbitos administrativos respectivos.

O Diretório Central, na Capital da República, constituído de delegados dos Ministérios, reúne-se quinzenalmente, promovendo o concurso da administração federal nas iniciativas do Conselho.

Os Diretórios Regionais, — um em cada Capital da Unidade Federada, sob a presidência de um Secretário de Estado, — analogamente, interferem junto das administrações regionais respectivas em favor dos objetivos do mesmo Conselho.

Os Diretórios Municipais, por sua vez, nas sedes dos Municípios, excluídos as Capitais de Unidade Federada, congregam os elementos melhor conhecedores da região, constituindo-se também órgãos informativos locais. E' consolador anunciar que já se acham instalados no país 1.518 Diretórios Municipais de Geografia, o que representa, em relação ao total dos 1.552 previstos, uma proporção de 98%, ou seja praticamente a totalidade.

Como órgãos opinativos, que elaboram estudos e planos, dispõe o Conselho: 1.º das Comissões Técnicas, permanentes umas, especiais outras, as quais teem por finalidade o estudo de determinados problemas, constantes ou episódicos, da Geografia Nacional; 2.º do Corpo de Consultores Técnicos, que compreende Consultorias nacionais e regionais, as quais assistem aos Diretórios respectivos, sob a forma de resposta a consultas formuladas.

O QUADRO EXECUTIVO é o conjunto dos serviços oficiais e instituições privadas compreendidos na coordenação exercida pelo Conselho, aqueles em virtude de lei e estas mediante filiação. Nessa coordenação, o Conselho não interfere na direção dos serviços especializados, que continuam subordinados às autoridades competentes. Nem lhes impõe normas e diretrizes, que se aplicam por força de lei ou voluntariamente. Muito ao contrário, o Conselho atua, coordena, sugerindo, promovendo, aconselhando, colaborando, sobretudo junto às autoridades do país de cujas decisões emanam leis, recursos e providências administrativas em proveito dos serviços técnicos subordinados, aos quasi são confiados os encargos da execução dos trabalhos especializados.

Desdobrando-se nas várias esferas administrativas do país, o Quadro Executivo dispõe, em cada uma delas, de um órgão executivo central, no qual se apóia a atuação do Conselho no âmbito respectivo, e de órgãos cooperadores cujas atividades interessam à Geografia.

Exemplificando — na organização federal, o Quadro Executivo dispõe de um órgão executivo central, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, e de vários órgãos cooperadores, que são os serviços ministeriais, que se ocupam direta ou indiretamente de Geografia, como os conceituados serviços geográficos das classes armadas, o Serviço Geográfico do Exército e a Diretoria de Navegação da Marinha, cuja colaboração é condicionada em face da natureza especial dos mesmos, como a Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas do Ministério da Viação, e tantos outros.

III — ESTADO ATUAL DA CARTOGRAFIA NACIONAL

Consideremos agora, então, o tema escolhido, isto é, vejamos, no estado atual, o que o Conselho está fazendo em proveito da Cartografia brasileira. Nesse particular três empreendimentos fundamentais aparecem na primeira linha: o empreendimento dos mapas municipais, o empreendimento da uniformização cartográfica, o empreendimento da atualização da Carta Geográfica do Brasil.

Campanha dos mapas municipais

A Campanha dos Mapas Municipais merece primazia de explanação, por um motivo especial, porque foi da exposição desses mapas, há dias encerrada, que nasceu a idéia do convite para a presente palestra, cujo tema também naquela exposição se inspirou.

LEI GEOGRÁFICA DO ESTADO NOVO, tal como é cognominado o decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, prescreveu que tôdas as Prefeituras brasileiras apresentassem, dentro de determinado prazo, os mapas dos territórios dos Municípios respectivos. Nasceu assim a memorável campanha.

A lei 311, que dispõe sobre a divisão territorial do país, foi solicitada ao Governó da União pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afim de pôr termo ao caos existentes nos quadros territoriais brasileiros. Realmente aquela situação não podia continuar, pelo seguinte: 1.º poucos eram os Municípios,

parcelas dos Estados, e raríssimos os distritos, subdivisões dos Municípios, que tinham seus limites descritos, e dessas descrições a maior parte era defeituosa, umas por irreconhecíveis no terreno, outras porque cobriam terreno alheio, quando não fôsse fantásticas ou tendenciosas; 2.º) não havia, em regra geral, possibilidade de comparação entre os dois quadros territoriais principais, o administrativo e o judiciário, pela falta de um elemento de referência comum; 3.º) com frequência se verificava descontinuidade territorial pela formação de circunscrições com glebas afastadas umas das outras, tendo-se mesmo constatado esse fato pitoresco de certo Município ter sede em sítio fora do próprio território; 4.º) a mudança dos quadros territoriais era a bem dizer diária, tão amiúde leis, baixadas ao sabor das conveniências do momento, extinguíam ou criavam circunscrições; 5.º) a nomenclatura e a categoria das sedes de circunscrições não obedeciam a normas uniformes.

Eis aí esboçados os principais inconvenientes. A lei 311 veio determinar o estabelecimento da ordem, firmando princípios, dentre os quais relevam: a obrigatoriedade da descrição dos limites de tôdas as circunscrições, a comparabilidade dos quadros administrativos e judiciários, a continuidade territorial de tôdas as circunscrições, a inalterabilidade dos quadros territoriais fixados quinzenalmente por leis gerais, a sistematização da categoria das sedes circunscricionais e da nomenclatura destas sedes mediante coincidência com a das circunscrições administrativas respectivas, a caracterização urbanista das sedes municipais e distritais pela fixação do efetivo predial mínimo e pela delimitação dos perímetros urbanos e suburbanos, a obrigatoriedade da representação cartográfica das circunscrições e de suas sedes.

Legítimo, portanto, o cognome que se lhe aplicou de Lei Geográfica do Estado Novo.

Quanto à campanha dos mapas municipais, a lei 311 atribuiu ao Conselho o encargo de baixar as instruções e normas por que se deveriam regular os trabalhos, e em especial os requisitos mínimos a que os referidos mapas deveriam satisfazer. Com presteza, agiu o Conselho, porquanto, publicada a lei no "Diário Oficial", do dia 7 de Março, foram prontamente aprovadas as Resoluções ns. 2 e 3 do Diretório Central do Conselho baixando as referidas normas técnicas, as quais ainda no mesmo mês foram expedidas aos órgãos regionais para conhecimento das Prefeituras.

Decaindo sôbre os seus ombros, graves responsabilidades no êxito da campanha, coube ao Conselho uma atuação intensa e vigilante, em missão de verdadeiro estado maior. E essas delicadas funções, os órgãos centrais do Conselho desempenharam com dedicação e acêrto, desdobrando suas atividades nos serviços de comunicações e de assistência, de tal modo que, do centro, foi efetivamente conhecido, com minúcia, e a tempo, o andamento dos trabalhos em cada recanto do país, em tôdas suas fases, bem como prestadas instruções e auxílios técnicos onde e quando se fizeram necessários.

E' oportuno e interessante dizer como a campanha se desenvolveu no país. Houve uma recomendação do Conselho, inspirada no conhecimento da realidade brasileira, no sentido dos trabalhos técnicos da elaboração dos mapas municipais serem centralizados na repartição estadual especializada. O Conselho nesse particular apeiou encarecidamente para os governos estaduais, dos quais dependia a implantação do recomendado regime de cooperação entre o Estado e as suas Prefeituras. De acôrdo com a previsão, caberia ao Estado a direção técnica e a execução dos trabalhos, de campo e de escritório, competindo às Prefeituras contribuir com recursos para a realização englobada da campanha e prestar informações e dados complementares. Essa orientação impunha-se por três motivos imperiosos: 1.º) a interferência direta do governo estadual constituía uma garantia a mais para o êxito da campanha, garantia a bem dizer decisiva; 2.º) a execução centralizadora imprimiria aos trabalhos uniformidade de métodos de levantamento e de apresentação cartográfica; 3.º) da centralização resultariam necessariamente economia decorrente da planificação dos trabalhos em conjunto, e eficiência, pela obtenção de resultados melhores, graças sobretudo à possibilidade de seleção dos técnicos, diretores e executores dos trabalhos.

Felizmente, a recomendação foi compreendida e adotada na maioria das Unidades Federadas, porquanto o regime de cooperação preconizado vigorou nas seguintes 14 Unidades: Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte São Paulo, Sergipe, Território do Acre.

Nos demais Estados, os mapas foram executados pelas próprias Prefeituras, limitando-se a administração estadual a prestar-lhes a possível assistência. Nesse particular, é justo destacar-se o Estado da Baía, cujo Serviço Geográfico

se dedicou a fundo à campanha e exerceu sobre as Prefeituras um controle seguro, que produziu os melhores resultados compatíveis com tal sistema de trabalho.

A campanha cartográfica, impressionante pela extensão, profundidade e intensidade com que se desenrolou, exigiu, durante mais de dois anos, uma mobilização admirável de técnicos — astrônomos, geodestas, trianguladores, topógrafos, cartógrafos, desenhistas, — que, numerosos e dedicados, ofereceram contribuição inestimável para o melhor conhecimento do território nacional, sobretudo nas Unidades Federadas, em que, graças ao regime de cooperação preconizado e adotado, houve maior estabilidade e intensidade dos trabalhos de campo.

O êxito da memorável campanha dos mapas municipais representou, pois, uma legítima vitória nacional, demonstração que foi da compreensão, do patriotismo, da cultura e do esforço dos brasileiros.

O desfêcho da campanha, como cumpria, foi brilhante. Fêcho de ouro. "Finis coronat opus". Isso, a 29 de Maio último, com a inauguração solene da EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS, na Capital da República.

A presença do Presidente da República, que a inaugurou, teve um sentido — o Chefe da Nação proclamar uma vitória nacional.

Do que foi a Exposição Nacional dos Mapas Municipais bastam poucas referências porque, encerrada há dias, ainda se retém viva na mente dos visitantes a impressão surpreendente e ainda ecoam aos ouvidos as palavras de entusiasmo com que, grandes nomes do meio cultural do país, exaltaram o certame, através da imprensa.

Uniformização Cartográfica

A Uniformização da Cartografia Brasileira é outra iniciativa do Conselho, muito louvável e proveitosa. A Assembléa Geral do Conselho deliberou constituir uma Comissão Técnica especial para estudar as bases dessa uniformização.

A Comissão compôs-se de notáveis especialistas no assunto, designados pelas autoridades governamentais competentes; são eles: Cte. Antônio Alves Câmara, diretor do Serviço Hidrográfico da Armada, presidente da Comissão, designado pelo Ministro da Marinha; Prof. Alirio de Matos, catedrático de Geodésia e Astronomia de Campo da Escola Nacional de Engenharia, relator, designado pelo Ministro da Educação e Saúde; Capitão Cristóvão Falcão Castelo Branco, técnico do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, designado pelo Ministro da Guerra; engenheiro Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, designado pelo Governador do Estado; engenheiro Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, designado pelo Interventor do Estado.

Instalada a 3 de julho de 1939, a Comissão realizou várias reuniões, estudou minuciosamente o problema, nos seus variados aspectos, e aprovou importante relatório, em que são recomendadas as diretrizes gerais da uniformidade cartográfica.

De acôrdo com o processo prefixado pela Assembléa do Conselho, êsse relatório se constitui base de estudos, e como tal, será presente aos meios técnicos do país, para que apresentem as suas sugestões. Nessas condições, depois de colhida a colaboração das instituições interessadas no assunto, será possível promover-se a fixação em lei de um plano definitivo de uniformização cartográfica, que represente a opinião geral.

Os estudos realizados permitem prever que serão fixadas normas técnicas, quanto ao sistema de projeção, escala, quadro de convenções, tamanho de folhas, e demais particularidades, para as seguintes cartas brasileiras: *Carta Geográfica* ao milionésimo, que obedecerá às convenções internacionais da Carta do Mundo; *Carta Corográfica*, na escala de 1:250.000; *Carta Topográfica*, na escala de 1:100.000 para o caso de levantamentos menos rigorosos, e na escala de 1:50.000 para o caso de levantamentos mais precisos e completos, especialmente os efetuados pelo processo aerofotogramétrico.

Portanto, próximo está o dia, venturoso para nossa cultura, em que no Brasil teremos a conveniente apresentação cartográfica dos trabalhos geográficos e topográficos realizados, de tal forma que contribuam efetiva e diretamente para o preparo das Cartas Brasileiras de conjunto, embora êsses trabalhos abranjam parcelas do território nacional e sejam executados por instituições diferentes.

Atualização da Carta Geográfica do Brasil

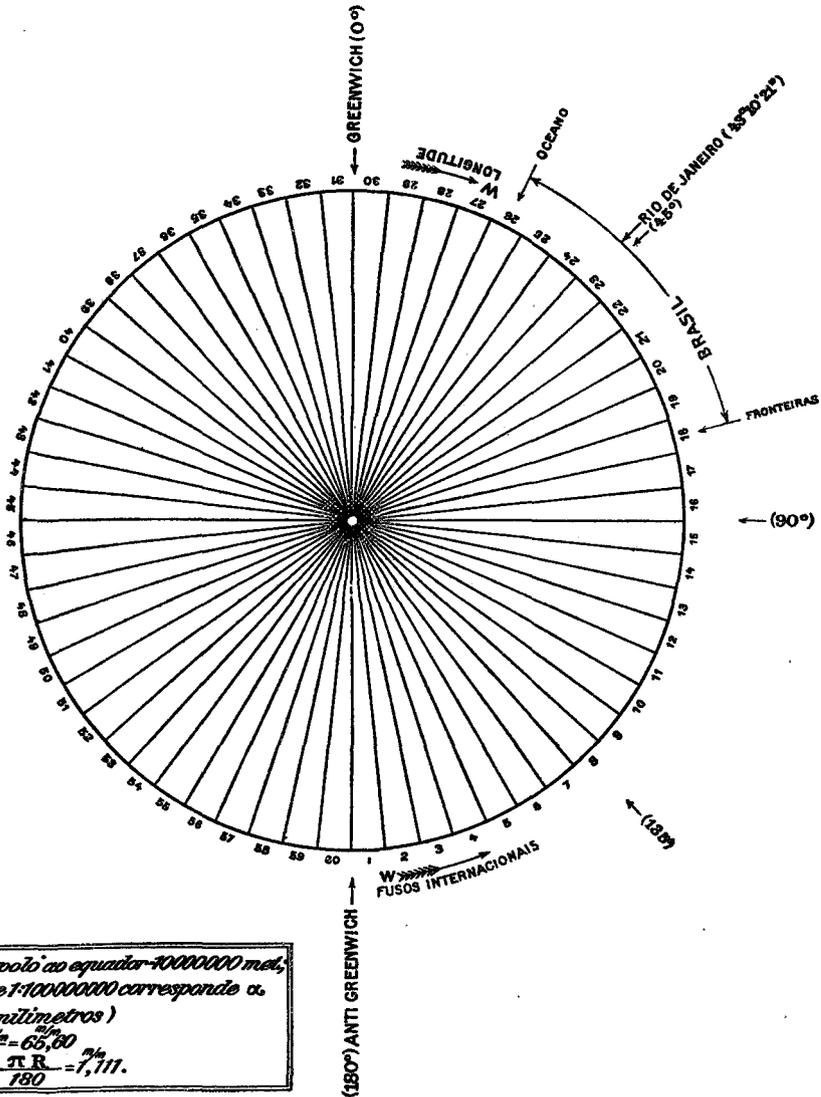
Abordarei agora o terceiro dos empreendimentos cartográficos anunciados, que é a atualização da Carta Geográfica do Brasil, na escala de 1:1.000.000.

Trata-se do preparo de uma segunda edição dessa Carta, porquanto, em 1922, em comemoração ao Centenário da nossa Independência política, o Clube de Engenharia, devidamente autorizado pelo Governo da República, publicou a 1.ª edição, que por isso é mais conhecida por "Carta do Centenário".

Essa Carta oficial faz parte da Carta do Mundo, convencionada pelas Conferências Internacionais de Londres em 1909 e de Paris em 1913, que fixaram a escala no milionésimo.

De acôrdo com as convenções internacionais aprovadas para a Carta do Mundo, o Globo terrestre é distribuído em fusos de 6.º, contados a partir do Meridiano de Greenwich, e cada fuso subdividido em faixas por paralelos de 4.º em 4.º, contadas as latitudes a partir do Equador como sempre. Nessas condições, a Carta se apresenta em fôlhas, dimensionando 6.º em longitude e 4.º em latitude.

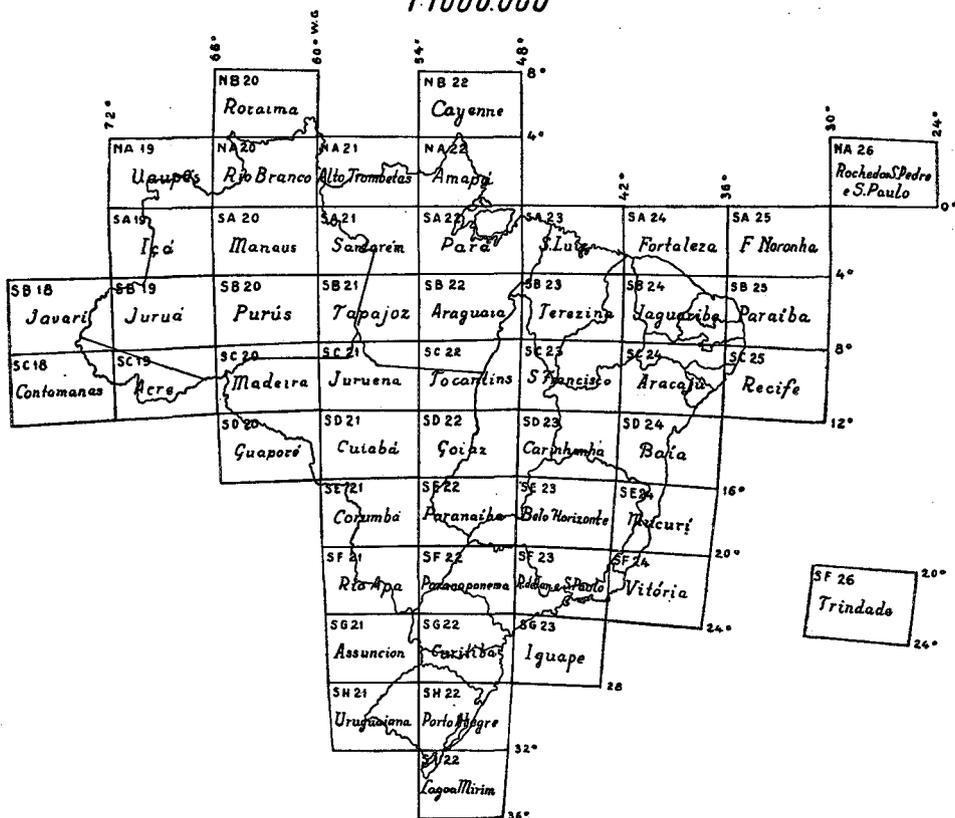
No caso do Brasil, cujo imenso território apresenta forma triangular, a Carta ao milionésimo exige nada menos de 52 fôlhas de 6.º x 4.º, as quais podem ser reduzidas a 50 — conforme se tem feito e se fará — se se anexarem pequenas



porções de território, que ocupariam uma parcela mínima da fôlha própria, na fôlha vizinha mais indicada.

Considerada empreendimento fundamental pela Assembléa Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 14, de 17 de Julho de 1937, a atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo teve sua execução determinada pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938, do Governo Federal, que incluiu entre as tarefas do Recenseamento Geral de 1940.

SITUAÇÃO DO BRASIL NA CARTA A 1:1000.000



Nota: As denominações das folhas estão sujeitas a atualização.

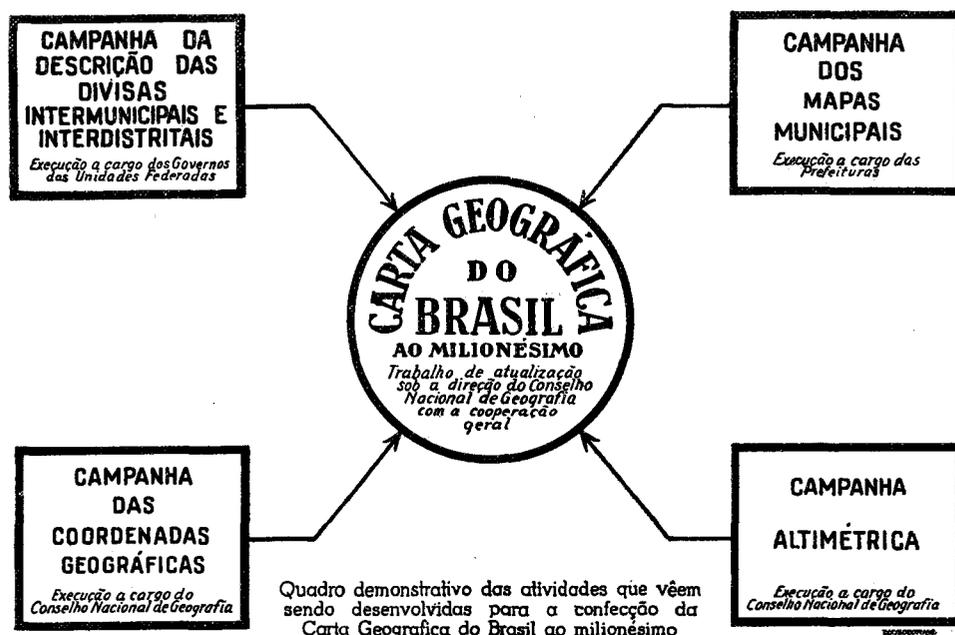
O Conselho, que recebeu do Governo da União a incumbência do preparo da referida Carta, dedica-lhe cuidados especiais, afim de que seja coroada de pleno êxito a importante tarefa cartográfica, fundamental para o balanceamento geral do conhecimento territorial do país.

Foi constituída uma COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL para orientar os trabalhos de atualização da Carta, a serem executados pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, com a colaboração de todos os elementos compreendidos no sistema coordenado pelo Conselho.

Essa Comissão, constituída de abalizados técnicos, vem trabalhando com dedicação e acerto, e aprovou e vem desenvolvendo zelosamente um interessante plano de trabalho.

E assim, a nova edição da Carta se apresentará com grandes melhoramentos em relação à 1.ª edição, de 1922. E' que, além dos numerosos trabalhos geográficos, astronômicos, geodésicos e topográficos, executados desde 1922 pelos serviços públicos e particulares, foram lançadas recentemente várias campa-

nhas geográficas que congregaram, e estão congregando, esforços e contribuições de todos os recantos do país, em proveito do melhor conhecimento do seu território.



A "CAMPANHA DA DESCRIÇÃO DAS LINHAS DIVISÓRIAS", consubstanciada no art. 16 do decreto-lei n.º 311, reuniu os mais dedicados esforços dos Governos dos Estados e do Território do Acre que, dentro do prazo terminado em 31 de Dezembro de 1938, baixaram as leis gerais fixadoras das divisões territoriais respectivas, nas quais se definem, mediante descrições minuciosas dos acidentes compreendidos nos percursos, os limites de todos os Municípios e Distritos brasileiros, de acordo com as normas gerais e instruções aprovadas pelo Conselho. Nessas condições, além da possibilidade de serem representadas no mapa as divisas intermunicipais e interdistritais brasileiras, o conhecimento descritivo dessas divisas permite o enriquecimento cartográfico das zonas respectivas.

A "CAMPANHA DOS MAPAS MUNICIPAIS", constituiu, segundo já se disse, a maior mobilização cartográfica, jamais realizada no Brasil, e deu origem à organização da magnífica coletânea de 1.574 mapas, preparados uniformemente, segundo normas técnicas baixadas pelo Conselho, com o concurso dos melhores conhecedores dos territórios municipais.

A "CAMPANHA DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS", ainda em curso, foi lançada pelo Conselho, não só para enriquecimento da rede brasileira de pontos de posição exata, astronomicamente determinada, como também para aproveitamento dos mapas municipais na carta geral, servindo as coordenadas de elemento de referência ou amarração. O Conselho iniciou essa campanha preparando convenientemente os seus operadores; para isso, realizou um Curso prévio de especialização no levantamento astronômico de coordenadas, que foi frequentado por engenheiros designados pelos Governos dos Estados. Presentemente, o Conselho movimenta treze engenheiros que, espalhados pelo país, levantam coordenadas de sedes municipais, aplicando os mesmos métodos e obedecendo às mesmas normas de trabalho. A Campanha está prevista para ser realizada em dois anos, 1940 e 1941, durante os quais deverão ser levantadas as coordenadas (latitude e longitude) de cerca de 400 cidades brasileiras. Essa é a maior Campanha levada a efeito no Brasil, em todos os tempos.

A "CAMPANHA ALTIMÉTRICA" se impõe, afim de que a nova edição da Carta demonstre um progresso em relação à representação do relevo brasileiro. Essa campanha é a mais árdua, porquanto bem difícil se apresenta a solução do problema, que tem contra si a imensidão do território brasileiro, o elevado custo do levantamento altimétrico e a exiguidade do prazo disponível.

Tanto é assim que não se pode realizar uma campanha altimétrica com sentido nacional que aproveite à carta ao milionésimo.

Nessas condições, a operação no espaço, no tempo e no custo, pareceu à Comissão que, no momento, a solução mais indicada seria a aplicação do processo aerofotogramétrico, no levantamento de trecho importante da *Serra do Mar*, que é a característica orográfica dominante na região do Brasil de maior expressão econômica. E' que, além do mais, o trabalho valerá por uma excelente experiência da aplicação do processo, cuja intensificação no país o Conselho está estudando em virtude de deliberação expressa da sua Assembléia.

A fixação do programa dos trabalhos está sendo feita pela Comissão, em estudo minucioso da delicada questão, e nesse estudo estão sendo levadas em conta também as imperiosas necessidades da aeronáutica, que amiúde se queixa da deficiência das Cartas na indicação do relêvo do paredão da serra, nas proximidades das grandes cidades.

IV — CONCLUSÃO

Meus senhores.

Está finda a minha tarefa.

Procurei mostrar o quadro atual das atividades cartográficas do Brasil, expondo em linguagem simples, de engenheiro, o que nesse setor o Conselho Nacional de Geografia está empreendendo com feição nacional.

Nessa explanação, despretenciosa mas sincera, desfrutei a ventura da vossa distinta atenção, prestada com paciência edificante.

Cumpre, porém, não mais exercê-la, por maior que seja a vossa generosidade.

Permití, porém, uma última consideração.

E' que desejo expressar o sentimento que domina os corações de quantos se entregam às tarefas do Conselho. Sentimento que nasce do amor ao Brasil e que se orienta pela convicção da imprescindível necessidade do conhecimento territorial para os movimentos de progresso da Pátria. Sentimento que agiganta os obreiros do Conselho Nacional de Geografia, de todos os recantos e de tôdas as camadas.

Um dos grandes brasileiros da hora presente, Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo nome pronuncio sempre com respeitosa reverência, teve uma frase feliz, que bem exprime êsse sentir. Frase que me permito repetir para que, além do mais, se feche esta conferência em melhor estilo.

“Se um Estado conhece a sua ambiência geográfica, em tôdas as suas características, tem os seus destinos nas próprias mãos, determina com precisão os seus rumos históricos, adquire consciência de sua missão, precavém-se a tempo dos perigos que o ameaçam”.

Tenho dito.

Prestar informações exatas aos agentes recenseadores é dever de lealdade para com o Brasil.

RECENSEAMENTO DA REPÚBLICA DE 1940

Sob este mesmo título, exatamente há um ano, iniciava a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA a propaganda da grandiosa operação censitária que realizará, em Setembro próximo, como um dos corpos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço Nacional de Recenseamento.

Tendo sido, talvez, a pioneira da publicidade do CENSO de 1940, como não podia deixar de ser, em virtude da sua qualidade de órgão oficial do Conselho Nacional de Geografia e do alcance nacional daquele evento, ao inserir o referido anúncio, tínhamos a convicção inabalável de que a mencionada operação seria realizada com o máximo brilhantismo e que receberia, da Imprensa e do público, — ambos estuantes de brasilidade conciente, — o melhor e mais caloroso acolhimento.

Felizmente não nos enganámos e, após um ano, dois meses antes dêsse 1.º de Setembro que se tornará histórico e assinalará um dos passos mais decisivos em nosso progresso, já podemos antever o êxito da campanha.

Efetivamente, os douts membros da Comissão Censitária Nacional, em trabalhos ininterruptos, elaboraram, em bases absolutamente científicas e necessariamente práticas, os sete questionários que, naquele memorável dia, serão submetidos ao público brasileiro. O Serviço Nacional de Recenseamento, contando com uma culta e esforçada equipe de auxiliares, já instalou, em todo âmbito nacional, a grandiosa rede que, em contacto directo com o povo, desempenhará, com fé e dedicação, a patriótica coleta dos dados censitários. Finalmente, o Serviço Gráfico do I. B. G. E., num esforço quasi inacreditável e trabalhando 20 horas por dia, já preparou, sem prejuízo de suas demais atribuições, todo material destinado àquele fim, tornando possível, até Junho último, a expedição, — já efetuada —, de 5.000 caixas, contendo mais de vinte milhões de formulários.

Esta expedição, que apresentava aspectos impressionantes, dada a extensão de nossa Pátria e as dificuldades de transportes, foi realizada racionalmente, com estudo antecipado dos meios de comunicação e da quantidade necessária à cada uma das 1.574 unidades municipais, e, fato eloquente, que bem diz do zelo e carinho dos seus orientadores, uma *caixa única*, a endereçada a Abaeté, no Pará, foi, por engano, entregue em Manaus, o que representa uma exatidão de 99,98%...

Do que, para o Brasil, país jovem, representará o CENSO de 1940, de sua alta significação para a administração nacional e para o público, em geral, estão perfeitamente capacitados todos os brasileiros concientes e sinceros, e disto temos uma expressiva prova na boa acolhida da Imprensa e nas demonstrações de solidariedade que, de tôdas as classes sociais, teem recebido o Serviço Nacional do Recenseamento e as suas Delegacias Estaduais e Municipais.

Para que se tenha uma idéia geral do que irá ser aquela grande mobilização de boa vontade e inteligências, damos, a seguir, o *esquema geral* da mesma e publicamos alguns comunicados da Divisão de Publicidade daquele Serviço, obediente a competente direção do Dr. Benedito Silva, merecedores de acurada leitura e detida análise:

A nação brasileira em frente única Não há iniciativa governamental que deva ser mais bem recebida e prestigiada pelo povo do que um recenseamento. Nada mais fácil do que demonstrar essa afirmativa.

Para começar, a empresa a que chamamos recenseamento se caracteriza pela função construtiva que exerce no seio das nações organizadas. A sua finalidade é promover vantagens sociais que aproveitam à população inteira. Por outro lado, o recenseamento jamais afeta os interesses particulares de quem quer que seja. Daí o fato de poder afirmar-se, com absoluta propriedade, que o recenseamento é *neutro* e, ao mesmo tempo *benemérito*. E' *neutro*, porque não prejudica a ninguém, nem mediata nem remotamente. E' *benemérito*, porque beneficia a todos, tanto direta como indiretamente.

Os benefícios de um recenseamento são de várias naturezas. Há, em primeiro lugar, os benefícios gerais, que consistem em providências adotadas pelo governo para o fim de promover ou proteger, lucidamente, os interesses da população. Por exemplo, o número de escolas de que necessita o município A não pode ser determinado sem informações sobre o efetivo da população respectiva. Uma vez que o Governo não saiba quantos habitantes há naquele município, e em

que parte do mesmo se encontram os núcleos demográficos mais densos, não lhes será possível conhecer quais as necessidades da população em matéria escolar. A observação comum será bastante para levar o Governo a saber que ali há necessidade de escolas. Mas só mediante um recenseamento será possível precisar essa necessidade em termos quantitativos. Quantas escolas? Quantos professores? Quantas salas de aula? Onde localizá-las de modo que elas satisfaçam as necessidades locais? Eis aqui algumas questões que nenhum homem de governo será capaz de responder se não mandar recensear a população.

O ato de recensear o povo de um município não resolve, só por si, o problema da criação e manutenção de escolas. Isso é por demais evidente para merecer comentários. Mas somente esse ato habilita o Governo a resolver inteligentemente o problema. Recenseada a população, tôdas aquelas questões são automaticamente respondidas, ficando o poder público bem informado sobre o número de escolas realmente necessário, o exato número de salas de cada uma e os pontos em que as mesmas devem ser localizadas.

Pode acontecer que 10 estabelecimentos sejam suficientes para dar assistência escolar à população infantil e juvenil de determinado município. Entretanto, ali já há 15 escolas e o problema da assistência escolar ao alcance de todos ainda está pedindo solução. E' que as escolas foram mal distribuídas, isto é, foram distribuídas sem obediência ao controle estatístico. Num bairro, há escolas demais, além das necessidades da população respectiva. Noutros, nenhuma escola ou escolas de menos, aquém daquelas necessidades. E' impossível ocorrerem situações como essa, quando o Governo conhece o efetivo e os agrupamentos da população, ou seja, quando se fazem recenseamentos.

Aí está, claramente, um caso de benefício geral decorrente do recenseamento.

Há, igualmente, os benefícios particulares, é dizer, os benefícios colhidos pessoalmente por membros da comunidade. Por exemplo, o filho do cidadão Tal, rapaz de 19 anos, precisa de escolher uma carreira, pois acaba de completar o curso secundário. Que profissão lhe convirá mais? Médico? Engenheiro? Advogado? Químico industrial? Qual destes cursos superiores lhe oferecerá, daqui a cinco ou seis anos, maiores probabilidades de uma boa e rendosa colocação, que compense os anos de estudo?

E' evidente que, se o cidadão Tal soubesse quantos médicos, quantos hospitais, qual o índice de morbidade, quantos engenheiros, quais as tendências das construções civis, quantos advogados, quantas judicaturas, quantas promotorias, quantos químicos industriais e quantas empresas manufatureiras há no País, ser-lhe-ia relativamente fácil escolher para o filho, dentre muitas, a profissão que oferecesse maiores probabilidades de triunfo na vida prática.

E aqui volto a mencionar o recenseamento, único meio de reunir informações seguras, exatas, precisas sobre questões como as que acabo de enumerar, questões cujo conhecimento ajuda o homem moderno a orientar-se no conflito das competições, habilitando-o a planejar a sua vida, ao invés de vivê-la passivamente, como um vencido, ou cegamente, como um irresponsável.

Exemplos como os citados, que demonstram acima de quaisquer dúvidas ou chicanas, as vantagens trazidas às comunidades humanas pelos recenseamentos periódicos, poderiam ser multiplicados *ad-infinitum*.

E' por estar familiarizado com essas vantagens que o povo americano, o povo mais prático e progressista do mundo, realiza os seus recenseamentos decenais com uma regularidade impressionante. E que recenseamentos, meu amigo. Basta dizer que o décimo quinto, efetuado em 1930, custou 960 mil contos de réis, e o décimo sexto, iniciado no dia 1.º de Abril do corrente ano, vai custar 1 milhão e 150 mil contos de réis.

E' curioso notar que o país mais rico do mundo — os Estados Unidos da América — país cuja população há 150 anos passados não somava 5 milhões de habitantes e hoje soma cerca de 133 milhões, é precisamente o país que mais recenseamentos já realizou até agora.

Num país jovem e vigoroso como o Brasil, o recenseamento constitui justo motivo de exaltação nacional, porque os resultados censitários traduzem vida, dinamismo, progresso, marcha para cima. Nos países velhos e esgotados, o recenseamento revela apenas estacionamento, retrocesso, marcha descensional. Mas nem por isso deixa de ser obra utilíssima, porque aos povos interessa conhecer mesmo o ritmo de sua decadência.

Os Censos Brasileiros de 1940 vão, pois, criar uma nova consciência nacional. Seus resultados nos convencerão de que o Brasil, país sem desertos, jovem e plebítico de vitalidade, está fadado a ser a Canaam do Progresso Humano.

Outro não pode ser o destino de um país coeso como o granito, grande como um continente, rico em recursos naturais como poucos e em plena marcha para o período áureo de sua organização.

Felizes os brasileiros que estão nascendo agora, porque o Brasil do ano 2.000 será a sede da Civilização Contemporânea.

O bom êxito do Recenseamento Geral de 1940 é um caso de honra nacional. Cumpre que os brasileiros natos e os naturalizados, assim como os estrangeiros que vivem, trabalham e prosperam no Brasil, sob o amparo de nossas leis, participando o nosso progresso, formem em frente única pelo sucesso da grande campanha censitária.

Este não é um simples dever de consciência, mas sobretudo um dever de inteligência.

ESQUEMA GERAL DA OPERAÇÃO

I — Censo Demográfico.	1. Edificação.....	a — Prédios
		b — Domícílios
	2. População.....	a — Indivíduos
		b — Famílias
II — Censo Agrícola.....	1. Exploração direta do solo.....	a — Agricultura
		b — Pecuária
	2. Indústrias rurais.....	a — Extração de productos naturais
		b — Beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal
III — Censo Industrial ...	1. Indústrias de transformação...	a — Indústrias metalúrgicas
		b — Indústrias químicas
		c — Indústrias mecânicas
		d — Indústrias têxteis
		e — Outras indústrias manufatureiras
		2. Indústrias especiais.....
	b — Exploração mineira	
		c — Construção civil
		d — Imprensa e artes gráficas
	e — Produção e distribuição de energia	
IV — Censo Comercial ...	1. Comércio de mercadorias.....	a — Comércio por atacado, a varejo e misto
		b — Atividades auxiliares do comércio
	2. Comércio de valores.....	a — Crédito, seguros e capitalização
		b — Valores mobiliários e imobiliários
V — Censo dos Transportes e Comunicações	1. Transportes.....	a — Aéreas, marítimos e fluviais
		b — Ferroviários
		c — Rodoviários
		2. Comunicações.....
	b — Telegráficas e radiotelegráficas	
VI — Censo dos Serviços.	1. Pessoais.....	a — Oficinas de confecção e reparação
		b — Oficinas de confecção e reparação
	2. Coletivos.....	a — Casas de alojamento e de alimentação
		b — Casas de diversão
VII — Censo Social.....	1. Organizações urbanas.....	a — De higiene e conforto
		b — De segurança
		c — De defesa médico-sanitária
		d — De repressão ou regeneração
	e — De objetivos funerários	
	2. Instituições sócio-culturais....	a — Beneficentes e de assistência
		b — Sindicais
		c — Desportivas
		d — Recreativas
	e — Educativas	
	f — Culturais	
	g — Religiosas	
VIII — Inquéritos Complementares	1. Matérias primas	
	2. Climatologia e epidemiologia	
	3. Retrospecto econômico e cultural	
	4. Prospeção técnico-econômica e social dos Municípios	
	5. Custo da vida	

Os inquéritos complementares do Recenseamento

Além do censo demográfico, dos econômicos e do social, num total de sete, o Recenseamento Geral de 1940 compreende cinco inquéritos complementares sobre os seguintes aspectos ponderáveis do nosso país: matérias primas, climatologia e epidemiologia, custo da vida, um retrospecto econômico e cultural e a prospecção técnico-econômica e social dos Municípios.

Estes cinco pequenos censos nacionais fornecerão os indispensáveis elementos para a revisão de quantos compêndios, estudos e tratados respondem às consultas dos pesquisadores e aferem a instrução das novas gerações, compêndios cheios muitas vezes de informações insuficientes ou obsoletas sobre certas faces da situação física, política e social do Brasil.

Na parte referente às matérias primas, impõe-se uma investigação minuciosa, que nos proporcione o conhecimento de nossas reservas sob exploração econômica e a revelação da existência de outras porventura ainda inexploradas, indicando de todas a localização e informando quanto possível sobre o volume e valor das mesmas.

No que toca à climatologia, não é preciso salientar a significação que a análise dos resultados desse inquérito tem num país como o nosso, com uma extensão continental, onde, por isso mesmo, somente não há regiões polares e onde são tantos os tipos de clima. Quanto à epidemiologia, basta atentar para o fato de que os círculos científicos brasileiros se queixam constantemente da escassez de dados estatísticos para a ilustração de seus trabalhos sobre assuntos ligados à saúde pública.

Será levantado ainda, como ficou dito, um retrospecto da economia e da cultura nacionais, verdadeiro balanço do nosso progresso nos últimos tempos, bem como um quadro do aparelhamento com que se dirigem para o futuro as 1.574 células municipais brasileiras.

Quanto ao inquérito sobre o custo da vida, — espécie de síntese da economia individual, que os outros países não dispensam de ter sempre à mão e o nosso tem igualmente necessidade de organizar para tirar dela as indicações imprescindíveis à orientação de uma boa política de justiça social — será talvez o mais fecundo e o mais premente de todos, pois nunca se efetuou no Brasil uma sondagem nacional destinada a reunir informes sobre esse irredutível aspecto da vida de qualquer agregado humano moderno.

Movimento e estado da população

Semelhantermente à usura e recomposição celular que se operam no organismo animal, os complexos demográficos, ou sejam as populações, estão sujeitas a uma guerra contínua exógena, entre a usura e a renovação indefinidas, que constituem o seu processo vital.

Variam tanto as populações humanas e de maneira tão inexoravelmente incessante, que é precisamente a índole de suas variações que representa sua característica principal.

Cada indivíduo, ao nascer, ao casar, ao desquitar-se, ao terminar um curso, ao aprender um ofício, ao emancipar-se, ao emigrar e, finalmente, ao morrer, modifica a fisionomia quantitativa e qualitativa da sociedade a que pertence. Nas formas de coesão como na proporção das classes, as sociedades se alteram tantas vezes quantas ocorrem, em seu seio, os fenômenos individuais chamados nascimento, casamento, desquite, divórcio, promoção, conclusão de curso, migração, adoção ou mudança de carreira profissional, falecimento. Desses fenômenos, somente o nascimento, a migração e a morte modificam, por adição e subtração, o conteúdo quantitativo da população. O casamento, o desquite, o divórcio, a mudança de situação econômica, a conclusão de curso, a iniciação profissional, o envelhecimento, a invalidez, a mudança de carreira e outros fenômenos biológicos, jurídico-sociais e econômicos, que afetam individualmente os membros de uma sociedade, modificam a proporção das classes e dos grupos, é dizer, modificam o conteúdo qualitativo da população.

Os fatores dinâmicos do movimento demográfico se captam principalmente por meio dos dados que os cartórios de registro civil e os departamentos de imigração recolhem e apuram permanentemente. O resultado da menor ou maior intensidade com que esses fatores atuam, é apreciado por meio de censos gerais, em cujos resumos vamos encontrar, numericamente fotografada, a estrutura da população, ou melhor dito, o seu estado. O todo e os seus elementos constitutivos aí aparecem fundidos em sínteses numéricas, combinadas de vários modos, segundo tais ou tais caracteres.

Chama-se movimento natural da população o que resulta da natalidade, nupcialidade e mortalidade. Chama-se movimento social, o que resulta das migrações. A combinação de ambos é chamada movimento geral.

Apesar de que é impossível conceber-se uma população estática, os demografistas criaram, para efeito de método, uma abstração chamada estado da população. Sendo até agora impraticável a observação estatística, *dia a dia*, do comportamento dos organismos demográficos, a ciência recorre ao artifício das abstrações e, servindo-se dos censos, analisa estruturalmente grandes universos de pessoas em um momento determinado, assim como, analogamente, é possível analisar-se, numa representação fotográfica instantânea, um conjunto de nuvens moventes, uma cachoeira e até um relâmpago.

O movimento e o estado da população, aquele uma realidade e éste uma abstração, são comparáveis entre si. Essa comparação, se feita segundo certas regras, proporciona suficientes elementos de critério, com que o interessado se move no campo amplíssimo dos estudos demográficos.

Os censos investigam as características individuais, as formas de coesão ou agrupamento e a distribuição das pessoas segundo certos atributos. Consoante as semelhanças ou dessemelhanças que resultam após as condensações, se classificam as séries dos dados, mediante o que se formam, afinal, as sínteses numéricas. Os indivíduos, origem dos dados, desaparecem no processo, perdem tôda significação e, por êsse motivo, só se opera com números.

As informações relativas ao sexo e à idade dão lugar a duas das principais classificações censitárias. Ninguém poderia afirmar que a classificação segundo os sexos seja mais importante do que a classificação segundo a idade, ou vice-versa.

Se, por estado da população se deve entender a composição da mesma num dado momento, é claro que não se pode prescindir das informações que permitam os agrupamentos por idades. Uma vez conhecida a estrutura da população — e aí estão incluídas as idades — o caminho está aberto para a melhor compreensão da importância e da eficácia de seus fatores dinâmicos, os quais se manifestam e atuam tanto no tempo como no espaço.

Raça e assimilação Ao realizar um censo demográfico, cada país, além das perguntas de ordem geral, e que todos incluem nos questionários que elaboram, como as referentes ao sexo, idade e estado civil, procura conhecer certos aspectos particulares da composição da sua população. Esses aspectos, de interesse mais ou menos permanente, por vèzes adquirem grande atualidade, tornando o seu exato conhecimento imprescindível aos dirigentes do país.

No Brasil, país de imigração, as grandes massas de estrangeiros aqui entrados, se trouxeram, como efetivamente sucedeu, elementos cujo trabalho útil e cujo contingente cultural nos são proveitosos, criaram, simultaneamente, problemas que são comuns a todos os países na mesma situação.

Tais problemas, como é evidente, assumem feições peculiares, conforme o país, e dentro de cada um deles, sofrem variações regionais.

A maior ou menor densidade da população de origem estrangeira, as ligações culturais e o caldeamento entre elas e o grupo nacional predominante, o relativo isolamento em que permaneceram ou permanecem e os cuidados que a sua assimilação mereceu das autoridades nacionais, a prosperidade de que gozam e o entrosamento da sua vida econômica com a economia de todo o país, todos esses ângulos de um só problema — o da nacionalização dos elementos alienígenas e do melhor abasileiramento dos nossos compatriotas de origem estrangeira — podem ser convenientemente estudados mediante a obtenção de seguros dados estatísticos, que só um Recenseamento Geral é capaz de reunir.

A essa finalidade, do conhecimento exato de todos os dados do problema, procurou atender o questionário do censo demográfico que será realizado no corrente ano.

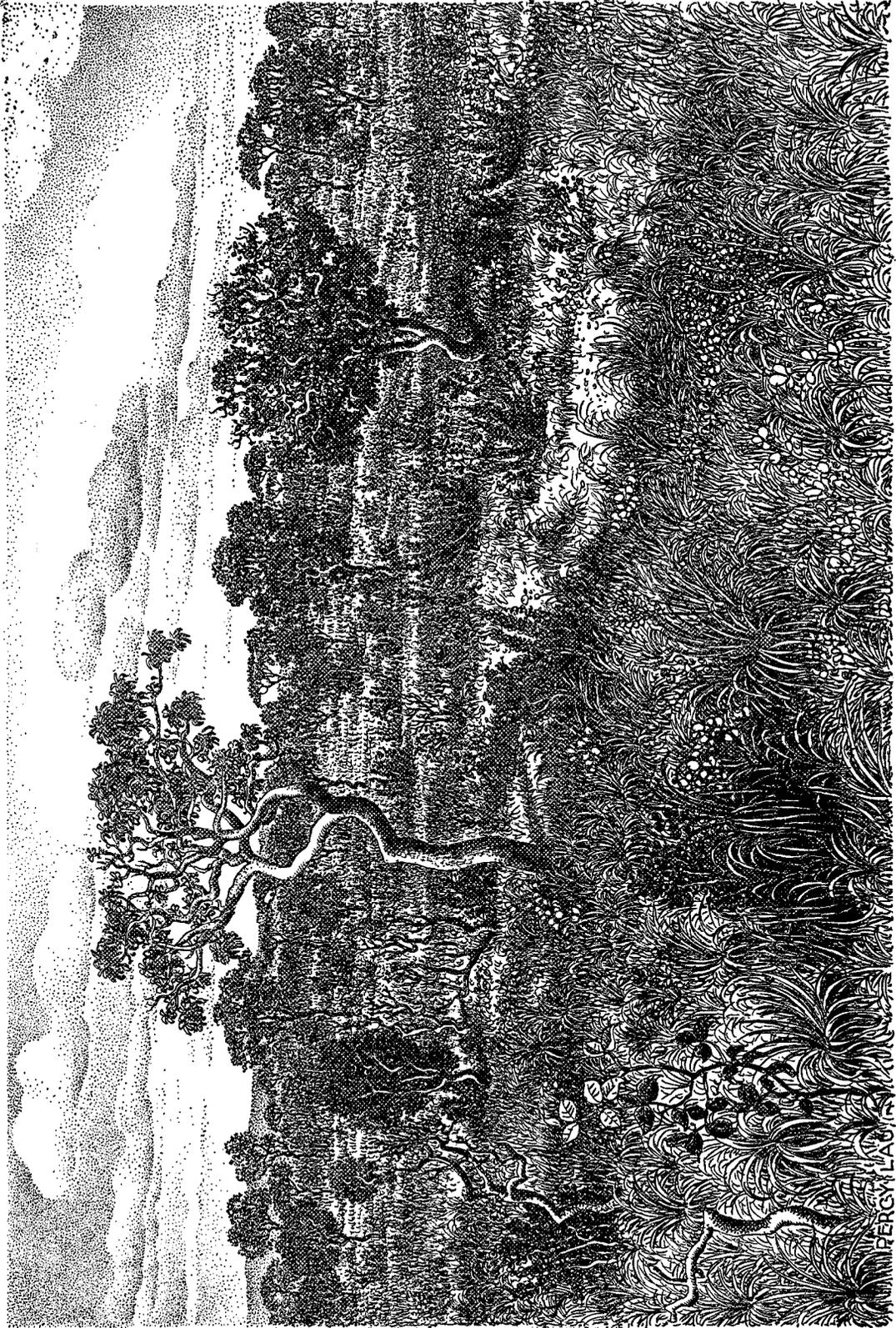
Realmente, os quesitos 13 a 19 dêsse questionário colocam o problema nos seus devidos termos, inquirindo de cada uma das pessoas recenseadas se nasceu no Brasil ou no estrangeiro, especificando-se o Estado ou o País; da mesma forma qual a origem dos seus pais; qual a nacionalidade por ocasião do Recenseamento; no caso de ser estrangeiro ou brasileiro naturalizado, o ano em que rixou residência no Brasil; e, finalmente, se fala o português e qual a língua que usa habitualmente no lar.

Pelas respostas que forem dadas a êsse questionário, o Brasil saberá, em cada região, Estado por Estado, Município por Município, distrito por distrito, quantos habitantes são brasileiros, quantos são estrangeiros; entre os brasileiros, quantos são filhos de estrangeiros e a nacionalidade de seus progenitores; entre os estrangeiros, o país de origem, a época em que vieram para o Brasil e a difusão da língua portuguesa entre êles.

A parte a responsabilidade que todos os agentes recenseadores teem no exato preenchimento dos questionários, é-lhes imposta ainda a de velar de maneira tôda especial para que as respostas aos quesitos enumerados correspondam estritamente à realidade.

A população do Brasil é uma dúvida antes do Recenseamento — mas será uma certeza depois dele. O Recenseamento é o ponto de transição daquela dúvida para esta certeza.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL



CAMPO CERRADO

"O cerrado é u'a mata em que se pode viajar a cavalo em tôdas as direções e na qual só se deixa de sentir os raios solares quando se acampa sob a sombra de uma árvore". É assim, de forma expressiva, que o Dr. E. Ule nos dá uma idéia do que sejam os campos cerrados de Mato Grosso, considerados na sua generalidade.

Em geral, o campo cerrado, como o próprio nome deixa transparecer, apresenta uma vegetação mais alta que a dos campos propriamente ditos; é um campo sujo, uma savana de vegetação mais densa: as árvores não se mostram muito isoladas e o tapete rasteiro não é francamente xerófilo. Os campos cerrados são formações subxerófilas.

Estes campos, ocupando a maior parte do território matogrossense e constituindo uma das formações florísticas mais extensas do Brasil (grande parte da flora geral), não são contínuos: a sua paisagem vegetal característica é interrompida à margem dos rios por matas ciliares ou juxtafluviais. Daí o seu aspecto geral aparentar um taboleiro dividido por grandes cercas vivas.

O cerrado mostra, geralmente, dois andares vegetativos: o primeiro, constituído de vegetação graminácea, arbustiva, subarbustiva e herbácea, é contínuo, enchendo os claros deixados pelo segundo andar; este é formado pelas árvores isoladas e formações arbóreas mais ou menos desenvolvidas. No chapadão, a ação dos ventos é favorecida pela topografia relativamente plana da região, castigando assim as árvores e prejudicando o seu crescimento, donde a reduzida copa das mesmas. As queimadas também danificam muito a vegetação do cerrado, resistindo, porém, as árvores de caules mais bem providos de revestimento cortical. O aproveitamento destes campos para a criação do gado prende-se à presença de gramíneas e leguminosas que dão boas espécies forrageiras.

A primeira impressão de quem vê o cerrado depois de haver percorrido uma zona de mata e outra campestre, é de que se trata duma formação intermédia, quicá de transição entre as regiões citadas; assim pensa F. C. Hoehne, que, pelo fato de serem encontradas epífitas nas árvores dos campos da baixada, numa região regularmente atingida pelas queimadas, acredita representarem estes campos uma degradação de matas outrora aí existentes. Como fatores corroboradores de tal suposição, podem-se juntar certos fenômenos de adaptação protetora apresentada por alguns elementos da flora traduzida num revestimento de cortiça dos troncos e na subterraneidade dos bulbos de certas espécies. É interessante notar que, nos cerrados típicos do planalto, as epífitas, se acham ausentes

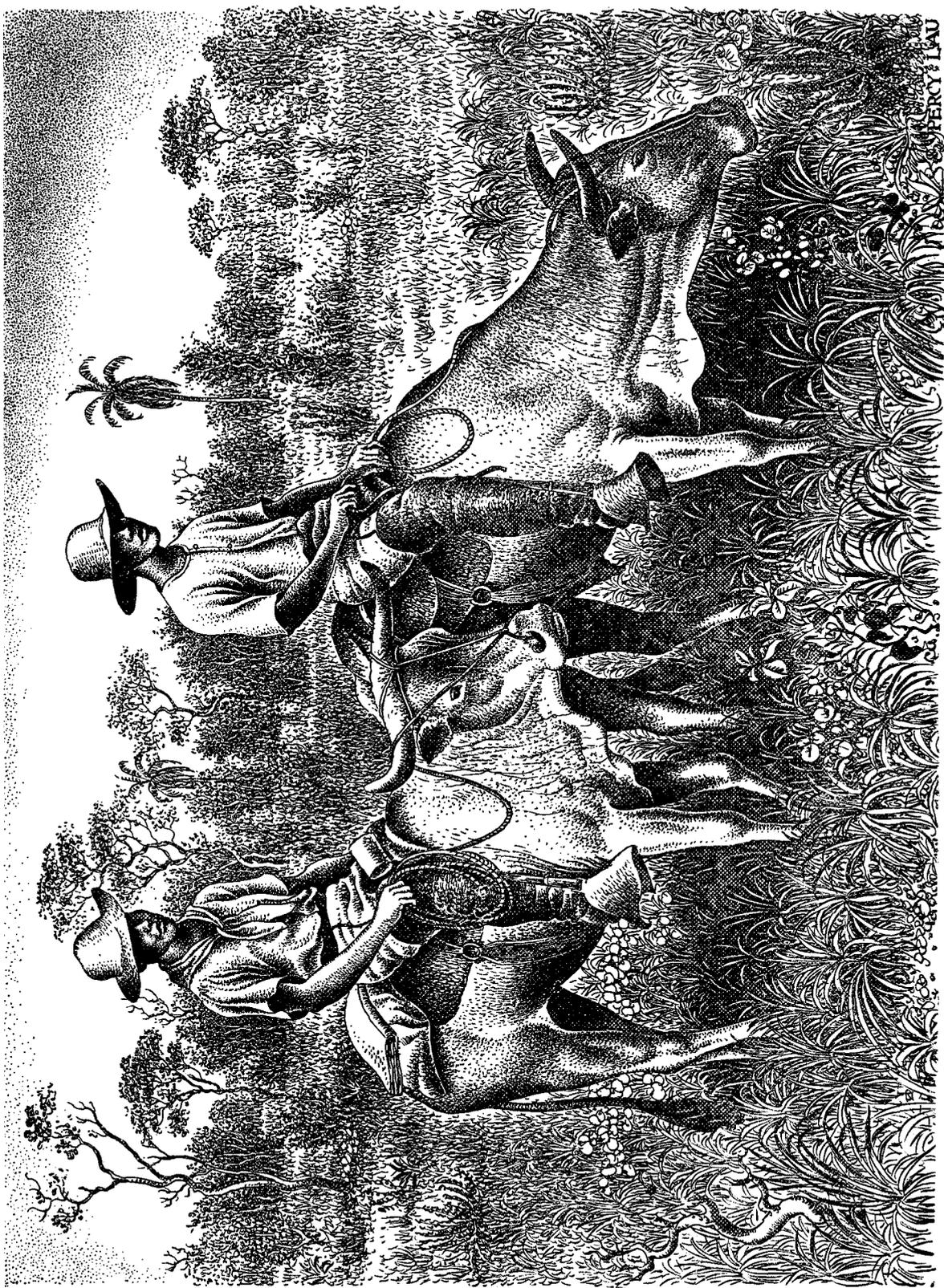
Como árvores características dos cerrados deve-se mencionar a lixeira ou sambaíba ("Curatella americana", L.) de fôlhas ásperas e rijas, empregadas no polimento das madeiras. O pau de colher de vaqueiro ("Salvertia convalariaeodora", St.Hil.) também é típico do cerrado matogrossense como o é, igualmente, a mangabeira ("Hancornia speciosa", Gomes), riqueza natural, pois fornece matéria prima (um látex produtor de borracha) e alimento, com o seu fruto.

O característico da região, além da paisagem natural, é a regularidade na alternância das chuvas durante o ano. Assim é que há, perfeitamente distintas, uma estação chuvosa e outra seca. A curva pluviométrica é bastante expressiva: nos extremos janeiro-abril e outubro-dezembro tem-se as épocas de maior pluviosidade e, de maio a setembro a de chuvas menores, oscilando o "minimum" entre junho e julho. Predominam, portanto, as chuvas de verão. A precipitação anual varia em torno de 1.300 mm. O regime pluviométrico é um dos fatores determinantes dessa formação florística.

Nos campos cerrados as fôlhas não caem ao mesmo tempo: a mudança opera-se por espécie e grupo de árvores, num arremêdo de estação, como se dá nas florestas semi-decíduais. A vegetação, embora tenha caráter permanente, sofre modificações estacionais: na estação seca, a paisagem dá uma nota de angústia pelo retorcido dos caules e dos galhos mais ou menos desnudados; na estação chuvosa, observa-se um aceleração na vida vegetal: a folhagem adensa-se e pintalga-se de flores, que muitas vêzes precedem ao aparecimento das fôlhas.

Os campos cerrados apresentam uma grande área de dispersão. Encontram-se desde o sul até o norte do país. No planalto maranhense, o cerrado surge semelhante ao do Brasil central, com árvores isoladas, inclusive a já citada mangabeira. Na amazônia, dá-se também a ocorrência de alguns campos cerrados, porém inferiores em número de espécies, talvez por serem mais recentes, conforme admite A. J. de Sampaio.

Os campos cerrados, também denominados campos cobertos ou arborizados, formando a parcela maior da flora extra-amazônica, da chamada "flora geral brasileira", são encontrados no seu aspecto mais típico no Brasil Central: Mato Grosso e Goiás.



BOIS DE SELA

A vida humana, ao afeiçoar-se a cada região natural, em que se fixe, não tarda a criar para a sua serventia adequado meio de transporte, cuja ilimitada variedade por assim dizer caracteriza as peculiaridades locais.

Assim é que vemos de um extremo ao outro da escala dos climas, entre a fria Escandinávia e a tórrida África, o homem valer-se do Ski, acondicionado a deslizar sobre o gelo, como do camelo, que o transporta com segurança pelo areal adusto, onde seria impossível o trânsito de maneira diversa. Embora livre de variações excessivas, comparáveis aos exemplos citados, o Brasil comporta, em seu imenso território, modalidades singulares de condições mesológicas, de que rompe a diferenciação nos processos de locomoção.

De princípio, os naturais apenas praticavam a caminhada a pé, em seus trilhos de índios, quando não se utilizavam também da navegação, em suas igaras de acabamento mais ou menos tosco, ou aperfeiçoado, conforme a tribo a que pertencessem.

O colono lusitano trouxe as caravelas para navegar pelo mar e os cavalos para as viagens por terra, além dos bovinos que se encangariam, jungidos aos carros de eixo móvel.

E da combinação de tais elementos, resultaria, antes da era da via férrea, do automobilismo, da aviação, diversidade apreciável de características em matéria de transporte.

Nas cochilhas gaúchas, de horizontes sem fim, o cavalo fez-se companheiro inseparável do povoador, tanto nas atividades pacíficas dos campeiros, como igualmente nos recontos guerreiros, rematados por aniquiladoras cargas de cavalaria.

A indumentária do cavaleiro, em tal ambiente alegre, tornou-se festivamente decorativa, em contraste com a do vaqueiro nordestino, que se enroupa de couro para se defender contra as agressões das caatingas, a que não resistiriam os amplos trajes gaúchos.

Na planície amazônica, ou mais amplamente, nas bacias hidrográficas de utilização intensa como vias de comunicação mais frequente, a terminologia local, a que se acostumaram os ribeirinhos do Amazonas, como os do Cuiabá, designa a canoa ligeira, de madeira de uma só árvore, pelo mesmo vocábulo — montaria —, que entre os cavalários indica o animal em que cavalgam.

Onde, porém, não pode ela transitar, ainda que de pequeno porte, nem se encontram equinos, a necessidade premente de transporte sugeriu outros expedientes.

Assim ocorreu na ilha do Marajó, depois que as opulentas fazendas pastoris sofreram a devastação da peste de cadeiras, que lhe dizimou, de 1828 — 1836, a "raça cavalalar," consoante afirmativa de Ferreira Pena. Daí se propagou ao alto Amazonas e Perú, donde arqueou para Chiquitos na Bolívia. Cruzando a fronteira, penetrou, já em 1851, pela fazenda nacional de Casalvasco, em Mato Grosso, de cujos pantanais se assenhoreou, para lhes aniquilar a criação indefesa.

Como fóssem imunes os bovinos à epizootia fatal, recorreram os campeiros à sua resistência, já comprovada na tração de carros pesados, e em cargueiros, mais ágeis nos terrenos brejosos.

E amansados a propósito, substituíram os solípedes, que a tripanosomiase devastara.

A gravura exhibe cena trivial em parte do pantanal matogrossense e regiões vizinhas, a que se propagou o emprêgo do boi como animal de sela.

Nenhuma alteração maior no arreio usual na região. Apenas se verifica a substituição do freio pela argola de correia, através do furo na cartilagem do septo nasal, em que se apóia a corda, à guiza de rédea, uma de cujas extremidades enlaça o boi pelos chifres, e volta às mãos do montador, que por esse meio dirige facilmente o animal, em cujo lombo se enforquilhou.

Outros, em vez da sela, que exige mansidão, e passo adequado, recebem, de preferência, a cangalha, que os transforma em cargueiros, como se fóssem muares.

De qualquer modo, sejam destinados a substituir a cavallhada, que pereceu, ou as tropas insuficientes, os bois que se deixam domar para o transporte de cargas, ou pasageiros, no seu dorso escoregado, põem de manifesto a providência de que se valeu o homem para possuir a sua montada, onde não encontrasse equinos em número suficiente para o serviço de transporte.

NOTICIÁRIO

HOMENAGEM DO S. G. E. F. AO EMBAIXADOR MACEDO SOARES

O funcionalismo do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, por ocasião das solenidades comemorativas do 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 29 de Maio deste ano, levou a efeito uma expressiva manifestação de apreço ao Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fazendo inaugurar o seu retrato na sala de estudos e biblioteca da referida repartição.

Essa merecida homenagem tributada ao ilustre presidente do I. B. G. E. constituiu, pela sua espontaneidade, um acontecimento de alta significação na vida do S. G. E. F., onde o homenageado, mercê da sua marcante personalidade de homem público, conquistou o elevado conceito e a justa admiração de quantos, indistintamente, integram o quadro funcional do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

A cerimônia, apesar da simplicidade de que se revestiu, além da presença de todos os funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, teve o comparecimento de várias personalidades e de representantes dos outros colégios que integram o sistema estatístico-geográfico do país.

À tarde daquele dia, iniciando a solenidade, o engenheiro Leite de Castro, diretor do S. G. E. F. e Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, depois de proferir algumas palavras, apresentou para receber a assinatura do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o novo quadro dos funcionários dos órgãos sob sua direção, contendo as últimas promoções e indicando os novos vencimentos de todos quantos empregam sua atividade nesses dois setores de trabalho, dando por fim a palavra ao engenheiro Virgílio Correia Filho, Assistente Técnico do C. N. G., que disse:

"Nesta casa de trabalho, consagrada a irradiantes ideais, de sadio nacionalismo, que viçou e frutificou, mercê do prestígio e desvelado amparo do seu insigne Presidente, a presença de V. Excia. é sempre festejada com alegria, como de amigo benévolo, e considerada estímulo para maiores realizações.

E a satisfação coletiva sobremaneira está no dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ufano do êxito obtido no estudo das questões atinentes à nacionalidade, comemora o 4.º aniversário de sua fundação promissora. Graças ao resolutivo apoio de V. Excia. que lhe insuflou o vigor indispensável aos árduos empreendimentos, a instituição nascente não esmoreceu na origem, como formosa aspiração inexequível, cuja estrutura revelava singularidades discordantes dos modelos conhecidos.

Ao contrário, medrou galhardamente, esgalhando-se pela imensidão do território nacional, onde não haverá localidade da mais modesta hierarquia administrativa que não lhe receba o influxo operoso. De princípio, haveria alguma restrição à boa vontade, com que deveriam todos, por fim, apoiar-lhe as iniciativas fecundas e cooperar para levá-las a bom termo.

A medida, porém, que reconheciam o superior idealismo da chefia clarividente, exercida por um fidalgo de raça, foi gradativamente desaparecendo a desconfiança inoperante, substituída pelo inequívoco anseio de colaborar na obra eminentemente nacional, em prol do melhor conhecimento da terra brasileira, da gente que a fecunda com o seu esforço e das atividades resultantes.

E a prova, palpável, concreta, tivemo-la hoje, na exposição comemorativa, em que os mapas municipais ostentam a contribuição prestada de 1.574 municípios brasileiros, dos mais opulentos, cuja arrecadação anual monta a milhares de contos de réis, aos mais modestos, que não ultrapassaram a primeira dezena em seus orçamentos.

Jamais houve, no Brasil, sucesso comparável, de mobilização cartográfica, em grande estilo, iniciada na Capital do país, e irradiada aos mais distantes núcleos do povoamento. Naturalmente, esforço tamanho, desenvolvido nas mais diversas circunstâncias, havia mister de articular-se por meio de adequado órgão coordenador, que lhe uniformizasse os processos de atuação e orientasse a execução homogênea.

E' a tarefa que tocou ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, onde se robustece o amor ao Brasil, conhecido e analisado de conjunto, em vistas panorâmicas, quanto aos aspectos parciais, para cabal compreensão de suas particularidades.

Os funcionários, que lhe constituem o quadro de obreiros, comungantes na mesma fé, geradora de milagres, bem percebem, ainda quando distante, que não cessa o carinho de V. Excia. pelo Instituto, que lhe deve a mais irrestrita proteção.

E' a presença, porém, de V. Excia. que mais lhes desperta o orgulho de pertencerem à operosa família, que o Serviço de Geografia reuniu, sob a direção esclarecida e eficiente do admirável imediato de V. Excia., modelar na capacidade de trabalho e na dedicação ao cumprimento do dever. Mais de uma vez se evidencia que a força catalítica não se exerce apenas entre os corpos brutos.

No mundo moral também atuará, quando provenha de individualidade capaz de desenvolver-lhe em prol das mais nobres causas.

E' ela que nos impede a enfrentar as tarefas, sejam embora de costa arriba, confiantes em ultimá-las satisfatoriamente, pois que nos gula quem já se creditou à gratidão nacional, ainda hoje proclamada solenemente pelo Sr. Presidente Getúlio Vargas e, em particular, à dedicação e reconhecimento dos funcionários do Serviço de Geografia, em cujo nome tenho a honra de apresentar a V. Excia., Sr. Embaixador Macedo Soares, as expressões da mais entusiástica admiração, e o mais vivo agradecimento à generosa gentileza de V. Excia."

Em seguida, a funcionária D. Dulce de Sousa Teixeira sob aclamações procedeu ao desceramento da Bandeira Nacional, que cobria o retrato do homenageado, trabalho artístico do desenhista da secção de Cartografia, Sr. Moacir Medina.

Depois de cessada a salva de palmas, o Sr. Embaixador Macedo Soares usou da palavra, agradecendo a homenagem.

Na sua oração, que foi longa e brilhante, disse em resumo o presidente do I. B. G. E. que, sendo os manifestantes estudiosos dos problemas nacionais e representantes da cultura, como funcionários que são de um órgão técnico, que vem se especializando em proveitosos estudos, sentia-se bem em receber a espontânea homenagem que lhe era tributada, porque sabia de consciência que ela partia da inteligência e da espiritualidade dos seus companheiros de

trabalho, qualidades essas que geram não somente a força dinâmica para os grandes e superiores empreendimentos, mas ainda atos de desvanecedora generosidade como êsse a que assistia com comção e agradecimento.

Ainda o orador reportou-se com palavras de expressiva simpatia aos altos poderes do país, notadamente ao Presidente Getúlio Vargas, que vem apoiando irrestritamente, sem desfalecimentos, tôdas as realizações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As últimas palavras do orador, acolhidas com prolongadas palmas, foram de agradecimento aos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica e de incentivo para a realização de novas campanhas.

Após, discursaram os senhores Drs. M. A. Teixeira de Freitas e Max Fleiuss, aquele representando a ala estatística do I. B. G. E. e êste o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Terminada a solenidade, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, numa prova de marcante cavalheirismo, dirigiu-se a cada um dos funcionários, para lhes apresentar, dêsse modo, os seus expressivos agradecimentos.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

O início da publicação da "Revista Brasileira de Estatística", órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística, é um acontecimento que, pela sua importância, não pode passar despercebido de quantos no país se interessam pelos grandes problemas de estatística nacional e pelos nossos magnos problemas.

Trata-se, com efeito, de uma valiosa publicação destinada a exercer decisiva influência no desenvolvimento dos estudos estatísticos entre nós e que se apresenta, no seu primeiro número (Janeiro-Março de 1940), com uma feição de tal modo cuidada tanto do ponto de vista intelectual como do material, que já se pode dizer que se trata de uma iniciativa plenamente vitoriosa, como aliás tem acontecido com tôdas as campanhas levadas a efeito pelo Conselho Nacional de Estatística.

Com um corpo de colaboradores em que se contam os mais ilustres e autorizados especialistas da matéria, a "Revista Brasileira de Estatística" surge logo com um campo onde serão agitadas idéias fecundas e problemas da maior atualidade para o país e nesse caráter, um poderoso cooperador do progresso e da grandeza do Brasil na atual quadra em que se processa uma profunda e salutar renovação de valores.

Facilitando aos mestres um lugar propício para a exposição dos seus ensinamentos e experiências e possibilitando aos que se iniciam uma escola para o aprendizado do mais alto mérito, a "Revista Brasileira de Estatística" se inscreve nas atividades culturais do país como um precioso instrumento de trabalho dignificante.

Comumente, quando se tem à vista qualquer publicação, constitui praxe o destacar determinado trabalho, o que não se dá no caso presente, pois tôdas as matérias inseridas na vitoriosa publicação do Conselho Nacional de Estatística, constituem um conjunto tão apreciável de ensinamentos, dados e informações, que o estudioso sente dificuldade de preferenciar por êsse ou aquele trabalho.

Vencendo, entretanto, essa dificuldade, queremos destacar, pela sua oportunidade o excelente trabalho do Pe. Leonel Franca S. J., intitulado "Crise da família à luz da Estatística", onde o autor baseado objetivamente em números, focaliza o momentoso problema demográfico, mostrando, de modo claro, em bom estilo, as dolorosas consequências da restrição artificial da natalidade.

O trabalho do Pe. Leonel Franca além do seu valor intrínseco como documento fiel do problema que expôs com tanto brilho e sinceridade, representa uma advertência para o Brasil.

Em suma, para atestar melhor a excelência da nova publicação, publicamos a seguir o índice das suas matérias:

José Carlos de Macedo Soares: *Palavras de apresentação* — Giorgio Mortara: *Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil* — Luiz Galvani: *Algumas observações sobre séries estatísticas a duas dimensões* — Milton da Silva Rodrigues: *Erros e ilusões no uso da estatística* — Pe. Leonel Franca: *Crise da família à luz das estatísticas* — Authos Pagano: *Esquema analítico da lei do desenvolvimento demográfico* — Lourenço Filho: *Estatística e Educação* — H. E. Alvim Pessoa: *A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil* — M. A. Teixeira de Freitas: *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Segurança Nacional* — Manoel Diegues Júnior: *A influência da economia agrícola na idéia republicana* — João Jochmann: *Exportação do Brasil em confronto com a de outros países* — Lauro Sodré Viveiros de Castro: *Noções de Metodologia* — *De ontem e de hoje* — *Bibliografia* — *Legislação* — *Informações gerais* — *Resenha*.

OITAVO CONGRESSO CIENTÍFICO AMERICANO

Contando com o apoio do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, realizou-se em Washington, de 10 a 18 de Maio último, o VIII Congresso Científico Americano, como parte integrante do programa de comemorações do 50.º aniversário da fundação da União Pan-Americana.

O certame foi organizado por uma comissão especial, nomeada pelo Sr. Cordell Hull, Ministro das Relações Exteriores dos EE. UU., e composta de eminentes cientistas e professores, sob a presidência do Sr. Summer Welles, Sub-Secretário de Estado.

Além da secção de Estatística, que foi uma das onze secções em que se dividiu o plano de trabalho do Congresso, incluída agora pela primeira vez, mereceu especial destaque a Secção de História e Geografia, confiada à seguinte comissão:

PRESIDENTE

Dr. Clarence H. Haring,

Professor de História da América Latina e de Economia Política
da Universidade de Harvard — Cambridge — Massachusetts

VICE-PRESIDENTE

Dr. Preston E. James,
Professor de Geografia da Universidade de Michigan

SECRETÁRIO

Dr. Robert C. Smith
Sub-diretor da Fundação Hispânica

Biblioteca do Congresso
Washington, D. C.

MEMBROS

Dr. Arthur S. Aiton,
Professor de História,
Universidade da Califórnia,
Ann Arbor, Michigan.

Dr. Carl Sauer,
Professor de Geografia,
Universidade da Califórnia,
Berkeley, California.

Sr. Lewis Hanke,
Diretor da Fundação Hispânica,

Biblioteca do Congresso,
Washington, D. C.

Dr. Derwent S. Whittlesey,
Professor adjunto de Geografia,
Universidade de Harvard,
Cambridge, Mass.

Essa secção, que foi uma das mais importantes do certame, e onde foram debatidos temas de substancial oportunidade para toda América, obedeceu ao programa que publicamos a seguir:

- A. História das Explorações e Cartografia.
1. Itinerários de comércio e de viagens nas Américas.
 2. Cartografia colonial americana.
 3. Problemas e projetos da atualidade.
- B. Transformação do papel econômico das Américas dos tempos coloniais para a época atual.
1. Plantações agrícolas na América tropical.
 2. História das minas e dos centros mineiros.
 3. Progresso da indústria manufatureira.
- C. Problemas de população no Hemisfério Ocidental (Reunião conjunta com a Secção de Estatística).
1. Tendências e característicos das populações.
 2. Recursos econômicos e movimentos das populações.
 3. População, saúde pública e alimentação.
- D. Ocupação das terras e penetração às fronteiras na história da América.
1. Povoamento das regiões de pastagem nas Américas do Norte e do Sul.
 2. Limites do povoamento das terras.
 3. Métodos diversificados de colonização européia.
 4. Influência da propriedade de terras na estrutura da sociedade americana.
- E. Transformação social na América de população aborígine desde os tempos pré-coloniais até o presente. (Reunião conjunta com a Secção de Antropologia).
1. Exemplos de povoamento de terras dos tempos pré-históricos e da época da descoberta.
 2. Origem e distribuição das plantas cultivadas no Novo Mundo e dos animais domésticos.
 3. Sobrevivência nos modernos índios e mestiços da América latina, de formas econômicas pré-históricas.
 4. Processos de evolução social dos índios americanos.
- F. Necessidades fundamentais em matéria de investigações históricas e geográficas nas Américas.

Preparo de projetos para o próximo Congresso.

A Comissão encarregada da Secção de História e Geografia está contemplando a organização de uma excursão a campo para estudo geográfico, e uma exposição de mapas relacionada com o Congresso Científico.

Atendendo ao convite que lhe foi dirigido pelos organizadores do Congresso, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviou vários trabalhos ao certame.

Os trabalhos remetidos pelo Sr. Embaixador Macedo Soares, foram:

"Recursos Econômicos e Movimentos da População", de Roberto Simonsen; "Notícia sobre o desenvolvimento da estatística do Brasil", de M. A. Teixeira de Freitas; "A glimpse into the coming fifth census of Brazil", contribuição da Comissão Censitária Nacional; "Conselho Nacional de Geografia, — Organização e Realizações", de Cristóvão Leite de Castro; "Sobre o cálculo de tábuas de sobrevivência das populações para as quais não existem estatísticas de óbitos e nascimentos", de Giorgio Mortara; e "Notícia sobre a Sociedade Brasileira de Estatística", da Secretaria Geral do I. B. G. E.

A delegação do Brasil ao VIII Congresso Científico Americano, nomeada pelo Sr. Presidente da República foi composta dos professores: Euclides de Sousa Araújo, Manoel de Abreu, Vital Brasil, Valter Osvaldo Cruz, Glycon de Paiva Teixeira, Evandro Chagas, Antônio Cardoso Fontes, Sr. Maurício Gudín, capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino e prof. Delgado de Carvalho, membro da Comissão de Redação desta Revista.

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

PROPAGANDA EM MINAS GERAIS

Revestiu-se de pleno êxito a 3.^a viagem de propaganda do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizada a Minas Gerais, em 17 de Maio último, pelo ministro Bernardino José de Sousa, digno presidente da Comissão Organizadora do certame.

O entusiasmo com que a notícia da realização do IX Congresso, levada pela palavra expressiva do presidente da C. O., foi recebida na capital do Estado montanhês, diz bem do alto aprêço em que os nossos compatriotas mineiros teem os empreendimentos de caráter patriótico e cultural. Minas prestigiando de tal maneira o Congresso de Geografia ora em organização, assume o compromisso solene de, com a sua inteligência e com o apoio da sua adesão, fazer-se representar brilhantemente em Setembro vindouro na capital catarinense, onde será exposto ao Brasil o produto do trabalho dos seus filhos no setor da Geografia Nacional.

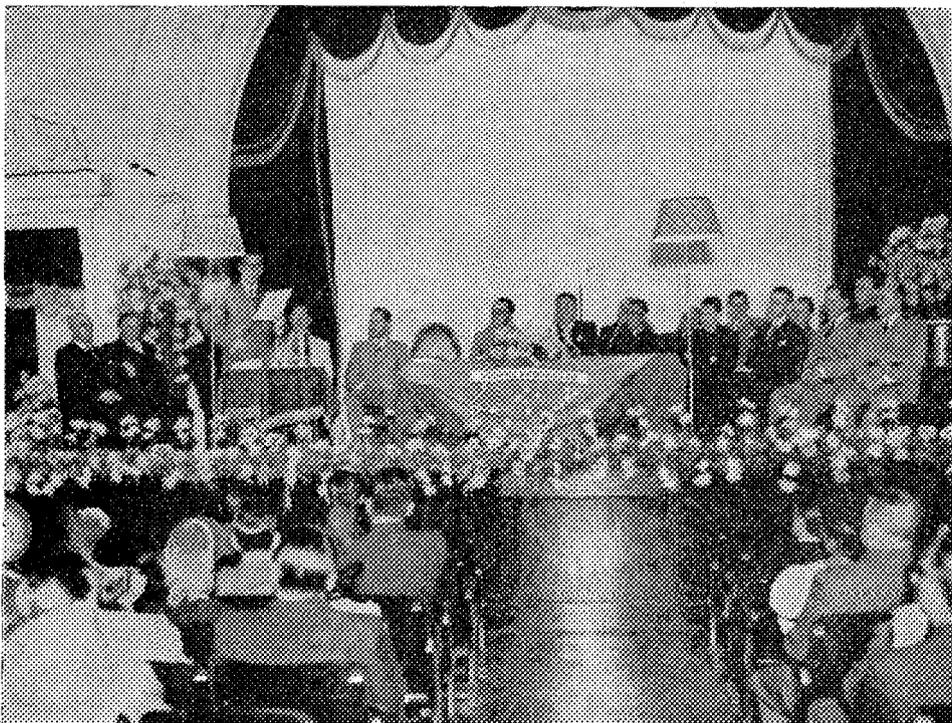
A Minas Gerais, a Comissão Organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia agradece esta expressiva adesão e congratula-se por mais esta prova de trabalho e brasilidade.

ATIVIDADES DO PRESIDENTE DA C. O. EM BELO HORIZONTE

Recebido como hóspede oficial do Estado, o presidente da C. O. visitou, no mesmo dia da sua chegada, o Diretório Regional de Geografia e o Departamento Geográfico do Estado, tendo oportunidade de conhecer estes dois importantes serviços de geografia de Minas Gerais.

Sendo o motivo principal da sua viagem à capital mineira realizar conferências sobre o IX Congresso Brasileiro de Geografia, sua primeira palestra teve lugar na sede da Associação Comercial de Minas Gerais, a convite desta entidade. A reunião realizou-se à noite, comparecendo à mesma numerosos representantes das classes civil e militar, membros de destaque do comércio e indústria, do professorado e do meio universitário de Minas Gerais e demais pessoas gradadas da sociedade mineira. Após sua apresentação pelo presidente da mesa, Sr. Caetano de Vasconcelos, ao distinto auditório, o ilustre conferencista foi saudado pelo Dr. Hélio Lodi, que em bela oração apresentou-lhe as boas-vindas em nome do povo mineiro e enalteceu a grandiosa obra cultural do Congresso. Tomando em seguida a palavra, o Sr. ministro agradecendo a acolhida dispensada, discorreu sobre o IX Congresso de Geografia, sua organização e finalidades, lembrando a inestimável contribuição científica das suas teses para um melhor conhecimento da nossa terra e da nossa gente.

No dia 18, conforme fôra anunciado, o Diretório Regional de Geografia fez realizar no auditorium da Escola Normal, uma sessão solene em homenagem ao ministro Bernardino de Sousa. Achavam-se presentes todos os membros do Diretório, representantes do Governador Valadares, dos secretários de Estado, do prefeito de Belo Horizonte, elementos de projeção dos círculos culturais da Capital, além dos corpos docente e discente da Escola Normal, que nesta data realizava tradicional festa escolar. Abrindo a sessão, o Dr. Benedito Quintino dos Santos, pre-



O Ministro Bernardino José de Sousa, presidente da C. O., quando realizava, em Belo Horizonte, a conferência referida nesta notícia

sidente do Diretório Regional de Geografia, apresentou o Dr. Bernardino de Sousa. Logo após o prof. Valdemar Tavares Pais pronunciou o discurso oficial, saudando o ilustre visitante, dizendo também do apoio e interesse do governo mineiro na realização do futuro Congresso de Geografia. Após o empossamento dos novos membros do Diretório, professores Benedito José dos Santos e Anibal Matos, o Dr. Tasso da Costa Rodrigues, chefe do 2.º distrito da Divisão de Águas, ofereceu ao presidente da C. O. o *Anuário Fluviométrico de Minas Gerais*, valiosa contribuição do Ministério da Agricultura que será apresentada no grande certame de Florianópolis. A seguir, o ministro Bernardino de Sousa, pronunciou sua anunciada conferência, em que divulgou as finalidades dos congressos nacionais de geografia, salientando sua contribuição para o progresso comum.

Na sua palestra teve ocasião de citar os nomes de figuras mineiras que se dedicaram a estudos geográficos, lembrando o numeroso contingente de geógrafos que Minas tem dado ao Brasil.

Finalizando agradeceu à sociedade mineira a promessa do seu valioso apoio e patriótica co-opeção com a Comissão Organizadora para a realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

RELAÇÃO DOS ADESISTAS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
(continuação)

MEMBROS PROTETORES

- 32 — Conde Pereira Carneiro
33 — Eng. Cicero Simões
34 — Diretório Regional de Geografia de São Paulo
35 — Associação de Agricultores de Ilhéus — Baía
36 — Ministério da Viação e Obras Públicas
37 — Diretório Regional de Geografia de Pernambuco
38 — Estado de Sergipe
39 — Serviços Hollerith S. A. Instituto Técnico de Organização e Controle
40 — Valentim F. Bouças
41 — Estado de Alagoas
42 — Estado da Baía
43 — Carlos Correia Ribeiro
44 — Diretório Regional de Geografia de Minas Gerais
45 — Comendador Bernardo Martins Catarino
46 — Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
47 — Sul América Capitalização S. A.
48 — Estrada de Ferro Central do Brasil
49 — Estado do Amazonas
50 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
51 — Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Primeira Divisão
52 — Bento Berilo de Oliveira
53 — Prefeitura de Salvador — Baía
54 — Ministério da Guerra
55 — Diretório Regional de Geografia do Rio Grande do Sul
56 — Clube de Engenharia
57 — Estado do Ceará
58 — Estado do Pará
59 — Prefeitura de Belém — Pará
60 — Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão
61 — Cia. Paulista de Estradas de Ferro
62 — Real Gabinete Português de Leitura
63 — Diretório Regional de Geografia de Sergipe
- MEMBROS COMUNS
- 285 — Harry Braunstein
286 — Dr. Clado Ribeiro de Lessa
287 — Eng. Luiz Paulo do Amaral
288 — Cap. Corveta Gérson de Macedo Soares
289 — Gal. João Borges Fortes
290 — Professora Isolina de Figueiredo Machado
291 — Ginásio da Baía
292 — Prof. José Rainho da Costa
293 — Nelson de Sousa Oliveira
294 — Prof. João Augusto de Toledo
295 — Carlos da Silveira
296 — Irmão Pedro Serrador
297 — Sofia Domenech F. de Jesús
298 — Dr. José Jaime Ferreira de Vasconcelos
299 — Dom Antônio José dos Santos (Bispo de Assis)
300 — Prof. Tabajara Pedrosa
301 — Antônio Gonçalves Viana Júnior
302 — Major Otaviano Paixão Coelho
303 — Dr. Manoel Pessoa de Siqueira Campos
304 — Eng. Jaime de Castro Barbosa
305 — Dr. José Ramos da Silva Júnior
306 — Dr. Hermano Salão de Bustamante
- 307 — Diretório Municipal de Geografia de Sobradinho (R. G. S.)
308 — Eng. Francisco Eugênio Magarinos Tórres
309 — Eng. Anibal Renault de Figueiredo
310 — Dr. Epifânio da Fonseca Dória
311 — Custódio Costa
312 — Caçildo Huguency
313 — Carlos de Paula Couto
314 — Joaquim Inácio de Carvalho Filho
315 — Cap. Ten. Leví Pena de Araújo Reis
316 — Cap. Ten. Jurandir Chagas
317 — Eng. Lauro de Andrade Sampaio
318 — Dr. Ernesto de Sá Bitencourt Câmara
319 — Eng. Tito César Pires
320 — Dr. César Monnerat Luterbach
321 — Dr. Sabino Mena Barreto
322 — Romualdo Monteiro de Barros
323 — Eng. Alberto Ribeiro Lamego
324 — Dr. Edmundo da Luz Pinto
325 — Desemb. Fernando Luiz Vieira Ferreira
326 — Eng. Elísio de Carvalho Lisboa
327 — Dr. Braz Ermenegildo do Amaral
328 — Ten. Cel. Juarez Távora
329 — Dr. Benjamim Alves de Carvalho
330 — Raimundo Correia Damasceno
331 — Cap. Leônidas Ribeiro Marques
332 — Dr. Roberto Moreira da Costa Lima
333 — Eng. Paulino Franco de Carvalho
334 — Senhorita Regina Helena Simões
335 — Dr. Ernesto Simões Filho
336 — Dr. Antônio Simões
337 — Dr. Jorge Simões
338 — Dr. Luiz Viana Filho
339 — Irmã Maria Flaviana Géli
340 — Dr. Manoel Augusto Pirajá da Silva
341 — Enrique Cáper Alves de Sousa
342 — Cornélio José Fernandes Neto
343 — Prof. Anibal Matos
344 — Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
345 — Major Manoel Carlos de Sousa Ferreira
346 — Prof. Elísio de Oliveira Viana
347 — Dr. Herbert Canabarro Reichardt
348 — Prof. Joaquim de Toledo Camargo
349 — Dr. Anibal Pôrto
350 — Instituto de Educação
351 — Gal. João de Mendonça Lima
352 — Major Napoleão de Alencastro Guimarães
353 — Dr. Albino Meng
354 — Dr. Miguel José Vita
355 — Gal. Boanerges Lopes de Sousa
356 — Pedro Bacelar de Sá
357 — Dr. José Antônio da Rosa
358 — Prof. Esperidião de Abreu
359 — Dr. Asdrúbal Lobo Moreira da Silva
360 — Prof. Enid da Silva Santos
361 — Prof. Aurélio Gomes de Oliveira
362 — Dr. Miguel de Lima Castelo Branco
363 — Cônsul Sérgio Correia Afonso da Costa
364 — Dr. Ernest Friedrich Goebel
365 — Dom José Gaspar de Afonseca e Silva
366 — Eng. Odilon Dias Pereira
367 — Antônio Gomes Monteiro Júnior
368 — Prof. Francisco de Assis Magalhães Gomes
369 — Sociedade Mineira de Engenheiros
370 — Hildebrando Clark
371 — Eng. Lincoln Continentino
372 — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (4.ª Região Minas e Góias)
373 — Dr. Augusto Eugênio do Amaral

- 374 — Eng. Moacir Malheiros Fernandes Silva
 375 — Dr. Fernando Colaço Veras
 376 — Prof. Antônio Pires da Silva
 377 — Major Felinto Müller
 378 — Fernando Pessoa de Queiroz
 379 — José Pessoa de Queiroz
 380 — Osmar Radler de Aquino
 381 — Eng. Alcides Leite de Moraes
 382 — Dr. Frederico Radler de Aquino Júnior
 383 — Antônio Gentil
 384 — Eng. Edgard de Sousa Chermont
 385 — Eng. Oscar de Sousa Carrascosa
 386 — Prof. Helvécio Carneiro Ribeiro
 387 — Adolfo Beranger Júnior
 388 — Prefeitura Municipal de Oeiras
 389 — Dr. Francisco Martins dos Santos
 390 — Dr. Ernesto da Fontoura Rangel
 391 — Dr. Alfredo de Assis Castro
 392 — Prof. Alcindo de Azevedo Sodré
 393 — Dr. Pedro Augusto Carneiro Leão
 394 — Dom Alberto José Gonçalves
 395 — Prof. Manoel Bergstron Lourenço Filho
 396 — Dr. Gudesteu de Sá Pires
 397 — Dr. Irineu Guimarães
 398 — Dr. José Joaquim Seabra
 399 — Dr. Orlando Seabra Lopes
 400 — Alfredo Dolabela Portela
 401 — Prof. Alfredo Gomes
 402 — Prof. Antônio Carlos Couto de Barros
 403 — Maxim Tolstói Carone
 404 — Professora Maria Conceição Vicente Carvalho
 405 — Professora Antonieta de Paula Sousa
 406 — Prof. Aroldo Edgard de Azevedo
 407 — Caio Prado Júnior
 408 — Prof. Odilon Nogueira Matos
 409 — Prof. Gabriel Pelicloti
 410 — Osvaldo Benjamim de Azevedo
 411 — Cel. Arnaldo Damasceno Vieira
 412 — José Carlos de Macedo Soares Sobrinho
 413 — Bacharel José Fernando de Macedo Soares Filho
 414 — Segundo Distrito de Divisão de Águas do Ministério da Agricultura
 415 — Eng. Tássio Costa Rodrigues
 416 — Eng. José Ferreira Gomes
 417 — Eng. Alvaro de Campos Andrade
 418 — Eng. Luiz Antônio de Sousa Leão
 419 — Eng. Mário da Costa Mendes
 420 — Eng. Raul Borges dos Reis
 421 — Eng. Orlando Caldeira
 422 — Eng. Jeferson de Araújo Dias
 423 — Dr. Washington de Araújo Dias
 424 — Diretório Municipal de Geografia de Ouro Preto
 425 — Acadêmico Edio Vieira de Azevedo
 426 — Dr. Henrique Lahmeyer de Melo Barreto
 427 — Antônio Salvador de Castilho
 428 — Federação das Indústrias de Minas Gerais
 429 — Eng. Américo Renée Jeannette
 430 — Cia. Minas da Passagem
 431 — Júlio Mourão Guimarães
 432 — Dr. Josafat Macedo
 433 — Eng. Oscar de Sousa Carvalho
 434 — Eng. Ofir Viana
 435 — Dr. Antônio Rodrigues de Sousa
 436 — Velho & Cia. Ltda.
 437 — Professora Maria de Lourdes Duarte Gonçalves
 438 — Dr. Alceu Marques Ladeira
 439 — Diretório Municipal de Geografia de Rio Negro
 440 — Prof. Francisco Serafim Gullherme Schaden
 441 — Prof. Egon Schaden
 442 — Cap. Washington Perry de Almeida
 443 — Prof. Nestor dos Santos Lima
 444 — Dr. Lafayette Pondé
 445 — João Vieira da Silva
 446 — Carlos de Aguiar Costa Pinto
 447 — João Faria de Oliveira Lima
 448 — Reitor José Aparício da Silva
 449 — Dr. Adalício Coelho Nogueira
 450 — Dr. Afrânio de Melo Franco
 451 — Eng. Aderbal Meneses
 452 — Dr. Renato Almeida em nome do "Liceu Franco-Brasileiro"
 453 — Professora Edite Silva
 454 — Curso "Gal. Gomes Carneiro"
 455 — Almirante Alberto da Cunha Pinto
 456 — Frederico Radler de Aquino
 457 — Francisco de Leonardo Truda
 458 — Banco Nacional de Descontos
 459 — Dr. Durval Otávio Grossi
 460 — Cap. Joaquim Luiz Amaro da Silveira
 461 — Prof. Tacieli Cileno
 462 — Dr. Antenor Pamphilo dos Santos
 463 — Prof. Ari Ernesto d'Abreu
 464 — Dr. Adroaldo Mesquita da Costa
 465 — Prof. Alcides Flores Soares Júnior
 466 — Hélio Petersen
 467 — Jaime Carrão de Moura Carijó
 468 — Eng. Hugo de Mesquita Vasconcelos
 469 — Professora Minervina Costa Oliveira
 470 — Demóstenes Carvalho em nome do Sindicato dos Ferroviários da E. F. Nazaré
 471 — Nilo Bezerra
 472 — Vergniaud do Vale Melo
 473 — Eng. Tasso Lisboa Freire
 474 — Raimundo Nobre Passos
 475 — Francisco Braga Sobrinho
 476 — Newton Pires de Azevedo
 477 — Dr. José Vicente de Oliveira Martins
 478 — Major Jaci Cardoso de Medeiros
 479 — Felipe Meninêia Pereira
 480 — Dr. Orlando Abreu Cota
 481 — Cap. Osmar Fonseca
 482 — Eng. Olavo Gomes do Rêgo
 483 — Eng. Eloivaldo Chagas de Oliveira
 484 — Antônio de Seixas Sales Filho
 485 — Fundação Escola Politécnica da Baía
 486 — Prof. Arquimedes Pereira Guimarães
 487 — Lindolfo Branco Bezerra
 488 — Euclides Afonso de Melo, em nome do Diretório Municipal de Geografia
 489 — Esperidião Noronha
 490 — Albatênio Caiado Godói
 491 — Eng. João Moreira Garcez
 492 — Didácio Couto dos Santos
 493 — Dr. José Acioli Peixoto
 494 — Dr. Manoel Madruga
 495 — Gal. de Divisão João Helodoro de Miranda
 496 — João Pio de Figueiredo Westin
 497 — Dr. Aldari Henriques Toledo
 498 — Dr. Atilio Correia Lima
 499 — Miguel Costa Filho
 500 — Dr. Edson de Carvalho
 501 — Joaquim Cruz Rezende
 502 — Diretoria Regional dos Correios e Telefógrafos do Piauí
 503 — Centro de Navegação Transatlântica
 504 — Eng. Avelino Inácio de Oliveira
 505 — Eng. Domingos Fleury da Rocha
 506 — Ministro Ataúlfo Nápoles de Paiva
 507 — Dr. Alcides Lins
 508 — Cel. Emílio Fernandes de Sousa Doca
 509 — Gal. Júlio Caetano Horta Barbosa
 510 — Dr. Elzio Balense
 511 — Biblioteca Rio Grandense
 512 — Dr. Baltazar Xavier de Andrade e Silva
 513 — Associação Comercial de São Paulo
 514 — Prefeitura Municipal de Serra Negra
 515 — José Leonel Pupo
 516 — Prof. Lucas Rodrigues Janot
 517 — Eng. Clodomiro Pereira da Silva
 518 — Prof. Roberto Bandeira Acioli
 519 — Otávio Silveira
 520 — Dr. Manoel Pinto de Aguiar
 521 — Padre Eliseu Simões Mendes
 522 — João Medeiros
 523 — Diretório Regional de Geografia de Teresina
 524 — Dr. Manoel Anísio Jobim
 525 — Ranulfo Oliveira Dias
 526 — Alarico Ribeiro Guimarães
 527 — Dr. Keitor Pires Drumond
 528 — Irmão Floriano, Diretor do Instituto São José
 529 — Dr. Sebastião Brito de Figueiredo
 530 — Prof. Mário Lacerda de Melo
 531 — Carlos Correia da Silva
 532 — Dr. José Euclides de Miranda
 533 — Dr. Heráclito Sousa
 534 — Dr. Francisco de Moraes Correia
 535 — Dr. Darcí Fontenele Araújo
 536 — Cia. Ferroviária São Paulo-Goiáz
 537 — Eng. Olinto Vieira Pereira
 538 — Eng. Manoel Marques Fonseca
 539 — Dr. Hildegardo de Noronha
 540 — Ginásio Municipal Valenciano São José
 541 — Prof. Francisco Dias da Rocha
 542 — Comissão de Serv. Complementares Insp. Fed. Obras contra as Secas
 543 — Dr. Agripino da Nóbrega
 544 — Cónego Miguel Monteiro Barbosa

- 545 — Dr. Manoel Gadelha de Freitas
546 — Inspetoria Geral do Ensino do Exército
547 — Prefeitura de Aracajú
548 — Prefeitura de Propriá
549 — Dr. Samuel Uchoa
550 — Prefeitura Municipal de Salgado
551 — Cherubim Leite
552 — Prof. Osvaldo Rodrigues Vieira
553 — Prof. Mário Brandão Tôrres
554 — Dr. Antônio de Oliveira Dias
555 — Instituto Normal da Baía
556 — Prefeitura Municipal de Conquista
557 — Aristides Cardoso Filho
558 — Dr. Leônidas Soares Machado
559 — Dr. Raimundo Avertano Barreto da
Rocha
560 — Diretório Municipal de Geografia de
Campinas
561 — Diretório Municipal de Geografia de
Natal
562 — Cap. de Mar e Guerra Braz Dias de
Aguilar
563 — Leônidas de Oliveira
564 — Luiz de Sousa Martins
565 — Maria de Lourdes Jovida
566 — José Luiz Fernandes Braga Júnior
567 — Dr. Otávio Fontes de Faria
568 — Isaac Póvoas
569 — Raimundo Ferreira Cantanhede
570 — Cap. Valdemar Alves de Miranda
571 — Antônio Anísio Garcia
572 — Dr. Antônio Boto de Meneses
573 — Dr. Nelson de Meireles Reis
574 — Dr. Oton Costa
575 — Dr. Gregório Gregorievich Bondar
576 — Centro Excursionista Brasileiro
577 — Dr. Raul Wellisch
578 — Dr. Carlos Pinheiro dos Santos Bastos
579 — Alme. Henrique Boiteux
580 — Departamento Nacional de Estradas de
Rodagem
581 — Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.
582 — Ginásio Anchieta — Pôrto Alegre
583 — Cap. De Paranhos Antunes
584 — Dr. Manoelito de Ornellas
585 — Azevedo Moura & Gertum
586 — João Paixão de Sousa
587 — Cel. João Maia
588 — Tschiedel & Cia.
589 — Dr. Armando Dias de Azevedo
590 — Leonardo C. Poland
591 — Artur Cabral Vieira
592 — Paulo Ovidio Mendes
593 — Dr. C. A. Barbosa de Oliveira
594 — Dr. Carlos Carneiro Ribeiro
595 — Dr. Armando Martins de Freitas
596 — Ass. dos Professores Primários de Minas
Gerais
597 — Professora Marieta Leite
598 — Professora Amélia de Castro Monteiro
599 — Benedito José dos Santos
600 — Eng. José Lopes de Magalhães
601 — Professora Iris Rezende Leite Ribeiro
602 — Eng. Manuel Benedito Leme Dias
603 — Eng. Luiz Palhano Cadaval
604 — Eng. Otávio Pinto da Silva
605 — Dr. Valdemar Tavares Pais
606 — Eng. Oscar von Bentzen Rodrigues
607 — Eng. Nilo Pereira de Almeida
608 — Engenheira Iracema Brasileira
609 — Joaquim Moreira Barbosa
610 — Dr. Guilhermino César
611 — Eng. José Júlio Jacob
612 — Eng. Gil Morais Lemos
613 — José Ximenes César Júnior
614 — Eng. Osvaldo Augusto da Silva
615 — Diretório Municipal de Geografia de
Santo Antônio de Jesus
616 — Manuel Emílio de Carvalho
617 — João Esteves do Socorro
618 — Sociedade Sul Rio Grandense
619 — Cap. de Mar e Guerra Apio Torquato
Fernandes do Couto
620 — Tenente Olegário de Abreu Memória
621 — Diretório Municipal de Geografia de
Belmonte
622 — Eduardo Lima Filho
623 — Deiphelo A. Monteiro
624 — Cristiano Pretes de Almeida
625 — Adroaldo Fernandes Coelho
626 — Centro Rio Grandense de Estudos His-
tóricos
627 — Sebastião de Brito
628 — Dr. Raul Alves
629 — Júlio Ribeiro da Silva
630 — Eng. Gustavo Maia
631 — Dr. Florêncio Carlos de Abreu e Silva
632 — Major Jacinto Dulcardo Moreira Lobato
633 — Ministro João Severiano da Fonseca
Hermes Júnior
634 — Instituto Histórico e Geográfico do Es-
pírito Santo
635 — Dr. Antônio Garcia de Medeiros Neto
636 — Eng. José Manoel Fernandes
637 — Eng. Alberto Pires Amarante
638 — Marcos Carneiro de Mendonça
639 — Eng. Joaquim Inácio Tosta Filho
640 — Eng. Manoel Cosme Coelho Borges
641 — Instituto de Economia e Finanças da
Baía
642 — Francisco Maria Piquet
643 — Prof. Francisco de Paula Alves da Fon-
seca
644 — Prefeitura Municipal de Santarém
645 — João Ribeiro Mendes
646 — Dr. Nestor Ascoli
647 — Padre Luiz Santiago
648 — Dom Francisco de Aquino Correia
649 — Manoel Oliveira Gomes
650 — Dr. Mário Gonçalves de Matos
651 — Eng. Luiz Pires Chaves
652 — Dr. Olavo Batista Filho
653 — Dr. José Matos de Vasconcelos
654 — Dr. Luiz Xavier Pereira Lima
655 — Dr. Adalberto de Cerqueira Campos
656 — Dr. Zoroastro Sá de Andrade
657 — Dr. Ramiro Berbert de Castro
658 — Major Severino Mendes de Araújo Pe-
reira
659 — Dr. Renato Costa
660 — Dr. Leonardo de Macedônia Franco e
Sousa
661 — Dr. Pedro Barreto Falcão
662 — Banco do Brasil — (Agência de Pôrto
Alegre)
663 — Eng. José Batista Pereira
664 — Gastão Gonçalves da Silva
665 — Professora I. Ernestina Terzi
666 — Eng. Raul Antoni
667 — Dr. Ulisses Gomes Pôrto
668 — Dr. Otelo Rosa
669 — Osvaldo Marques da Silva
670 — Prof. Jaci Antônio Lousada Tupi Caldas
671 — Dr. Dante de Laitano
672 — Gal. de Divisão Eurico Gaspar Dutra —
Ministro da Guerra
673 — Dr. Dioclécio Duarte Dantas
674 — Dr. Valdemar Teixeira de Carvalho
675 — Dr. Otacilio Gualberto
676 — Prefeitura de Sena Madureira
677 — Prof. Hélio Viana
678 — Anísio Massora
679 — Eng. Álvaro Ribeiro Sanches
680 — Dr. Aloísio de Carvalho Filho
681 — Dr. Augusto Marques Valente
682 — Viriato Bittencourt Leite
683 — Dr. Cana Brasil
684 — Dr. Heitor Fróis
685 — Arnold Wildberger
686 — Dr. Pamfilo d'Utra Freire de Carvalho
687 — Dr. Aureo de Oliveira Filho
688 — Dr. Nelson de Sousa Sampaio
689 — Aurio Tavares de Araújo
690 — Dr. Eduardo Olímpio Machado
691 — Dr. Alarich R. Schultz
692 — Eng. Nicodemus de Macedo
693 — Embaixador Maurício Nabuco
694 — Prof. Boaventura Ribeiro da Cunha
695 — Dácio de Almeida
696 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros
697 — Arquimínio A. Teixeira
698 — Eng. Godofredo Prates
699 — Eng. Oscar Alvim Schmidt
700 — Dona Mariana Coelho
701 — Prof. Tarcício de Oliveira Teles
702 — Dr. Jaime Alves de Almeida
703 — Prof. Manuel Peixoto
704 — Dr. Jonas Melo de Carvalho
705 — Dr. Raul de Sousa da Costa e Sá
706 — Dr. Aureliano Nogueira Lisboa
707 — Antônio Teles Dourado
708 — Joaquim Alves
709 — Pascoal Sant'Ana Freire
710 — Dr. Sócrates Ramos
711 — Eng. Alde Feijó Sampaio
712 — Estudante de Engenharia Antônio Dias
Leite Júnior
713 — Dr. Sílvio Costa Rodrigues

- 714 — Dr. Mário Bulhões Pedreira
 715 — Dr. Valdemar José de Carvalho
 716 — Dr. Eufrosino Moraes Alves Branco
 717 — Augusto Pereira Correia
 718 — Boemundo Álvares Afonso
 719 — Professora Dalva de Matos
 720 — Dr. Carlos Geraldo Oliveira
 721 — Agnelo Carvalho Brito
 722 — Prof. Jaime Tourinho Junqueira Aires
 723 — Dr. João Gustavo dos Santos
 724 — Dr. Adolfo Frederico Tourinho
 725 — Dom Hermeto José Pinheiro
 726 — Mário de Araújo Lima
 727 — Jaime Ferreira dos Santos
 728 — José Joaquim Dias Fernandes Filho
 729 — Djalma Praça Figueiredo
 730 — João Cícero Valença
 731 — Arnaldo Lobo de Azevedo Melo
 732 — Eng. Adson Carneiro Pessoa
 733 — Manuel de Araújo Lima
 734 — José Cavalcanti Pascoal
 735 — José Ribeiro Pimentel
 736 — Eugênio Francisco de Paula
 737 — Vito Oliveira
 738 — Rômulo Ramos Matos
 739 — Eng. Desirê de Limogas
 740 — Severino José de Freitas
 741 — Eutiquio Tórres Calazans
 742 — Lindolfo da Rocha Lima
 743 — Joaquim Carpinteiro Peres
 744 — Pedro Barbosa da Luz
 745 — Luiz Gonzaga de Abreu Macedo
 746 — Dr. Pedro Afonso de Medeiros
 747 — Prof. Ari França
 748 — Senhorita Maria da Conceição Martins Ribeiro
 749 — Romeu Paschoalick
 750 — Prof. Renato da Silveira Mendes
 751 — Dr. Buenaventura Caviglia (Filho)
 752 — Dom Francisco de Assis Pires
 753 — Dr. Abelardo Leão Candurú
 754 — Dr. Deodoro Machado de Mendonça
 755 — Dr. Henrique Jorge Hurley
 756 — Dr. Miguel Pernambuco Filho
 757 — Dr. José Carneiro da Gama Malcher
 758 — Cap. Ten. Gastão Mota
 759 — Orlando de Moraes
 760 — Vitório de Castro
 761 — Dom Justino José de Santana
 762 — Prof. Lupércio Sousa Rocha
 763 — Eng. Axel Löfgreen
 764 — Dra. Neuzza dos Santos de Freitas Guimarães
 765 — Prof. Teresa da Conceição Meneses
 766 — Dr. Deraldo Dias de Moraes
 767 — Dr. Alexandre Helena
 768 — Fduardo Pedro Nazareno de Sousa
 769 — Augusto Castro Leal
 770 — Eng. João Protásio Pereira da Costa
 771 — Dr. Dário de Bittencourt
 772 — Ministro Mário Ferreira Barbosa
 773 — Eng. Gastão César Berrenback Lima
 774 — Antônio Augusto de Mesquita
 775 — Gonçalo Benício de Melo
 776 — Gilberto Albuquerque
 777 — Cap. Pautinho Palhares
 778 — Dr. Mário Carneiro do Régo Melo
 779 — Prof. Geraldo Sampaio de Sousa
 780 — Dr. Djalma Forjaz
 781 — Dr. La-Fayette Côrtes
 782 — Escola de Geógrafos do Exército
 783 — Eng. Aristóteles Juvenal de Faria Alvim
 784 — Prof. Luiz José dos Santos
 785 — Eng. José Horácio Betônico
 786 — Prof. Eduardo Rodrigues Afonso de Moraes
 787 — Eng. Amador Pereira Barbosa
 788 — Domingos de Paula Teixeira de Carvalho
 789 — Ministro Osvaldo Aranha
 790 — Cel. Temístocles Pais de Sousa Brasil
 791 — Dr. Gustaf Adolf Hoch
 792 — Ernesto Hornemann
 793 — Sociedade de Agricultura da Paraíba
 794 — Dr. Francisco Hermano Santana
 795 — Dr. Olegário Memória Ribeiro de Oliveira
 796 — Dr. Aguilardo Sérvulo Botelho
 797 — Dr. Fábio Leoni Werneck
 798 — Ten. Cel. Djalma Polí Coelho
 799 — Cel. Leopoldo Neri da Fonseca Júnior

CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEOGRAFIA

Em várias "Conferências" pronunciadas em propaganda do Nono Congresso Brasileiro de Geografia o ministro Bernardino José de Sousa, presidente da sua "Comissão Organizadora" resumiu nos seguintes itens as utilidades dessas reuniões periódicas de estudiosos da nossa terra e da nossa gente:

- a) Porque havendo já passado em julgado no sentir dos povos civilizados, a opinião de que os Congressos científicos são os instrumentos mais adequados à afirmação e difusão dos conhecimentos humanos e tendo hoje a Geografia lugar excepcional "no centro e não à margem dos estudos de uma nação moderna", os Congressos Brasileiros de Geografia têm para nós uma alta significação prática, cultural e cívica;
- b) Porque nessas reuniões periódicas dos cultores da Geografia nacional se põem em contacto estudiosos das mais afastadas regiões do país para troca de idéias e confronto de trabalhos, para orientação de pesquisas e sistematização de resultados;
- c) Porque estimulam e impulsionam o conhecimento da nossa amplitude territorial e da obra que nela temos realizado nos cento e poucos anos de domínio soberano;
- d) Porque concorrem grandemente para a popularização dos estudos e conhecimentos geográficos, atraindo a atenção de todos os brasileiros para problemas que dizem respeito ao próprio destino da nacionalidade;
- e) Porque sendo a Geografia, além de uma ciência de investigação cada vez mais ampla e complexa, um ramo de ensino de mais alto valor educativo, é nessas assembléias que melhor se assentam as diretrizes de seus métodos e de suas finalidades;
- f) Porque representam iniciativas de patriotismo vigilante e construtor pelo proporcionar, com o exato conhecimento da terra e do homem e de suas relações, meios seguros de possuirmos verdadeiramente, ou seja, cientificamente, o Brasil e de vencermos na competição universal;
- g) Porque exprimem, afinal, pela aproximação dos brasileiros, pelo entendimento direto e cordial congoamento dos elementos culturais do país, uma conjunção de forças morais que enrijam e aperfeiçoam os sentimentos de amor e devoção à Pátria.

CAMPANHAS DAS COORDENADAS DAS SEDES MUNICIPAIS

A secção da carta Geral do Brasil ao milionésimo, do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, sob a direcção do Professor Alirio de Matos, iniciou, em Novembro de 1939, os trabalhos de determinação das coordenadas geográficas das sedes municipais dos diferentes Estados do Brasil, cujos governos regionais se decidiram a colaborar com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nessa campanha, designando engenheiros que fizeram o respectivo curso de aperfeiçoamento, dirigido e orientado por aquele profissional.

Dando começo à campanha, a título de prova de habilitação, naquele mesmo mês, foram determinadas 6 coordenadas no Estado do Rio, e uma no Estado do Espírito Santo, cada uma destas, feita independentemente por dois engenheiros, processo adotado para aferir o grau de aproveitamento do curso realizado.

As sedes municipais do Estado do Rio que tiveram suas coordenadas levantadas, por essa forma, foram as seguintes: *Araruama* (Engenheiros Gilvandro Simas Pereira e Fernando de Figueiredo Pôrto); *Cantagalo* (Engenheiros Honório Bezerra e Raul Rodrigues Pereira); *Capivari* (Engenheiros Vitor Peluso e Vitorino Semola); *Magé* (Engenheiros Benjamin Franklin Kingston e Avani Cordeiro de Moraes); *Miracema* (Engenheiros Dalmi Rodrigues de Sousa e Ewerton Guimarães Pereira da Silva); *Paraíba do Sul* (Engenheiros Ubirajara Carlos Sevalho e Paulo Moreira de Sousa); no Estado do Espírito Santo, *Cariacica*, (Engenheiros Augusto Seabra Moniz e Luiz Valdemar Vacchias).

Após a verificação do êxito obtido com essa experiência, êsses profissionais, com exceção dos Srs. Benjamin Kingston e Ewerton Guimarães Pereira da Silva, que foram designados para outros serviços, partiram para as respectivas unidades federadas e iniciaram os seus trabalhos locais, de acordo com os programas previamente organizados. O resumo dos resultados obtidos com essa campanha, até 30 de Junho findo, firma a convicção de que a tarefa empreendida atingirá sua fase final trazendo inestimável contribuição técnica aos trabalhos da atualização da Carta Geral ao milionésimo.

Os profissionais que estão fazendo trabalho de campo no levantamento das coordenadas são: Estado do *Amazonas* e *Território do Acre*, Engenheiro Ubirajara Carlos Sevalho; Estado do *Pará*, Engenheiro Raul Rodrigues Pereira; Estado da *Baía*, Engenheiros Gilvandro Simas Pereira e Paulo Moreira de Sousa; Estado do *Espírito Santo*, Engenheiro Augusto Seabra Moniz; Estado do *Rio de Janeiro*, Engenheiro Luiz Valdemar Vacchias; Estado do *Paraná*, Engenheiro Avani Cordeiro de Moraes; Estado de *Santa Catarina*, Engenheiro Vitor Peluso; Estado de *Minas Gerais*, Engenheiro Dalmi Rodrigues de Sousa; Estado de *Goiás*, Engenheiro Vitorino Semola; Estado do *Ceará*, Engenheiro Honório Bezerra e Estado de *Sergipe*, Engenheiro Fernando de Figueiredo Pôrto.

Além das coordenadas levantadas no período do curso de aperfeiçoamento, o resultado, até aquela data, por Estado, foi o seguinte: *Amazonas*, sedes municipais de Coari, Carauari, Manacapuru e João Pessoa; *Pará*, sedes municipais de Ponta de Pedras, Cachoeira, Abaeté, Soure, Castanhal, Igarapé Assú, Capanema, Bragança, Vizeu, Vigia e S. Caetano de Odivelas; *Baía*, sedes municipais de Santo Amaro, Feira de Santana, Cruz das Almas, Castro Alves, Santo Antônio de Jesus, Ipuá, Itaberaba, Valença, Santarém, Itacaré, Itabira, Ilhéus, Canavieiras, Prado, Mucuri, Caravelas, Conquista, Itambé, Encruzilhada, Poções, Boa Nova, Jagaquara, Areias, Maracás, Mata de São João, Alagoinhas, Inhambuê, Itapicuru, Serrinha, Riachão do Jacuípe, Tucano, Euclides da Cunha, Cicero Dantas e Paripiranga; *Espírito Santo*, sedes municipais de Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itaguassú, Afonso Cláudio, Baixo Guandú, Pau Gigante, Santa Cruz, Serra, Guarapari, Anchieta, Iconha, Cachoeiro do Itapemirim e Castelo; *Rio de Janeiro*, sedes municipais de Mangaratiba, Parati, Rio Claro, Sumidouro, Casimiro de Abreu e Barra de São João; *Paraná*, sedes municipais de Piraquara, Araucária, e Campo Largo; *Santa Catarina*, sedes municipais de Rio do Sul, Bom Retiro, Lajes, Curitiba, Caçador, Chapecó, Cruzeiro, Concórdia, Campos Novos e Pôrto União; *Minas Gerais*, sedes municipais de Governador Valadares, Resplendor, Conselheiro Pena, Antônio Dias, Cordisburgo, Monte Alegre, Tupaciguara, Campo Formoso, Frutal, Prata, Campina Verde, Uberaba, Conquista, Araxá, Santa Juliana, Patos, Coromandel, Presidente Olegário, João Pinheiro, Estrêla do Sul, Nova Ponte e Paracatú; *Goiás*, sedes municipais de Morrinhos e Buriti Alegre; *Ceará*, sedes municipais de São Gonçalo, São Francisco, Santana, Cascavel, Aquiraz, Redenção, Afonso Pena, Lavras, Aurora, Missão Velha, Crato e Santanópolis.

O número de coordenadas determinadas até fins de Junho último, atinge, portanto, a expressiva soma de 125. Os meses de Outubro a Março são extremamente desfavoráveis às observações astronômicas no Sul do país. Quanto ao Norte, a época desfavorável vai de Dezembro a Março, concorrendo para que a produção nesses meses seja muito limitada e, às vezes, até nula. Em certos Estados, como Amazonas, Goiás e Território do Acre, existem ainda dificuldades outras, que retardam extraordinariamente os trabalhos de campo, como seja a falta de comunicações.

O engenheiro Fernando de Figueiredo Pôrto, até ultimamente retido na capital de Sergipe para terminar a organização dos mapas municipais, somente em Julho pôde iniciar as suas atividades naquela região. O Estado de São Paulo, por sua vez, movimentou três profissionais especializados no assunto, os quais, até agora, enviaram ao Conselho Nacional de Geografia uma relação contendo 80 determinações de coordenadas das sedes dos municípios paulistas.

Por outro lado, convém salientar que a Inspeção de Obras contra as Secas já iniciou, também, os seus serviços nos Estados do Nordeste visando o mesmo fim.

Tudo indica, pois, que dos trabalhos nos próximos meses resultará apreciável acréscimo de localidades que tenham as suas coordenadas determinadas pelos técnicos especialmente mobilizados pelo Conselho Nacional de Geografia.

EXPRESSIVA MOÇÃO DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE CULTURA

Da reunião do Primeiro Congresso Brasileiro de Cultura já consta notícia desenvolvida em outra página desta Revista, quando não tinha ainda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística recebido o expressivo ofício que ao seu eminente Presidente dirigiu o Desembargador

A. Sabóia Lima, para lhe comunicar a homenagem que sobremaneira nos penhorou, pela alta significação dos conceitos, que trazem a assinatura de insignes individualidades, como evidência a transcrição a seguir:

"Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Tenho a grata satisfação de comunicar ao ilustre patricio que o I Congresso Brasileiro de Cultura, promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura, e que funcionou nesta capital, do dia 24 a 30 de Maio último, aprovou, por unanimidade, a seguinte moção:

"Considerando que ao Primeiro Congresso Brasileiro de Cultura compete assinalar as expressões culturais tanto no passado como igualmente na atualidade; que sem contestação possível, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao comemorar, hoje, o seu quarto aniversário, pode apresentar excelente acervo de contribuições de valia cultural em qualquer das suas alas, como patenteia a leitura das publicações periódicas referentes à Estatística, Anuários, Revista e dos ensaios avulsos da Comissão Censitária;

que, especialmente ao que toca ao estudo da terra brasileira, a *Revista Brasileira de Geografia*, de que já saíram a lume cinco números, emparelha-se com as melhores do gênero, publicadas no estrangeiro, no versar questões de geografia humana e econômica; que, de mais a mais, o Conselho que a edita, tem por fim metodizar as atividades geográficas do país, orientadas por seguro critério cultural, como evidenciou a exposição de mapas municipais, referentes aos 1.574 municípios brasileiros, e elaborados pelo mesmo padrão uniforme, os mapas, que foram enviados à Exposição de Portugal, os mapas murais, destinados às escolas, que se acham em preparo;

Considerando, por fim, que o Conselho Nacional de Geografia, tem desenvolvido atividades acentuadamente culturais,

Resolve consignar um voto de aplausos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e em particular ao Conselho Nacional de Geografia pela obra cultural que está realizando.

29 de Maio de 1940 — (ass.) — A. Sabóia Lima — Pedro Vergara — Raul Bitencourt — Fernando de Melo Viana — Aldo Prado — Jonas Correia — José Augusto — Américo Palha — Carlos de Oliveira Ramos — Armando Magalhães Correia — Soares Filho — Amazonas de Figueiredo — Clementino Lisboa — Hugo Firmeza — Barbosa Viana — Renato Travassos — Aristides Casado — Fernando da Silveira — Maria Josefina Albano — Maria Isolina Pinheiro — Azeizo de Vasconcelos — Oton H. Leonardos — Axel Löfgreen — Oscar Clark — Hélio Gomes — Ernesto Francisconi — Maria Luiza Fontes Ferreira — Raquel Prado — Valfredo Machado — Antônio Feijó Bitencourt — Virgílio Correia Filho — Humberto Grande — Monte Arrais — Valdemar de Vasconcelos — Saturnino de Brito Filho — Messias do Carmo — Vasco dos Reis Gonçalves — Moacir Silva — Rui de Almeida".

Aproveito o ensêjo para testemunhar-lhe, ainda uma vez, o meu mais alto aprêço e minha mais alta consideração. — (ass.) A. Sabóia Lima, presidente".

SILOGEU BRASILEIRO — PALÁCIO DA CULTURA.

O Sr. Presidente Getúlio Vargas que com o seu patriótico govêrno vem realizando e animando tôdas as grandes iniciativas, assinou em data de 2 de Junho dêste ano o decreto publicado na seção competente desta Revista, concedendo autorização para que no local onde demora o antigo e tradicional edificio do Silogeu Brasileiro, com a demolição dêste, seja edificado um grande prédio destinado a servir de sede a todos os órgãos do I. B. G. E., e mais ainda vários outros Departamentos públicos e entidades culturais.

Esse prédio, edificado que seja, em substituição ao velho Silogeu, sede de gloriosas e brilhantes campanhas do pensamento e da ciência do Brasil, terá o aspecto monumental e o conforto exigidos para sediar os órgãos públicos e as entidades referidas pelo aludido decreto, destinando-se assim a ser o palácio da cultura brasileira.

Releva salientar a importante contribuição arquitetônica com que contará a cidade depois da edificação do projetado edificio, num local onde vem se fazendo necessário há anos, uma completa reforma urbanística que atenda não somente às exigências do trânsito público, mas ainda, à paridade de edificações, comparando a parte ocupada pelo velho Silogeu, com os outros edificios que circundam o Passeio Público.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conforme determinação constante do mesmo decreto, instalará e manterá no edificio um planetário e uma exposição permanente de educação e cultura.

O TENENTE-CORONEL LIMA FIGUEIREDO NO COMANDO DO 2.º BATALHÃO DE ENGENHARIA

Designado pelo Sr. Ministro da Guerra para comandar o 2.º Batalhão de Engenharia, aquartelado na cidade de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul, como consequência de sua justa promoção, seguiu recentemente para aquela cidade, o Tenente-Coronel José de Lima Figueiredo, membro da Comissão de Redação da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA.

Técnico dos mais competentes e escritor de marcante projeção no quadro cultural do país, o ilustre militar goza, no seio do Exército, do conceito que lhe é merecido. Ultimamente, foi o Tenente-Coronel Lima Figueiredo distinguido pelo Govêrno Federal com medalha e passadeira de prata como recompensa dos seus bons serviços prestados à Nação durante mais de 20 anos de proveitosa atividade profissional.

Privada momentaneamente da estreita colaboração dêsse culto companheiro, a Comissão de Redação da REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ao registrar essa nova etapa da brilhante carreira do seu ilustre membro, faz votos pelo seu breve regresso, logo que termine o estágio no posto de confiança com que foi distinguido pelo poder público.

DOUTOR LUIZ FLORES DE MORAIS RÊGO

E' com o mais sentido pesar que a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA regista o falecimento, em São Paulo, no dia 25 do mês de Junho próximo findo, do notável geólogo Dr. Luiz Flores de Moraes Rêgo.

Cientista de grande projeção em nossos meios culturais, era filho desta cidade, onde nascera em Agosto de 1896. Formado pela tradicional Escola de Minas de Ouro Preto, extensa foi a sua atuação nos setores educacionais e administrativos do país, nos quais demonstrou sempre a solidez dos seus conhecimentos físico-matemáticos.

Geólogo do Ministério da Agricultura, posteriormente catedrático da Escola Politécnica de São Paulo, distribuía ainda os frutos de sua privilegiada inteligência por várias sociedades científicas, dentre as quais destacamos a Academia Brasileira de Ciências, da qual foi diretor e consultor técnico de sua especialidade.

O Conselho Nacional de Geografia contou, igualmente, com a sua valiosa colaboração, pois devotado estudioso dos nossos problemas econômico-geográficos, pertencia ao Diretório Regional de Geografia do Estado de São Paulo.

Várias e proveitosas obras legou ao país, no meio das quais poderemos citar "Vale do Rio São Francisco", "Geologia e Petróleo no Estado de São Paulo" e "Estudos na bacia do Rio Doce para o fim de localizar usinas siderúrgicas".

Noticiando o seu prematuro desaparecimento, a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA associa-se ao pesar de sua ilustre família e dos meios culturais brasileiros e, como uma última e justa homenagem, publicará a sua biografia em número próximo, na galeria de VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL.

ATIVIDADES GEOGRÁFICAS

RESENHA DO 1.º SEMESTRE DE 1940

A REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA inicia no presente número esta nova secção, destinada a noticiar as atividades das instituições públicas e particulares que realizem estudos e trabalhos de Geografia ou que apresentem interesse geográfico.

RETIFICAÇÕES TOPONÍMICAS EM SÃO PAULO

Estabelecendo o Decreto-lei federal n.º 2.104, de 2 de Abril último, retificações toponímicas para várias sedes municipais e distritais do país, o Sr. Ademar de Barros, Interventor Federal no Estado de São Paulo, baixou, por sua vez, o Decreto n.º 11.069, de 4 de Maio, retificando no seu Estado as alterações a ele referentes.

Eis o Decreto referido no seu inteiro teor:

"Artigo 1.º — A toponímia constante do anexo n.º 1 do decreto n.º 9.775, de 30 de Novembro de 1938, sofrerá as seguintes retificações:

- 1 — No município de Cafelândia:
Vila e distrito de Simões em vez de vila e distrito de Vila Simões;
- 2 — No município de Fernando Prestes:
Vila e distrito de Camargo em vez de vila e distrito de Vila Camargo;
- 3 — No município de Lins:
Vila e distrito de Sabino em vez de vila e distrito de Vila Sabino;
- 4 — No município de Monte Aprazível:
Vila e distrito de Poloni em vez de vila e distrito de Vila Poloni;
- 5 — No município de Novo Horizonte:
Vila e distrito de Sales em vez de vila e distrito de Vila Sales;
- 6 — No município de Pirangi:
Vila e distrito de Paraíso em vez de vila e distrito de Vila Paraíso;
- 7 — No município de Ribeirão Preto:
Vila e distrito de Bonfim em vez de vila e distrito de Vila Bonfim;
- 8 — No município de Rio Preto:
Vila e distrito de Mendonça em vez de vila e distrito de Vila Mendonça;
- 9 — No município de Santa Adélia:
Vila e distrito de Botelho em vez de vila e distrito de Vila Botelho;
- 10 — No município de Tanabi:
Vila e distrito de Monteiro em vez de vila e distrito de Vila Monteiro;
- 11 — No município de Vila Bela:
Cidade, distrito e município de Formosa em vez de cidade, distrito e município de Vila Bela;
- 12 — No município de Itajobi:
Vila e distrito de Roberto em vez de vila e distrito de Vila Roberto.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

— x —

O MUNICÍPIO DE VILA NOVA POSSUE MODERNA DENOMINAÇÃO

O Sr. Eronides de Carvalho, Interventor Federal no Estado de Sergipe, baixou em 30 de Abril último, o Decreto-lei n.º 272, encorperando ao quadro de divisões territorial do Estado, o topônimo de Neópolis, em vez de Vila Nova.

A medida do governo sergipano foi adotada em face de recente Decreto-lei federal baixado para uniformizar a nomenclatura toponímica do país.

— x —

MODIFICADOS OS TOPÔNIMOS DE DOIS DISTRITOS AMAZONENSES

O "Diário Oficial" do Estado do Amazonas, de 24 de Abril último, publicou o Decreto-lei n.º 418, de igual data, assinado pelo Interventor Federal daquele Estado, modificando os topônimos dos distritos de "Vila do Carreiro" e "Vila Nova de Tonantins".

Eis na íntegra o Decreto referido:

Art. 1.º — Passam a denominar-se vila e distrito do "Carreiro" e distrito de "Tonantins", as "Vilas do Carreiro" e "Vila Nova de Tonantins", situadas nos municípios de Manaus e São Paulo de Olivença, constantes do decreto-lei n.º 176, de 1.º de Dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

— x —

A COMARCA DA CAPITAL PAULISTA DIVIDIDA EM CIRCUNSCRIÇÕES

O Sr. Interventor Federal de São Paulo assinou em 11 de Maio deste ano, o Decreto n.º 11.080, o qual estabelece, que, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 48 do Decreto-lei n.º 11.058, de 26 de Abril de 1940, e para os efeitos do § 2.º do mesmo artigo, fica a comarca de São Paulo dividida em três circunscrições, abrangendo cada uma delas, os seguintes distritos de paz:

I — 1.ª circunscrição: — Sé, Liberdade, Vila Mariana, Cambuá, Bela Vista, Ipiranga, Saúde, Jardim Paulista, Acimação, Cerqueira César, Indianópolis, Ibirapuera, Capela do Socorro, Santo Amaro, São Caetano, Santo André, São Bernardo, Ribeirão Pires, Paranaípe e Mauá.

II — 2.ª circunscrição: — Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Lapa, Santa Efigênia, Jardim América, Butantã, Perdizes, Barra Funda, Casa Verde, Nossa Senhora do Ó, Itapicirica, Juquetibá, Osasco, Barueri, Parnaíba, Água Fria, Embú, Cotia, Itapeví e Pirapora.

III — 3.ª circunscrição: — Braz, Penha de França, Belenzinho, Moóca, Vila Maria, Vila Matilde, Pari, Santana, Vila Prudente, Itaquera, Lajeado, Guarulhos, São Miguel, Tucuruí, Perús, Pirituba, Juqueri, Caieras e Franco da Rocha, Tatuapé e Alto da Mooca.

— x —

RESTABELECIDA A SEDE DA COMARCA DE ANDARAÍ

O Sr. Interventor Federal no Estado da Bahia, tendo em vista a proposta que lhe foi dirigida pelo Tribunal de Apelação do Estado, resolveu, pelo Decreto n.º 11.618, de 16 de Abril deste ano, restabelecer a sede primitiva da Comarca de Andaraí.

Essa medida foi tomada por terem cessado os motivos que determinaram a sua transferência pelo Decreto n.º 11.436, de 5 de Outubro de 1939, para o termo de Mucugê.

INTERPRETAÇÃO DE DIVISAS DE VÁRIOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

O Sr. Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina, considerando algumas incorreções, resultantes de deficiência de informações e carência de elementos cartográficos, ocorridos por ocasião da descrição geral das divisas das unidades territoriais do Estado, baixou em data de 10 de Abril último o Decreto n.º 910, visando regular a situação das divisas dos seguintes municípios: Tubarão, Jaguaruna, Crescuma e Urussanga.

O mesmo Decreto, interpretou também as divisas dos distritos de Campos Novos, Umbú, Arcoverde, Erval, Rio Bonito, Coração de Jesus, Abdon Batista, Perdizes, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Uruguai.

— x —

COMISSÃO REVISORA DO QUADRO TERRITORIAL DO ESTADO

A Comissão Revisora do Quadro Territorial do Estado de Santa Catarina, em sua reunião de 24 de Maio último, resolveu não fossem feitas mais interpretações de linhas divisórias inter-municipais e inter-districtais, à vista dos motivos seguintes:

1.º — porque já foram encaminhados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais executados de acordo com o que estabeleceu o decreto-lei federal n.º 311, de 2 de Março de 1938;

2.º — porque já foram levantados os cadastros preliminares do próximo recenseamento, o que não permite mudanças de jurisdição de território;

3.º — porque é preciso que as populações fiquem imediata e definitivamente, a par de que município e distrito estão jurisdicionados, para perfeitadas declarações, nos questionários de coleta do recenseamento de 1.º de Setembro próximo.

Quaisquer retificações de divisas, quer municipais quer districtais, só serão efetuadas por ocasião da próxima revisão do quadro territorial do Estado em 1943.

— x —

LIMITES DOS MUNICÍPIOS DE MARAPANIM E CURUÇA

O Sr. Interventor Federal no Estado do Pará, apoiado no artigo 2.º do Decreto estadual n.º 3.131, de 31 de Outubro de 1938, que reservou ao governo os atos de interpretação das linhas divisórias entre os municípios paraenses, baixou o seguinte Decreto em data de 16 de Maio último, interpretando as divisas dos municípios de Marapanim e Curuçá.

"Artigo único — A confrontação entre os municípios de Marapanim e de Curuçá, determinados pelos decretos n.º 3.131 e 3.131-A, fica assim interpretada: Começa na foz do rio *Cajutuba*, no oceano Atlântico, sobe por este até a foz do rio *Simoa*; continua pelo álveo do rio *Simoa* até a foz do igarapé *Jussateua* ou *Jussatuba* e sobe pelo álveo deste até suas nascentes; destas, alcança por uma linha, já existente, conhecida por linha João Dias, a margem esquerda do rio *Mau*, no lugar *Piquiateua*; sobe pelo álveo do rio *Mau* até a foz do igarapé *Aretal*, afluente direito do rio *Mau*; sobe pelo igarapé *Aretal* até suas nascentes; destas alcança por uma reta as nascentes do igarapé *Ilha Nova*, descendo por este até sua foz no rio *Marapanim*; revogadas as disposições em contrário".

— x —

LIMITES DE PERNAMBUCO COM OS ESTADOS DE ALAGOAS E CEARÁ

O Sr. Interventor Federal no Estado de Pernambuco, em ato de 7 de Junho último, tendo em vista a necessidade de solucionar as questões de limites entre o seu Estado e os de Alagoas e Ceará, designou o eng. Eurico

Monteiro de Matos e o Sr. Mário Carneiro do Régo Melo, para estudarem o assunto, em harmonia com as comissões designadas pelos governos desses Estados.

— x —

COMISSÃO DE ESTUDOS DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO RIO DE JANEIRO

A reunião dos prefeitos da zona norte fluminense, presidida pelo Interventor Amaral Peixoto, ultimamente realizada em Campos, ofereceu ensino a que se abordassem ali vários assuntos da maior importância para as administrações municipais.

Entre os assuntos debatidos, destaca-se o referente à reorganização da Comissão de Estudos da Divisão Administrativa, suscitada em proposta do prefeito de Campos, que apresentou ao Interventor federal vários exemplos que aconselham a medida.

O Comandante Amaral Peixoto prometeu estudar o assunto para dar-lhe solução adequada.

— x —

DIVISÃO FISIOGRAFICA DO RIO GRANDE DO SUL

A Junta Executiva do Diretório Regional de Estatística do Rio Grande do Sul, resolveu, recentemente, dividir o Estado, para fins estatísticos, em zonas fisiográficas, sob as denominações seguintes:

- 1.ª - Missões — 2.ª - Planalto Médio —
- 3.ª - Planalto do Nordeste — 4.ª - Litoral —
- 5.ª - Serra do Sueste — 6.ª - Campanha —
- 7.ª - Depressão Central — 8.ª - Encosta da Serra.

Foi resolvido recomendar a publicação de todos os documentos que foram submetidos à consideração desta Junta e que deram origem à mesma divisão.

É a seguinte a relação dos municípios que integram cada uma das oito zonas:

1.ª — Zona Missões: Iraí, Itaquí, Jaguarí, Palmeira, Santiago, Santa Rosa, Santo Angelo, S. Borja, S. Francisco de Assis e S. Luiz Gonzaga.

2.ª — Zona Planalto Médio: Carazinho, Cruz Alta, Getúlio Vargas, Ijuí, José Bonifácio, Júlio de Castilhos, Sarandi, Passo Fundo, Soledade e Tupacretan.

3.ª — Zona Planalto do Nordeste: Bom Jesus, Lagoa Vermelha, S. Francisco de Paula e Vacaria.

4.ª — Zona Litoral: Osório, Rio Grande, Santa Vitória, S. José do Norte e Tôres.

5.ª — Zona Serra de Sueste: Arroio Grande, Caçapava, Camaquã, Cangussú, Encruzilhada, Erval, Lavras, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, S. Lourenço, Tapes e Jaguarão.

6.ª — Zona Campanha: Alegrete, Bagé, D. Pedrito, Livramento, Quaraí, Rosário, S. Gabriel, Uruguaiana.

7.ª — Zona Depressão Central: Cachoeira, Canoas, General Câmara, Guaíba, Gravataí, Pôrto Alegre, Rio Pardo, Santa Maria, S. Jerônimo, S. Pedro, S. Sepé, Triunfo, Viamão e S. Vicente.

8.ª — Zona Encosta da Serra: Alfredo Chaves, Antônio Prado, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Cai, Candelária, Caxias, Encantado, Estréla, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Montenegro, Novo Hamburgo, Prata, Santo Antônio, Santa Cruz, S. Leopoldo, Taquara, Taquari, Venâncio Aires, Lajeado e Sobradinho.

— x —

O TERRITÓRIO DO ACRE DIVIDIDO EM ZONAS FISIOGRAFICAS

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística no Território do Acre, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adota em suas publicações o critério de dividir os Estados em zonas que por sua fisiografia ou por consagração popular, que formem regiões distintas e características, critério este adotado pela Assembléa Geral do

mesmo órgão, com a resolução n.º 75, resolveu dividir o Território em 7 zonas, submetendo essa resolução à apreciação da Junta Executiva Central.

Para efeito dessa divisão a Junta Executiva referida adotou a seguinte resolução:

"Artigo 1.º — Adotar a seguinte divisão do Território em zonas fisiográficas:

1.º — Abuná, compreendendo o distrito de Plácido de Castro;

2.º — Alto Acre, compreendendo os Municípios de Xapurí e Brasileia;

3.º — Acre, compreendendo o Município de Rio Branco, exceto o distrito de Plácido de Castro;

4.º — Purús, compreendendo o Município de Sena Madureira;

5.º — Envira, compreendendo o Município de Feijó;

6.º — Tarauacá, compreendendo o de Seabra;

7.º — Juruá, compreendendo o Município de Cruzeiro do Sul.

Artigo 2.º — Esta resolução será enviada à Junta Executiva Central para, nos termos do n.º 15, anexo 3.º, da Resolução 75, ser aprovada e produzir os desejados efeitos".

— x —

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DE SÃO PAULO

Reformado pelo Decreto estadual n.º 9.871, de 28 de Dezembro de 1938, para atender, do ponto de vista técnico-científico, às exigências das necessidades de São Paulo, no setor de sua especialização, o Instituto Geográfico de São Paulo intensificou ultimamente os seus importantes serviços.

O ligeiro resumo, extraído do último relatório do titular da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado, que publicamos a seguir, basta para atestar a proveitosa soma das atividades do I. G. G.

Levantamento da carta geral do Estado: Foram encetados os trabalhos do levantamento nas zonas de Assiz, Marília, Araçatuba, Pirajuí e Baurú, cobrindo uma área de cerca de quarenta mil quilômetros quadrados.

Serviços de divisas municipais: O Instituto procedeu a vistorias em 132 municípios, cujas divisas apresentavam erros que foram solucionados satisfatoriamente.

Esses trabalhos foram exaustivos, não só pela complexidade como pelo volume.

Perímetros urbanos e suburbanos: Vencendo as grandes dificuldades de ordem administrativa e técnica, o Instituto conseguiu atender a 210 municípios, traçando os seus perímetros urbanos e suburbanos, serviço esse que foi devidamente ilustrado com as necessárias plantas.

Cartas municipais: Foram elaboradas 270 cartas municipais, representativas dos municípios paulistas, na escala de 1:200.000 e 1:100.000, para serem apresentadas por estes ao Conselho Nacional de Geografia, além de serem fornecidos a entidades públicas e a particulares, cerca de 1.986 mapas diversos.

Laboratórios químicos: Foram realizadas durante o ano, 219 análises diversas, solicitadas pelos geólogos do serviço, e mais 36 análises requeridas por particulares. Para a leitura dos espectrogramas houve colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, da Secretaria da Educação, onde esteve em curso de especialização um dos químicos do Laboratório.

Serviço de Geodésia: O Serviço de Coordenadas Geográficas esteve bastante desenvolvido. Foram determinadas as posições geográficas de localidades, na zona oeste do Estado.

Esse serviço foi ponto de apoio para o trabalho de topografia requerido pela nova divisão administrativa do Estado.

Serviço de Hidrografia e Climatologia: Relativamente à Hidrografia, nada foi realizado, o que não se deu com a parte da Climatologia, que reinstalou ou montou onze estações de segunda classe e nove de terceira, desenvolvendo regularmente os serviços de meteorologia e pluviometria.

Serviço de Geologia Geral: Os trabalhos realizados durante o ano constaram da abertura de poços artesanais em Araraquara e São Paulo e da perfuração ainda não completada de outro, em Itacemópolis. Foram realizados estudos sobre a possibilidade de suprimento de águas subterrâneas às seguintes localidades: Matão, S. João da Boa Vista, Pôrto Feliz, Baurú, Itapira (para a Cia. Mogiana), Ourinhos, Itacemópolis, Araraquara e São Joaquim, além do Horto Florestal na capital. Os trabalhos de sondagens decorreram normais, havendo sido levados a efeito em Buri, Tatui, Capão Bonito e Apiaí. Para o estudo de petrografia foram preparadas 102 lâminas de rochas e cerca de 60 polimentos de rochas miérics.

Serviço de Geologia Econômica: Atendeu essa parte do Instituto, durante o ano, as necessidades da administração e dos particulares que a procuraram, tendo levado a efeito diversos estudos oportunos.

Serviço de Fiscalização, Concessão e Cadastro de Minas: Os trabalhos de Secção tiveram seu desenvolvimento normal na parte referente à concessões, ficando praticamente paralisadas as atividades relativas a cadastro e fiscalização, devido à falta de regulamentação.

— x —

DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA DE SÃO PAULO

Criado pelo decreto n.º 9.715, de 9 de Novembro de 1938, o Departamento de Botânica desenvolveu suas atividades no sentido de dar perfeita organização ao Parque e ao Jardim Botânico do Estado. Além de terem sido melhoradas sensivelmente as condições da Estação Biológica do Alto da Serra, o Departamento conseguiu ainda enriquecer suas coleções de plantas ornamentais e de interesse econômico e científico. Está a cargo desse serviço estadual a elaboração do cadastro florístico do Estado, do ponto de vista sistemático e industrial, que prossegue ao lado da preparação, também, do mapa fitofisionômico.

— x —

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA DE SÃO PAULO

Foi esse Departamento criado em 11 de Janeiro de 1939 e desde então vem se desempenhando parcialmente das finalidades que lhe incumbem, visto terem-se completado somente duas divisões das dez-se que o compõem. A falta de sede própria é um dos mais sérios embaraços ao desenvolvimento da repartição. Não obstante isso, enriqueceram-se as suas coleções zoológicas já existentes em cerca de 5.000 espécimes preparados de mamíferos e aves amazônicas. Dedicaram-se os técnicos do Departamento a excursões científicas, colhendo rico material para estudo e museu. Foram muitas as consultas respondidas e grande, também, o intercâmbio com os outros institutos científicos do país e do estrangeiro. O Departamento continua a elaboração do Catálogo das Aves do Brasil e de outros trabalhos científicos.

— x —

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO DE SÃO PAULO

Embora não se tenham ainda completado as instalações do Instituto Astronômico e Geofísico, não deixaram de ser feitas as observa-

ções mais importantes. Assim o eclipse lunar ocorrido a 28 de Outubro, foi observado e documentado fotograficamente, graças ao obséquio do Mosteiro de São Bento que pôs à disposição material científico do seu Observatório de Santana.

— x —

SERVIÇO DE METROLOGIA NO BRASIL

Regressou recentemente a esta Capital o Engenheiro Ernesto da Fonseca Costa, diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, que esteve durante alguns meses na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, em missão oficial referente à organização do nosso serviço de metrologia.

Na Europa, o Engenheiro Fonseca Costa entrou em contacto com a Repartição Internacional de Pesos e Medidas, realizando observações e estudos. Seguindo depois para a América do Norte, ali adquiriu o material necessário à organização do serviço de metrologia em nosso país e também outras máquinas para o I. N. T. inclusive uma instalação para o estudo da celulose.

Durante a sua permanência nos Estados Unidos, o Sr. Fonseca Costa, estudou a organização do "Bureau of Standards" daquele país, considerada modelar, bem como outras instituições científicas e laboratórios de pesquisas industriais.

— x —

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DO TERRITÓRIO DO ACRE

O Sr. Epaminondas Martins, governador do Território do Acre, assinou, em 25 de Maio deste ano, um decreto regulamentando o Departamento de Geografia e Estatística daquele Território. As atribuições do novo órgão estão distribuídas pelos serviços estatísticos, de geografia, propaganda e publicidade. Esse ato do Governador Epaminondas Martins integrou definitivamente o Território do Acre no sistema estatístico e geográfico brasileiro.

— x —

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO

O Governo Federal por Decreto datado de 1 de Março do ano corrente, publicado pelo "Diário Oficial" do dia 4 do mesmo mês, ao modificar o artigo 17 do Decreto-lei n.º 21.883, de 29 de Setembro de 1932, estabelece que o cargo de chefe do Serviço Geográfico e Histórico do Exército passa a ser exercido por um General de Brigada, ou de Divisão, ficando assim alterado, nessa parte, o antigo regulamento.

— x —

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARÁ

O Sr. Gama Malcher, Interventor Federal no Estado do Pará, baixou o Decreto-lei n.º 3.440, de 28 de Dezembro último, dando nova denominação ao Instituto de Estatística local, passando este a denominar-se Departamento Estadual de Estatística, com funções também no setor geográfico.

Para esse efeito criou o referido Decreto um cargo de cartógrafo, que terá a função de organizar o serviço geográfico e cartográfico do Estado, em todas as suas modalidades.

— x —

ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BAURU'

Anexa ao Horto Florestal de Baurú, instalou-se recentemente, naquela cidade, uma estação local de Meteorologia.

Através de moderno e completo aparelhamento, a referida estação vem fornecendo desde o dia 17 de Maio, data da sua inauguração, informações sobre o estado atmosférico, com previsão para 24 horas.

A PREVISÃO DO TEMPO EM NITERÓI

A começar do dia 17 de Junho último começou a funcionar, na torre existente no antigo forte de Gragoatá, sito à Cidade de Niterói, um posto semaforico de sinais do tempo.

— x —

MAPAS GEOLÓGICOS E PALEONTOLÓGICOS DO BRASIL

No seu último relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Luciano Jaques de Moraes, diretor do Departamento de Produção Mineral, além de outras informações de caráter geral, acentuou que a Secção de Paleontologia da Divisão de Geologia e Mineralogia, realizou diversos estudos de fósseis, principalmente de amostras do Piauí, Pernambuco, Baía e outros Estados.

Também informou aquele profissional que foi completada a relação das "Localidades Fossilíferas do Brasil" indicando sua posição em mapas expressamente organizados para esse fim e que servirá de base para o mapa paleontológico do Brasil, já em execução.

Também informa o referido relatório que foi iniciada uma série de diagramas dos elementos de que se compõem os vários grupos e constituem a grande divisão dos invertebrados, com a finalidade especial de organizar uma terminologia nacional a ser adotada no país.

O Engenheiro Jaques de Moraes comunicou ainda ao titular da Agricultura que estão quasi terminados os trabalhos de preparação de fósseis da Secção de Paleontologia.

Quanto às outras tarefas confiadas ao Departamento sob sua direção, o Sr. Luciano Jaques de Moraes focalizou os trabalhos da Secção de Topografia, que desenvolveu sua atividade em trabalhos de campo, realizados simultaneamente com os estudos geológicos, além de haver confeccionado vários desenhos cartográficos, cópias, ampliações e reduções de cartas referentes a inúmeros acidentes geográficos, economicamente importantes, inclusive de unidades administrativas.

O D. N. P. M. está também organizando um trabalho da maior importância, que é o mapa geológico do Brasil, constituindo essa tarefa o objetivo principal da Divisão de Geologia e Mineralogia. Para esse fim, foram registados novos conhecimentos geológicos nos Estados de Minas Gerais, Baía, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Piauí e Território do Acre.

Tendo o Laboratório Central da Produção Mineral terminado as análises químicas e petrográficas de minerais e rochas da região de Itabirito e Congonhas, em Minas Gerais, já se encontra quasi concluída a respectiva carta geológica.

— x —

PESQUISAS PALEONTOLÓGICAS EM SERGIPE

O Sr. Luciano Jaques de Moraes, diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, comunicou ao Ministério da Agricultura que as pesquisas paleontológicas realizadas no Estado de Sergipe tem contribuído para um conhecimento, tão completo quanto possível, de sua fauna fóssil e, portanto, da idade geológica de suas formações.

A importância desses estudos, que em grande parte se acham publicados em várias monografias, especialmente na intitulada "O cretácio de Sergipe", exige que se prossiga nessas indagações geológicas e paleontológicas, de modo que se possa delimitar com maior precisão os contactos das diferentes formações de posição estratigráfica.

Foi incumbido desse trabalho o Sr. Paulo Frichsen de Oliveira, auxiliado pelo desenhista Sr. Hermes Lima.

ESTUDOS DAS FORMAÇÕES GEOLÓGICAS, SOLOS E CLIMAS DO BRASIL

Determina o regulamento do Centro de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura que, periodicamente sejam realizadas excursões de estudos para os alunos dos diferentes cursos da Escola de Agronomia.

Cumprindo esse dispositivo, o professor da 3.^a cadeira, Sr. Alcides Oliveira Franco, excursionou com os alunos do 2.^o ano, aproveitando as férias de Junho último, pelos municípios de Petrópolis, Areal, Entre Rios, Paraibuna, Juiz de Fora, Santos Dumont, Barbacena, Carandaí, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Passagem, Mariana, Itabirito, Nova Lima, Belo Horizonte, Vespasiano, Lagoa Santa, Cipó, Várzea, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Cordisburgo, e as grutas de *Maquíné* e *Burnier* onde foram estudadas as diversas formações geológicas e os solos.

Na mesma época, o professor catedrático da 15.^a cadeira, Sr. Otávio Domingues, também excursionou com os alunos do 3.^o ano, visitando as cidades de Entre Rios, Leopoldina, Ubá, Vicosá, Ponte Nova, Rio Casca, Belo Horizonte, Sete Lagoas e Curvelo, onde visitaram as mais importantes fazendas de criação locais.

— x —

ESTUDOS GEOFÍSICOS

O Conselho Nacional de Petróleo contratou, recentemente, os serviços da *United Geophysical Co.*, de Pasadena, Califórnia, para a localização científica dos terrenos petrolíferos do Norte do Brasil, por meio de estudos geofísicos. Adotando a moderna técnica de prospecção visa o C. N. P. tornar menos dispendiosos os trabalhos de perfuração dos poços de petróleo.

Uma das condições impostas no contrato foi que, paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos dos técnicos norte-americanos, os técnicos brasileiros se fossem aperfeiçoando nessa delicada e difícil especialidade, afim de que gradativamente, estes pudessem substituir os estrangeiros.

Para esse efeito foram selecionados desde logo, alguns elementos que se tem destacado nas nossas escolas de engenharia, para cooperarem com os geólogos e geofísicos norte-americanos.

O primeiro ponto a ser atacado nos estudos da *United Geophysical Company*, será no Estado de Alagoas, cujos característicos se mostram mais propícios a existência do petróleo.

O contrato elaborado estabelece que aquela companhia empregue o mais moderno aparelhamento para os serviços de prospecção geofísica e um grupo de técnicos especializados com a mais comprovada experiência.

— x —

O SUB-SOLO GOIANO E INDUSTRIAIS NORTE-AMERICANOS

Notícias de Goiânia, Estado de Goiás, informam que passaram por ali, com destino a Santana e outras localidades do Norte do Estado, os Srs. William Howard Stickney e Leigh Wade, capitalistas norte-americanos, que foram a Goiás com o objetivo de estudar as possibilidades de exploração de minerais ou entrar em negócio com as empresas existentes, notadamente de cristal de rocha, rutilo, amianto e outras.

— x —

PESQUISAS ETNOGRÁFICAS NO INTERIOR DA PARAÍBA

O Sr. Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu "Goeldi", de Belém, Estado do Pará, encontra-se atualmente viajando no interior do Estado da Paraíba procedendo a pesquisas etnográficas, colhendo material necessário para um trabalho que pretende elaborar.

COMISSÃO DE ASTRÓNOMOS AMERICANOS

Por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, foi endereçado ao Conselho de Fiscalização de Expedições Científicas um pedido de licença formulado pelo Observatório Naval dos Estados Unidos, através da Embaixada americana, para que seus astrónomos e os do Observatório David Dunlop, de Richmond Hill, no Canadá, possam vir ao Brasil observar o eclipse solar que será visível no Estado de Pernambuco, no próximo dia 1.^o de Outubro.

— x —

NAVEGAÇÃO NOS RIOS PARANÁ E PARAGUAI

O Governo Federal, pelo decreto-lei n.^o 2.068, de 7 de Março de 1940, abriu o crédito especial de 90.000\$000 na pasta das Relações Exteriores, para custear os estudos da navegação nos rios *Paraná* e *Paraguai*. Esse decreto-lei foi publicado no "Diário Oficial" de 9 de Março deste ano.

— x —

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ

Pelo Decreto n.^o 5.756, de 4 de Junho deste ano, baixado pelo Governo Federal na pasta da Educação e publicado no "Diário Oficial" do dia 10 do mesmo mês, foi concedido reconhecimento aos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Geografia e História, Pedagogia e Química, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, com sede em Curitiba.

— x —

MUSEU IMPERIAL

O Governo Federal, por Decreto-lei n.^o 2.096, de 29 de Março de 1940 e publicado no "Diário Oficial" de 30 do mesmo mês e ano, criou na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial.

— x —

MUSEU DAS MISSÕES

O "Diário Oficial" de 11 de Março de 1940 deu publicidade ao Decreto n.^o 2.077, de 8 de Março do mesmo, que criou o Museu das Missões, em S. Miguel, município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

— x —

SUBVENÇÕES CONFERIDAS A INSTITUIÇÕES CULTURAIS

O Decreto-lei n.^o 3.204, de 17 de Maio do ano corrente, baixado pelo Governo Federal, abriu crédito especial, no Ministério da Educação e Saúde, para pagar, dentre outras, as subvenções concedidas às seguintes entidades culturais: 5.000\$000 ao Instituto Histórico de Alagoas; 20.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; 10.000\$000 ao Instituto Geográfico e Histórico da Baía; 30.000\$000 à Academia Brasileira de Ciências do Distrito Federal; 40.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; 1.000\$000 ao Circulo de Estudos Bandeirantes de Curitiba; 3.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e 3.000\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

— x —

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

A Associação dos Geógrafos Brasileiros vem dentro do plano de trabalho a que se traçou, realizando com frequência, em São Paulo, concorridas sessões culturais, nas quais são estudados os assuntos de sua especialização.

Na reunião realizada em 22 de Abril último, o professor João Dias da Silva teve oportunidade de se referir a observações colhidas na zona de Bragança, Estado de São Paulo,

exatamente no ponto em que se inicia a degradação da Mantiqueira em direção do planalto paulista. Acentuou o orador que é a homogeneidade das formas o que mais fere a atenção de quem visita a região; os vales são abertos, inclinados na direção de NO e dividem a região em compartimentos. Estudando-se o trabalho da erosão, tem-se logo a impressão de que os rios já alcançaram o seu perfil de equilíbrio, ainda mais em virtude da presença de numerosos meandros. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se que é bastante ativa a destruição pelas águas, com desmoronamentos e profundas bacias de captação, o que dificulta considerar a região como estando em sua maturidade. O orador pensa que a região em apêço, ainda se encontra em sua juventude, quanto à evolução do relevo e acrescenta que serão falsos os perfis de equilíbrio e que os vales decorrem do relevo geral. Após ressaltar o caráter "apalacheano" do relevo, concluiu por afirmar que, em sua opinião, houve ali apenas um reajustamento morfológico estrutural.

Discorreu, depois, o professor Pierre Monbeig, que expôs algumas de suas observações a respeito das paisagens rurais do nosso Estado. O professor Monbeig começou por lembrar que a situação climática do planalto paulista (colocado na zona de contato de três massas atmosféricas) parece favorecer o aparecimento de diversos tipos de paisagens rurais e explicar a tendência à policultura e passou, em seguida, a fazer breve recapitulação da nossa história econômica. Recordou que, no início do século XIX, era a criação de gado a grande atividade paulista; os viajantes que por aqui passaram confirmam esse fato e acentuam que a paisagem rural era devida à extensão dos campos e à dispersão do homem (ocasionada pela prática da queimada). Nessa época, a agricultura antecedia a criação. Posteriormente, veio o domínio do café e a consequente alteração na paisagem, graças à durabilidade da cultura. O orador, prossequindo, referiu-se ao testemunho de Zaluar, para concluir que, no meado do século passado, havia em São Paulo dois sistemas e duas técnicas inteiramente diversos: a dos grandes fazendeiros e a dos caboclos sítiantes. Foi ulteriormente que surgiu a paisagem bem conhecida, criada pelos imensos cafezais, com o seu "habitat" característico: a sede da fazenda, tendo a seu lado, o terreiro, a tulha, etc. tal como na época medieval, quando o castelo feudal tinha ao seu lado as principais dependências. Com o elemento imigrante, nova transformação se registou: o "habitat" passou, de aglomerado que era, a ser disperso. Hoje, pode dizer-se que a paisagem se encontra em plena transformação, bastando lembrar que, em certos pontos da alta Sorocabana (Presidente Veneslau) a propriedade se acha dividida em lotes compridos e estreitos, que lembram os de certas regiões européias. Misturaram-se todos os tipos de paisagem rural: as grandes fazendas, do tipo clássico, aparecem ao lado dos pequenos sítios; a monocultura juntamente com a policultura: "habitat" aglomerado, de mistura com o "habitat" disperso. O professor Pierre Monbeig ao encerrar a sua palestra observou que já se começa a assistir a uma adaptação dos tipos rurais aos diversos tipos de solos.

Outra reunião bem interessante da A.G.B. foi a realizada em 6 de Maio deste ano.

Na primeira parte dessa sessão, o professor Haroldo de Azevedo fez a resenha — bibliográfica. Na segunda parte o professor Félix Rawitscher, da cadeira de Botânica da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de S. Paulo, discorreu sobre o tema: "Reflexões sobre a fitoecologia do Brasil".

Também no dia 20 do mês de Maio último, a mesma entidade realizou outra movimentada sessão cultural.

Nessa sessão, inicialmente, o professor Luiz Flores de Moraes Rêgo, participou aos presentes que o Diretor Regional de Geografia deliberou instituir um prêmio de 1:500\$000 ao autor do melhor trabalho apresentado sobre a geografia de S. Paulo, além de se encarregar de sua publicação.

Ocupou a tribuna, depois, o prof. Pierre Monbeig, da Universidade de S. Paulo, que resumiu e comentou um interessante artigo do prof. Emmanuel De Martonne, intitulado "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" e publicado nos "Annales de Géographie", de Janeiro-Março do ano corrente.

Nesse trabalho, o prof. De Martonne observa que, estudando o relevo do Brasil tropical atlântico, parece encontrar um exemplo de relevo apalacheano. Estudou especialmente as serras do litoral, para acentuar que a rede hidrográfica se acha adaptada a uma estrutura de dobramento. Refere-se ao problema da origem do vale do Paraíba, afirmando que, se ali não existe uma fossa tetônica, existirá certamente uma "flexão" muito acentuada; o desabamento parece comprovado por se apresentarem os cursos de água paralelos à direção do relevo, e em seguida, alcançarem o vale do Paraíba através de gargantas e uma rápida alteação do curso. Regista a presença de três degraus de falhas: o da Mantiqueira, o da Serra do Mar e o das ilhas litorâneas.

Depois de mencionar dois trechos nitidamente "apalacheanos" (a região de S. Paulo e a de Belo Horizonte), estuda as superfícies de erosão, em número de quatro: — a superfície pre-permiana, a superfície dos campos, a das cristas médias ou apalacheanas, e a superfície neógena, de colinas baixas. Focaliza, depois, dois exemplos: a região do sul de Minas (a que denomina de "superfície do rio Grande) de origem paleógena e onde registra a presença de dobras do fundo na região de Ouro Preto e do alto rio Doce; e a "cuxta" (encosta) de Botucatu, também paleógena e onde se registam alternâncias irregulares das camadas de basalto e de arenito.

Concluindo, faz o prof. De Martonne uma reconstituição histórica do relevo distinguido duas épocas mais notáveis: a do neógeno em que as dobras de fundo realizam sua maior atividade, e a do quaternário, quando se realiza o abaixamento do sóco atlântico, com os três degraus de falhas acima citados.

— x —

SOCIEDADE "AMIGOS DA FLORA BRASÍLICA"

A contar do dia 30 de Abril último, a Sociedade "Amigos da Flora Brasílica" da capital paulista vem realizando com frequência o programa de palestras mensais, elaborado para o ano corrente.

Na sessão inicial do programa, realizada naquela data na Sociedade Rural Brasileira, foi discutida a 1.ª tese que versou sobre o tema: "Duplo Aspecto do Problema Florestal". A segunda tese discutida dias após abordou e tratou da "Orquidáceas Brasileiras, seu valor e sábio aproveitamento", merecendo essa conferência o maior interesse público por parte dos estudiosos do assunto.

A terceira palestra dos "Amigos da Flora Brasílica" esteve a cargo do sr. Joaquim Franco Toledo, chefe do serviço científico das Embriofitas do Departamento de Botânica do Estado.

Nessa conferência que versou sobre os "Fatores dos aspectos da Vegetação e utilidade prática do seu conhecimento" o sr. Franco Toledo demonstrou a importância que há em se cultivar a "Scientia Amabilis" de Linneu.

— x —

III CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM PORTO ALEGRE

Constituindo uma das solenidades das comemorações do bi-centenário de Porto Alegre, deverá realizar-se a 5 de Novembro próximo, naquela cidade, o III Congresso de História e Geografia Sul-riograndense.

A comissão organizadora desse certame é constituída de autorizados historiadores, notadamente os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O prefeito de Porto Alegre, sr. Loureiro da Silva, principal animador do Congresso, cedeu o salão no-

bre da Prefeitura para a realização das sessões preparatórias que se veem realizando sob a sua presidência.

O programa de trabalho está dividido em 7 capítulos, constando principalmente dos seguintes pontos:

Geologia. Paleontologia. Geografia — Fauna, Flora, Clima — Etnografia, Imigração, Sermarias, Indústrias, Comércio, Vias de Comunicações, Ciências e Artes, Ensino, Religião, Vultos proeminentes e História de Porto Alegre.

Foi estabelecido que as teses a serem apresentadas sobre os mencionados pontos, não ultrapassem de dezesseis páginas, formato almanco, datilografadas.

As atas do terceiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul deverão ser impressas num volumoso album comemorativo do Bi-centenário daquela Capital.

O programa detalhado e distribuído às pessoas que serão convidadas para colaborarem está assim redigido:

“Regulamento e Programa de Estudos — III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia — (Patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, — e comemorativo do Bi-centenário da Colonização de Porto Alegre).

Regulamento:

Art. 1.º — O 3.º Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, terá lugar na Capital do Estado de 5 a 10 de novembro de 1940.

Art. 2.º — São presidentes de honra do Congresso:

1.º — O exmo. Sr. Presidente da República.

2.º — O Exmo. Sr. Interventor Federal do Estado.

3.º — O Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano.

4.º — O Exmo. Sr. General Com. da Região

5.º — O Exmo. Sr. Prefeito da Cidade de Porto Alegre.

6.º — O Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º — São membros de honra do Congresso:

Os Exmos. Srs. Secretários de Estado.

Representantes Consulares.

O Exmo. Sr. Sub-Prefeito de Porto Alegre.

As Exmas. Autoridades e os Exmos. intelectuais nacionais e estrangeiros que nos visitarem por ocasião do Congresso.

Art. 4.º — Integram a Comissão organizadora do Congresso:

A Diretoria efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a Comissão especial, designada pela Grande Comissão de festejos, composta dos Srs. Dante de Layton, presidente; coronel Luiz Carlos de Moraes; Prof. Walter Spalding; Dr. Mário Teixeira de Carvalho; Dr. Olinto Sanmartín; Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.; Coronel João Pereira de Oliveira e Coronel Gastão Hasslocher Mazoner.

§ único — Será presidente efetivo do Congresso o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que presidirá às sessões, sendo substituído, no impedimento, pelo presidente da Comissão Especial. Será Secretário efetivo do Congresso o Sr. Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Art. 5.º — São considerados membros ex-officio os Institutos Históricos e Geográficos e as Sociedades de Geografia que prestarem adesão por escrito até 20 de Outubro de 1940.

Art. 6.º — São considerados membros efetivos do Congresso:

a) os membros efetivos de qualquer categoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, independente de ato de adesão;

b) todos os que enviarem teses;

c) todos os demais que aderirem por escrito até 1.º de Outubro de 1940.

Art. 7.º — A quota de adesão será de 20\$000 para todos os que aderirem e não estiverem incluídos nos Arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º letras a) e b).

Art. 8.º — A todos os Congressistas serão entregues, no dia da inauguração do Congresso, as teses, memórias e monografias apresentadas, já impressas, para discussão dos pareceres. Estes, serão distribuídos mais tarde em volume especial, precedido das atas e relatório do Congresso.

Art. 9.º — Todo o Congressista terá direito a 50 exemplares do trabalho apresentado e caso desejar separata em maior número deverá mencioná-lo na folha de rosto da própria tese, enviando 1\$500 por exemplar.

§ único — As teses serão impressas na ortografia oficial.

Art. 10.º — O número de páginas impressas dos trabalhos que deverão ser inéditos não ultrapassarão de 16 folhas tipo almanco, datilografadas de um só lado, com um espaço.

§ único — Os trabalhos deverão ser entregues até 20 de SETEMBRO DE 1940 E EM 3 VIAS.

Art. 11.º — A revisão do trabalho, sempre que possível, será feita pelo próprio autor.

Art. 12.º — É língua oficial do Congresso, o português. As discussões serão, sempre, em português podendo, porém, as teses, memórias ou monografias de autores estrangeiros serem redigidas também em outro idioma, porém, neste caso, acompanhadas da tradução portuguesa assinada pelo próprio autor.

Art. 13.º — Os trabalhos obedecerão ao seguinte programa:

Dia 5 de novembro — às 10 h. a.m. solene abertura do Congresso no Salão Nobre da Prefeitura e leitura da relação de teses apresentadas, autores e comissões julgadoras.

Dia 6, às 18 horas: sessão dos Congressistas para discussão dos pareceres e moções. Local: Salão Nobre da Prefeitura.

Dia 7, às 18 horas: idem, idem.

Dia 8, às 18 horas: idem, idem.

Dia 9, às 20,30 horas, solene sessão de encerramento no Salão de Conferências da Biblioteca Pública, durante a qual será lido o relatório do Congresso, nomes dos Congressistas e aderentes, títulos dos trabalhos apresentados e respectivos relatores.

Art. 14.º — As opiniões emitidas serão de exclusiva responsabilidade dos autores, não sendo, portanto, nem aprovados nem condenados pelos organizadores do Congresso.

Art. 15.º — Os casos omissos neste regulamento, serão resolvidos, de comum acordo, pelos presidentes efetivos e da comissão especial.

NOTA: — Toda correspondência e remessa de trabalhos deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão especial — Sr. Dante de Layton, Museu do Estado — Porto Alegre, ou ao Secretário do Instituto, Prof. Walter Spalding.

Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura Municipal — Travessa Araújo, 170. (Ao lado do Hotel Majestic) Porto Alegre.

PROGRAMA DE ESTUDOS

O III Congresso de História e Geografia distribue seu programa de estudos em sete seções:

I Seção — Paleontologia, Arqueologia, Etnografia e Antropologia.

As investigações científicas desta secção não estão restringidas a um aspecto puramente regional.

1. Paleontologia: O homem primitivo — Crânios, mandíbulas e outros fragmentos fósseis — Problemas estratigráficos — Vegetais fósseis — Fauna das idades antigas — Pintura rupestre — Pesquisas nacionais, estadual e nos países limítrofes — Bibliografia.

2. Arqueologia: — Sambaquis — Estações líticas — Hipogeus e cavernas Mounds — Buildings — Falitas — Escrita prehistórica — Bibliografia.

3. Etnografia: Os indígenas — costumes, tradições, agrupamentos das tribus, mitologia. — O português e suas diferenciações no meio brasileiro. — O negro, formação moral e social e aspectos físicos. — O alemão e o italiano. — Outros contingentes raciais: polonês, espanhol, russo, judeu, e etc. — Bibliografia.

4. Antropologia: Caracteres exteriores do homem, esqueleto, posição sistemática, anomalias, doenças, ornatos e deformações artificiais, desenvolvimento físico, sexo. Antropologia cultural — Bibliografia.

II Secção — Povoamento — Entradas — Sesmeiros — Genealogia e heráldica — Biografias.

Esta II Secção, bem como as III, IV e V são dedicadas ao Rio Grande do Sul.

I — Povoamento: Século XVII — Sete povos das Missões — Formação dos primeiros núcleos, no sec. XVIII — Novos elementos no sec. XIX — Ciclos — Áreas — Fronteiras.

2. Entradas: Caminho dos índios — Bandeiras paulistas — Itinerário dos lagunistas — Fixação dos açorianos — Pôrto do Rio Grande — Zona lacustre — Bacia do Jacuí — Espanhóis do Rio da Prata.

3. Sesmeiros: Origem do latifúndio — Formação do patriado rural — Cartas de sesmarias — Proprietários — Localização — Significação como célula social

4. Genealogia e heráldica. Biografia: Descendência das principais famílias sul-riograndenses — Titulares — Brasões — Vidas ilustres — Carreira das armas e sua importância cívica.

III Secção — Geologia, Geografia, Fauna, Flora e Clima.

1. Geologia: Geognósia, litologia e geotônica — Geodinâmica, agentes geológicos externos e internos, ação dos seres vivos — geohistórica, diversas éras.

2. Geografia: Física — Econômia e Política.

3. Fauna e Flora: Espécies — classificação — Regiões — Valor econômico — aplicação científica.

4. Clima: Climatologia — Clima biológico — Clima antropológico — Meteorologia.

IV Secção — Agricultura, Indústria e Comércio.

1. Agricultura: Épocas — Ciclos — Zonas de plantio — Gêneros de cultura — Braço negro — Colonização, pequena propriedade — Trabalhador nacional — Lavoureiro — A granja.

2. Indústria: Indústria extrativa — vinícola — fabril pastoril — outras indústrias.

3. Comércio: Importação e exportação — casas de comércio — Salários — Problemas do contrabando — Gado — Meios de transporte — Vias de comunicação — Correios e telégrafos — Finanças.

V Secção — Ciências, Letras, Artes, Religião e Ensino.

1. Ciências: cultura jurídica — Medicina — Engenharia — Outras ciências — Filologia — Variações dialetais, fonética riograndense e vocabulário.

2. Letras: Prosa e poesia — Cancioneiro — Imprensa — Oratória — Vultos principais.

3. Artes: Artes plásticas — Trajos — Mobiliário — Música — Folclore — Dança.

4. Religião: Igreja Católica Apostólica Romana — Missões do século XVII — Oradores sacros — Outros cultos: as igrejas alemãs, inglesas, ortodoxas, norte-americanas — A sinagoga.

5. Ensino: Primário, secundário e superior — Nacionalização do ensino — Assistência escolar — Métodos, etc.

VI Secção — História de Pôrto Alegre.

Esta secção é dedicada à cidade de Pôrto Alegre. Sua origem setecentista — Evolução — Fatos notáveis — Povoamento — Importância social, econômica e política — Administração — Urbanismo, etc.

VII Secção — Avulsos.

Na presente secção serão incluídas as teses, comunicações ou demais trabalhos cujos assuntos não foram, porventura, previstos nas secções anteriores.

— x —

I CONGRESSO CULTURAL BRASILEIRO

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Cultura e sob os auspícios do Governo Federal, foi solenemente instalado, no dia 25 de Maio do corrente ano, o I Congresso Cultural Brasileiro, que prolongou os seus trabalhos durante uma semana.

A sessão inaugural foi presidida pelo Ministro Gustavo Capanema, que, de acordo com a ordem dos trabalhos, deu a palavra, em primeiro lugar, ao Desembargador A. Sabóia Lima. A seguir usaram da palavra os Srs. Renato Travassos, secretário geral do certame, Pedro Vergara, orador oficial da solenidade, Sérgio de Macedo, representante do Instituto da Ordem dos Advogados e Valfredo Machado, representante do governo do Maranhão.

O programa dos trabalhos do I Congresso Cultural Brasileiro foi dividido por seis secções e estas subdivididas por 14 comissões, as quais fizeram o estudo das teses apresentadas.

Essas secções foram: I Matemática e Ciências Psico-Naturais; II Ciências Sociais; III Ciências aplicadas; IV Letras; V Artes e VI Filosofia.

As comissões em que se subdividiram as seis secções eram assim constituídas:

1.^a secção: *Matemática e Ciências Físicas e Naturais* — Sampaio Corrêa, presidente; Virgílio Correia Filho, vice-presidente; Saturnino de Brito Filho, Moacir Silva; comissão de *Física e Química, Biologia Geral, Botânica e Geologia*; Barbosa Viana, presidente; Lélío Gomes e Fernando da Silveira; comissão de *Geografia, Mineralogia, Geologia e Paleontologia*; Rui de Lima e Silva, presidente; Axel Lofgren, Carlos Studart e Oto Leonardos.

2.^a secção: *Ciências Sociais* — Comissão de *Direito e Assistência Social*: Sérgio Teixeira de Macedo, presidente; Luiz Machado Guimarães, Pedro Vergara e Amazona Figueiredo; comissão de *Economia Política*: Clementino Lisboa, presidente; Carlos de Oliveira Ramos, Aristides Casado; comissão de *Geografia Humana, História e Sociologia*: Feijó Bittencourt, Edgard Sanches e Mário Magalhães.

3.^a secção: *Ciências Aplicadas* — Comissão de *Engenharia*: Sampaio Corrêa, presidente; Saturnino de Brito Filho, Virgílio Correia Filho e Moacir Silva; comissão de *Medicina*: Raul Bittencourt, presidente; Oscar Clark e Percl Antônio Louzada.

4.^a secção: *Letras* — M. Paulo Filho, presidente; Valdemar Vasconcelos, Soares Filho e Anibal de Matos.

5.^a secção: *Artes* — Comissão de *Artes Plásticas*: Magalhães Correia, presidente; Cas-

tro Filho e Ernesto Francisconi; comissão de Música: Lopes Gonçalves, presidente; Eustorgio Vanderlei e Isa Queiroz Santos.

6.ª seção: *Filosofia e Educação*: Jonas Correia, presidente; Monte Arrais e Rui de Almeida.

— x —

CONGRESSO DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA

As festas centenárias de Portugal, que, presentemente se realizam, ofereceram oportunidade para que os estudiosos da história luso-brasileira se reunam num Congresso, onde estudarão pontos comuns da história dos dois países irmãos.

Sob o ponto de vista científico, não temos dúvida que esse Congresso marcará um ponto de relêvo no programa das solenidades centenárias da nação portuguesa, pois, através dele ficará pormenorizadamente conhecida a sua ingente e grandiosa obra de colonização, focalizando as suas grandes figuras e a sua persistência heróica do todos os dias durante três séculos.

O plano de trabalhos do Congresso, incluíde teses do mais alto interesse cultural e histórico.

— x —

II CONGRESSO NACIONAL DE HIDRO-CLIMATISMO

Promovido pelo Departamento Nacional de Propaganda e por iniciativa do Touring Clube do Brasil, deverá realizar-se nesta Capital, de 31 de Agosto a 6 de Setembro deste ano, o II Congresso Nacional de Hidro-Climatismo.

O certame, que visa principalmente a fomentar o desenvolvimento das nossas estâncias climáticas e hidro-minerais, e a atrair, para as mesmas, as correntes turísticas nacionais e estrangeiras, terá como presidente o Sr. Lourival Fontes, Diretor do D.I.P. e como vice-presidente o Sr. Assis Figueiredo, diretor da Divisão de Turismo daquele órgão federal.

O Sr. Juvenal Murtinho Nobre, presidente do Touring Clube, um dos membros do Congresso, vem recebendo várias adesões, inclusive a do Sr. Renato Mauricio e Silva, prefeito de Caxambú, que enviará importantes teses.

— x —

"O AMAZONAS — ESTE ESQUECIDO"

Sob esse título, o Sr. João de Albuquerque Maranhão realizou, no dia 6 de Junho deste ano, uma conferência, na Sociedade de Agricultura.

O conferencista apresentou completo mostruário dos produtos amazonenses e ilustrou a sua palestra com documentação fotográfica.

— x —

O PROBLEMA DO NORDESTE FOCALIZADO POR UM TÉCNICO

O Engenheiro Luiz Vieira, inspetor geral das Obras Contra as Secas, realizou, no dia 10 de Junho deste ano, uma conferência sobre o Nordeste e seus problemas.

O conferencista, com a sua autoridade de técnico, mostrou como se processa a sucessão de chuvas no Nordeste; como se desenvolvem os anos normais e como surgem os anos anormais ou de seca.

A palestra do Engenheiro Luiz Vieira realizada na Escola Nacional de Engenharia, foi ilustrada por copiosa documentação e um filme recentemente feito pela repartição sob a sua direção.

— x —

APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA DA SERRA DO MAR

O Engenheiro A. W. Billings, vice-presidente da "Brazilian Tracton C.ª Limited" realizou no dia 18 de Junho último, uma confe-

rência na Escola Técnica do Exército, sobre a hulha branca no Brasil, com referência aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

O conferencista abordou com segurança o assunto que se propôs tratar, dado o seu conhecimento e experiência na matéria, pois havendo chegado ao Brasil em 1922, coube-lhe nesse espaço de tempo, dirigir os serviços da construção das usinas de Rasgão e da Serra do Cubatão e os trabalhos executados na Ilha dos Pombos.

Além dessas tarefas técnicas fez êle os estudos para ampliação e remodelação das usinas de Ribeirão das Lajes.

— x —

"A FOTOGRAMETRIA MODERNA E SUA APLICAÇÃO NOS TRABALHOS DO NORDESTE"

O Engenheiro Antônio H. Marcolino Fragoso, chefe da Seção de Cartografia da Inspetoria de Obras Contra as Secas, realizou no dia 18 de Junho último, na Escola Nacional de Engenharia, uma conferência subordinada ao tema: "Fotogrametria moderna e sua aplicação nos trabalhos do Nordeste".

A palestra do técnico da I.F.O.C.S., pela sua oportunidade foi ouvida com grande interesse por quantos compareceram naquele dia ao salão de conferências da Escola Nacional de Engenharia.

— x —

FIXADA A DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SALVADOR

Designado em reunião anterior do Instituto Geográfico e Histórico do Estado da Baía, o professor Pedro Calmon apresentou, na sessão de 11 de Abril deste ano, daquele sodalício, o parecer que publicamos a seguir, sôbre a data em que deve ser comemorada a fundação da cidade do Salvador, cujo quarto centenário se há de festejar daqui a 9 anos.

Submetido o assunto à apreciação dos sócios do Instituto Geográfico e Histórico daquele Estado, presentes à sessão, foi o parecer aprovado, fixando-se assim, definitivamente a data da fundação da velha e histórica cidade.

Eis na íntegra o parecer do professor Pedro Calmon:

"Em 1949 completará a cidade da Baía o quarto centenário de sua fundação.

Cumpré fixar-lhe o dia. É aliás um velho problema cronológico que se arrasta insolúvel, através de uma bibliografia numerosa. Quando Tomé de Sousa em nome de D. João III lançou a primeira pedra da cidade que viera criar? Em que solene dia foi isto — ou, à falta de solenidade, dado o silêncio a este respeito dos documentos que chegaram até nós, simplesmente em que dia? As opiniões dividiram-se e várias datas foram propostas. Essa divergência ao contrário da dialética nos debates ordinários, longe de produzir a luz aumenta a escuridão: porque testemunha e informa a ausência do papel que a desvanecesse. Bastaria um diploma, uma referência em carta ou mercê, uma indicação em autor do tempo, um esclarecimento do governador geral, de Nóbrega, dalgum dos seus abnegados auxiliares, cujos relatos desconexos e preciosos enchem volumes.

Vejamos um resumo das preferências que levam o endosso de abalizados estudiosos da história pátria.

A fundação ocorreu, ou deve comemorar-se, em primeiro de Novembro, por duas razões, a do descobrimento por Vespucci em 1501 (dia de Todos os Santos, donde o nome do golfo e, por extensão, da terra) e a da inauguração da cidade: é a versão que podemos dizer "clássica". Na Academia Brasílica dos Renascidos apresentou-a o Dr. João Borges de Barros lendo um trecho do velho catálogo de governadores: "e no primeiro de Novembro, dia de Todos os Santos, se estabeleceu a cidade do Salvador..." Frei Jaboatão aceitou-a como plausível. Ou-

tros historiadores não tiveram motivos para rejeitá-la: assim o Barão do Rio Branco, Francisco Vicente Viana, Veiga Cabral, Braz do Amaral — este, conclusivo: "Fica assim fixado o dia da fundação da Baía" ("Memórias históricas de Acioli", I, 335).

6 de Agosto é a data — escreveu alhures Inácio Accioli (na monografia sobre o Padre Manuel de Nóbrega, Revista do Instituto Histórico, 1845), em desacôrdo aliás com o que deixara dito nas "Memórias Históricas e Políticas": "Desembarcou Tomé de Sousa em Vila Velha... passou no fim de 30 dias a estabelecê-la no centro..." (I.B.D., I, 246, ed. Braz do Amaral). Tendo saltado em terra a 29 de Março, entende-se que se transferiu para o "centro" um mês depois, 28 ou 29 de Abril.

Não; foi em 13 de Junho, alvitra-se, com o argumento da prociissão de Corpus Cristi, que descreveu Nóbrega. Silio Bocanera ("Diário de Notícias", 22 de Setembro de 1923) considerou conciliatória a efeméride: referia-se à invocação religiosa da cidade, aludia a uma festa considerável, bem podia ter sido a tal pompa da fundação de que não tratam os documentos, não pensava doutro modo Teodoro Sampaio. ("Jornal de Notícias", 10 de Julho de 1912).

30 de Maio — assegurou, "por estar isso hoje averiguado", Damasceno Vieira, que não nos habilita a acompanhá-lo no raciocínio, já não dizemos na averiguação, por omitir os elementos de que se valeu.

Em 1923, presente ao Conselho Municipal um projeto que mandava fixar em 1.º de Novembro o aniversário da Baía, o inquérito erudito ultrapassou a esfera dos debates vagos. Balancaram-se pareceres que sintetizassem a polémica; apuraram-se opiniões sem eiva de preconceitos — tão ciosos costumam ser os especialistas dos seus acôrtes e ... dos seus erros. Falou de novo Teodoro Sampaio: e deu por decidida, não a questão, porém a impossibilidade que havia em resolvê-la. Sem o documento-chave, que se perdeu, ou não existiu, qualquer resposta se limitaria a um cotêjo arbitrário de datas... (Vd. "Em que dia foi instalada a Cidade do Salvador?", Baía, 1825, p. 95). Capistrano de Abreu com o seu senso de minúcia, a sua magistratura da verdade histórica, o horror das hipóteses gratuitas não seria mais sóbrio. Foram ouvidos na mesma ocasião Bernardino de Sousa, Francisco Borges de Barros, Braz do Amaral. Apoiou-se o primeiro "maioria dos nossos historiôgrafos", interessado civicamente em marcar uma data que fôsse — autorizada aliás pela circunstância de ser a do descobrimento repetimos — para os condignos festejos municipais: 1.º de Novembro. O saudoso diretor do Arquivo Público, apresentou à discussão inesperado fato: uma carta de 1696, em que os vereadores lembravam a El Rei a festa de São João, observada na Baía, "desde sua fundação". Portanto — 24 de Junho!

A municipalidade ante a confusão verificada procedeu com hábil discreção: mandou a imprimir o prolixo debate de modo a extrair dele o que tinha de educativo e relevante. Transformou-o num livro.

II

Rodoifo Garcia, benemérito diretor da Biblioteca Nacional, prosseguindo na publicação dos "Documentos Históricos", deu-nos há dois anos o volume XXXVII enriquecidos de inéditos que tudo inovam, e a nosso ver elucidam e demonstram — quanto à discutida data preliminar.

Caem por terra tôdas as anteriores combinações de algarismos ao divulgar-se o registro com que começa o códice: "A 12 de Maio de 1549 passou o Provedor-Mor Antônio Cardoso de Barros mandado para os Contadores ... que tudo dispendeu na compra da madeira, QUE SE GASTOU NA CERCA DA CIDADE ...", (Doc. Histór. XXXVII, 1).

Em 12 de Maio as obras da cidade já estavam em bom e seguro andamento.

Mas — quando se iniciaram?

Precisamente 1.º de Maio — o que não deixa de concordar com os primitivos textos e Acioli, ao pretenderem que "trinta dias" depois de chegado se mudara Tomé de Sousa para "o centro". É o registro de 8 de Junho de 49 que a sufraga e determina: "A 3 de Junho de 1549 passou o dito Provedor-Mor mandado para Gonçalo Ferreira tesoureiro pagar a Fernão Gomes, pedreiro, 1\$800 de seu soldo, que serviu, e venceu nas OBRAS desta cidade de Salvador, que lhe eram devidos do PRIMEIRO DE MAIO DE 1549 até os primeiros quinze dias de Junho do dito ano..." (Doc. Hist. XXXVII, 4). Os mais antigos salários pagos aos operários dessas "obras da Cidade" accusam no mesmo dia da tomada do serviço, do princípio dos trabalhos, da contagem da soldada: "do 1.º de Maio de 1549 até os primeiros quinze dias de Junho" ... Assim em relação aos pedreiros Belchior Gonçalves, Francisco Gomes, Gaspar Lourenço, Rui Gonçalves, João Fernandes, Francisco Gonçalves, Afonso Fernandes...

Positiva-se destarte o ponto de partida. Descobriu-se uma comprovação — do gênero das que pedia Teodoro Sampaio no seu ceticismo experiente e cauto. Divulgados suficientemente os papéis daquela fase inaugural, não se lhes percebe a alusão a uma solenidade, a uma cerimônia, a um ato religioso ou político que nos autorizasse a computá-lo como a verdadeira data da Cidade. Sabemos todavia, quando os pedreiros se puzeram a levantar-lhe as cercas ou os muros, isto é, quando brotou, no alto da montanha, essa construção castrense e diminuta, núcleo, em 1549, da Capital que se derramaria mais tarde com impeto e grandeza pelas ladeiras, pelos vales, pelas colinas, pelas práias, numa expansão ambiciosa e memorável.

1.º de Maio é coincidentemente uma bela efeméride cristã e social: legitima-se a presunção e fundamenta-se a proposta, para que seja este, não outro, o dia natalício e votivo da Baía. Quando os primeiros construtores lhe abriram os alicerces; quando os velhos alveines lhe aprumaram as paredes externas em forma de um tapume rústico; quando o governador-geral e os jesuitas misturados aos índios e aos pedreiros carregaram aos ombros — segundo os cronistas acreditados — os paus da primeira casa, a cal da primeira argamassa, as ferramentas do primeiro serviço abençoado pela intenção divina e humana e fazer-se aqui fortaleza del-rei, que era o Império, e cidadela da Igreja, que era a Fé. Cidade de Salvador da Baía de Todos os Santos.

III

Concluindo,

somos de parecer que, em virtude dos documentos recentemente publicados, e até que outros surjam em contrário — se peça ao Governo do Estado para que fixe em 1.º de Maio a festa da Cidade, para ser comemorada com dignidade, cultura e patriótico sentimento todos os anos, em homenagem à glória brasileira relacionada com a história da Baía, aos antepassados que ela recôrda e aos grandes destinos da Pátria ufana do seu passado.

a) PEDRO CALMON — Baía, 11 de Abril de 1940 — Relator".

— x —

PARA DETERMINAR O VERDADEIRO LOCAL DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

A Secretaria Geral de Segurança Nacional em data de 5 de Junho do ano corrente, distribuiu à imprensa do país uma nota comunicando que foram designados os Srs. Coronel Leopoldo Neri da Fonseca, Capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Júnior, Engenheiro Cristovam Leite de Castro, Capitão de Fragata Luiz Alves de Oliveira Belo, Ministro Bernardino de Sousa, por indicação respectivamente dos Ministérios da Guerra e da Marinha, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e Estado da Baía para constituírem a comissão orga-

nizada com o fim de dirimir, de vez, as dúvidas suscitadas em torno do verdadeiro local do descobrimento do Brasil.

Em 14 do mesmo mês aquele órgão fez publicar outra nota divulgando as instruções a respeito, assim redigida:

"O Sr. Presidente de República aprovou as instruções para a comissão incumbida de determinar o verdadeiro local do descobrimento do Brasil.

A Comissão, a que se referem as presentes instruções, tem por fim precisar o verdadeiro local do descobrimento do Brasil e propor as providências decorrentes.

I — A referida comissão, que ficará subordinada ao Presidente da República, por intermédio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, em cuja sede funcionará compor-se-á dos seguintes membros:

Ministros Dr. Bernardino de Sousa, representando o Estado da Baía, como presidente da comissão; Coronel Neri da Fonseca, representando o Ministério da Guerra; Capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Júnior, representando o Ministério da Marinha; Dr. Christovam Leite de Castro, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Capitão de Fragata Luiz Alves de Oliveira Belo, representando a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

II — As presentes instruções orientarão os trabalhos da Comissão e suas atividades.

III — Compete à Comissão:

a) — Proceder a estudos com o fim de determinar:

Qual o verdadeiro sítio do descobrimento do Brasil:

Qual o local preciso da realização da primeira missa no Brasil.

b) — Realizar ou fazer realizar "in loco" as investigações, pesquisas e exames que jul-

gar necessários ao esclarecimento definitivo da questão.

c) — Apresentar um relatório circunstanciado de seus trabalhos onde constem:

os estudos, investigações, pesquisas e exames que forem realizados;

as idéias sobre a forma como devem ser assinalados os atos históricos do descobrimento do Brasil, indicando as providências a tomar completadas, se preciso, com plantas e orçamentos.

IV — A comissão poderá solicitar de quem de direito:

a) — designação de técnicos para a execução dos estudos especializados que se tornarem necessários:

as facilidades de transportes para seus deslocamentos;

o levantamento de plantas e a realização de sondagens;

as pesquisas que forem precisas;

as demais medidas tendentes ao bom êxito de sua missão.

V — Os trabalhos da comissão são considerados relevantes e seus membros, quando obrigados a ausentar-se desta capital, a serviço da mesma, perceberão diárias de subsistência a conta dos órgãos oficiais que os elegeram.

VI — Os trabalhos da comissão devem ser realizados no prazo de quatro meses, a partir da data de sua instalação".

A 24 do referido mês teve lugar o início dos trabalhos com uma reunião preparatória na sede da Secretaria Geral de Segurança Nacional.

O ativo disponível do povo brasileiro é formidável — sem dúvida — mas a quanto monta? O Recenseamento nada mais é do que uma contagem do capital nacional, representado pelo próprio povo, pelas casas comerciais, pelas fábricas, pelos bancos, pelas escolas, pelas estradas de ferro, pelas explorações agrícolas, pelas profissões e por tudo que traduz o labor deste grande País.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

DECRETO-LEI N.º 2.104 — DE 2 DE ABRIL DE 1940

Dispõe sobre o quadro territorial da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Os governos dos Estados do Amazonas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Baía, São Paulo e Mato Grosso, dentro de 30 dias, a contar da publicação desta lei, baixarão decretos incorporando aos respectivos quadros de divisão territorial as retificações de toponímia seguintes:

I — O Estado do Amazonas — Vila e distrito do “Careiro”, em vez de “Vila do Careiro”; vila e distrito de “Tonantins”, em vez de “Vila Nova de Tonantins”;

II — Estado do Rio Grande do Norte — Vila e distrito de “Flor”, em vez de “Vila Flor”;

III — Estado de Sergipe — Cidade, distrito, município, termo e comarca de “Neópolis”, em vez de “Vila Nova”;

IV — Estado da Baía — Vila e distrito de “Crisópolis”, em vez de “Vila Rica”; vila e distrito de “Vale Verde”, em vez de “Vila Verde”;

V — Estado de São Paulo — Cidade, distrito e município de “Formosa”, em vez de “Vila Bela”; vila e distrito de “Bonfim”, em vez de “Vila Bonfim”; vila e distrito de “Botelho”, em vez de “Vila Botelho”; vila e distrito de “Camargo”, em vez de “Vila Camargo”; vila e distrito de “Mendonça”, em vez de “Vila Mendonça”; vila e distrito de “Monteiro”, em vez de “Vila Monteiro”; vila e distrito de “Paraíso”, em vez de “Vila Paraíso”; vila e distrito de “Poloni”, em vez de “Vila Poloni”; vila e distrito de “Sabino”, em vez de “Vila Sabino”; vila e distrito de “Sales”, em vez de “Vila Sales”; vila e distrito de “Simões”, em vez de “Vila Simões”.

VI — Estado de Mato Grosso — Vila e distrito de “Garcias”, em vez de “Vila dos Garcias”.

Art. 2.º — Nos quadros territoriais vigorantes no quinquênio 1939–1943, prevalecerão as designações de circunscrições e localidades dos mesmos constantes, de acôrdo com a sistematização efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, feitas as retificações referidas no artigo anterior.

Parágrafo único — Sempre que ocorrer sub-divisão de um “distrito” em “zonas” e uma destas abranger toda a respectiva sede (cidade ou vila), será extensiva a essa “zona” a denominação do próprio distrito.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de Abril de 1940, 119.º da Independência e 52.ª da República.

Do *Diário Oficial* de 4/4/1940.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

DECRETO-LEI N.º 2.108 — DE 4 DE ABRIL DE 1940

Dispõe sobre o adiamento da 4.ª Sessão Ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando que as Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, na conformidade do disposto em seus respectivos regulamentos, reúnem-se conjuntamente, na Capital Federal, a 1.º de Julho de cada ano;

Considerando, porém, que a realização do Recenseamento Geral da República a 1.º de Setembro deste ano, exige a colaboração constante de todos os órgãos filiados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que aconselha o adiamento da instalação das referidas Assembléias para data posterior ao lançamento da campanha censitária;

Considerando, finalmente, o disposto nas Resoluções ns. 86, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, e 60, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, decreta:

Art. 1.º — Fica transferida, êste ano, do dia 1.º de Julho para 4 de Novembro, a instalação conjunta da 4.ª Sessão Ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde que assim o exija a marcha dos serviços censitários, poderá deliberar sobre a não realização das sessões dos Conselhos em 1940, cabendo, neste caso, aos órgãos centrais permanentes dos aludidos Conselhos exercer as atribuições expressamente cometidas às respectivas Assembléias Gerais.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de Abril de 1940, 119.º da Independência e 52.ª da República.

Do *Diário Oficial* de 6/4/1940.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

DECRETO-LEI N.º 2.326 — DE 20 DE JUNHO DE 1940.

Concede ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fica autorizado a construir, no local do próprio federal situado na Avenida Augusto Severo n.º 4, um edifício que, constituindo parte integrante do patrimônio da União, será administrado pelo Instituto, respeitadas as condições especificadas nesta lei.

Art. 2.º — A Prefeitura do Distrito Federal comunicará ao Instituto, dentro de seis meses, a situação da área compreendida pelo imóvel a que se refere o artigo anterior e de suas adjacências dentro do plano urbanístico fixado para o local.

Art. 3.º — Caso êsse plano importe modificação da área aludida, a Diretoria do Domínio da União a entregará à Prefeitura, recebendo a União, em troca, área equivalente e em situação correspondente à do atual imóvel. A nova área transferir-se-á a autorização dada por esta lei ao Instituto.

Art. 4.º — Si dentro do plano a que alude o art. 2.º a área atual do imóvel puder ser aproveitada para a construção, a Prefeitura transferirá ainda à União os terrenos adjacentes que, do ponto de vista arquitetônico, forem úteis à edificação.

Parágrafo único — Para cessão da área acrescida ficará reservada à Prefeitura, no edifício, a área a que se refere o art. 6.º parágrafo único, n.º 1.

Art. 5.º — O Instituto submeterá as plantas do edifício à aprovação do Presidente da República dentro de seis meses contados da data em que o terreno fôr utilizável.

Art. 6.º — Terão sede no edifício o Instituto e, nos períodos de atividade, a Comissão Censitária Nacional e o Serviço Nacional de Recenseamento.

Parágrafo único — O Instituto reservará ainda, no edifício, independentemente de pagamento de locação, as áreas necessárias para:

I — o serviço de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal;

II — os serviços de estatística dos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, da Fazenda, da Justiça e Negócios Interiores, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas;

III — o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

IV — as instituições que teem sede atualmente no edifício do Silogeu;

V — quinze instituições idôneas de cultura, a juízo do Instituto.

Art. 7.º — O Instituto instalará e manterá no edifício um planetário e uma exposição permanente de educação e cultura.

Art. 8.º — O seguro e a conservação do edifício ficarão a cargo do Instituto.

Art. 9.º — A área não compreendida na destinação dos artigos anteriores será utilizada livremente pelo Instituto, devendo a renda das locações, uma vez paga a construção e deduzidas as despesas de seguro e conservação, ser empregada no custeio da difusão estatística.

Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1940, 119.º da Independência e 52.ª da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.
A. de Souza Costa.
João de Mendonça Lima.
Fernando Costa.
Gustavo Capanema.
Waldemar Falcão.

Do *Diário Oficial* de 21/6/1940.

Quantos seremos no dia 1.º de Setembro de 1940? Esta é a grande, a palpitante questão do momento. Cabe a cada um de nós, que nos prezamos de ser bons brasileiros, o dever imperativo de contribuir para que essa pergunta seja bem respondida no momento oportuno.

BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES SÔBRE GEOGRAFIA EDITADAS NO BRASIL EM 1939-40

(Continuação)

AZEVEDO, José Mendonça — “*Ensino Progressivo de Corografia do Brasil*” — Edição ilustrada com vários mapas e texto-explicativo — Composto e impresso nas oficinas gráficas do “Jornal do Brasil” — 26 páginas.

CONJUNTO DE MUNICÍPIOS — *Estado do Paraná* — (1938-1943) — Pequeno atlas contendo os mapas dos municípios paranaenses — Impressão litográfica mandada executar pelo Governo do Estado — Curitiba — Paraná — 49 folhas.

DELGADO DE CARVALHO — “*Texto-Atlas de Geografia*” — Edição do Instituto Geográfico de Agostini do Brasil Ltda. — Rio — Contendo texto explicativo alusivo a cada ilustração cartográfica — 33 páginas.

MATOS, Alírio Huguene de — “*Astronomia de Campo*” — 3.^a edição revista e aumentada — F. Briguet & Cia., Editores — Rio de Janeiro — 181 páginas.

Contém o seguinte sumário: Generalidades — O teodolito — Determinação da hora — Determinação da latitude — Determinação do meridiano — Determinação da longitude — Determinação simultânea da latitude e da hora (método de alturas iguais) — Determinação dos valores aproximados das coordenadas.

RADLER DE AQUINO, Capitão de Mar e Guerra — “*A Navegação Hodierna no ar e no mar com tábuas náuticas ultra-simplificadas*” — Contendo várias ilustrações cartográficas — Suplemento técnico da “*Revista Marítima Brasileira*” — Composto e impresso na Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 80 páginas.

SANTOS, Evandro — “*Tábuas de Navegação*” — 2.^a edição — Composto e impresso nas oficinas gráficas do “Jornal do Comércio” — Rio de Janeiro — 95 págs.

Apresenta o seguinte sumário: Prefácio — Correspondência dos rumos na rosa quadrantal — Conversão de rumos da rosa circular em quadrantal — Tábua de latitudes crescidas — Tábua do ponto — Distância pelo ângulo vertical — Distância por duas marcações — Distância ao horizonte — Conversão de minutos e segundos de tempo em fração decimal da hora — Conversão de hora média em legal — Conversão de tempo em arco — Conversão de arco em tempo — Conversão de tempo médio em sideral — Conversão de tempo sideral em médio — Tábuas de azimuths — Depressão do horizonte — Depressão próximo à costa — Refração média — Paralaxe em altura do sol — Correção total da altura do sol — Correção da altura das estrelas — Paralaxe em altura dos planetas — Correção da passagem meridiana da lua — Correção para obter a hora média da prea-mar — Arco semi-diurno e semi-noturno (para obter a hora verdadeira do nascer ou pôr de astro) — Correção para obter a hora média do nascer ou pôr aparente do sol — Conversão de metros em pés — Conversão de pés em metros — Conversão de jardas em metros — Explicação para uso das tábuas.

VEIGA CABRAL, Mário da — “*Terceiro Ano de Geografia*” — De acôrdo com o atual programa de ensino secundário — 8.^a edição ilustrada (71 a 80 milheiros) — Livraria Jacinto, Editora — Rio de Janeiro — 868 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Introdução — Populações — Raças — Línguas — Religiões — As migrações — Civilização — Formas de governo — Colonização — Formação das cidades — As capitais — As estradas, a circulação e os transportes — Fronteiras — Culturas alimentícias — Plantas industriais — Criação de animais — Explorações mineiras — A utilização das forças naturais. Segunda Parte: (Geografia política e econômica do Brasil) Populações — Grupos étnicos — Elemento europeu — Colonização — Recenseamentos — Os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre — Recursos naturais — Mananciais de energia — Condições gerais da agricultura — O gado — Indústrias extrativas — Viação férrea e rodoviária — Navegação — Comércio exterior.

— “*Curso de Geografia Geral*” — 14.^a edição (131.^o a 140.^o milheiros) — Livraria Jacinto, Editora — Rio de Janeiro — 733 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: I Parte: Preliminares — II Parte: América — III Parte: Europa — IV Parte: Ásia — V Parte: África — VI Parte: Oceania — VII Parte: Terras Polares.

PUBLICAÇÕES DE INTERESSE GEOGRÁFICO EDITADOS NO BRASIL NOS ANOS DE 1939-40

(CONTINUAÇÃO)

Edições de livrarias e particulares expostas à venda

AMARAL, Lins — “*História Geral da Agricultura Brasileira*” — No triplice aspecto Político-Social-Econômico — 2.º tomo — Volume n.º 160-A da Biblioteca Pedagógica Brasileira — Brasileira — Composto Editora Nacional — São Paulo — 473 páginas.

Contém o seguinte sumário: A mandioca — A cana de açúcar — O algodão — Os cereais — A pecuária — O fumo — O cacau — Pomicultura — Policultura — Cocos, borrachas e carnaúba.

DE CARLI, Giléno — “*Aspectos Açucareiros de Pernambuco*” — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas de Leuzinger S. A. — Rio de Janeiro — 73 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Prólogo — Função Social da Usina em Pernambuco — Advertência — O trabalhador — A habitação — A alimentação — A usina e o homem — Humanização — Assistência Social — Irrigação em Pernambuco — Ecologia — Terra de sol e água — Decadência — Renovação — Irrigação — Água — Terra irrigada.

FRÓIS ABREU, S. — “*Pesquisa e Exploração do Petróleo*” — (Com especial referência ao Brasil) — Edição ilustrada — Volume n.º 18 da Série 4.ª — Iniciação Científica — Biblioteca Pedagógica Brasileira — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 319 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Prefácio — O que é o petróleo — Como se formou o petróleo — Noções de geologia para compreensão da pesquisa do petróleo — Como se procura o petróleo — Como se transporta e se refina o petróleo — Como é difícil explorar o petróleo — O que se retira do petróleo — A era do querosene, o reinado da gasolina e as pretensões do óleo Diesel — Onde mais se explora e mais se consome petróleo — Os grandes trusts petrolíferos — O desaparecimento do petróleo — Os substitutos do petróleo — O problema do petróleo no Brasil — As tendências da política nacional do petróleo — A refinação do petróleo no Brasil — Sugestões para um plano de pesquisa — As regiões petrolíferas do Brasil — Leis que regulam a pesquisa, a refinação e o comércio do petróleo.

GONDIM, Joaquim — “*Etnografia Indígena*” — (Estudos realizados em várias regiões do Amazonas, no período de 1921 a 1926) — Volume I — Edição ilustrada — Editora Fortaleza — Ceará — 67 páginas.

Contém o seguinte sumário: Tribo Pirahan — Tribus Macuxi, Jaricuna e Uapixana — A tribo Parintintin e sua pacificação — Lendas indígenas — Martirologio da raça indígena.

KEY, Charles E. — “*As Grandes Expedições Científicas no Século XX*” — Tradução de Gastão Cruls — Edição ilustrada — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 408 páginas.

Contém o seguinte sumário: Explorações na Amazônia — Através dos desertos do Tibet e da Ásia — A conquista do Polo Norte — Entre os caçadores de cabeças da Nova Guiné — No coração da Austrália — No país das borrascas de neve — O teto do mundo — Novas luzes sobre o continente negro — O alpinismo e a aventura na África — A conquista do Polo Sul — As duas passagens do Noroeste e do Nordeste — Aventuras no extremo-norte da América — O cume do globo.

LEITE, Mário — “*Do Brasil ao Paraguai*” — (Impressões de Viagem e Costumes) — Com um mapa — Composto e impresso na Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” — São Paulo.

Apresenta o seguinte sumário: Prólogo — Aspectos de viagem — São Paulo a Porto Epitácio — Alto Paraná-Guaíra — Médio Paraná — Posadas e Encarnacion — De Encarnacion a Assuncion — Assuncion. Quinze de Agosto no Paraguai — Reminiscências... sem rancor — O Paraguai economicamente — Interior do Paraguai — Caminho para o Brasil — De novo para Assuncion — Comércio atual do Brasil com o Paraguai — Volta para o Brasil — De Buenos Aires para o Rio.

MAGALHÃES, Basílio — “*O Folclore no Brasil*” — Com uma coletânea de 81 contos populares organizada pelo Dr. João da Silva Campos — “Boletim do Instituto Histórico” — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 397 páginas.

Contém o seguinte sumário: Folclore em verso e folclore em prosa — Contribuições relativas à mítica indígena e a mítica africana — Traços gerais sobre as teorias mitográficas e sobre o totemismo e o tabuismo.

MOACHR, Primitivo — “*A Instrução e as Províncias*” — (Subsídios para a história da Educação no Brasil) — 1834-1889 — 3.º Volume — Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás — Volume 145, Série 5.ª “*Brasiliana*” da Biblioteca Pedagógica Brasileira — Composto Editora Nacional — São Paulo — 352 páginas.

PEREIRA DA SILVA, Clodomiro — “*O Problema das Sêcas no Nordeste Brasileiro*” — (Separata do “Anuário da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo”, para o ano de 1937) — Com um mapa da região Nordestina — Composto e impresso nas oficinas gráficas das Escolas Profissionais Salesianos — São Paulo — 281 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Proêmio — O panorama geral do Brasil, no passado e no presente — Como se vem procedendo, para aproveitar terras semi-áridas, nos países estrangeiros, e no Brasil — Porque devem ser feitas as “Obras do Nordeste” — Conhecimentos gerais que são de utilidade para o estudo do “Problema no Nordeste” — A distribuição regular de água para o Nordeste — Considerações sobre meios e modos de que se vem usando, para captar e distribuir água na região das Sêcas — Discussão, confrontos e aplicações — Como dar água ao Nordeste — Sugestões para um plano racional e viável — Anexos — As Sêcas — O motor e o transporte — O terraplanamento dos açudes — Desnudamento, erosão, açoreamento — Nota final.

— “*A Evolução do Transporte Mundial*” — (Enciclopédia dos Transportes) — Livro primeiro — Volume primeiro — Desenvolvimento dos Transportes — Composto e impresso na Imprensa Oficial do Estado — São Paulo — 476 págs.

Contém o seguinte sumário: Duas palavras — Apreciação preliminar — Desenvolvimento dos transportes terrestres na Antiguidade — Os transportes da Antiguidade nas vias de comunicação preparadas — Desenvolvimento dos transportes na Antiguidade, nas aquavias — O desenvolvimento dos transportes na Idade Média — Desenvolvimento dos transportes nos tempos modernos — Desenvolvimento dos transportes na Idade Contemporânea: os prodromos, França e Inglaterra — Desenvolvimento dos transportes na Idade Contemporânea: a tração mecânica — Desenvolvimento dos transportes na Era Contemporânea, nos Estados Unidos — Desenvolvimento dos transportes na Idade Contemporânea na Alemanha — Desenvolvimento dos transportes na Idade Contemporânea — Desenvolvimento dos transportes na Era Contemporânea, na Inglaterra — Desenvolvimento dos transportes na Era Contemporânea, nos Estados Unidos — Desenvolvimento dos transportes na Era Contemporânea: referências complementares relativas aos conjuntos europeu, asiático e americano (menos Brasil) — O desenvolvimento dos transportes nos países da América, na Era Contemporânea — Desenvolvimento dos transportes na Era Contemporânea, no Brasil — Desenvolvimento hodierno dos transportes no Brasil — Panorama universal do transporte hodierno: aquavias, ferrovias, litovias, aerovias.

— “*A Evolução do Transporte Mundial*” — Livro segundo — Volume segundo — Evolução dos Caminhos — Introdução ao Estudo das Aquavias Marítimas — O Regime das Costas (particularmente no Brasil) — Edição ilustrada — Com vários mapas fora do texto — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial do Estado — São Paulo — 100 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Introdução — Hidráulica Marítima — Prática de Hidráulica Marítima — O movimento dos aluviões nas embocaduras e suas proximidades; Barras; Deltas; Estuários; Restingas; Pontais, e mais formações características — Regime das Costas do Brasil — Apreciações finais.

RUGENDAS, João Maurício — “*Viagem Pitoresca através do Brasil*” — Edição ilustrada — Volume 1.º da Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins, Editora — São Paulo — 205 páginas.

SIMÕES, José Quirino de Avelar — “*A Rodovia de Itaparica*” — (Tese apresentada ao VII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem) — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Inspetoria de Obras contra as Sêcas — Rio de Janeiro — 20 páginas.

Contém o seguinte sumário: O problema do rio São Francisco e as vias de comunicação — A rodovia de Itaparica; seus principais objetivos e outras finalidades — Os traçados possíveis e a diretriz adotada — A exploração; o método taqueométrico; divisão dos trabalhos de campo e de escritório; rendimento; custos unitários.

VIANA DO CASTELO, A. e Jorge Dodsworth — “*Produção e Comércio de Diamantes no Brasil*” — (Memorial apresentado à Comissão de Revisão do Regulamento de Garimpagem e Comércio de Pedras Pretiosas) — Composto e impresso nas oficinas gráficas Batista de Sousa — Rio de Janeiro — 44 páginas.

Edições oficiais

ALVES DE SOUSA, Henrique Cáper e Sílvio Fróis Abreu — “*Diatomito do Nordeste*” — Edição ilustrada com dois mapas fora do texto e várias fotografias — Boletim n.º 33 do Departamento Nacional da Produção Mineral — (Divisão de Fomento da Produção Mineral) do Ministério da Agricultura — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 57 páginas.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Parte I — Ocorrências e seu aproveitamento por H. Cáper Alves de Sousa — Generalidades — Caracteres gerais e utilização atual — Descrição das ocorrências — Estado do Ceará — a) Faixa litorânea — 1) Mecejana — 2) Eusébio — 3) Maraponga — 4) Soure — b) Missão Velha — 2) Estado do Rio Grande do Norte — a) Municípios de S. José e Macaíba — b) Municípios de Ceará-Mirim e São Gonçalo — Conclusões — Bibliografia — Parte II — Composição e aplicação econômica, por Sílvio Fróis Abreu — Considerações gerais — Considerações sobre gênese e composição — Aspecto econômico dos diatomitos do Nordeste — Análises de material típico.

BANCO DO BRASIL — *Relatório de 1939* — Com gráficos e mapas fora do texto — Composto e impresso nas oficinas gráficas do “Jornal do Comércio” — 61 págs.

Contém o seguinte sumário: Relatório do Sr. Marques dos Reis; Parecer do Conselho Fiscal; Anexos: Balanços e demonstrações de Lucros e Perdas do Banco do Brasil — Estatística referentes ao Banco do Brasil — Brasil — Estatísticas monetárias e financeiras — Brasil — Estatística das atividades econômicas.

CARVALHO, Joaquim Bertino de Moraes — “*Os óleos vegetais na Economia Mundial*” (Relatório sobre a viagem de estudos a Trinidad e aos Estados Unidos da América apresentado ao Sr. Ministro Fernando Costa) — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 302 páginas.

Contém o seguinte sumário: Ensino e Experimentação — Indústria — Comércio — Organização da Indústria de Óleos Vegetais no Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR — “*Comércio de Exportação do Brasil*” — (1934-1939) — Com uma nota explicativa do Ministro João Alberto — Edição ilustrada com vários gráficos — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Nacional.

Contém o seguinte sumário: Quantidade da exportação: produtos especificados — 1934/1939 — Quantidade da exportação: produtos não especificados — com os totais das classes 1934/1938 — Valor da exportação: em mil réis — produtos especificados — 1934/1938 — Valor da exportação — em contos de réis — com o total das classes — produtos não especificados — 1934/1938 — Valor da exportação: em £ ouro — Com o total das classes — Produtos não especificados — 1934/1938 — Quantidade e valor da exportação por países de destino 1934/1938 — Percentagem de auto suficiência nas grandes potências — Tabela de acordos comerciais e cambiais em vigor até 1938.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — “*Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais, 1937*” — Com prefácio do Sr. Hildebrando Clark — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Estatística — Belo Horizonte — Minas Gerais — 306 páginas.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS — “*A Conferência Nacional de Economia e Administração*” — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 73 páginas — (Exposição-síntese dos problemas e soluções da atualidade brasileira, feita pelo Presidente Getúlio Vargas ao inaugurar a Conferência dos Interventores, a 10 de Novembro de 1939, acompanhada de uma série de valiosas opiniões da imprensa).

DÉ CARLI, Gileno — “*História Contemporânea do Açúcar no Brasil*” — Com prefácio do Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Composto e impresso na Gráfica Rio-Arte — Rio de Janeiro — 122 páginas.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE — (Estado de Santa Catarina) — “*Tábua Itinerária Catarinense*” — Com um mapa das interligações das sedes

municipais e distritais fora do texto — Sem indicação da casa impressora — Florianópolis — Santa Catarina — 121 páginas.

Contém o seguinte índice: Araranguá — Biguassú — Blumenau — Bom Retiro — Brusque — Caçador — Camboriú — Campo Alegre — Campos Novos — Canoinhas — Concórdia — Crescuma — Cruzeiro — Curitiba — Florianópolis — Gaspar — Hamônia — Imaruí — Indaial — Itaiópolis — Itajaí — Jaguaruna — Jaraguá — Joinville — Lajes — Laguna — Mafra — Nova Trento — Orleans — Palhoça — Paratí — Pôrto Belo — Pôrto União — Rio do Sul — Rodeio — São Bento — São Francisco — São Joaquim — São José — Tijucas — Timbó — Tubarão — Urussanga — Xapecó.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA (Piauí) — “*Tábuas Itinerárias*” — (Rodovias, Estradas de Tropas, Navegação Fluvial, Ferrovias e Redes Aéreas) — Com um mapa de itinerários fora do texto — Composto e impresso na Imprensa Oficial — Teresina — Piauí — 58 páginas.

— “*Sinopse Estatística do Estado n.º 3*” (Separata, com acréscimos, do “Anuário Estatístico do Brasil” — Ano IV — 1938) — Com prefácio do Embaixador José Carlos de Macedo Soares — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial — Teresina — Piauí — 241 páginas.

Contém o seguinte sumário: Situação Física: Caracterização do Território — Climatologia — Divisão territorial — Situação Demográfica: estado da população — Movimento da população — Situação Econômica: Produção extrativa — Produção agrícola — Produção pecuária — Produção industrial — Estradas de ferro — Ferro-carrís — Rodoviação — Navegação — Aeronáutica civil — Correios e telégrafos — Telefones — Propriedade imobiliária — Movimento bancário — Comércio — Salários — Rendimentos — Situação social — Melhoramentos urbanos — Assistência médico-sanitária — Despesas públicas com a assistência médico-sanitária — Asilos e recolhimentos — Previdência e assistência social — Trabalho — Situação cultural — Educação — Bibliotecas — Museus — Monumentos históricos e artísticos — Diversões — Associações culturais — Institutos científicos — Arquivos públicos — Imprensa periódica — Difusão bibliográfica — Exposições — Campos desportivos — Despesas públicas com a assistência cultural — Cultos — Crimes e contravenções — Jogo — Suicídios — Situação administrativa e política — Administração pública — Finanças públicas — Segurança pública — Repressão — Apêndice: O Estado e o Brasil — Cronologia — Legislação.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro) “*Estatísticas Econômicas*” — N.º 1 — Ano I — Dezembro de 1939 — Edição ilustrada com vários gráficos — Composto e impresso nas oficinas gráficas do “Diário Oficial” — Niterói — Rio de Janeiro — 157 páginas.

Contém o seguinte sumário: Síntese do desenvolvimento econômico e financeiro do Estado — Situação demográfica: Estimativa da população do Estado e da Capital — Situação econômica — Produção — Extrativa mineral — Extrativa vegetal — Agrícola — Pecuária — Industrial — B-Circulação — C-Distribuição e consumo — Administração — Cidade de Niterói — A-Produção — B-Circulação — C-Circulação e consumo — Custo da vida — Circulação — Comércio.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Divisão de Fomento da Produção Mineral) do Ministério da Agricultura — *Relatório da Diretoria, 1938* — Apresentado pelos engenheiros Avelino Inácio de Oliveira e Otávio Barbosa — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 180 páginas.

Contém o seguinte sumário: Recursos minerais — Água subterrânea — Água mineral — Amianto — Análises diversas — Apatita — Bauxita — Berilo, columbita e tantalita — Calcáreo — Carvão — Cobre — Columbita, berilo e tantalita — Diamante — Diatomito — Estanho — Ferro — Folhelho betuminoso — Manganês — Níquel — Ouro — Petróleo — Salitre — Saprocolito — Tungstênio.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE DE MATO GROSSO — Boletim n.º 1 — Edição mimeografada — Com vários gráficos — Corumbá — Mato Grosso — 42 fôlhas.

Contém o seguinte sumário: Diretoria de Estatística e Publicidade — Administração do Estado de Mato Grosso — Tribunal de Apelação — Gabinete da Interventoria Federal — Prefeitos — Estatísticos municipais — Situação física — Rios, Montes, Lagoas e Quedas d'água — Clima, Aspecto físico, Situação demográfica — Estimativa da população dos municípios — Situação financeira — Principais fontes de renda do Estado — Situação econômica, com gráfico demonstrativo da exportação percentual do Estado — Especificação e localização dos produtos agrícolas, mais importantes, com o gráfico respectivo, da exportação para o exterior, em 1938 — Especificação e localização dos produtos agrícolas, mais importantes, com os gráficos respecti-

vos do valor e quantidade, exportados para o interior em 1938 — Exportação geral do Estado de Mato Grosso, com gráfico respectivo — Valor médio dos gêneros alimentícios — Preço médio dos animais domésticos — Média dos salários agrícolas pagos no Estado — Rádio-difusão — Usinas de eletricidade — Casas de hospedagem — Dados sobre a Empresa de Transporte Terrestre Sacadura — Dados sobre a Empresa de Navegação Fluvial — Valor das passagens aéreas do Sindicato Condor, com representação esquemática dos pontos de pouso — Representação esquemática do Correio Aéreo Militar, com seus pontos de pouso — Números de veículos existentes no Estado — A hora em Mato Grosso — Catequese indígena — Bibliotecas existentes no Estado — Museus existentes no Estado — Associações culturais — Associações carnavalescas.

DIVISÃO DE ÁGUAS — 2.º Distrito — Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura — “Anuário Fluviométrico n.º 1” — (Suprimento d’água nos rios da bacia do Rio Grande, até 1938) — Com prefácio do Sr. Tasso Costa Rodrigues — Edição ilustrada com fotografias e mapas — Composto e impresso na Tipografia Brasil — Veloso & Cia. Ltda. — Belo Horizonte — Minas Gerais.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Justificação e finalidades do trabalho — Histórico — Recursos do 2.º Distrito, engenheiros, auxiliares e colaboradores — Mapas das bacias em que o regime fluvial é estudado pela Divisão de Águas, com a localização dos postos fluviométricos, acompanhados de quadros explicativos — 2.º Distrito: Bacia do Rio Grande — Bacia do Rio Doce — Bacia do Alto São Francisco — Bacias dos rios Paraíba, Itapemirim, Itabaipana, Macabú, Macacú e Mambucaba — Bacias dos rios Tieté, Paranapanema e Iguassú — Bacia do rio Uruguai e bacias tributárias da Lagoa dos Patos — Bacias dos rios Ribeira de Iguape, Cachoeira, Nundiaquara, Itajaí e Tubarão — Bacias dos rios Parnaíba, Itapecurú e Meirim — Bacia do médio e baixo São Francisco e bacias dos rios Itapecurú, Paraguassú, Jequiriçá, Rio de Contas, Pardo, Jequitinhonha e Mucuri — Parte brasileira da bacia amazônica — Notas sobre o desenvolvimento dos estudos de regime fluvial e de fontes de energia hidráulica na bacia do Rio Grande — Idem, idem, na bacia do rio Doce — Idem, idem, na bacia do Alto São Francisco — Próximas publicações do 2.º Distrito da Divisão de Águas — Terminologia, unidades e aproximações — Circulares do 2.º Distrito para execução dos trabalhos de fluviometria — Algumas notas sobre os trabalhos de escritório — Resenha de um posto fluviométrico, apresentada como padrão das existentes no 2.º Distrito para todos os postos nas bacias dos rios Grande, Doce e Alto São Francisco — Suprimento d’água nos rios da bacia do rio Grande: (até 1938) — Índice potamográfico da bacia do rio Grande — Postos fluviométricos no curso do rio Grande — Postos fluviométricos da bacia do Aiuruoca — Postos fluviométricos nas bacias dos rios Capivari, das Mortes, Cerro e Jacaré — Postos fluviométricos no curso do rio Sapucaí — Postos fluviométricos no curso do rio Verde — Postos fluviométricos em afluentes do rio Verde — Postos fluviométricos em diversas bacias tributárias do rio Sapucaí — Postos fluviométricos na bacia do rio Sapucaí paulista — Postos fluviométricos na bacia do rio Pardo — Postos fluviométricos na bacia do Mogíguassú — Diagramas das descargas ocorridas em 1937 ao longo dos principais cursos d’água da bacia do rio Grande (4 pranchas) — Índice alfabético dos postos fluviométricos. — Contém este volume 230 estampas.

ELIS JÚNIOR, Alfredo — “História da Civilização” — n.º 2 — (Feijó e sua época) — Boletim n.º XVI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — Composto e impresso na Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais” — São Paulo — 475 páginas.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL — “Anuário, 1939” — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas de Publicidade Americana — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — 438 páginas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — “Legislação Orgânica do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro” — (1934-1939) — Vol. I — Organização Nacional — Composto e impresso nas oficinas gráficas do I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 104 páginas.

— “Anuário Estatístico do Brasil” — Ano IV — 1938 — Composto e impresso no Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 1.000 páginas.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Constituição dos Estados Unidos do Brasil — Situação física: Caracterização do território — Climatologia — Divisão territorial — Situação demográfica: Estado da população — Movimento da população — Situação econômica: Produção extrativa — Produção agrícola — Produção pecuária — Produção industrial — Estradas de ferro — Ferro Carris — Rodoviação — Navegação — Aeronáutica civil — Correios e Telégrafos — Telefones — Propriedade imobiliária — Propriedade industrial — Propriedade intelectual — Moeda metálica e fiduciária — Títulos mobiliários — Movimento bancário — Casas de penhores e Montes de Socorro — Comércio — Preços — Salários — Rendimentos — Consumo — Sinistros e Acidentes — Situação social: Melhoramentos urbanos — Assistência médico-sanitária — Despesas públicas com a assistência médico-sanitária — Asilos e Recolhimentos — Pre-

vidência e assistência social — Trabalho — Situação cultural: Educação — Registros profissionais — Bibliotecas — Museus — Monumentos históricos e artísticos — Diversões — Associações culturais — Institutos Técnico-Científicos — Arquivos públicos — Imprensa periódica — Rádio-difusão — Difusão bibliográfica — Exposição e feiras — Aquários — Congressos e conferências — Missões leigas — Cultura física — Escotismo — Despesas públicas com a assistência cultural — Cultos — Crimes e contravenções — Jogo — Suicídios — Situação administrativa e política: Administração pública — Finanças públicas — Segurança pública — Repressão — Justiça — Defesa nacional — Apêndice: Quadros internacionais — Legislação — Órgãos centrais de estatística — Novo quadro territorial.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DO PARÁ — “*Situação Econômica do Estado do Pará*” — Composto e impresso na Papelaria Suíça — Belém — Pará — 66 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE — “*Relatório n.º 3*” — (Apresentado à Diretoria do I. N. M. em Março de 1940, pelas Divisões de Defesa da Produção e de Controle do Mercado) — Edição ilustrada com vários mapas e gráficos — Composto e impresso nas oficinas gráficas de J. M. Magalhães — Rio de Janeiro — 98 páginas.

Contém o seguinte sumário: As medidas do Instituto ao amparo à produção — As pesquisas que se processam para o perfeito conhecimento das necessidades da produção — O número de inscritos — Guia de cancheada — As análises do mate e o Instituto de tecnologia — Preços mínimos de produção — Região de produção forte — Região de produção fraca — São Paulo — A Carteira do produtor — O mate como adubo — O mate na Argentina — O mate no Paraguai — Produção e consumo — Controle do Mercado: A indústria do mate — Mercados — A missão Diniz Júnior — O histórico da indústria do mate — A criação de armazéns distribuidores nesta Capital e em São Paulo — As ligações do I. N. M. com o meio importador chileno e uruguaio — Os preços mínimos de exportação — Exportação — Contribuições do controle do mercado — O mate em São Paulo — Instruções sobre a exportação do mate produzido no Estado de São Paulo — Firmas estrangeiras que se interessam pelo mate — As preferências dos mercados consumidores — O meio industrial ervateiro — Os entrepostos — Fixação de quotas aos industriais — Resolução n.º 23 — A ação do “Comptoir International Du Maté” — O nosso serviço de estatística — O mercado venezuelano — O imposto de exportação — “Direitos de exportação” — Impostos de exportação sobre o mate.

INTERVENTORIA DO ESTADO DO PIAUÍ — “*Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República pelo Interventor Sr. Leônidas de Castro Melo*” — Edição ilustrada e com fotografias e vários gráficos fora do texto — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial — Teresina — Piauí — 167 páginas.

Contém o seguinte sumário: Finanças — Obras públicas — Departamento do Ensino — Saúde Pública — Serviços Estatísticos e Geográficos — Municipalidades.

LOBATO FILHO, General — “*O Problema da Borracha*” — (Aditamento à resposta ao quesito D. do inquérito em torno à Conferência dos Interventores, promovido pelo “O Estado do Pará”) — Impresso por ordem do Governo do Pará — Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém — Pará — 18 págs.

MELO JÚNIOR, José Lino de — e Paulo Erichsen de Oliveira — “*Novas localidades Fossilíferas do Nordeste da Baía*” — Boletim n.º 103 da Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral — (Ministério da Agricultura) — Edição ilustrada — Composto e impresso na Tipografia dos Anais — Rio de Janeiro — 85 páginas.

Contém o seguinte sumário: Explanación — Summary — Prefácio — Introdução — Fisiografia: Área considerada — Hidrografia — Rio Itapicurú — Riacho do Natuba — Riacho do Paiaia — Riacho do Mucambo — Rio Pecuarina ou Pecuará — Rio Inhambupe — Riacho do Subaúma — Riacho do Pau a Pique — Orografia — Geologia: Formação Jacú (Permiano?) — Arredores de Araci — Ocorrência de Mucambinho — Grupo do Recôncavo (Cretáceo) — Nova Olinda — Vila Rica — Fazendas do Oiteiro e Quererá — Povoado de Manga — Vila de Soure — Tracupá — Tucano e Pombal — Ouriçangas e Igreja Nova — Coité — Ponte sobre o rio Itapicurú — Mata das Varas — Campinho — Tucano de Fora — Buraco dos Ventos — Terra Amarela — Ruas da cidade de Tucano — Gameleira — Água Branca — Rabicha — Amparo e Pombal — Fazenda do Caldeirão — Fazenda do Encantado — Riacho da Guia — Fazenda do Berê — Folhelhos betuminosos do Itapicurú — Pirólise do folhelho betuminoso — Formação das Barreiras (Terciário) — Arredores de Alagoinhas — Flora Tauá — Pedra Branca — Nota sobre a área de Inhambupe — Calcáreo fétido de Inhambupe — Nota sobre a tectônica do Nordeste Baiano — Esboço geológico — Nota preliminar sobre os fósseis do Nordeste da Baía: Fósseis da formação Jacú — Fósseis da série da Baía — Fósseis da formação das Barreiras — Relação dos fósseis coletados — Bibliografia.

MENDES DE ALMEIDA, Professor Cândido — "*Relatório apresentado ao Conselho Nacional de Geografia*" — Com um mapa contendo a divisão municipal e texto determinando os limites municipais — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Estabelecimento de Artes Gráficas — C. Mendes Júnior — Rio — 63 páginas.

Moscoso, Alexandre — "*Alimentação do Trabalhador*" — Edição ilustrada editada pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária — Composto e impresso nas oficinas gráficas "Indústria Tipográfica Italiana" — Rio de Janeiro — 118 páginas.

OLIVEIRA, Avelino Inácio de — "*Situação do Problema do Petróleo no Brasil em 1933*" — Boletim n.º 23 do Departamento Nacional da Produção Mineral (Serviço de Fomento da Produção Mineral) — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 64 páginas.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Introdução — Importância do petróleo — Índices de petróleo no Brasil — Corpo técnico brasileiro — Em que consistem as pesquisas de petróleo — Conclusões finais.

OLIVEIRA, Paulo Eusébio — "*História da Pesquisa de Petróleo no Brasil*" — (obra póstuma) — Com prefácio do Engenheiro Glycon de Paiva — Composto e impresso no Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 205 páginas.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Introdução — Composição e propriedades do petróleo — Traços gerais da Geologia do Brasil — Sondagens feitas pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Sondagens feitas pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral — Fundamento das pesquisas — Sinclinal Paranaense — Geossinclinal Franciscano — Faixa costeira — Bibliografia — Bibliografia de Eusébio Paulo de Oliveira.

PAIVA, Glycon de — e Irnack Carvalho do Amaral — "*Rumos Novos em sondagens profundas*" — Boletim n.º 36 do Departamento Nacional da Produção Mineral — (Divisão de Fomento da Produção Mineral) — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Papelaria Mendes — Rio de Janeiro — 60 páginas.

Contém o seguinte sumário: Prefácio — Plano trienal para pesquisa de petróleo no Brasil — Introdução — Linhas mestras do programa de pesquisa de petróleo — Justificação do programa, comentários e outras providências — Proposed Prospect Drilling for Petroleum in Brazil — Regions to be Explored — The Territory of Acre — The Coastal Area — The Southern Area — General Conditions of Proposed Prospecting — Suggested General Terms of Contract — Sugestões para o incremento da pesquisa do petróleo no Brasil, em particular nas sondagens.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Instituto Geográfico e Geológico) — "*Boletim n.º 25*" — Contendo os seguintes trabalhos: "As ocorrências de minérios de ferro e Pirita" no Estado de São Paulo, por Teodoro Knecht e "Gondito no Estado de São Paulo", por Felicíssimo Júnior — Edição ilustrada — Sem indicação da casa impressora — São Paulo — 127 páginas.

Contém o seguinte sumário: Magnetita — Martita — Hematita e Oligisto — Limonita — Siderita — Ilmenita e Areia-Ferro-Titanífera — Pirita, Pirrotina e Marcassita — Arseno-Pirita — Escorodita — Melanterita — Kraurita — Vivianita — Ocro — Gondito no Estado de São Paulo.

— "*Boletim n.º 26*" — Contendo o trabalho intitulado "Ouro no Estado de São Paulo", de autoria de Teodoro Knecht — Edição ilustrada — Sem indicação da casa impressora — São Paulo — 97 páginas.

Contém o seguinte sumário: Municípios de: Apiaí — São Roque — Araraquara — Bragança — Caconde — Campo Largo — Bela Vista — Cananéia — Capão Bonito — Capitão — Caraguatuba — Cunha — Franca — Guarulhos — Iguape — Iporanga — Itapeerica — Itatiba — Itú — Jacupiranga — Jundiá — Mogí das Cruzes — Mogí Mirim — Parnaíba — Piedade — Pilar — Santa Isabel — São João da Boa Vista — São João dos Campos — São Roque — Xiririca.

— "*Boletim Meteorológico*" — (Volume n.º 2 — Janeiro a Junho de 1939 — Números 1 a 6) — Edição ilustrada com vários cartogramas — Composto e impresso nas oficinas gráficas da "Revista dos Tribunais" — São Paulo — 113 págs.

— "*Relatório anual do Diretor do Departamento de Botânica do Estado*", Sr. F. C. Hoehne — Edição ilustrada — Sem indicação da casa impressora — São Paulo — 121 páginas.

Destacam-se do seu sumário o seguinte: Introito geral — Movimento de correspondência — Movimento de consultas e informações — Biblioteca e arquivo científico — Publicações — Contribuição da secção de embriofitas — O Jardim Botânico do Estado — Algo da estação biológica do alto da serra de Paranapiacaba — Excursões científicas — Curso de botânica prática — Propaganda — Resumo do relatório da parte científica — Expediente, administração e contabilidade.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — “*Estatística da Produção Agrícola Brasileira*” — (1934-1938) — Separata da “*Revista de Economia e Estatística*” — Abril de 1939 — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 24 páginas.

SERVIÇO GEOLÓGICO E MINERALÓGICO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL (Ministério da Agricultura) — “*Relatório Anual do Diretor*” referente ao ano de 1938 — Edição ilustrada com fotografias e mapas — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio de Janeiro — 99 páginas.

Monografias Municipais

AMARAL BARCELOS — “*Fragmentos Históricos do Município da Barra do Pirai*” — (1853-1890 — Março 1940) — Edição ilustrada — Composto e impresso nas oficinas gráficas Borsoi — Rio de Janeiro — 183 páginas.

AZEVEDO, Dr. José Afonso M. — “*Ensino Cartográfico Progressivo de Corografia*” — (Trabalho premiado com Medalha de Ouro na Exposição Internacional de 1922) — Com ilustrações cartográficas e texto — Composto e impresso nas oficinas gráficas do “*Jornal do Brasil*” — Rio de Janeiro.

BATISTA VIEIRA, J. A. — “*Publicação sobre o Município de Jequié*” — Edição mimeografada, distribuída pelo Instituto de Cacau da Baía, em homenagem ao 3.º Congresso de Criadores e ao Instituto de Pecuária da Baía — 16 fôlhas.

Contém o seguinte sumário: Resumo histórico e descritivo — Divisão territorial: limites municipais — Divisas inter-distritais — Divisão administrativa e judiciária — População — Exportação de cacau — Instituto de Cacau da Baía — Giro comercial — Propriedades rurais — Receita federal — Receita estadual — Receita municipal — Resumo geral da receita.

CORREIA DE BRITO, Roberto A. — “*Cadastro Imobiliário de São Paulo, 1940*” — Edição ilustrada contendo plantas de localização de todas as ruas da cidade — Gráficos sobre o valor da propriedade imobiliária — Composto e impresso nas oficinas gráficas Mangione — Editado pelas Edições Técnicas Brasileiras Ltda. — São Paulo — 603 páginas.

O trabalho está assim dividido: índices das ruas, praças, etc. — Mapas distritais e parcelares e a parte estatística com este sumário: Caixa Econômica do Estado de São Paulo na Capital — São Paulo por hora na aquisição de imóveis — São Paulo em 1840 e 1940 — São Paulo em 1920 e 1940 — O crescimento de São Paulo para o oeste — Receita municipal do último decênio — Fiscalização nas transmissões inter-vivos — Movimento mensal das transações imobiliárias e imposto arrecadado em 1936-37-38-39 — Climatologia em 1939 na Capital — Obras licenciadas na Capital — Área construída em m² — Total das construções na Capital — Preço do m² útil, segundo o aluguel mensal de salas para escritórios.

LEITÃO, Benedito — “*Album de Campo Grande*” — Edição ilustrada com várias fotografias, contendo ainda duas plantas, fora do texto, sendo uma antiga e outra recente, da cidade — Sem indicação da casa impressora — Campo Grande — Mato Grosso — 144 páginas.

Destacam-se do seu sumário os seguintes trabalhos: Do 1.º Rancho à Locomotiva 44. *Peri Alves Campos* — O governador do município e sua obra — Culabá, escrinio de tradições, *Luiz Alexandre* — Bernardo Franco Bais — O líder da pecuária no sul de Mato Grosso — Mateira, no município de Campo Grande, com os seus 140.000 pés de café, é a maior organização agrícola de Mato Grosso — Associação comercial de Campo Grande — A instrução em Campo Grande, *Severino de Queiroz* — Reminiscências de Campanha — O Contestado — Sitios (Reduto de Santa Maria).

— “*Município de São Paulo*” — Com várias ilustrações — Composto e impresso no Estabelecimento Gráfico “*Cruzeiro do Sul*” — São Paulo — 191 págs.

Contém o seguinte sumário: Finanças e racionalização, *Frederico Herrmann Jr.* — A questão do calçamento, *Dr. Carlos Alberto Carvalho Pinto* — Município e finanças, *Dr. Caio Ribeiro* — O serviço de arrecadação da Prefeitura do Município de São Paulo, *Milton Improta* — A gestão econômica e financeira da Prefeitura no exercício de 1938 — O ritmo do cresci-

mento de São Paulo, *Dr. Nelson Mendes Caldeira* — Mais um imposto? Dos recursos na jurisdição municipal, *Dr. Carlos Monteiro Brisola* — Serviço de compras da Prefeitura de São Paulo, *Olímpio Carr Ribeiro* — A questão da propriedade dos terrenos marginais a rios públicos, *Dr. J. H. Meireles Teixeira* — Passeios estragados — Quais os bairros mais populosos de São Paulo? — Departamento de estudo e estatística da Bólsa de Imóveis — Os Departamentos da Prefeitura e sua organização administrativa — O que o contribuinte deve saber sobre o imposto predial e o imposto territorial — Município de Santo André — Atos e tabelas — “Código de obras”.

NASCIMENTO JÚNIOR — “*Gabriel de Lara*” — Com prefácio de Romário Martins — Composto e impresso nas oficinas gráficas Paranaense — Curitiba — Paraná — Edição do Dr. Dicesar Paisant — 33 páginas.

Apresenta o seguinte sumário: Gabriel de Lara, o Povoador — O território paranaguense conhecido antes do povoamento da Cotinga — Os navegadores que se presume terem reconhecido o nosso litoral — de 1550 a 1648 — Peneda, o fundador do povoado do Itiberê? — As primeiras “bandeiras” contra os Carijós — A povoação em terra firme.

PIMENTEL, Fortunato — “*Aspectos Gerais de Pelotas*” — Edição ilustrada com vários mapas e fotografias — Composto e impresso na Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 165 páginas.

— “*Município de Júlio de Castilhos*” — (Separata da “*Revista Agronômica*” n.º 31, Junho de 1939) — Edição ilustrada com várias fotografias e um mapa do município fora do texto — Composto e impresso na Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 11 páginas.

Contém o seguinte sumário: Esboço econômico, seu crescente desenvolvimento agro-pecuário — Um pouco da sua história — Limites — Estrutura geográfica — Posição astronômica — Topografia — Superfície — A cidade de Júlio de Castilhos — Sua população — A pecuária castilhense — A indústria saladeril — Charqueadores — Dados sobre os pesos alcançados pelos gados Charolês e Hereford — Dados sobre a Fazenda da Reserva — A 7.ª Exposição Rural de Júlio de Castilhos — A produção de trigo em Júlio de Castilhos — O cooperativismo — Dados principais sobre a “Cooperativa Castilhense de Carnes e derivados, Ltda.”, sita na cidade de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul — Potencial hidráulico disponível 13.000 H. P. — Rodovias — Via férrea — Congressos rurais regionais — Fato raro — A instrução pública em Júlio de Castilhos — Grupos escolares estaduais — Escolas municipais — Colégios particulares.

— “*Município de Passo Fundo*” — (Separata da “*Revista Agronômica*” n.º 29, Maio de 1939) — Edição ilustrada com fotografias e o mapa do município fora do texto — Composto e impresso na Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 6 páginas.

Contém o seguinte sumário: Sua riqueza econômica — A cidade de Passo Fundo é a metrópole nacional do trigo — Limites — Divisão administrativa — Vilas mais importantes — Agricultura — Pecuária — Indústria — Comércio — Instrução — Passo Fundo, cidade de verão — Rodovias — Via férrea — Rendas — Vida social — Movimento cooperativista — Passo Fundo e sua 1.ª Exposição Agro-Pastoril, Industrial e Comercial — O local da Exposição — A parte industrial — Seção agrícola — A pecuária — O corpo de julgadores — O concurso técnico — Diretoria da Associação Rural de Passo Fundo — Conselho Fiscal — Um pouco de estatística — Alguns dados sobre a suinocultura — Estabelecimentos destinados no fomento e assistência aos triticultores.

— “*Município de Bagé*” — (Aspectos Econômicos do Município *leader* da pecuária nacional) — Separata da “*Revista Agronômica*” n.º 38 — Fevereiro de 1940 — Composto e impresso na Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.

Contém o seguinte sumário: Aspectos econômicos — Município *leader* da pecuária nacional — Sua história — Limites — Divisão — Superfície — Altitude — Clima — População — Hidráulica — Esgotos — Barragem — Receita municipal — Agricultura — Produção industrial de Bagé — População pecuária de Bagé — A indústria animal — Suas charqueadas — Produção de lã — População suína — Cooperativa Bageense de Carnes Derivadas — Sociedade de Fazendeiros — Sociedade Avícola de Bagé — Lista dos sócios fundadores da Associação Rural de Bagé, em 20 de Setembro de 1901 — Sócios beneméritos — Sócios honorários.

— “*Aspectos Gerais do Município de Caxias*” — Separata da “*Revista Agronômica*”, n.º 40 — Maio de 1940 — Edição ilustrada com fotografias e o mapa do município fora do texto — Composto e impresso na Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 7 páginas.

Contém o seguinte sumário: Clima — Aspectos demográficos — Crescimento vegetativo — Fontes de riqueza — Culto religioso — Cultura social e desportiva — Rádio-difusão — Cine-

-Teatros — Instrução municipal — Viação — Produtos — Construção e conservação de Rodovias — Agricultura — Viníferas para vinho tinto — Viníferas para vinho branco — A pecuária de Caxias — Cooperativismo em Caxias — Sec. Coop. Vitor Emanuel Ltda. — Cooperativa Aliança — Cooperativa Forqueta — Cooperativa Santo Antônio — Parque Industrial de Caxias — Indústria de tecidos — Indústria do vinho — Indústrias de metais.

PREFEITURA DE JOINVILLE — “*Relatório apresentado ao Sr. Interventor do Estado pelo Prefeito Joaquim Wolff*”. Contendo, além de informações sobre a situação geral do município, vários quadros estatísticos financeiros — Composto e impresso na Tipografia O. & E. Eberhardt — Joinville — Santa Catarina — 182 págs.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO — “*Album de São Lourenço*” — Edição ilustrada com fotografias e plantas da cidade e do aeroporto — Composto e impresso na Tipografia Joana D’Arc — São Lourenço — Minas Gerais — 22 págs.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA — “*Relatório apresentado ao Sr. Interventor Federal do Estado pelo Prefeito Dr. Lindolfo do Rêgo Monteiro*” — relativo aos anos de 1937 e 1938 — Edição ilustrada com várias fotografias, contendo vários quadros estatístico-econômicos do município — Composto e impresso na Tipografia Popular — Teresina — Piauí — 118 páginas.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA DA PREFEITURA DE JABOTICABAL — “*Relatório da Contadoria e Estatística da Prefeitura*”, relativo ao exercício financeiro de 1934 apresentado pelo contador Sr. Antônio M. Funari e o lançador estatístico Sr. Lourenço Vitta — Composto e impresso na Tipografia d’“O Democrata” — Jaboticabal — São Paulo — 108 páginas.

Contendo o seguinte sumário: Contadoria — Balanço geral e demais quadros demonstrativos — Relatório dos lançamentos e estatística da Prefeitura Municipal de Jaboticabal. Primeira parte: lançamentos — Segunda parte: estatística agrícola e estatística diversa.

O Censo Demográfico é uma soma em que cada pessoa é uma unidade. Cada informação prestada no questionário da população aumenta a soma censitária. Prestar informações exatas — excelentes unidades — para que a operação censitária se realize corretamente é dever de todos.

O Brasil precisa de somar os recursos de que dispõe.

CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL

O Conselho Nacional de Geografia, pelo decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938, ficou encarregado pelo Governo da União de elaborar uma Carta Geográfica do Brasil, na escala de um por um milhão. Em 1922, em comemoração ao Centenário de nossa Independência, foi publicada pelo Clube de Engenharia a primeira edição provisória dessa Carta, que obedece às Convenções internacionais da Carta do Mundo. A Carta representa o Brasil em 50 folhas, no formato 0,68 x 0,80, figurando em cores próprias e gradativas as regiões elevadas e as submarinas. O Conselho agora vai atualizar a Carta. A Carta Geográfica de um país, além de ser um documento básico, é uma demonstração de atividade e de cultura. Para elaborá-la, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, do Conselho, onde estão centralizados os trabalhos, necessita coligir documentos que resultarem de trabalhos de campo, de reconhecimentos e levantamentos territoriais, de viagens e pesquisas, de serviços topográficos e geodésicos, enfim, de todo o esforço empreendido no sentido de colher informações e dados exatos sobre o território brasileiro. A colaboração dos serviços oficiais, das empresas particulares e dos profissionais e particulares constitui um dever cívico. É, portanto, ato meritório enviar ao Conselho Nacional de Geografia (Av. Augusto Severo n.º 4 - Rio de Janeiro) mapas, croquis, descrições, publicações, informações, dados, fotografias, numa palavra, qualquer elemento que documente com exatidão o território brasileiro. Fazer isto é servir ao Brasil.

Num País velho e esgotado, o Recenseamento constitui motivo de melancolia nacional, porque as investigações censitárias revelam apenas estacionamento, recuo, decadência.

Mas num País como o Brasil, jovem e vigoroso, o Recenseamento deve constituir motivo de exaltação nacional, porque os resultados censitários traduzem progresso, movimento para a frente e marcha para o alto.

“COLABORE PRATICAMENTE NA REALIZAÇÃO DO CENSO GERAL DE 1940” — eis a palavra de ordem que o Brasil dirige neste momento a todos — brasileiros natos, brasileiros naturalizados e estrangeiros residentes no País.